

VANESSA ZANDONADE

**RÁDIO COMUNITÁRIA DE HELIÓPOLIS:
reivindicações e luta por regularização e atuação oficial**

Assis

2013

VANESSA ZANDONADE

**RÁDIO COMUNITÁRIA DE HELIÓPOLIS:
reivindicações e luta por regularização e atuação oficial**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Mestre em História. (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Dr. Áureo Busetto

Assis

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Z27r	Zandonade, Vanessa Rádio comunitária de Heliópolis: reivindicações por luta e regularização e atuação oficial / Vanessa Zandonade. Assis, 2013 268 f. : il. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista. Orientador: Dr. Áureo Busetto 1. História. 2. Comunicação. 3. Democratização. 4. Rádio comunitária. 5. Favelas. I. Título.	CDD 980 301.36
------	---	-------------------

VANESSA ZANDONADE

**RÁDIO COMUNITÁRIA DE HELIÓPOLIS:
reivindicações e luta por regularização e atuação oficial**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Mestre em HISTÓRIA. (Área de Conhecimento: HISTÓRIA E SOCIEDADE).

COMISSÃO JULGADORA

Data da defesa: 03/05/2013

Presidente e Orientador: Dr. Áureo Busetto (UNESP/ Assis)

1º Examinador: Dr. Wilton Carlos Lima da Silva (UNESP/Assis)

2º Examinador: Dr. Rozinaldo Miani (UEL)

Dedico este trabalho à minha família

Agradecimentos

Concluo esta dissertação acumulando agradecimentos àquelas pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que ela se concretizasse. Primeiramente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa concedida durante dois anos de realização desta pesquisa, sem a qual o desenvolvimento das reflexões e das pesquisas de campo ficariam bastante prejudicadas.

Dirijo ainda meus agradecimentos aos responsáveis pelo Departamento de Pós-Graduação em História da Unesp/Assis, os quais aceitaram o desafio desta pesquisa, desenvolvida com a contribuição de outras áreas do conhecimento, de forma a ampliar as possibilidades de análises do objeto em estudo. Agradeço especialmente ao meu orientador, Dr. Áureo Busetto, pela dedicação e auxílio para que a pesquisa trouxesse contribuições valiosas aos estudos que versam sobre a democratização das comunicações e a comunicação comunitária. Suas avaliações foram importantes para o meu crescimento acadêmico.

Sou grata também à banca que qualificou este trabalho, composta pelos doutores Wilton Carlos Lima da Silva e Rozinaldo Miani, os quais contribuíram satisfatoriamente com o desenvolvimento desse estudo e também compuseram a minha banca de defesa. Agradeço também a Clarice Gonçalves, secretária do Departamento de História, pela prestatividade e atenção em todos os momentos em que a procurei, bem como aos profissionais da secretaria de pós-graduação de uma forma geral e, especialmente, a Marcos Francisco D'Andrea, que sempre atendeu prontamente aos meus pedidos de documentações e encaminhamentos.

Esta pesquisa não poderia ter sido realizada sem a colaboração dos moradores da favela de Heliópolis, especialmente, Danilo Barreto, Delmiro Farias, Geronino Barbosa, Nazareno da Silva e Reginaldo Gonçalves, os quais se dispuseram a revelar suas memórias em relação ao tema proposto, o que fizeram prontamente e de forma generosa. Da mesma forma, o diretor da Oboré, Sérgio Gomes, trouxe dados importantes a este estudo. Meus agradecimentos a todos.

Agradeço ainda à minha família, eixo de direção para as minhas empreitadas pessoais e profissionais. Meus agradecimentos ao meu pai Nilo Zandonade, à minha mãe, Vilma Antunes Zandonade, e aos meus irmãos, Patrícia Zandonade e Reginaldo Zandonade. Sou feliz por pertencer a este núcleo familiar, do qual me orgulho tanto. Sou grata a tantas outras pessoas, amigos e parceiros, para os quais tantas vezes estive ausente, dedicada à esta pesquisa. Agradeço, especialmente, a razão pela qual fui feliz nos momentos mais simples desses últimos anos. OBRIGADA!

Eu dizia para a Dilma o seguinte: se não tiver o anúncio da Rádio Comunitária, eu não vou, porque eu assumi o compromisso com essa Rádio Comunitária, em 2005, quando eu vim aqui, no Ponto de Cultura. Então ela demorou porque tinha muitos entraves. Mas, hoje, vocês viram que o Ministro das Comunicações anunciou. Agora, eu não sei se é ele que vai dar a primeira entrevista, se é o Serra, se é o Kassab, se sou eu. O dado concreto é que vocês coloquem essa rádio, pelo amor de Deus.

Olha, mas eu espero que essa rádio sirva, sobretudo, para que vocês possam fazer com que mais aprendizado e mais cultura cheguem na casa das pessoas que estão ouvindo vocês. E vocês sabem que, quanto melhor, quanto mais qualidade tiver a programação, mais gente vai estar ouvindo. Vocês podem falar mal um pouco de mim, um pouco do Serra, um pouco do Kassab, podem falar, um pouco, de quem vocês quiserem mas, pelo amor de Deus, falem bem de vocês mesmos, mostrem as coisas boas que vocês estão fazendo.

Luiz Inácio Lula da Silva –
discurso do Presidente da República na entrega
simbólica da autorização de funcionamento da
Rádio Comunitária de Heliópolis (2008)

Resumo

ZANDONADE, Vanessa. *Rádio Comunitária de Heliópolis: reivindicações e luta por regularização e atuação oficial*, 2013, 268 f. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis – SP, 2013.

Esta pesquisa tem o objetivo de fazer um levantamento sobre ações e iniciativas de entidades e de lideranças comunitárias, no que se refere à regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, localizada na região Sul de São Paulo. Tais fatos foram observados com atenção ao atrelamento deste objeto histórico com as reivindicações por democratização das comunicações no Brasil. A emissora permaneceu irregular, do ponto de vista legal, entre 1998, data de criação da lei específica do setor, e 2008, porém iniciou suas atividades em 1992, como rádio poste, e passou a transmitir em FM em 1997. Ainda que inicialmente não houvesse a preocupação de seus integrantes com a democratização das comunicações, as atividades realizadas em conjunto com outras rádios e entidades de São Paulo por cerca de oito anos contribuíram para a mudança de postura dos membros dessa emissora, os quais passaram a defender essa demanda da comunicação e, em especial, a regularização da rádio daquela favela. Os fatos vividos pela equipe de voluntários da Rádio Comunitária de Heliópolis, portanto, se tornaram parte de uma história mais abrangente no cenário brasileiro, iniciada ainda no final da década de 1980, quando os movimentos sociais intensificaram a busca pelo acesso à comunicação, no período de início da Nova República. A proposta deste estudo teve como base a análise historiográfica do processo de regularização oficial deste veículo, com atenção às dificuldades encontradas e os empecilhos vividos pelas lideranças populares do bairro, remontando situações de confronto e parcerias estabelecidas entre os moradores daquela região e diferentes instituições desde a formação da Favela de Heliópolis.

Palavras-chaves: História; comunicação comunitária; democratização das comunicações; rádio comunitária; favela de Heliópolis.

Abstract

ZANDONADE, Vanessa. *Heliópolis's Community Radio: claims and fight for regularization and performance officer*, 2013, 268 f. Dissertation (History Master's degree)- Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis – SP.

This research aims to produce a survey on actions and initiatives of organizations and community leaders, regarding of Heliópolis Community Radio, located in the southern region of Sao Paulo. These facts were observed with attention to harnessing this historical object to claims for democratization of the media in Brazil. The station remained unlawful between 1997, creation date of the specific law sector, and 2008, but began operations in 1992 as a radio mast, and started broadcast on FM in 1997. Although initially its members were not concerned about the democratization of communications, activities done in conjunction with other radios and entities from Sao Paulo for about eight years contributed to the change of attitude of the members of this station, which began to defend this demand communication and, in particular, the radio regularization of those slums. The events experienced by the team of volunteers from the Heliópolis Community Radio, thus became part of a more comprehensive history in the Brazilian scenario, initiated in the late 1980's, when social movements have intensified the search for access to communication, from the beginning of the New Republic. This study was based on a historical analysis of the process of the official regularization of this radio, with attention to the difficulties and setbacks experienced by popular leaders, reassembling confrontational situations and partnerships among residents of the region and different institutions since the formation Favela of Heliópolis.

Keywords: History; community communication; democratization of communications, community radio; favela of Heliópolis.

Lista de figuras

Figura 1 – Fluxo dos processos de tramitação da radiodifusão	62
Figura 2 - Mapa de São Paulo dividido por subprefeituras	91
Figura 3 – Heliópolis dividido por glebas	92
Figura 4 – Quadro da 1ª grade de programação da rádio em 1997	117
Figura 5 – Reprodução do documento encaminhado pela direção da Unas ao MiniCom ...	120
Figura 6 – Reprodução do documento encaminhado pelo MiniCom à direção da Unas	120
Figura 7 – Eventos em que Heliópolis participou como organizadora ou ouvinte entre 2001 e 2007.....	129
Figura 8 – Encontro com os vereadores Ricardo Montoro (PSDB) e Carlos Néder (PT), em defesa da comunicação e poder local	132
Figura 9 – Participantes do 1º Fórum de Avaliação e Planejamento, em frente à sede da Unas	135
Figura 10 – Sérgio Gomes, da Oboré, e membros da rádio durante 1º Fórum de Avaliação e Planejamento	135
Figura 11 – 2º Fórum de Avaliação e Planejamento - Gerô recebe de Taís Ladeira o certificado de filiação à Amarc	136
Figura 12 – Reprodução do ofício de notificação da Anatel à Rádio Heliópolis	138
Figura 13 – Sede da Unas, onde estavam situados o Telecentro e a Rádio	143
Figura 14 – Entidades reunidas no Edifício Copan para comemorar a aprovação da lei	144
Figura 15 – Reunião de preparação do projeto para a retomada de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis	154
Figura 16 – Reprodução do roteiro preparado para a visita à Cidade Universitária (USP)...	158
Figura 17 – Na mesa, vereadores Eliseu Gabriel e Chico Macena, Sérgio Gomes (em pé), André Luis G. Pina (Secretaria Municipal de Planejamento), Roberto Aquino, (gabinete do deputado estadual Simão Pedro) e o representante da vereadora Soninha Francine	166
Figura 18 – Parte dos políticos participantes do lançamento do PAC e entrega da autorização da rádio: Kassab, Lula, Serra, Dilma e Marta	174
Figura 19 - Mapa com a localização das rádios comunitárias autorizadas a funcionar conforme determinação do Ministério das Comunicações	176
Figura 20 – Grade básica de programação da rádio em 2008	180

Lista de abreviaturas

ABCCOM – Associação Brasileira dos Canais Comunitários
ABERT – Associação Brasileira de Telecomunicações
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ABMI – Associação Brasileira de Música Independente
ABRAÇO – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
ACM – Antônio Carlos Magalhães
ALER – Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica
AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias
AME – Atendimento Médico de Emergência
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ANCARC – Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias
ANDI – Agência Nacional do Direito da Infância
ANOREG – Associação Nacional dos Notários e Registradores
APCA – Associação Paulista de Críticos de Arte
APEBEC – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação
ALER – Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica
ARLESP – Associação de Rádios Livres do Estado de São Paulo
ATACC – Ação por uma Taxação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos
CBN – Central Brasileira de Notícia
CBT – Código Brasileiro de Telecomunicações
CCJC – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCS – Conselho de Comunicação Social
CCTC – Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação
CCTCI – Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEMI – Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista
CEPERRADCOM – Centro de Elaboração de Projetos de Engenharia para Radiodifusão
CEPOCA – Centro de Produção em Comunicação Alternativa
CMI – Centro de Mídia Independente
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COMUNI – Núcleo de Comunicação Comunitária e Local

CONRAD – Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária
CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações
CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações
ECA/USP – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
ENECOM – Encontro Nacional dos Estudantes em Comunicação
ENECOS – Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação
FARC – Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro
FDC – Fórum Democracia na Comunicação
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNDC – Fórum Nacional de Democratização da Comunicação
FNLPCD – Frente Nacional de Lutas por Democratização da Comunicação
GNT - Globosat News Television
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IAPAS – Instituto de Aposentadoria e Pensão
IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada
LGT – Lei Geral das Telecomunicações
LID – Lei da Informação Democrática
MEB – Movimento de Educação de Base
MENERRELÊ – Movimento Nacional de Rádios Livres
MINICOM – Ministério das Comunicações
MNDC – Movimento Nacional de Democratização da Comunicação
MNDH – Movimento Nacional por Direitos Humanos
MRTC – Movimento de Rádio e Televisão Comunitária
NOMIC – Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAM – Posto de Assistência Médica
PCC – Primeiro Comando da Capital
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSF – Programa Saúde da Família
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PV – Partido Verde
QUALIS – Qualidade Integral da Saúde
RBS – Rede Brasil Sul de Telecomunicações
SEBES – Secretaria do Bem Estar Social
SBT – Sistema Brasileiro de Telecomunicações
SBTVD – Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre
SINERC – Sindicato das Entidades Mantenedoras do Sistema de Radiodifusão Comunitária do Estado de São Paulo
SJPDF – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal
SJPRS – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul
SURBES – Superintendência Regional de Serviço Social da Prefeitura
UCBC – União Cristã Brasileira de Comunicação
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UMESP – Universidade Metodista de São Paulo
UNAS – União de Núcleos Associações e Sociedades de Heliópolis e São João Clímaco
UNB – Universidade de Brasília
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICID – Universidade Cidade de São Paulo
URSS – União da República Socialista Soviética
VAI – Valorização de Iniciativas Culturais

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1 – Demandas pela democratização da comunicação	
1.1- Situando o debate	27
1.2- A legislação - avanços e retrocessos	48
1.3- Agentes sociais se mobilizam por mudanças na comunicação social brasileira	73
Capítulo 2 – Das tensões em terra à disputa do espaço eletromagnético	
2.1- A Favela de Heliópolis – formação e luta por direitos	91
2.2- Frequência e ruídos – uma rádio para Heliópolis	104
2.3- Ações em prol das rádios comunitárias e fechamento da emissora	128
Capítulo 3 – De volta ao ar numa corrente de apoios – o processo de legalização	
3.1- “Mexeu com uma mexeu com todas”.....	149
3.2- O edital e os apoios externos	162
3.3- Entre os hertz e as relações sociais - a rádio legalizada	177
Considerações finais	189
Fontes	195
Referências bibliográficas	207
Anexos	216

INTRODUÇÃO

Os avanços históricos em torno da democratização das comunicações no Brasil seguem em passos bastante lentos, imersos em disputas políticas e econômicas que interferem diretamente nesse setor. As medidas legais que poderiam ser contrárias à concentração de propriedade dos veículos de comunicação não se aplicam em terras brasileiras, o que favorece a manutenção do quadro histórico de monopólios midiáticos e de restrições à produção informativa, a qual seria controlada por poucos grupos do setor. As rádios comunitárias, por sua vez, tidas como potenciais formas de impulsão para mudanças no cenário da comunicação social brasileira, estão inseridas em conjunturas de desmobilização popular, falta de conhecimentos técnicos e, muitas vezes, sem aporte político para fazer frente a essa realidade. Outro fator prejudicial à expansão dessas rádios estaria vinculado ao uso desses veículos de comunicação por parte de políticos e grupos religiosos interessados na capacidade de influência desses canais de comunicação frente aos seus ouvintes, os quais seriam os seus potenciais eleitores ou fiéis.

Dessa forma, grande parte dos casos de sucesso nas negociações entre líderes de comunidades detentoras de emissoras comunitárias e os poderes políticos constituídos ocorreria com o apoio de agentes externos a esses núcleos populares, os quais estariam organizados em torno de reivindicações para o acesso à produção comunicativa. Baseada nessa constatação, esta dissertação apresenta uma análise histórica sobre a mobilização e articulação, principalmente política, envolvidas no processo de regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis. A compreensão e análise histórica do quadro de circunstâncias variadas e do envolvimento de diferentes agentes sociais e políticos ligados à trajetória dessa rádio, portanto, é objetivo central desta dissertação. Tal proposta é perseguida conjuntamente com a busca de conhecimento e reflexão histórica sobre os projetos, debates e ações voltados à democratização da comunicação social eletrônica no país, então fortalecidas a partir da segunda metade dos anos de 1980, e das políticas oficiais para o setor.

Este estudo trata de questões sobre a necessidade do atrelamento das entidades populares ligadas a rádios comunitárias, com organismos partidários e/ou entidades civis organizadas com proximidade ao poder público, para a viabilidade, ou agilidade, dos processos de regularização daquele tipo de emissoras. Nele, tem-se remontado e avaliado historicamente as potencialidades de comunidades, na sua grande maioria localizada na periferia urbana e sem conhecimentos técnicos específicos em relação aos meandros da

legislação comunicacional, em se articularem minimamente para romper os entraves políticos e econômicos que, em geral, estão presentes nos processos de análise e concessão de autorizações de rádios comunitárias. Se as emissoras comunitárias são um dos caminhos para a descentralização da produção comunicativa oferecida pela grande e concentrada mídia comercial, então, torna-se necessário conhecer e compreender historicamente o conjunto de fatores diretamente relacionados à formação inicial e ao processo de legalização delas junto ao poder público. Nesta direção, circunscreve-se a importância de um estudo histórico sobre os entraves e as alternativas possíveis e buscadas por uma comunidade para a conquista e manutenção de emissora comunitária legalizada, como é o caso da Rádio Comunitária de Heliópolis, a primeira emissora comunitária legalizada da cidade de São Paulo.

O quadro histórico de constituição das legislações relacionadas ao setor da radiodifusão comunitária foi permeado por alianças políticas em defesa de interesses particulares de parlamentares-radiodifusores e/ou parlamentares apoiados por empresários do setor da comunicação. Diante disso, as ações que visam mudar a configuração atual da comunicação social brasileira em termos de sua descentralização e democratização sofrem revezes e esbarram em leis que, pensadas e implantadas de forma a conservar ou alterar o mínimo possível a formatação atual, se revelam ainda bastante benéficas à produção e veiculação de produtos comunicacionais por grandes conglomerados midiáticos. A Lei da Radiodifusão Comunitária, de 1998, segue este mesmo parâmetro, porém, sendo constantemente criticada pelos setores civis organizados em defesa das emissoras comunitárias.

As negociações entre os grupos defensores da democratização das comunicações junto ao governo federal apresentam pequenos avanços e muitos retrocessos no decorrer dos anos, desde o início de publicização dessa demanda apresentada por docentes e alunos universitários, representantes de classe, especialmente os jornalistas, e alguns políticos, ainda na década de 1980. Contudo, trata-se de uma disputa com soluções obtidas pontualmente, sem medidas de repercussão nacional, ou de ações que possam ser multiplicadas e incorporadas por outras experiências, até mesmo porque esbarram no silêncio intencional dos grandes veículos de comunicação, os quais, quando publicizam tais ações, o fazem na qualidade de detratores dessas iniciativas.

O processo de regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, inserido entre os anos de 1997 e 2008, ocorrera depois de um longo período de mobilização dos moradores da Favela de Heliópolis, formada em 1971, em torno de melhores condições de moradia. Já na década de 1990, as ações comunicativas populares que surgiam em todo o país também foram

adotadas em Heliópolis, por meio do sistema de rádio-poste, o qual fora utilizado por cinco anos e posteriormente dera origem à emissora FM daquela favela.

A partir de 1998, um ano após a implantação da rádio em Heliópolis, a lei que fora criada para regulamentar as rádios comunitárias do país institucionalizou um movimento que vinha ganhando expansão em todo o país e passou a exigir a autorização do governo federal para o funcionamento dessas emissoras. Embora as lideranças da favela tivessem manifestado oficialmente o interesse em regularizar a situação da rádio, a emissora ficara por cerca de 10 anos na ilegalidade. São Paulo foi uma das últimas cidades a ter a habilitação das entidades interessadas em obter a autorização de funcionamento dessas emissoras. Nesse sentido, buscou-se trazer à tona os possíveis interesses, ou a falta deles, que estariam envolvidos com esta lacuna na legalização de emissoras comunitárias na capital paulista.

A partir dos primeiros anos da década de 2000, fora dado início a uma mobilização que envolvera diversos agentes sociais e políticos paulistanos em torno do questionamento sobre tal fato. Havia uma estreita ligação dos integrantes de Heliópolis com membros da política paulistana, o que fora registrado em toda a sua trajetória histórica. Os vínculos criados entre as lideranças (muitas continuaram em atuação até o período final deste estudo) e os representantes políticos de São Paulo auxiliaram na regularização daquela que viria a ser a primeira emissora comunitária a conseguir a autorização de funcionamento do governo federal para atuar na capital paulista.

O processo de articulação de líderes e equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis com diversas entidades sociais e políticas ocorrera logo após o fechamento da emissora pela Polícia Federal, em 2006. Porém, a emissora obteria permissão para voltar a transmitir ainda no mesmo ano em que fora fechada, a partir de um dispositivo na legislação encontrado pela própria Anatel. A retomada das transmissões ocorreu em caráter experimental, em 2007, sendo vinculada à Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Essa foi uma circunstância inusitada e até então inédita no país, obtida mediante pressão de ações desenvolvidas por parlamentares, entidades de defesa das rádios comunitárias e envolvidas com a luta pela democratização das comunicações, das lideranças da Rádio Comunitária de Heliópolis, além de demais veículos congêneres que também pleiteavam a sua regularização em território paulistano.

Essa intensa ação política e de entidades sociais que apoiavam as rádios comunitárias em São Paulo naquele período, não sem interesses, ganhara pouca repercussão em veículos como *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e outros meios de comunicação com maior circulação no país. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, a principal fonte impressa para a

historicização do tema, portanto, foi o material produzido pela *Oboré*, cujo “portal” de notícias reporta as ações em que a entidade esteve diretamente envolvida. A *Oboré* é uma empresa de comunicação popular, conduzida por um grupo de jornalistas e de profissionais diversos, prestadores de serviços para rádios populares, organizações sindicais, entre outras.

Dado o quadro e conjunto de relações expressos na formação e regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, este estudo se insere entre as análises da comunicação social e da história política do Brasil recente, bem como da interseção de ambas as dimensões. A abordagem histórica de temas ligados às relações entre mídia e política em geral ganhou espaço como objeto de análise na historiografia sob a influência de estudos desenvolvidos na França, na década de 1980, com o grupo da chamada Nova História Política (REMOND, 1996) e da História do Tempo Presente. Contudo, mesmo com as novas metodologias e os novos objetos de estudo histórico adotados desde aquela década, ainda não há entre os historiadores uma compreensão aprofundada sobre a mídia. A postura mais comum entre os pesquisadores dessa área é a utilização dos veículos de comunicação impressos como fonte de pesquisa, havendo poucas situações em que são tratados como objeto de análise. Diante disso, as produções que tomam o rádio, a televisão e a internet como objetos de estudo, ainda mais as especificidades de cada um deles, continuam sendo incipientes no âmbito historiográfico.

A proposta de desenvolver um trabalho historiográfico voltado ao estudo de uma rádio situa-se entre as poucas produções da área que tratam da mídia. A delimitação do estudo a uma rádio comunitária o distancia enormemente dos assuntos que comumente são pesquisados na área de História, mesmo os poucos que cuidam da mídia, assim como também do rol de assunto mais tratados entre as produções acadêmicas da área de Comunicação. Esta dissertação, portanto, se apoia em produções da historiografia sobre a radiodifusão, detidamente sobre o rádio, com o auxílio de trabalhos de outras áreas como a Comunicação, a Sociologia e o Direito, denotando, assim, a interdisciplinaridade no seu desenvolvimento, convergindo, assim, a propostas oferecidas por Jeanneney (1996) e Burke e Briggs (2003) para estudos históricos da mídia.

Podem ser assinalados alguns aspectos que influenciam no número reduzido de temáticas voltadas ao rádio e à comunicação comunitária. Um deles seria o próprio descuido dos historiadores para com esses meios como objetos e fontes de pesquisa. Além disso, os estudos sobre jornais e revistas se dão mais largamente em detrimento aos do rádio, tendo em vista que, ao contrário do que ocorre com os produtos da mídia impressa, os materiais utilizados para as transmissões radiofônicas não são arquivados pelos responsáveis das empresas de comunicação e, ademais, muitos dos documentos internos das emissoras se dão

por meio de memorandos, bilhetes ou telefonemas, daí a existência de pouco material arquivado para possíveis pesquisas (JEANNENEY, 1996, p.7).

Já a pequena quantidade de estudos historiográficos que se voltam especificamente à comunicação comunitária também se deve às dificuldades acarretadas pela falta de preocupação dos agentes populares com o registro das ações que desenvolvem. Da mesma forma, os fatos ocorridos nas periferias urbanas e junto às rádios comunitárias raramente são noticiados pelos grandes veículos de comunicação, o que contribui para que as lacunas de informações sobre essas emissoras sejam mantidas. Os interesses políticos e econômicos que envolveriam as empresas de comunicação e seus vínculos com membros do legislativo também trariam restrições em termos de documentos para o desenvolvimento de estudos sobre o tema.

O processo de regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis está situado entre as décadas de 1990 e 2000. O estudo desse objeto, portanto, se apoia no conceito da História do Tempo Presente, categoria privilegiada para as análises de experiências recentes (FERREIRA, 2002, p.20), a qual surgira a partir de demandas sociais e influências da década de 1950, quando os traumas sociais demandavam esclarecimentos (CHAVEAU e TÉTART, 1999, p.17). As questões relacionadas à memória dos moradores da Favela de Heliópolis envolvidos com o processo de formação e legalização da sua rádio têm, portanto, papel fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa historiográfica.

Entre as abordagens metodológicas adotadas neste estudo se encontram subsídios buscados por meio da História Oral, a qual fornece caminhos para o levantamento e análise da memória dos agentes envolvidos em fatos, acontecimentos e processos históricos e, no caso específico, na integração de agentes na história da formação e legalização da Rádio Comunitária de Heliópolis. A adoção desta metodologia para estudar a história de uma rádio comunitária segue a compreensão de François (2006), segundo a qual deve-se procurar dar “atenção aos dominados, aos silenciosos e aos excluídos da história, à história do cotidiano e à história local e enraizada” (*apud* FERREIRA e AMADO, 2006, p.4).

Contudo, o processo de formação e regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis fora analisado a partir de subsídios da História Oral híbrida e temática, a qual se utilizou de fontes orais e também impressas, seguindo as orientações de Holanda e Meihy (2007, p. 35 e 131). Tal direcionamento metodológico permitiu o confronto e subsidiariedade das informações obtidas nas entrevistas colhidas com os agentes envolvidos com o processo formativo e de regulamentação da emissora em foco. Um questionário semidirigido fora utilizado para orientar o recolhimento dos relatos de lideranças, membros da equipe e demais

envolvidos na história da emissora, sendo eles coletados em diferentes locais da favela e também na sede da Oboré. Todo o processo de coleta fora registrado por meio de gravações em áudio, as quais tiveram duração entre 20 minutos e três horas. Após a transcrição das entrevistas, os textos narrativos foram encaminhados aos colaboradores para que estes pudessem acompanhar e opinar sobre a utilização de seus depoimentos neste estudo. Embora os discursos tenham sido coletados individualmente, fora considerada a construção coletiva das percepções sobre o fato estudado, sendo estes envolvidos nos “quadros sociais da memória”. Desse modo, a análise levava em consideração a relação desses indivíduos com a posição que ocupavam nas atividades da favela, bem como a dependência deles com o grupo ao qual pertenciam ou ainda pertencem, seguindo as orientações teórico-metodológicas de procedimento em relação ao material coletado a partir das entrevistas e relatos orais, as quais foram, há tempos, oferecidas por Halbwachs (1990).

A compreensão sobre a formação da Rádio Comunitária de Heliópolis e os seus desdobramentos levou em consideração o fato de que a verdade daqueles indivíduos que contaram a sua história fora composta por seleções e recortes de acordo com o caráter involuntário, fragmentário e criativo de sua memória, consideração escudada em assertivas oferecidas por Gusdorf (1991, p. 12) acerca do trabalho com relatos e entrevistas. Foram, portanto, considerados os silêncios, esquecimentos ou ocultações que tenham ocorrido por motivos que geralmente estão vinculados a traumas, tabu social, medo, insegurança, ou ao indizível, procedimento metodológico elencado por Frank (1999, p.107).

Entre as lideranças da favela e da rádio que foram entrevistadas para este estudo esteve Geronino Barbosa de Souza (Gerô), o qual fora coordenador daquela emissora por cerca de oito anos, até 2008; Reginaldo Gonçalves, atual coordenador e locutor desde o final do período estudado; Delmiro Farias (Maranhão), um dos fundadores da rádio-poste; Danilo Barreto (Mano Zóio), locutor voluntário, e Nazareno da Silva (Buiú), membro da diretoria da Unas. Fora entrevistado ainda o diretor da Oboré, Sérgio Gomes, o qual fora articulador das mesas de trabalho com o Ministério das Comunicações (MiniCom) durante o período de negociação para a regularização da rádio. A preocupação dos entrevistados em relação ao seu próprio discurso fora constatada em quase todos os depoimentos coletados, posto todos se aterem à ratificação do trabalho que haviam desenvolvido em relação à emissora, quer em sua fase de formação, quer dentro do processo de legalização, ou mesmo em ambas as situações. Entretanto, as narrativas dessas lideranças foram sempre compostas por argumentações que buscavam a confirmação da importância tanto da rádio como da Unas para a Favela de Heliópolis.

A previsão inicial de coletar informações sobre a rádio a partir das atas de assembleias da Unas não fora concretizada. A coleta de dados para esta pesquisa fora realizada mediante o agendamento de visitas à favela. Contudo, os diálogos com a presidência daquela entidade foram sempre mediados por outros integrantes da diretoria, já que a líder responsável pela Unas estivera ausente em todas as ocasiões em que a pesquisa de campo ocorrera. Sem um contato mais próximo com tal liderança de Heliópolis, as atas acabaram não sendo disponibilizadas à pesquisa. A posição contrária da Unas para o acesso ao documento requisitado estaria vinculada à preocupação da diretoria daquela entidade em relação ao fato de que outras pessoas da favela também viessem a requerer esse documento para possíveis averiguações, o que talvez pudesse causar problemas cotidianos para a administração da emissora pela Unas.

Todos os desdobramentos desse estudo não estão desvinculados da conjuntura geral do setor da Comunicação Social no Brasil, composta pela concentração da propriedade dos veículos de comunicação junto a poucos grupos do setor, os quais atuaram, e continuam em atuação, diretamente junto ao poder político. No caso do rádio, essa realidade interferiu nas liberações de concessões dos serviços eletrônicos no país, de maneira mais intensa, desde a década de 1970. Com tais influências, muitas vezes as autorizações, permissões ou concessões, foram definidas nos bastidores do Congresso Nacional, de acordo com o interesse desses grupos. Isso porque, não raramente, os detentores do poder político eram os mesmos que possuíam o poder econômico e o da radiodifusão, ou a eles estavam ligados direta ou indiretamente. As práticas de trocas de favores em torno da liberação de concessões foram intensificadas ainda no governo Figueiredo, em uma prática denominada de “apadrinhamento político”, destinada ao favorecimento de determinados grupos na liberação das concessões públicas (CAPPARELLI, 1986, p.13).

Se, por um lado, as questões de foro legislativo se mostravam desfavoráveis à democratização das comunicações, de outro, os grupos populares adotavam o uso dos veículos alternativos para o auxílio na organização de movimentos sociais e práticas educativas, o que trazia dados positivos à ampliação do acesso ao rádio por meio de diferentes grupos sociais (PERUZZO, 1998, p.30), tendo o apoio principal das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica. As primeiras modalidades de emissoras populares surgiram no Brasil a partir do chamado rádio-poste ou rádio-corneta, o qual fora muito utilizado por comunidades para a transmissão de comunicados e outras formas de manifestação, em meados da década de 1980. Paralelamente a isso, em meio às reivindicações e mobilizações que utilizaram a comunicação como forma de participação popular, surgiu

naquela mesma década, o que fora considerada a primeira luta profissional para a democratização da comunicação no Brasil, em 1982, compreendida pela Frente Nacional de Luta em Defesa à Democratização das Comunicações (PEREIRA, 1987, p.18). A atividade ocorreu em um congresso na região Sul do país, quando houve diversas ações de reivindicação de estudantes em torno da democratização das comunicações com o apoio de políticos e de entidades de classe.

Outras entidades ligadas a essas reivindicações também surgiram entre as décadas de 1980 e 1990, como o Movimento Nacional de Democratização da Comunicação, os Coletivos Nacionais de Rádios Livres e, por último, o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, que atuou junto aos parlamentares na discussão de projetos importantes ao setor, entre outros. Tais organizações direcionavam suas atuações para a reivindicação de um espaço democrático na comunicação social. No entanto, a legislação implantada em 1998, intitulada Lei da Radiodifusão Comunitária, ao invés de contribuir para mudanças no cenário de concentração de propriedade no setor da comunicação, se mostrou como um meio para regulamentar e trazer entraves às inúmeras rádios em atuação naquele período, além de reduzir a possibilidade de sua expansão. Tal legislação trouxe barreiras à manutenção das rádios desse setor, já que o interesse dos políticos que a elaboraram não estava voltado ao benefício das comunidades que utilizavam esse tipo de comunicação (LUZ, 2004).

Dado o imbricamento da trajetória da Rádio Comunitária de Heliópolis com a vida comunicacional, política e legislativa em vigência, além do debate e ações favoráveis à democratização da comunicação e em prol da comunicação comunitária eletrônica, o estudo apresentado procurou pautar, de um lado, as especificidades em termos de ideias e ações de cada uma daquelas dimensões, e, de outro, os pontos de interseções entre elas, quer se dessem em termos nacionais, quer fossem regionais ou locais. Tais fatos foram abordados, nesta dissertação, em três capítulos. Inicialmente fora traçado um quadro de referências conceituais sobre a comunicação comunitária e também históricas, do ponto de vista da democratização das comunicações, trazendo debates e ações mobilizadoras suscitadas em torno desse tema. Foi dentro dos desdobramentos, marchas e contramarchas daquelas discussões e práticas, que o processo de regularização da emissora da Favela de Heliópolis se desenvolveu, quer denotando ligações indiretas entre ambos os processos, quer diretas.

Sendo assim, no primeiro capítulo é apresentado um levantamento das disputas dentro do campo da comunicação e suas legislações, bem como suas relações com o poder político vigente. Ele é iniciado com a apresentação de dados sobre a comunicação comunitária e a historicidade de suas conceituações, delimitando as reflexões da pesquisa com atenção à

especificidade da comunicação abordada. Tal vertente comunicativa fizera parte de debates em âmbito nacional e latino-americano, fossem nos setores sindicais, fossem nos estudantis ou religiosos, sobretudo a partir da década de 1970.

O entendimento sobre as relações que nortearam as disputas em torno da regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis está vinculado a uma necessidade de se conhecer as interferências políticas que culminaram na luta pela regularização da emissora. Nesse ponto, o primeiro capítulo trouxe ainda um levantamento sobre as legislações relacionadas à radiodifusão, especificamente sobre o rádio. Tais contornos legais estiveram em direta relação com os questionamentos dos agentes que buscavam mudanças na configuração do sistema de comunicação do país e, posteriormente, estiveram atrelados às articulações políticas que culminaram na legislação da radiodifusão comunitária, implantada em 1998. O capítulo é finalizado com um detalhamento sobre as reivindicações que estiveram relacionadas à democratização da comunicação social no país, frente em que o avanço e a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis estiveram diretamente ligados. Foram abordadas as ações dos grupos e entidades que, a partir da década de 1980, intensificaram suas mobilizações em favor de mudanças no sistema de comunicação brasileiro.

No segundo capítulo, apresenta-se o relato histórico da formação e desenvolvimento da Favela de Heliópolis, bem como o desdobramento das ações que deram origem à sua rádio comunitária. Ele é composto por referências às ações governamentais, de entidades civis organizadas e de dezenas de famílias que estiveram ligadas às mobilizações por direitos de moradia naquela favela, assim como também para a criação da Rádio Comunitária de Heliópolis. Tal assunto é abordado em três tópicos, sendo o primeiro deles ocupado com o detalhamento das condições sociais, políticas e econômicas na formação e desenvolvimento daquela favela, localizada na região Sul da capital paulista. Vários conflitos fizeram parte da história das famílias que passaram a viver naquele local, o qual se constituiu, principalmente, a partir da migração de centenas de nordestinos para o território paulistano, na década de 1970. A situação irregular das moradias instaladas em Heliópolis contribuíra para o surgimento de grileiros, os quais agiam de forma a se constituir como o principal problema de violência daquela área.

Outra vertente do segundo capítulo é a historicização da formação da rádio comunitária em estudo e as motivações dos moradores da favela para aquela iniciativa. Nesse tópico foram abordados dados sobre a primeira fase da emissora, ainda no sistema de rádio-poste, ou rádio-corneta, em 1992. O sistema fixo de comunicação fora implantado para auxiliar na comunicação entre os moradores da favela, diante das dificuldades que possuíam para a

distribuição de comunicados em toda a extensão dos mil metros quadrados de Heliópolis. Posteriormente, cuida-se da segunda fase de utilização do sistema de rádio daquela favela, quando, então, a emissora adquiriu novos equipamentos e passara a transmitir em frequência modulada, no ano de 1997, e se tornara uma referência entre seus pares e junto às ações de rádios comunitárias em diversas partes do país. Tal reconhecimento contribuiu para que seus membros atuassem em diferentes encontros de transmissores populares, sendo convidados para palestras e oficinas. O contato com diferentes agentes envolvidos com as rádios comunitárias e com a reivindicação pela democratização das comunicações fez com que se ampliasse a quantidade de potenciais parceiros das lideranças da rádio.

O segundo capítulo é fechado com detalhada sistematização das diversas atuações das lideranças da rádio em articulações políticas externas à favela, o que possibilitara a criação de vínculos com diversas entidades paulistanas. As lideranças da rádio se envolveram em campanhas favoráveis à democratização das comunicações e às rádios comunitárias de São Paulo, as quais contaram com a participação de parlamentares das esferas municipais e estaduais, associações e entidades de classe. Fora um dos passos dados pelos integrantes de Heliópolis para o início do processo de regularização de sua rádio comunitária de uma maneira mais sistematizada. Esse período também compreendeu o recebimento de financiamento do governo federal e o fechamento da emissora pela Polícia Federal. Ademais, no tópico final do segundo capítulo, são tratadas as iniciativas de formação dos membros da favela e da rádio, durante o período em que a emissora permanecera fechada. Cursos e oficinas buscavam manter a rádio ativa frente àquela comunidade, bem como traziam subsídios para qualificar a atuação de seus locutores e dirigentes.

Já no terceiro, e último capítulo, foram historicizadas as ações derradeiras entre lideranças da rádio e seus parceiros, as quais favoreceriam a regularização da rádio, abordagem apresentada em três tópicos. No primeiro deles foram relatadas as atividades que envolveram diversos políticos, entre vereadores, deputados estaduais e federais, os quais exerceram influência direta na regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, a partir de discussões travadas em frentes parlamentares criadas para a defesa das rádios comunitárias, entre outras ações. Filiados à Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), as lideranças daquela emissora assumiram o lema “Mexeu com uma mexeu com todas” e acionaram a rede de apoios, a qual havia sido criada nos anos anteriores, para a retomada de suas transmissões. As ações foram centralizadas na realização de mesas de trabalho, as quais foram realizadas na sede da Oboré e também na Câmara Municipal de São Paulo, para a busca

de soluções aos impasses que surgiam frente ao edital de habilitação lançado pelo MiniCom, em dezembro de 2006.

No tópico seguinte fora abordado o desfecho das mobilizações, as quais contaram com a participação de entidades como Oboré, Amarc, FDC¹, Intervezes, Projeto Cala Boca Já Morreu, escritório jurídico do curso de direito da PUC - Dom Evaristo Arns, entre outros, para a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis e demais veículos comunitários de São Paulo. O apoio destinado a Heliópolis serviu como uma forma de impulsão às outras associações que também estavam interessadas na regularização de suas emissoras comunitárias na capital paulista. Porém, a Rádio Comunitária de Heliópolis foi legalizada antes que qualquer uma. As análises sobre a regularização dessa rádio são concluídas no tópico terceiro desse capítulo, em que são focalizadas as mudanças que ocorreram na forma de gestão da emissora após sua regularização, inclusive na orientação empregada na produção da emissora, vista de maneira comparativa, ou seja, antes e depois da legalização da rádio, o que permitiu mostrar e analisar as rupturas e continuidades nesta área da emissora.

Enfim, a recuperação e compreensão históricas das ações e relações sociais e políticas envolvidas na formação, desenvolvimento e legalização da Rádio Comunitária de Heliópolis, fornecem a possibilidade de dar historicidade ao debate e à luta pela democratização do universo da comunicação social no Brasil. Processo que segue inconcluso, mas cujas etapas e passos já traçados, e tratados neste estudo, revelam as potencialidades e obstáculos à constituição e ao desenvolvimento da comunicação comunitária no âmbito da radiodifusão, posto que o tratamento histórico de práticas para concretizá-la em Heliópolis permite perceber e compreender as frequências e ruídos existentes nas formulações conceituais e projeções políticas voltadas à comunicação comunitária.

¹ Fórum Democracia na Comunicação

Capítulo I

Demandas pela democratização da comunicação

Capítulo I – Demandas pela democratização da comunicação

1.1 – Situando o debate

Em meados do primeiro semestre de 2008 fora assinada, de forma simbólica, a autorização do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis. O evento ocorreu em uma das principais ruas da favela. Tal ato público encerrou um ciclo da mobilização realizada por moradores, lideranças comunitárias e membros de entidades sociais organizadas em favor da regularização daquela rádio e da democratização das comunicações, principalmente em São Paulo. As manifestações e posicionamentos dos representantes do Poder Público e de populares daquela localidade que estiveram presentes na cerimônia refletiam a relação de situações e interesses políticos que envolveram os diferentes agentes sociais e políticos que se mobilizaram em torno da democratização das comunicações de maneira mais incisiva no Brasil desde a década de 1980. Embora a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis não concluísse os desdobramentos necessários e demandados pela causa da democratização da comunicação, ela se tornou um ponto de referência para a reflexão sobre este tema. Além disso, os fatos vividos pelos membros da rádio fizeram parte de uma história mais abrangente no cenário brasileiro, iniciada quando os agentes dos movimentos sociais intensificaram a busca pelo acesso à comunicação, no período de início da chamada Nova República¹.

Ainda que não tenha sido um tema presente nas discussões veiculadas diariamente pela grande mídia², as ações realizadas em torno do objetivo de democratização da comunicação são mantidas de forma paralela aos acontecimentos sociais e políticos mais visíveis, do ponto de vista midiático, reunindo diferentes segmentos sociais, entre agentes populares, entidades de classes e do meio universitário. Os registros dessas atividades estão localizados principalmente em publicações da mídia sindical, periódicas ou esporádicas, agências de notícias especializadas, além de materiais elaborados para a divulgação das ações de entidades

¹ Optamos por utilizar o termo “chamada Nova República” por se tratar de uma expressão que passou a ser utilizada em diversas produções para se referir aos fatos ocorridos a partir do fim do militarismo no Brasil, mas que ainda não se configura como um termo consolidado na historiografia para o período. Tal opção será mantida em todo o corpo desta dissertação.

² Utilizamos o termo “grande mídia” ao nos referirmos ao grupo que possui a propriedade da maioria dos veículos de comunicação, sejam eles do meio impresso ou da radiodifusão, detentor de um volume expressivo de capital e consequentemente vinculado ao poder político e econômico do País.

que militam pela causa. Leal Filho³ (2009, p.32) avaliara porém, que, mesmo sendo paralela, essa discussão sofreu entraves devido à “interdição realizada pelos meios de comunicação hegemônicos”, já que estes seriam a base de sustentação dos debates populares, sendo fonte de informação para a maioria da população.

As iniciativas que buscaram democratizar o campo da comunicação obtiveram uma atuação mais expressiva a partir do momento em que a democracia ganhara espaço privilegiado entre as discussões sociais após o fim do regime ditatorial. Uma das principais reivindicações dos agentes sociais envolvidos com essa perspectiva fora o fim da concentração do controle dos veículos de comunicação, então centralizados sob o comando de alguns grupos de empresários. Especificamente no setor da radiodifusão, tal concentração foi possibilitada desde as primeiras normatizações do rádio, de forma a favorecer os proprietários dos veículos com maior poder econômico do país. No início da década de 1930, portanto, quando o serviço começava a ser regulamentado pelo governo, dificuldades legais se contrapunham ao acesso dos radioamadores na ocupação do espectro eletromagnético.

Ainda que a implantação do rádio no Brasil tenha ocorrido com a participação da sociedade civil por meio dos clubes associativos, desde os anos de 1920, o espaço para operação do meio passaria a ser controlado pelo Estado no início do Primeiro Governo de Vargas. Os inúmeros requisitos e normas legais para o funcionamento das emissoras reduziram a abrangência dos radioamadores naquele período, favorecendo, dessa forma, a concentração dos grupos com maior poder aquisitivo. Para continuarem na atividade, os radioamadores teriam que adequar as suas instalações às novas determinações, além de trocarem seus transmissores, entre outras medidas. (ORTRIWANO, 1985, p.52). Federico (1982, p.47) ainda destacara que as formalidades exigidas para que um ouvinte pudesse usufruir do serviço da radiodifusão eram caras e desencorajadoras para os amadores, o que fazia com que somente aqueles que possuíssem o capital necessário e fossem economicamente privilegiados poderiam ter condições de arcar com os custos para o serviço. Além disso, poucos teriam o tempo necessário para obter os deferimentos aos documentos junto ao governo, conforme previa a legislação. Dessa forma, fora se definindo a concentração da propriedade dos veículos detentores das concessões públicas dos serviços de radiodifusão, o que se mantém, de certa forma, até os dias atuais. Ademais, a concentração de concessões de radiofusão em mãos de alguns poucos grupos, acentuada nas últimas duas décadas, burlam a Constituição Federal de 1988, a qual determinara que “os meios de

³ LEAL FILHO, Laurindo. *Uma dívida histórica do Estado com a sociedade*. Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 3, número 29, dezembro, p.32. Instituto Pólis: São Paulo, 2009.

comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”⁴.

A partir da década de 1980, diferentes ações foram realizadas em busca de mudanças que favorecessem uma maior abertura à participação social na produção comunicativa do país. A disputa sempre estivera polarizada. De um lado, se encontravam as entidades sociais organizadas e grupos de estudantes liderados pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) que se posicionavam favoráveis a uma comunicação descentralizada e contra a existência de grandes conglomerados, e, de outro, os empresários do setor, representados pela Associação Brasileira de Telecomunicações (Abert), buscando manter o domínio do setor, mas com estreitos laços com o poder político.

Nos debates referentes à reivindicação pela democratização da comunicação era central a argumentação em favor de uma maior participação de grupos independentes ou de organizações sociais na produção comunicativa e na distribuição de conteúdo, fosse ele informativo ou de entretenimento. No entanto, em discursos registrados na década de 1990, a Abert garantia haver pluralidade entre as emissoras de televisão e rádio, sob a justificativa de que havia vários grupos em atividade no país, sendo mais de 450 emissoras de TV aberta em atividade. Porém, este argumento era questionado pelos membros de movimentos sociais. Naquele período, nove grupos familiares detinham o controle dos grandes veículos de comunicação, compreendidos pela família Abravanel (*SBT*), Bloch (*TV Manchete*), Civita (*Editora Abril*), Frias (*Folha de S. Paulo*), Levy (*Gazeta Mercantil*), Marinho (*Organizações Globo*), Mesquita (*O Estado de S. Paulo*), Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*) e Saad (*Rede Bandeirantes*)⁵.

Essa concentração de propriedade, entretanto, passou a ser ainda mais acentuada nas últimas décadas, a partir da redução dos grupos em atuação no Brasil. As famílias Bloch, Nascimento Brito e Mesquita deixariam de exercer o controle direto de seus veículos, o que resultaria em um total de apenas seis grupos no comando dos principais meios de comunicação do país. Como definira Vieira Jr (2007, p.1)⁶, atualmente os “Civita, Marinho, Frias, Saad e Abravanel - além dos Sirotsky, à frente da Rede Brasil Sul (RBS) nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - são os clãs que comandam o oligopólio midiático no Brasil”.

⁴ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Capítulo V, Art220, §5º. Brasília, 5 de outubro de 1988.

⁵ Dados mais completos sobre os proprietários dos meios de comunicação no Brasil podem ser obtidos no estudo desenvolvido em 2002 pelo Epcom, disponibilizado no site “Os donos da mídia”. Endereço eletrônico: <http://donosdamidia.com.br> (acesso em 23 de junho de 2011).

⁶ VIEIRA JR., Vilson. *Oligopólio na comunicação: um Brasil de poucos*. Observatório do Direito à Comunicação, 2007. Acesso - setembro de 2011. Conteúdo disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=342&Itemid=99999999.

Essa presença dos grupos familiares à frente da direção e posse das emissoras de rádio e televisão foi impulsionada por legislações implantadas no país há muitas décadas e com o aval do Estado, tendo origem ainda na Constituição de 1946.

A alteração no perfil de negócios de mídia e a formação dos grupos empresariais de grande porte se consolidaram no Brasil a partir do pós-guerra, durante o período em que o rádio passava por sua “fase de ouro”, na década de 1940. Desde aquele período, os empresários do setor de comunicação se fortaleceram a partir da formação da “propriedade cruzada” da comunicação, envolvendo a posse de veículos do setor impresso, com jornais e revistas, e da radiodifusão, primeiramente com o rádio e posteriormente agregando também a televisão, na década de 1950. A organização dos Diários Associados, depois transformados em Diários e Emissoras Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, fora um dos primeiros exemplos dessa prática, atuando de maneira a contribuir para a concentração midiática desde a década de 1930.

Já nos anos de 1990, lideranças populares e de entidades civis que reivindicavam a descentralização dos meios ainda criticavam a existência da propriedade cruzada entre dois veículos ou mais, sob o controle do mesmo grupo, fato que julgavam dificultar a diversidade de informações na comunicação social brasileira. Em publicação veiculada pelo Observatório da Imprensa, Lima (2003, p.1)⁷ explicara que há quatro tipos de concentração no setor de comunicação no Brasil, que teriam se fortalecido ainda mais a partir da década de 2000. Entre os cruzamentos de propriedade detectados nessa iniciativa estariam: a concentração horizontal, a vertical, a cruzada e ainda o monopólio cruzado. A horizontal é caracterizada pela existência da concentração de propriedade em um mesmo setor, como no caso de uma TV aberta e paga sob o controle de um mesmo dono. Na concentração vertical, as etapas da cadeia de produção e distribuição dos conteúdos são integradas em um mesmo domínio. Já na concentração em propriedade cruzada, um mesmo grupo é proprietário de diferentes segmentos da comunicação como TVs abertas e pagas, jornais, revistas, rádios, internet e outros. E no monopólio cruzado há a reprodução de conteúdos produzidos por uma empresa de âmbito nacional, em emissoras regionais ou locais, em que ambas convergem seus interesses.

Em artigo na revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, Dantas⁸ (2009, p.30) salientara ainda a existência do monopólio de toda a cadeia produtiva do setor, com uma atuação

⁷ LIMA, Venício A. de., *Existe concentração na mídia brasileira? Sim*. Observatório da Imprensa. Publicação em 01/07/2003. Acesso em 20 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/plq010720031.htm>.

⁸ DANTAS, Marcos. *Mutações na comunicação*. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 03, número 29, dezembro. São Paulo: Instituto Pólis, 2009, p.30.

prioritariamente econômica, incluindo ainda a produção dos equipamentos e sistemas de suporte utilizados. Nesse sentido, ele alertara para a interferência direta do “capital” sobre a comunicação, a qual deveria ser considerada como um bem público.

Tal concentração de propriedade dos veículos de comunicação pode ser exemplificada a partir do domínio exercido pela Organização Globo⁹, a qual mantém sob seu controle, desde o início da década de 2000, inúmeros canais de televisão, rádio e internet. Além da rede de televisão em canais abertos, ela ainda é detentora do Sistema Globo de Rádio (incluindo a CBN) e da Globosat, que possui canais de televisão a cabo como Globonews, Multishow, SporTV, GNT, Universal Channel, vários canais Telecines e outros, bem como se tornou proprietária do pacote Net Serviços e Sky Brasil, as quais disponibilizavam serviços por meio da internet. Dessa forma, uma única organização tem o controle de diferentes segmentos da comunicação.

Ainda no que se refere à concentração de propriedade dos veículos de comunicação, registra-se um rápido avanço das tecnologias da informação, com o barateamento de equipamentos, a ampliação das redes de comunicação e um maior acesso da população a esses recursos. Porém, ao mesmo tempo, o controle das emissões dessas informações mostra-se cada vez mais concentrado nas mãos de poucos grupos (MARINGONI, 2010, p. 159).

Essa configuração dos veículos de comunicação em blocos de grupos dominantes resultaria em uma situação de entrave ao direito social à comunicação no país. Berger¹⁰ (2008, p. 10) avaliara que a relação existente entre economia, política e propriedade dos veículos traria obstáculos ao processo de democratização da comunicação. Tal concentração representaria uma desigualdade na concretização do direito à livre manifestação e expressão de pensamento por meio da comunicação, favorecendo somente pequenos grupos que teriam o privilégio de ter este direito garantido, especialmente aqueles que detêm o controle destes veículos comunicativos.

Diante disso, Lins¹¹ (2002, p.13) propusera, em estudo, a composição de um sistema de radiodifusão alternativo, especialmente para a radiodifusão. Esse sistema seria composto por emissoras de rádio e televisão de caráter público e independente que atuariam de forma complementar às emissoras comerciais. O estudo trouxera exemplos compreendidos pelos sistemas nacionais sustentados pelo Estado, como é o caso da BBC, na Inglaterra, da NHK,

⁹ Mais dados podem ser obtidos na revista *Carta Capital*, edição especial, de abril de 2011, p.12.

¹⁰ BERGER, Christa. *Mais democracia na mídia*. Publicação mensal da Seção Sindical dos Docentes da UFSM/ANDES. Março, 2008, p.10.

¹¹ LINS, Bernardo. F. E., *Análise comparativa de políticas públicas de comunicação social*. Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002. (Lins ocupava o cargo de consultor legislativo da Câmara dos Deputados, em 2002).

no Japão, ou da RAI, na Itália, como também experiências de âmbito municipal, exemplificadas pelas emissoras de comunidades autônomas da Espanha, entre outras. O estudo proposto por Lins previa também a existência de emissoras com caráter privado, mas com enfoque educativo; comunitárias de alcance restrito, tal como as existentes no Brasil, Canadá e Chile; além das emissoras livres, presentes em diversos países. Conforme a proposta, a mobilização não seria pelo fim do setor privado da comunicação, mas sim por uma atuação complementar entre as emissoras comerciais e públicas.

A medida de inserção de um sistema alternativo para a complementação das informações transmitidas pela radiodifusão seria justificada para a preservação dos valores culturais da população, os quais normalmente não seriam atendidos ou respeitados pela rede comercial, já que a disseminação de tais valores seria conflitante com a estratégia de mercado adotada por esses veículos. Da mesma forma, o sistema alternativo teria a função de divulgar, de maneira independente, os fatos políticos e econômicos que muitas vezes são ignorados pelo sistema oficial, assim como também abriria espaço para a divulgação de informações locais que não têm relevância para o grande público, mas são importantes para os moradores da localidade onde a emissora alternativa estivesse inserida.

Contudo, não há avanços no sentido de adoção dessa proposta no país, tampouco discussões firmes e sistemáticas sobre sua implantação. A relação existente entre parlamentares e as grandes corporações de comunicação do país resultaria em entraves ao debate em favor de políticas públicas que tivessem como perspectiva a democratização dos meios em detrimento ao monopólio e oligopólio das empresas de radiodifusão. Haveria uma “grande força dos políticos-radiodifusores e dos radiodifusores-políticos” sobre tal iniciativa (REBOUÇAS e MARTINS, 2007, p.09).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a liberdade de expressão e, portanto, a visibilidade de interesses, deveria se estender da mesma forma para todas as pessoas, seja para integrantes de pequenas comunidades ou para os empresários da radiodifusão. Porém, a carência de recursos técnicos, políticos e econômicos impede este equilíbrio na divulgação de pontos de vistas de diferentes camadas sociais em produções comunicativas. Para o Coletivo de Comunicação – Intervenções (2010, p.25 e 27)¹², essa busca pelo equilíbrio do acesso ao espaço midiático representaria uma inversão no atual paradigma do campo das comunicações, mudando o enfoque do interesse individual e mercantil para o interesse público e coletivo, o

¹² INTERVOZES. *Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação*. 1ª. ed. São Paulo: Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2010, p. 25 e 27).

que asseguraria o direito à comunicação, defendido por diferentes entidades que possuem em sua trajetória a reivindicação pela democratização desse campo.

Ao nos referirmos ao termo “direito à comunicação”, remetemo-nos aos pressupostos defendidos em âmbito internacional que começaram a ser gestados e discutidos na Declaração dos Direitos Universais, em 1948. Esse direito se caracteriza pela disponibilidade de meios para que a população produza e divulgue informações que sejam de seu interesse de forma que a comunicação não se restrinja a representar apenas o posicionamento dos grupos econômicos e políticos dominantes do país.

Contudo, as ações e os debates em torno dessa ampliação de acesso à informação e manifestação de pensamento sempre estiveram inseridas em um ambiente de tensões e confrontos que se alternam conforme os desdobramentos das questões sociais com as quais estão envolvidos, cujos alguns expedientes dessa ordem poderão ser observados nos próximos capítulos, os quais trarão dados sobre os desdobramentos do processo de formação e regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis.

Iniciativas em prol da democratização da comunicação, cuja uma de suas vertentes apoia a regularização de emissoras comunitárias, se constituem ainda em um processo em andamento e, portanto, qualquer modificação na configuração de sua realidade deve ser considerada e analisada de maneira a permitir a compreensão dos resultados obtidos. Estes sempre melhor compreendidos quando tomados dentro de suas historicidades, evidentemente em conexão com a história das relações entre o universo midiático e o da política. Conforme a dinâmica desse processo, novos atores políticos e sociais são incorporados ao movimento, bem como novas formatações de relações com fatores externos também influenciam nos avanços e fracassos registrados. Mudanças na formatação sociopolítica de diferentes momentos históricos do país foram responsáveis pela ressemantização da expressão democratização da comunicação. Conforme Santos¹³, (2010, p.3), as rearticulações entre diferentes interesses e perspectivas teóricas influenciaram na compreensão dos próprios movimentos sobre a importância da comunicação mediatizada e a sua aplicação na esfera pública, por exemplo, e no exercício da cidadania.

Ao final da década de 1950 e começo dos anos de 1960, a mídia despertava a atenção dos governos, que entendiam a comunicação como um fator decisivo em meio às tensões e disputas vividas no campo político e, em 1962, fora criado o Código Brasileiro de

¹³ SANTOS, José Milton. *A democratização da comunicação nos discursos da sociedade civil brasileira - 1974/1994*. Cobrecom - (Congresso Brasileiro dos Estudantes de Comunicação), 2010. Disponível em: www.enecos.org/cobrecos2001/democratizacao1.doc. Acesso em junho de 2011.

Telecomunicações (CBT), regulamentado em 1963, legislação que será abordada com mais detalhes no próximo tópico.

Já no período de acirramento das restrições dos direitos civis e sociais provocadas pelas políticas implantadas durante o regime ditatorial, a comunicação era usada a favor da “integração nacional”, a partir da implantação de políticas para o desenvolvimento de jornais, rádios e televisão. A comunicação alternativa¹⁴, produzida pelos movimentos populares, se configurava como um exercício de liberdade de expressão, tendo em vista as restrições determinadas pelo governo para o fazer comunicativo da época. Tratava-se de uma contra-comunicação e serviria como instrumento de contribuição à transformação social por meio do acesso aos meios de comunicação (PERUZZO, 2009, p. 132). Esse tipo de comunicação, à qual nos referimos, era o canal de expressão da população que se organizava para conseguir o atendimento às demandas ligadas às carências sociais e econômicas vividas no período das décadas de 1960 e, principalmente, 1970. Entre as pautas de reivindicações desses grupos estava a democratização da política e da sociedade, com vistas à melhoria na distribuição de renda e nas condições de trabalho (PERUZZO, 2009, p.133).

Os discursos favoráveis à ampliação do acesso à informação registrados naquele período foram fortemente influenciados por mobilizações com abrangências internacionais, como a realizada na Unesco. No início da década de 1970, a defesa sobre o “direito de comunicar” foi trazida aos fóruns realizados entre os países membros dessa organização mundial, aliada à proposta de criação de políticas nacionais de comunicação nos países do então chamado “Terceiro Mundo”¹⁵. Até então, tais discussões internacionais se pautavam de maneira restrita ao direito à informação, o que se seguia desde a criação da ONU, na década de 1940 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 10 de dezembro de 1948 (FISCHER, 1982, p.21). O avanço das tecnologias e dos meios de comunicação de massa passou a fazer parte das discussões realizadas nas conferências da Unesco.

Em 1978, a Unesco elaborava suas primeiras diretrizes conceituais e políticas que se referiam diretamente à democratização da comunicação, como conclusão das discussões que ocorreram na XX Conferência da Unesco, em Estocolmo. O documento se configurou como

¹⁴ Nesse período ainda não havia experiências de comunicações comunitárias, sendo a comunicação alternativa a forma mais expressiva de produção contra-hegemônica existente. Apesar de serem iniciativas inseridas no “conjunto dialético de práticas comunicativas no âmbito alternativo de disputa pela hegemonia no campo da comunicação”, como afirma Miani (2006), os diferentes tipos de comunicação, seja alternativo, popular ou comunitário se diferem em grande medida em suas “significações ideológicas e pressupostos políticos”.

¹⁵ Denominação que surgiu no período da Guerra Fria, adotada para se referir aos países subdesenvolvidos e que se posicionavam como neutros na disputa entre EUA e URSS ou aos países que defendiam o socialismo. Atualmente o termo não é mais adotado, porém iremos conservar a expressão, que será sempre grafada entre aspas em referência a esta explicação.

uma versão provisória do que deveria ser a principal produção sobre o assunto, publicada em 1980 (FISCHER, 1982, p.38). O levantamento final do estudo voltado aos problemas da comunicação foi oficialmente intitulado “O mundo e muitas vozes - comunicação e informação na nossa época”, ficando conhecido como o Relatório MacBride, em alusão ao presidente da comissão, o jurista e prêmio Nobel da Paz, Sean MacBride. Os debates que foram base para a sistematização do documento traziam questionamentos e reflexões sobre o impacto das tecnologias da informação no contexto socioeconômico e cultural dos países, bem como enfatizavam a tendência que se apresentava em favor da concentração de propriedade no domínio da comunicação social. Nessa direção, o relatório preconizava:

A reivindicação de uma democratização da comunicação tem conotações várias. (...) Implica um acesso maior do público aos meios de comunicação existentes, mas o acesso é apenas um dos aspectos da democratização. Significa também algumas possibilidades maiores – para as nações, as forças políticas, as comunidades culturais, as entidades econômicas e os grupos sociais – de intercambiar informações num maior plano de igualdade, sem um domínio sobre os elementos mais fracos e sem discriminações contra ninguém. Em outras palavras, implica uma mudança de perspectiva. (...) Sem uma circulação de duplo sentido entre os participantes, sem a existência de várias fontes de informação que permitam uma seleção maior, sem o desenvolvimento das oportunidades de cada indivíduo para tomar certas decisões baseadas no conhecimento completo de fatos heteróclitos e de alguns pontos de vista divergentes, sem uma maior participação dos leitores, dos espectadores e dos ouvintes na adoção de decisões e na constituição dos programas dos meios de comunicação social, a verdadeira democratização não chegará a ser uma realidade (Relatório MacBride, *apud* RAMOS, BAYMA e LUZ, 2001, p.4).

A iniciativa de defesa do direito à comunicação surgia em um momento de disputa ideológica entre a então URSS e os EUA, durante a Guerra Fria. A intenção da URSS era estabelecer uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic) para confrontar a política norte-americana de controle da informação como “arma de guerra”. A defesa da liberdade de manifestação do pensamento, o direito social à informação e democratização da comunicação surgiram como itens norteadores de políticas para os países membros. Conforme as diretrizes do acordo internacional, as políticas incentivadas naquele período estavam voltadas à transferência do direito de interferência na produção, administração e consumo da informação aos cidadãos (PEREIRA, 1987, p.44).

Embora fosse um tema apoiado por vários países membros da Unesco, os EUA e a Inglaterra, os grandes patrocinadores do órgão, se recusaram a assinar o acordo MacBride em favor das demandas discutidas pela comissão internacional e ainda passaram a negar contribuições em dinheiro para o organismo como forma de represália aos desdobramentos das discussões realizadas internamente pelo grupo. Os dois países viam a exportação de

tecnologia, bens e serviços de comunicação como um fator crucial ao desenvolvimento interno de suas economias. Ronald Reagan e Margareth Thatcher, então governantes dos EUA e Inglaterra, respectivamente, não entendiam que a comunicação deveria ser pautada por políticas nacionais construídas de forma a ampliar o seu acesso à população, como sugeria o relatório.

Desde a década de 1970, a discussão que se preocupava com a implantação de políticas culturais voltadas à perspectiva antropológica e um aprimoramento da visão de democratização ganhou peso na Unesco. Com este impulso, liderado principalmente pelos países do “Terceiro Mundo” que compunham este grupo, a complexidade dos problemas voltados à comunicação passou a ser pauta dos debates, o que resultou em um embate junto aos países que dominavam o bloco, como EUA e Inglaterra. O relatório MacBride foi o primeiro documento a reivindicar a junção de políticas que se preocupassem com a democratização da comunicação e as políticas culturais, mas sua aplicação nunca chegou a ser um consenso. O debate acerca da democratização sempre esteve diretamente envolvido com a política do país¹⁶. O próprio Sean MacBride, no relatório que levou o seu nome, afirmava que não seria possível entender a comunicação, de maneira global, se as dimensões políticas desse meio fossem omitidas.

Após a divulgação do relatório, as discussões internas no grupo passaram por um período em que a mobilização em torno deste tema ficou esvaziada. Elas foram retomadas somente décadas mais tarde, durante a convenção da Unesco que se deteve nos problemas que obstavam a diversidade cultural, em 2005. Na ocasião, a discussão se voltou para as questões que envolviam o problema da indústria cultural e a concentração de propriedade das empresas do setor, entre outros. Em meio a essa conjuntura, passou-se a compreender que não seria possível implantar políticas culturais sem pensar também em políticas de democratização da comunicação, de descentralização dos meios comunicativos (MATTELART, 2007, p.2).

As ações e debates em torno da democratização das comunicações em âmbito internacional resultaram ainda, em 1983, na criação da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC), durante a 1ª Conferência Mundial sobre Rádios Comunitárias, realizada em Montreal (Canadá). A medida visava a criação de um meio para a discussão sobre o tema entre radialistas e produtores da radiodifusão em todo o planeta, seguindo a teoria de que a rádio comunitária era potencialmente uma produtora de mudanças sociais.

¹⁶ ANDI. *Mídia e políticas públicas de comunicação*. Brasília: Andi, 2007. Disponível para download em: http://www.andi.org.br/sites/default/files/midia%20e%20ppcom_ppc.pdf.

Mesmo com tais reflexões que envolviam vários países, no Brasil a concentração de propriedade restringia a divulgação de informação de maneira diversificada, mas os avanços tecnológicos deram impulsos para os movimentos sociais e diferentes camadas populares se apropriarem de instrumentos comunicativos. A chegada dos aparelhos portáteis de gravação, seja para a televisão ou para o rádio, já havia alterado algumas configurações sociais desses meios midiáticos na década de 1970. Centros populares de vídeo e rádio subsidiaram diversas atividades populares, com maior expansão a partir da década de 1980. Nesse cenário de convergências de suporte técnico e de conteúdo, o debate sobre a democratização da comunicação, enquanto um direito humano fundamental, passou a ser defendido pelos movimentos de maneira mais intensiva.

Desde então, a retomada da discussão sobre a democratização das comunicações esteve embasada em uma proposta conceitual que entendia o acesso à comunicação como um direito fundamental, alicerçado pelo discurso internacional liderado pela Unesco, já citado anteriormente. A articulação internacional teria contribuição na organização de ações e propostas pontuais brasileiras, vinculando a discussão à reivindicação da implantação de políticas públicas para o setor. Entre os organismos que estiveram à frente deste debate e defesa de posicionamento estava o Coletivo Intervezes, de São Paulo, o qual definiu a comunicação como um direito de diálogo e colaboração com os outros direitos fundamentais. No entanto, o Coletivo reconhecia que tais discursos encontravam resistência para a sua aplicação devido ao fato de que a comunicação ainda não era plenamente reconhecida como um direito de todos por parte dos responsáveis pelas políticas públicas, o que, em muito, desfavorecia a aplicação da ideia de democratização da comunicação social.

Ao final do século XX e início do XXI, as experiências comunicativas que não faziam parte do circuito comercial estavam ligadas às atuações dos movimentos sociais, de organizações não governamentais, de associações comunitárias, de universidades, entre outros. Peruzzo (2009, p.134) cita alguns exemplos dessa comunicação, envolvendo as produções de fanzines, jornais murais, bicicletas e carros de som, rádios comunitárias, assim como também os canais comunitários de televisão (em menor quantidade), etc.

Além de estarem situadas em meio aos setores organizados da sociedade civil, as ações favoráveis à democratização da comunicação também encontram defensores em meio às lideranças políticas, contudo, as manifestações destes sempre foram bastante tímidas. Grupos de trabalhos e subcomissões parlamentares foram criados para a discussão do tema desde a década de 1990, tendo a deputada federal Luiza Erundina (PSB/SP) na coordenação ou presidência de diversas iniciativas deste setor. Desde o início de seu envolvimento com a

questão em pauta, a deputada defendeu que a democratização dos meios de comunicação social seria estratégica para o desenvolvimento do país, ocupando papel de importância equivalente à reivindicação pela reforma agrária¹⁷.

As mudanças implantadas na política brasileira alteraram a configuração da comunicação no país. O neoliberalismo implantado durante o governo Fernando Collor e ampliado no período da presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC) alterava a compreensão do papel do Estado sobre esse serviço, favorecendo o aumento da influência do capital sobre a produção comunicativa e reforçando a lógica do mercado. Tais transformações fizeram com que fosse intensificada a defesa de formatação da comunicação como um bem público, já que esta concepção estava sendo revogada. Dantas (2009, p.30)¹⁸, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lembra que até a década de 1980, bem ou mal, esse princípio norteava as leis vigentes. Com isso, as ações dos grupos e entidades sociais organizados buscavam frear as transformações que ocorriam no setor. Os agentes atuantes nessas articulações tiveram que adequar as suas reivindicações em busca de normas que levassem em consideração o processo de produção e distribuição dos conteúdos adotados no capitalismo. O professor salienta ainda que os movimentos populares precisaram compreender a realidade política em que estavam inseridos para que pudessem intervir politicamente naquela realidade. Dantas avalia que alguns desafios devessem ser incluídos no movimento pela democratização da comunicação, como um novo marco que garantisse a inclusão de conteúdos não pautados pelo mercado, mas sim voltados à cultura popular, à criatividade e à diversidade cultural do Brasil. Dessa forma, criaria-se meios de resistência frente à redução da cultura de diferentes povos do país em detrimento aos “limites estreitos e vulgares do mercado”¹⁹.

Em meio a esse debate sobre a democratização da comunicação estava inserida a mídia comunitária, sendo tomada como o principal instrumento apresentado pelos movimentos sociais para a efetivação e a garantia dos direitos à informação, livre expressão e participação da população na produção de conhecimento de maneira mais descentralizada.

A organização popular em torno da comunicação foi iniciada na década de 1970, porém de forma tímida e sufocada pela ditadura. Naquele período, estas iniciativas ainda incorporavam os discursos pautados pela busca da democratização política e reivindicavam a

¹⁷ REVISTA FÓRUM. *Qual o medo de uma conferência das comunicações?* Ano 05. Setembro, nº 54. p. 26-27. São Paulo: Publisher, 2007.

¹⁸ DANTAS, Marcos. *Mutações na comunicação*. Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 03, número 29, dezembro. São Paulo: Instituto Pólis, 2009, p.30.

¹⁹ DANTAS, Marcos. op. cit., p.31.

conquista de direitos básicos sociais. Somente a partir da redemocratização instituída a partir da chamada Nova República é que essa mobilização passou a ter como demanda a busca pela democratização das comunicações e o posicionamento contrário aos grandes empreendimentos comunicacionais.

Já no que se refere às ações de comunicação radiofônica, propriamente dita, os primeiros movimentos sociais com esta característica se enquadravam como experiências de rádios livres. Nesse período, o surgimento de várias iniciativas de rádio chegou a ser denominado por alguns estudiosos como a conquista de uma reforma agrária no ar, entendendo o espectro radioelétrico como um bem público que deveria ser utilizado de forma mais ampla, a exemplo das reivindicações que envolvem a questão das terras no país. O termo fora cunhado por Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão, em 1986, na primeira publicação a respeito de rádios livres, intitulada “Rádios livres – a reforma agrária no ar”.

Inicialmente, muitas emissoras livres foram instaladas por estudantes, em sua maioria, sem ideologias políticas, sendo um instrumento de manifestação pessoal ou coletiva. Peruzzo (1998, p. 6-12) enfatiza que, posteriormente, a criação de rádios livres teve diferentes motivações, incluindo questões políticas, interesses de classes, movimentos de minorias, motivações religiosas, contestatórias, etc.; todavia, a contestação ao sistema vigente de comunicação de massa sempre foi uma característica comum a todas as iniciativas registradas.

Somente a partir da década de 1990 é que o termo de rádio comunitária fora adotado pelos agentes sociais que estavam envolvidos com a defesa da democratização das comunicações e o uso do espaço eletromagnético de maneira descentralizada. Contudo, não havia uma separação precisa no que se referia à militância dos integrantes das emissoras que se definiam como livres ou comunitárias. Entre os setores contrários à atuação desses veículos, ambas eram denominadas como piratas ou invasoras do dial das demais emissoras comerciais, sem permissão para tal iniciativa.

Uma das explicações para a adoção da terminologia “comunitária”, principalmente em São Paulo, diz respeito a uma tentativa de substituição da expressão “pirata”, incorporada pejorativamente por veículos de comunicação e políticos contrários às ações realizadas em diferentes partes do país. A nova terminologia foi adotada por um grupo de militantes dessa área que então se mobilizava em busca de uma regularização junto ao legislativo federal. Na compreensão dos interlocutores dessa mudança, a nomenclatura sugeria uma maior proximidade com as comunidades e, dessa forma, representava de maneira mais precisa a ligação das rádios com a população de sua proximidade (LOPES, 2005, p.10). Por outro lado, a expressão “rádio livre” estaria mais atrelada às mobilizações independentes, podendo ser

individuais ou coletivas, que queriam fazer valer a noção de que o espectro eletromagnético se tornasse efetivamente um bem público. Nesse caso não haveria a busca por reconhecimento ou regularização por parte do Estado.

Após a instituição da legislação que autorizou a existência de rádios comunitárias, vários grupos passaram a usufruir dos benefícios já conquistados na legislação e adotaram a denominação “comunitária” para suas iniciativas. Tal situação vulgarizou o uso desse termo e distorceu, em algumas experiências, o sentido empregado pelos movimentos apoiadores dessa comunicação, os quais tinham claro que a essência dela era a de um instrumento de expressão de uma comunidade, com informações produzidas por essa própria comunidade. A respeito disso, Peruzzo (2007) afirma:

Em última instância, não basta a um meio de comunicação ser local, falar das coisas do lugar e gozar de aceitação pública para configurar-se como comunitário. A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns. É sem fins lucrativos e se alicerça nos princípios de comunidade, quais sejam: implica na participação ativa, horizontal e democrática dos cidadãos; na propriedade coletiva; no sentido de pertença que desenvolve entre os membros; na corresponsabilidade pelos conteúdos emitidos; na gestão partilhada; na capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; no poder de contribuir para a democratização do conhecimento e da cultura. Portanto, é uma comunicação que se compromete, acima de tudo, com os interesses das “comunidades” onde se localiza e visa contribuir na ampliação dos direitos e deveres de cidadania (PERUZZO, 2007, p.5).

A comunicação comunitária seria a troca de informações produzidas por membros de uma comunidade, voltadas aos interesses das pessoas que vivem nesta mesma localidade, aberta à participação de todos e com gestão partilhada. Contudo, isso não significa que o local de realização dessa comunicação comunitária seja composto por interesses que se coadunam sem a necessidade da busca de um consenso, tendo em vista que diferentes atores fazem parte dessa iniciativa. Embora eles se unam para uma atividade com um objetivo comum, podem trazer diferentes anseios sobre sua realização. O meio comunitário, portanto, não é um local homogêneo e sem conflitos. Pelo contrário, é bastante heterogêneo. Alguns elementos de configuração de tensões e partilhas na constituição e sustentação de um meio comunitário serão tratados no capítulo seguinte, à luz das dificuldades internas e externas vividas pelos membros da Rádio Comunitária de Heliópolis.

Munõz (1989, p. 145) caracteriza a comunicação comunitária como a produção informativa que necessita da participação dos moradores do local onde está inserida, como planejadores e produtores da sua constituição. Dessa forma, seria um instrumento de um meio

propício para a troca de ideias e não simplesmente um transmissor unilateral de informações. Sua principal demanda estaria centrada no objetivo de democratizar a comunicação. Nesse sentido, há uma mudança de perspectiva na produção comunicativa em relação aos moldes adotados pela mídia comercial. Conforme afirma Miani (2011, p.10), na comunicação comunitária “o valor de uso é reabsorvido e ganha novos sentidos e contornos na dinâmica da produção e circulação de informações entre os integrantes de uma determinada comunidade”.

As rádios encontram espaço privilegiado no campo da comunicação comunitária, diante do custo reduzido de sua produção, bem como das características sociais das localidades em que este tipo de comunicação é comumente desenvolvido. Em geral, as rádios comunitárias estão inseridas em regiões periféricas das cidades e, no que se refere à atuação desses veículos, Peruzzo (2007, p.5) destaca que há exemplos de atuações com diferentes matizes, enfatizando que é necessário que se distinga o que seria considerado como uma adequação às necessidades específicas de comunicação de uma determinada comunidade da simples apropriação desse instrumento de uma rádio comunitária, garantida por lei. Ela afirma que muitas iniciativas se utilizam do rótulo de comunitária, porém são operadas como um negócio comercial, ou religioso, ou político, tendo ainda casos em que, mesmo havendo um interesse pelo trabalho comunitário, a atuação de sua liderança se volta para o personalismo, o que corrompe o caráter participativo desse tipo de veículo. No entanto, a autora distingue que existem também as rádios que seguem a característica de atividade devidamente vinculada a organizações comunitárias e movimentos sociais, cumprindo, assim, o seu papel social. Conclui que a radiodifusão comunitária é um campo de conflitos, sendo um segmento que não é aceito por toda a sociedade, considerado por alguns como uma iniciativa ‘pirata’, causadora de quedas de aviões e por outro lado, reunindo ainda disputas internas em sua atuação diária.

Luz (2011, p.106-108) define alguns critérios que devem ser considerados para a definição de uma rádio comunitária em sua essência, seguindo apontamentos de Peruzzo. Segundo ele, uma “rádio comunitária de fato” deve ter caráter público, sendo pertencente a uma coletividade; possuir sistemas de gestão compartilhada, apoiada por órgãos deliberativos como os conselhos gestores e assembleias públicas; permitir o controle social, com a programação fiscalizada por um conselho da comunidade; ter pluralismo nas informações transmitidas, com abertura para todos os segmentos de expressão existentes em seu entorno; não ter fins lucrativos, com recursos adquiridos por meio de apoio cultural e investimentos de ações da própria comunidade; promover ações que auxiliem o desenvolvimento social da região onde está inserida e a organização da população; valorizar a produção de programas locais; ter mecanismos que impeçam o proselitismo religioso ou político; realizar atividades

que se voltem para a formação cidadã da comunidade; além de possuir canais de prestação de contas para que possa haver críticas e sugestões sobre o direcionamento da rádio.

Em entrevista a documentário, Brant (2008, audiovisual) defende que a rádio comunitária é um dos mais importantes veículos para o exercício do direito à comunicação, já que a sua forma de organização e gestão permite que a população discuta suas questões de maneira diversificada, gerando a sensação de pertencimento àquele sistema de comunicação utilizado pela comunidade²⁰. Ainda entre as definições sobre rádios comunitárias, Lópes Vigil (2003, p.511) destaca que estas teriam a função de ser um “parlamento ao ar livre”, como um local de discussão e contribuição à cidadania. Segundo o autor, por meio desses instrumentos comunicativos, as pessoas podem opinar sobre a gestão de seus governantes, questionar e exigir transparência política e econômica. Em outra publicação, Lópes Vigil (1993, p.8) pontua que uma rádio comunitária é definida segundo o seu objetivo de “democratizar a palavra que está concentrada em poucas bocas e em pouquíssimas mãos para que nossa sociedade seja mais democrática”.

No entanto, os membros de uma rádio comunitária só conseguem atingir seus objetivos quando ela está realmente inserida em sua localidade de maneira politizada, com atuação regular de suas lideranças em favor da formação de seus membros e da população de seu entorno. Oliveira (2002, p.9) define que, a partir das rádios comunitárias, os “atores sociais antes excluídos do processo de produção simbólica midiática, tornam-se emissores” e participantes do processo de construção social. Além de fatores restritivos previstos na legislação, item que será abordado no próximo tópico deste capítulo, a falta de orientação de seus membros em grande parte das experiências já registradas dificulta a organização dessas emissoras comunitárias como um instrumento transformador. Dentro desse quadro, muitas lideranças tendem a reproduzir a lógica de gestão e programação das rádios comerciais.

Embora a discussão sobre a democratização das comunicações por meio da regularização das rádios comunitárias seja pautada, em grande medida, pela questão da ausência de mecanismos que facilitem a obtenção das concessões por movimentos que se propõem ao trabalho comunitário por meio do espectro eletromagnético, uma série de dificuldades permeiam as rádios comunitárias que já obtiveram a permissão para o funcionamento. Ainda que existam rádios que consigam a aplicação das premissas de uma comunicação comunitária, algumas questões fazem parte das dificuldades do dia a dia dessas

²⁰ BRANT, João. Entrevista ao documentário “*Democratização FM*”, produzido pela faculdade Cásper Líbero, em 2008. É coordenador executivo do Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervezes, organização atuante em diversas frentes em defesa da democratização da comunicação.

emissoras. Um dos problemas seria a falta de recursos financeiros, já que a legislação não permite a utilização de anúncios publicitários, tendo ainda a atuação majoritária por meio do voluntariado ou de universitários que apoiam o movimento com suporte técnico, entre vários outros fatores. Diante disso, a aplicação dos pressupostos da comunicação comunitária não tem ocorrido em muitos casos.

A substituição de um conselho gestor, previsto na legislação para permitir uma gestão coletiva, por um presidente na condução das ações da rádio seria um dos primeiros pontos que evidenciaria uma possível centralidade das decisões a serem tomadas na emissora em detrimento a uma comunicação mais democrática. Nesse caso, continuaria a haver a concentração de opiniões e informações, já que as decisões seriam tomadas por uma única pessoa. Em situações como essa, a interferência da comunidade na gestão da emissora é muito pequena.

Por outro lado, há outros posicionamentos que levam em consideração as dificuldades de uma atuação realizada em parceria entre diversos membros dentro de uma comunidade. Oliveira²¹ (*apud* MOURÃO BAHIA, 2008, p.113) considera ser importante a consolidação das rádios comunitárias, porém alerta para a necessidade de relativização do discurso em defesa do fazer coletivo e “um olhar mais realista sobre a situação”. Segundo ele, a questão da gestão participativa deve ser analisada com cautela já que é impossível discutir uma série de questões administrativas do dia a dia somente por meio de assembleias.

Lópes Vigil (2003, p.103) destaca, porém, que a participação nas rádios comunitárias deve ocorrer para além das ligações para pedidos de músicas ou interações com o locutor. O autor defende que a rádio precisa sair às ruas e envolver a população, criando, por exemplo, ouvidorias para facilitar a atuação do ouvinte.

As definições acima sobre a comunicação comunitária enfatizam que esta modalidade de comunicação seria fruto de uma atuação social presente em uma “comunidade” e voltada para os seus moradores. Contudo, para que esta definição seja mais compreensível, faz-se necessário delimitar o conceito de comunidade interligado ao fazer comunicativo. Tal expressão carrega diferentes interpretações e definições, sendo algumas vezes até utilizada para se referir a reuniões de grupos por crenças e origem cultural, no entanto, a comunidade referida no discurso da comunicação comunitária traz conotações políticas. Miani (2006, p.5) destaca que a comunidade seria um “espaço político concreto, de resistência, que possibilita o

²¹ Coordenador do Programa de Capacitação e Melhoria das Rádios Comunitárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Valdir Oliveira.

despertar crítico dos seus membros” a partir do momento em que seus integrantes compreendem as relações e as atuações da lógica capitalista.

Ao se referir à comunidade produtora de ações na esfera da radiodifusão comunitária, Paiva (2007, p.10) afirma que este seria o local de “tentativas sociais de produzir comunicação a partir de uma experiência comum, fora dos grandes circuitos do capital”. Muniz Sodré (*apud* PAIVA, 2007, p.5) acrescenta que a expressão de comunidade adotada por Paiva teria concepções de foro político, evidenciados na atuação dos membros que não teriam sido contemplados com políticas públicas para os recursos necessários na vida contemporânea. Paiva, por sua vez, explica que a comunidade não seria vista como um paraíso supostamente risonho, mas como uma reorganização da vida social, com “poder de resgate da solidariedade humana ou da organicidade social perdida” (PAIVA, 1998, p.11).

Mourão Bahia (2008, p.30) destaca ainda que a comunidade seria o local de encontros entre membros de uma determinada região, o que possibilitaria a construção de sentimentos de pertencimento e reconhecimento pessoais. Da mesma forma, na perspectiva de Peruzzo (2003, p.53), a comunidade se caracteriza por um espaço em que a pessoa se sente pertencente a ele, “que lhe é familiar, que lhe diz respeito mais diretamente”.

A comunidade abrigaria, portanto, personalidades diversas que estariam unidas em prol de um mesmo projeto, em benefício do coletivo. Sendo assim, a utilização do termo “comunidade” neste estudo remete a uma situação de pertencimento entre os membros da região de Heliópolis, que se reconhecem como portadores do direito de se comunicar e produzir informação, a despeito das informações dos grandes conglomerados comunicativos. Tal posicionamento, no entanto, não compreende seus membros como homogêneos e pondera que as ações adotadas para determinados objetivos não ocorrem de forma linear e sem conflitos.

Ainda junto aos debates sobre a democratização da comunicação está a discussão sobre a interferência das rádios de baixa potência na comunicação de aeroportos. Embora sejam denominadas como mobilizações contra as ‘rádios piratas’, tanto pelo governo como pela Abert, as críticas e denúncias acabam sendo dirigidas diretamente contra as rádios comunitárias de uma maneira geral. Tais manifestações do empresariado da radiodifusão ocorreram em períodos específicos. Um exemplo disso foi uma campanha contra as “rádios piratas” realizada em 2006, quando houve a queda de um avião da Gol, em setembro daquele ano, o que expôs as carências no controle do tráfego aéreo brasileiro. O acidente resultou na morte de todos os passageiros e da tripulação.

Conforme reportagens publicadas naquele período por jornais de circulação nacional, como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, as interferências de “rádios piratas”, referindo-se às rádios comunitárias, estariam entre as causas do acidente. Para os integrantes de mobilizações favoráveis às rádios comunitárias, as campanhas se configurariam como perseguição política e comercial dos grupos que detêm o controle do setor de comunicação, sendo respaldadas pelas grandes emissoras de rádio, televisão e jornais impressos, além do governo federal, como foi o caso do apoio do então ministro das Comunicações, Hélio Costa, em 2006²².

Tais mobilizações ganharam repercussão de grande abrangência, diante de sua veiculação na “mídia convencional”. Em novembro de 2006, a *Folha de S. Paulo*²³ denunciara a existência de longas filas no aeroporto de Congonhas que teriam sido originadas por problemas com chuva e ventos fortes, o que obrigava os pilotos a alterarem suas rotas de pouso. Se, por um lado, a reportagem demonstrava um aparente controle por parte dos operadores do tráfego de aviões, com estrutura suficiente para atender possíveis emergências, por outro, citava a possibilidade de haver problemas por fatores externos, como a interferência de rádios piratas. Após citar a interrupção nas comunicações entre os pilotos devido à entrada de sons de forró e axé ou de pregações religiosas, o repórter Alencar Izidoro explica que “o problema fora causado por ‘rádios comunitárias’ que invadem a frequência do tráfego aéreo”. O raciocínio indicado pela reportagem é o de que as rádios piratas que estariam atrapalhando o tráfego aéreo seriam rádios comunitárias.

Mostra-se, portanto que, muitas vezes, as rádios comunitárias sofrem discriminação e acabam por serem compreendidas como piratas, sendo tachadas como algo prejudicial à sociedade. Em reportagem da Revista *Imprensa*, Campolim²⁴ avalia que a confusão entre emissoras piratas e comunitárias resulta em fechamentos de muitas emissoras de maneira injusta. O dirigente destaca que enquanto uma rádio comunitária tem gestão pública, com espaço para a participação da comunidade na sua programação, as piratas têm gestão individual e possuem interesses privados.

Campolim defende que a realização de um breve levantamento do perfil da rádio pela Anatel ou pela Polícia Federal seria suficiente para que não houvesse fechamentos de

²² Costa foi correspondente internacional da Rede Globo nos EUA e apresentador da primeira versão do programa *Linha Direta*, da mesma emissora, em 1990.

²³ IZIDORO, Alencar. *Em Congonhas, temor é com rádios piratas*. *Folha de S. Paulo*. Cotidiano. 02 de novembro de 2006.

²⁴ CAMPOLIM, Ricardo. Saída pelo judiciário. In: *Piratas, Comunitárias ou o que?* Revista *Imprensa*, número 144, ano XIII, 1999, p. 49. Entrevista concedida quando ocupava o cargo de presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço).

emissoras que possuem o caráter realmente comunitário. Carvalho²⁵, quando ocupava o cargo de coordenador jurídico da Abraço, responsabilizou o governo pela proliferação das falsas rádios comunitárias. Ele criticou a concessão de autorizações de funcionamento para emissoras ou entidades ligadas a políticos em detrimento daquelas que cumprem o seu papel e não conseguem a regularização de suas entidades²⁶.

Mais uma vez, em 2007, os aeroportos de Cumbica e Congonhas, de São Paulo, suspenderam suas atividades por seis minutos em decorrência das interferências de rádio em suas comunicações. O assunto foi discutido pelo governo federal, representado por Hélio Costa, que estava à frente da pasta do MiniCom, durante o 24º Congresso Brasileiro da Radiodifusão, organizado pela Associação Brasileira de Telecomunicações (Abert) e realizado naquele mesmo ano. Na ocasião, Costa culpou as rádios comunitárias pelo fato e anunciou um recrudescimento na repressão a estas emissoras: “A partir de hoje estamos pedindo à Justiça que penalize tamanha falta de respeito. A pena para quem infringe a lei é de até dois anos de cadeia. Ninguém tem o direito de colocar a vida de outras pessoas em risco”²⁷.

Diante das acusações de interferências das rádios comunitárias no tráfego aéreo, o presidente do Centro de Estudos de Mídia Alternativa, Altamiro Borges²⁸, cita estudos já concluídos sobre o tema para rebater as afirmações de que estas emissoras seriam capazes de invadir o sistema de comunicação entre aviões. Em reportagem publicada no Portal Vermelho e compilada em seu livro (BORGES, 2009, p.152), ele recorre ao relatório do Grupo Interministerial, criado pelo governo federal em 2003 para estudar a realidade das rádios comunitárias, onde fora relatado o fato de que várias interferências registradas no aeroporto Santos Dummont, no Rio de Janeiro, teriam sido causadas por rádios comerciais, entre elas, a Rádio Globo. Borges cita o relato de um fiscal da Anatel, o qual revelava que nos casos em que havia interferência de rádios legalizadas, bastava um telefonema para que o caso se resolvesse, mas quando se tratavam de emissoras que não estavam regularizadas a forma de

²⁵ CARVALHO, Joaquim. *Repressão e burocracia ameaçam as rádios comunitárias*. Agência Carta Maior, janeiro de 2006, p.1.

²⁶ O levantamento sobre o número de entidades que conseguem autorizações para a implantação de rádios comunitárias com apoio político em relação àquelas que buscam regularização sem nenhum vínculo político pode ser verificado em LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar. *Rádios comunitárias - coronelismo eletrônico de novo tipo* (1999-2004): as autorizações de emissoras como moedas de barganha. Observatório da Imprensa/PROJOR. Rio de Janeiro: junho, 2007.

²⁷ SADA, Juliana; DELMANTO, Júlio. *Segundo técnicos, interferência das rádios comerciais é maior*. Observatório do Direito à Comunicação – Aeroportos. 05 de junho de 2007. Acesso em 20 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=632.

²⁸ Altamiro Borges é também membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

reverter a interferência era por meio da polícia, que detectava o sinal e tomava as medidas previstas na legislação. Ele dizia que nesses casos a polícia já ia armada, pois o fato era tratado como um crime.

Quanto ao potencial de interferência de uma rádio comunitária no sistema de comunicação aéreo, Marcus Manhães, engenheiro do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, explica que uma emissora com 25 watts de potência, em uma distância mínima de um quilômetro e meio dos aeroportos, seguindo as determinações da Lei da Radiodifusão Comunitária, dificilmente poderia interferir nas comunicações aéreas. O engenheiro afirma que as rádios comerciais seriam mais “potencialmente interferentes”, pois trabalham com potências muito superiores. Ele afirma que: “utilizando esta comoção dos acidentes aéreos, fica muito fácil atribuir responsabilidade a quem é mais fraco” (MANHÃES, *apud* BORGES, 2009, p. 152).

Da mesma forma, o coronel Ricardo Nogueira (1999, p.52)²⁹ detalha dados que comprovariam uma situação de menor potencial de interferência das rádios comunitárias no sistema de comunicação aéreo. Em reportagem publicada na Revista Imprensa, o militar afirma que há um exagero nas abordagens jornalísticas sobre as interferências nas comunicações dos aviões e, embora reconheça que o problema exista, ele avalia que o fato não justifica o fechamento das emissoras comunitárias. Nogueira explica que existem três tipos de interferência na comunicação dos pilotos com as torres de controle do tráfego aéreo. A primeira delas é provocada por máquinas industriais, mas afirma que estas não gerariam problemas porque há equipamentos de proteção a esse tipo de invasão no sistema. Já a segunda teria um caráter criminoso, feita propositalmente por radiocomunicadores que fingem ser o comandante das aeronaves. Por fim, o coronel cita o terceiro tipo de invasão no sistema de comunicação da Aeronáutica, provocada pelos transmissores de rádio com aparelhos defeituosos ou de baixa qualidade. Contudo, salienta que, por se tratar de um ajuste técnico, uma rádio que possua concessão de funcionamento, com equipamentos regulares, também pode interferir.

Por meio de uma carta aberta, publicada no Observatório da Imprensa³⁰, em junho de 2007, os integrantes do Fórum Libertário em Defesa das Rádios e TVs Comunitárias denunciaram que a criminalização das rádios comunitárias ocorria de maneira recorrente no

²⁹ NOGUEIRA, Ricardo. *Afinal, RadCom derruba avião?* Pautas malditas. Revista Imprensa, número 144, ano XIII, 1999, p.52

³⁰ OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *Rádio comunitária é legal*. Fórum Libertário em Defesa das Rádios e Tvs Comunitárias. Democracia no ar. 12/06/2007, edição 437. Acesso em 10 de março de 2011. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/radio_comunitaria_e_legal.

país: “A campanha em curso parece-nos mais uma tentativa para esconder os verdadeiros responsáveis do apagão aéreo”.

As discussões em torno da interferência das rádios no tráfego aéreo estão diretamente ligadas a um tema que certamente ocupa um dos maiores espaços entre debates dos defensores da democratização da comunicação que é a legislação e a existência de políticas públicas para o setor. Os questionamentos estão voltados à necessidade de atualização das leis que regem a comunicação no país, com atenção à ampliação do acesso dos cidadãos à comunicação, com atenção às rádios comunitárias, tema que será discutido no tópico que se segue.

1.2 - Legislação – avanços e retrocessos

No dia 10 de abril de 1995, um grupo de representantes de rádios comunitárias participou de uma audiência, em Brasília, com o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que os recebera para ouvir reivindicações do setor, após uma série de pressões dos movimentos sociais realizadas anteriormente junto ao governo. Estimativas apontavam a existência de milhares de rádios livres e comunitárias operando na ilegalidade naquele período e, diante disso, o próprio Ministério Público já teria se manifestado apontando que aquele seria um fenômeno social que exigia urgência na criação de uma legislação que o regulamentasse. A audiência seria a primeira manifestação do governo e, conseqüentemente, o marco inicial para a regulamentação da radiodifusão comunitária no Brasil.

Um ano depois, sete projetos de lei haviam sido apresentados no Congresso Nacional para a regulamentação das rádios comunitárias, resultantes da mobilização promovida pelo Seminário de Radiodifusão Comunitária Livre, realizado na Câmara dos Deputados, nos dias 23 e 24 de abril de 1996, promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O projeto principal, já que foi o primeiro a ser protocolado no legislativo, foi o de nº 1.521/96, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB/SP. Posteriormente, a iniciativa recebeu contribuições dos projetos dos deputados Franco Montoro (PSDB/SP), Fernando Gabeira (PT/RJ), Confúcio Moura (PMDB/RO), Aldo Arantes, (PC do B/GO) e Pedrinho Abraão (PMDB/GO), além do projeto do então presidente Fernando Henrique Cardoso,³¹.

³¹LUZ, Dioclécio. *Rádios Comunitárias: os 10 anos de uma lei troncha*. Observatório da Imprensa. 26.02.2008. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os-10-anos-de-uma-lei-troncha>. Acesso em 30 de setembro de 2011.

A audiência com o ministro das Comunicações, em 1995, representou uma aproximação entre o Estado, disposto a criar um dispositivo legal de amparo às emissoras de baixa potência, especialmente às comunitárias, e os representantes de movimentos sociais que reivindicavam abertura no acesso à comunicação. A reunião com Sérgio Motta despertou expectativas aos grupos que defendiam a democratização das comunicações, já que a iniciativa poderia representar uma transformação na configuração desse setor no país, que até então ainda era regido por leis instauradas durante o regime ditatorial ou ainda antes desse período, como é o caso do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962.

No começo da década de 1960, período de crescimento da radiodifusão, com ascendência do mercado publicitário para a televisão e queda para o rádio, foi instituído o primeiro instrumento de regulação do setor, sob a forte pressão das empresas constituídas nessa área de atuação. A medida foi bastante tardia, já que desde a década de 1920 alguns países já traziam regulações específicas a esse campo, como é o caso britânico, que definiu a radiodifusão como um serviço público ainda antes da chegada da televisão. Após tentativas frustradas de elaboração do Código Nacional de Radiodifusão, foi criado o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), a partir do projeto de lei número 36, apresentado ao Congresso Nacional em 1953. As negociações evoluíram e a regulamentação da radiodifusão foi aprovada no Congresso em 1962.

Embora o projeto do CBT tivesse recebido 52 vetos do então presidente João Goulart, todas as alterações apontadas pelo Poder Executivo foram revertidas no Congresso e o documento manteve sua forma original. Na manhã da votação dos vetos fora criada a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), momento em que os empresários do setor se organizaram para a defesa de seus interesses e a ampliação da pressão sobre o governo. Dessa forma, garantiram a mobilização do empresariado frente ao crescimento da radiodifusão brasileira, embora as regulamentações representassem um Estado mais forte no que se refere às políticas de comunicações (BARROS FILHO, 2010, p. 44; BOLAÑO, 2007, p.13).

Nesse período ainda não existia uma política de comunicação de massa no Brasil, com uma regulação que direcionasse a atuação dos meios eletrônicos no país. Dessa forma, quando o governo militar foi instalado no país, a partir do golpe de 1964, a comunicação foi um dos principais instrumentos utilizados a favor do governo sob o argumento de contribuir para a “unidade nacional” e a conseqüente segurança do território brasileiro. O CBT favoreceu a consolidação de um sistema comercial privado de rádio e televisão, atuando de forma bastante diversa de países da Europa que já haviam configurado a radiodifusão como um serviço

público. O Código unificou a regulamentação do rádio e da TV, incluindo pela primeira vez a televisão entre os instrumentos de veiculação da informação, tendo em vista que os decretos da década de 1930 se detinham especificamente sobre as ações do rádio. Sua regulamentação ocorreu em 1963, um ano após ser instituído, com detalhes sobre a estrutura e forma de atuação do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel). Esse órgão tinha a função de elaborar o Plano Nacional de Telecomunicações, havendo ainda o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), este dedicado à fiscalização do sistema de radiodifusão. Tais regras legais não sofreram alterações até a década de 1990 (BOLANÑO, 2007, p. 12).

A regulamentação do CBT, em 1963, ratificou que parlamentares em atividade legislativa não podiam ser proprietários, gerentes ou diretores de veículos de rádio ou televisão, entretanto, ainda nos dias atuais, não são raros os casos de políticos à frente do comando de emissoras da radiodifusão. Desde a década de 1980, os veículos impressos já denunciavam em suas páginas a participação de deputados e senadores, bem como de ministros, que teriam favorecimentos na obtenção de concessões públicas. No período militar, em 1967, o CBT foi complementado pelo decreto-lei 236, publicado no dia 28 de fevereiro. O documento trazia uma postura mais centralizadora e autoritária do governo federal frente à radiodifusão, impondo penalidades mais severas em relação à proposta inicial do Código. Desde aquele período, a atuação de rádios ilegais passou a ser caracterizada como um crime, com pena de um a dois anos de detenção, podendo ser ainda ampliada em caso de danos a terceiros.

Nessa mesma complementação de 1967, foi criado o MiniCom, ao qual passaram a estar vinculados o Contel e o Dentel, bem como o Sistema Telebrás, que reunia sob seu comando a Embratel, que entrou em atividades somente naquele ano, após ter sido prevista no CBT, em 1962. Entre as determinações da complementação à legislação daquele ano, esteve a limitação de propriedade de emissoras por cada concessionário, em no máximo 10, sendo cinco VHF e duas por estado. O Código então eliminava a possibilidade de estrangeiros serem donos ou participarem da direção de empresas de comunicação brasileiras (BOLANÑO, 2007, p.13).

Com todas essas medidas adotadas na década, cada vez mais o rádio era inserido em uma realidade de forte exploração comercial, em detrimento ao pouco espaço destinado à informação, à cultura e à educação na programação das emissoras existentes no período. Tais mudanças alteravam o seu impulso inicial de caracterização com função cultural e educativa, seguindo as prerrogativas defendidas por Roquete Pinto, seu idealizador.

Ainda na década de 1960, embora o país estivesse sob o regime de ditadura militar, o Brasil aderiu ao documento internacional resultante da Convenção Americana sobre os

Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica. O documento, de 1969, defendia a liberdade de expressão e condenava qualquer tipo de restrição relacionada a esse direito. Contudo, as orientações não saíram do papel.

Com o poder de conceder autorizações para o funcionamento das emissoras de rádio e televisão em suas mãos, desde os primeiros decretos normatizadores do rádio, o governo passou a utilizar esse mecanismo como forma de barganha, na troca de favores durante o período militar. Tal fato se intensificou no governo Figueiredo, 1979 a 1985, com quase 700 concessões distribuídas durante seu mandato, entre rádio e televisão. Nos dois últimos meses de seu governo, o general assinou 91 decretos de outorgas, em uma média de 1,22 concessões por dia (LIMA, 2007, p, 9).

O caso da concessão de um canal de televisão ao deputado federal José Carlos Martinez (PDS/PR), no ano de 1984, em Cascavel, foi emblemático. Figueiredo concedera a outorga ao deputado mesmo sem haver a disponibilidade do canal no Plano Básico de Distribuição, preparado anteriormente pelo MiniCom. Embora a concessão tenha sido outorgada em 05 de dezembro de 1984, o canal foi previsto no Plano somente em 04 de fevereiro de 1985 (LIMA, 2008, p.3).

Durante o seu governo, João Figueiredo fixou diretrizes que ampliaram o caráter privado da radiodifusão, tendo a viabilidade econômico-financeira como um dos critérios de autorizações das outorgas. Ao Estado caberia apenas a obrigação de exercer funções complementares. Conforme Pereira (1987, p.22), não havia nenhuma preocupação em permitir que segmentos ou instituições sociais ligados a movimentos comunitários, educativos ou culturais, tivessem acesso à comunicação, sendo todos eliminados antecipadamente do sistema.

Essa manobra política de favorecimento a determinados grupos políticos na obtenção de concessões deu origem à expressão “coronelismo eletrônico”, em alusão ao poderio dos então chamados coronéis do latifúndio do ar. Tratava-se de um desdobramento da nomenclatura lançada por Victor Nunes Leal, em seu livro “Coronelismo: enxada e voto”³², publicado pela primeira vez em 1949. No entanto, nesse caso, a moeda de troca com os membros do governo não eram mais as terras, mas sim a mídia eletrônica.

³² SANTOS, Suzy dos. *Nem só de samba e futebol vivem as tradições históricas brasileiras: O coronelismo eletrônico como herança do coronelismo*. Espanha - 2006. IX Congresso Ibercom. Disponível em: <http://www.hapaxmedia.net/ibercom/pdf/DosSantosSuzy.pdf>. Acesso: 13 de fev. 2008. “O coronelismo se refere a um momento da história brasileira no qual os fazendeiros utilizaram poderes alternativos à concentração econômica – o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto – como uma moeda para negociar sua sobrevivência no comando do poder municipal e o governo federal”. A adoção deste termo nas Ciências Sociais tem sido motivo de críticas quanto ao seu conceito original, porém é utilizado em grande medida.

Lima (2007, p.3) explica que o “coronelismo eletrônico” foi um fenômeno da segunda metade do século XX, resultante do modelo de outorga de concessões da radiodifusão. Nesta prática, as emissoras mantidas por publicidade oficial e articuladas com redes nacionais de comunicação se envolviam em consensos políticos entre o governo e os radiodifusores, facilitando eleições e reeleições em seus cargos que, por sua vez, manteriam os concessionários com suas outorgas e o poder de influência social.

Mas essa relação de troca entre o governo e os políticos, realizada inicialmente em âmbito estadual e federal, ganhou novos moldes a partir de 1976, durante as eleições municipais, conforme constata Lima (2007, p.4). Naquele período, um novo “compromisso” entre o presidente da República, general Ernesto Geisel, e os municípios fora definido. Geisel buscou vínculos com lideranças locais diante da necessidade de sobressair-se frente aos governos estaduais. Com os municípios em uma situação de fortalecimento político diante da nova postura do governo federal, surgia então o chamado “coronelismo eletrônico de novo tipo”, expressão cunhada por Venício Lima, que estava relacionada ao vínculo estabelecido com as prefeituras nas permissões e autorizações de funcionamento das emissoras locais. A barganha ocorreu no âmbito municipal desde 1978, com concessões de emissoras de rádio FM e, posteriormente, com rádios comunitárias, legalizadas a partir de 1998, quando foi instituída a Lei da Radiodifusão Comunitária, que será abordada mais adiante.

Na segunda metade da década de 1980, no entanto, o país começava a se mobilizar para uma mudança em sua legislação, o que seria provocado pela Constituição de 1988. Ações de atores sociais foram intensificadas desde a década de 1970, incluindo entidades sindicais, religiosas e acadêmicas, além de diversas associações que reivindicavam por democracia e estavam interessados em contribuir para a criação de políticas públicas para as comunicações. Tal organização auxiliou na mobilização e discussão sobre a comunicação durante a Assembleia Constituinte, instaurada em 1987, como um desdobramento da mobilização realizada no movimento pelo voto direto em 1984, na Campanha das Diretas Já.

A situação de poder sobre a concessão de outorgas por parte do presidente da República, que se estendia há décadas, sofreu alterações somente a partir do texto constitucional de 1988. Contudo, ainda não houve mudanças significativas na relação de barganha para a destinação das outorgas aos concessionários. No período da Assembleia Constituinte, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães (ACM), assinou mais de mil outorgas para senadores constituintes na busca de apoio para a ampliação do mandato do presidente José Sarney para cinco anos (INTERVOZES, 2007, p.6). A própria indicação de ACM para o posto de ministro foi uma derrota dos movimentos sociais que a partir da Nova

República, reivindicavam a nomeação do deputado federal e jornalista Freitas Nobre para o cargo, já que este seria capaz de incentivar políticas favoráveis à democratização da comunicação. Contudo, a ligação de ACM com redes de televisão e sua posição de “avalista” da Nova República, o colocaram no posto de ministro.

Como forma de organização e ampliação da força de pressão sobre os parlamentares membros da Assembleia Constituinte, jornalistas e integrantes de movimentos sociais elaboraram o documento intitulado “A Comunicação na Constituinte”, com demandas de democratização das comunicações. Estiveram à frente da iniciativa os Sindicatos de Jornalistas de diferentes regiões, bem como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Além de citar experiências presentes em textos constitucionais de países como Espanha, Portugal, Itália e outros, em que o direito à comunicação estava garantido, tendo ainda em alguns casos, assegurado o direito à informação, as entidades reunidas em torno do documento que seria encaminhado ao Congresso Nacional previam uma “transformação radical no sistema de comunicação e no processo político” do país, caso fossem incluídas as suas reivindicações (PEREIRA, 1987, p.22).

Entretanto, a efervescência política presente no momento dos trabalhos da Assembleia Constituinte não foi suficiente para proporcionar uma maior abertura democrática à radiodifusão. O desfecho revelou-se bastante decepcionante aos movimentos de entidades organizadas em torno do tema. Desse modo, a Constituição de 1988 pouco alterou a relação de poderes da comunicação social. O texto constitucional, na realidade, apenas consolidou os interesses comerciais vigentes:

Donos de canais de rádio e de televisão decidiram, como constituintes, sobre seus interesses, em conflito ou em cooperação com o Ministro das Comunicações, sob a batuta de um dirigente da Abert e de um importante advogado que era seu assessor, todos ignorando o que estipula o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte e torpedeando o bom andamento das discussões e o trabalho do bravo relator Artur da Távola (FERNANDES, 1989, p.105).

O texto da Constituição de 1988, porém, reservou à comunicação um capítulo específico com cinco artigos, ainda que uma série de proposições a respeito da democratização da comunicação, então reivindicada por movimentos sociais organizados desde a mobilização pelas Diretas Já, em 1984, tivessem sido extintas na plenária geral de votação. O grupo que destinou as suas discussões às questões que envolviam a comunicação, composto por muitos concessionários de emissoras de rádio ou televisão, foi o único que não conseguiu concluir o relatório final dos debates por não haver consenso entre os pares.

Diante do longo período de regime ditatorial, em que a censura pairava sobre as redações dos jornais e dos movimentos sociais, a Constituição de 1988 se configurava como a possibilidade de banir de forma definitiva a prática restritiva de direitos, substituindo essa barreira pela defesa de liberdade de manifestação do pensamento e pelo direito de expressão, entre outros. O objetivo do texto constitucional era garantir que fossem assegurados os direitos civis, políticos e sociais no país.

Entre os cinco artigos referentes às comunicações incluídos na Constituição (do 220 ao 224), estiveram a defesa da liberdade de expressão, a proibição da censura e do monopólio e oligopólio nas comunicações; o entendimento de que a programação das emissoras de rádio e televisão devia ser educativa e cultural, além de oferecer estímulos à produção independente e à regionalização de conteúdos. Os artigos ainda previam a limitação de participação estrangeira sobre os investimentos nas empresas de comunicação em 30%; a definição dos prazos de concessão em 10 anos para rádio e 15 para televisão; e finalmente a criação do Conselho de Comunicação Social (CCS) como órgão auxiliar do Congresso Nacional, que foi constituído somente em 1991, durante o governo Collor, mediante pressão social. Mesmo instituído, o órgão foi alvo de muitas críticas quanto à sua real atuação, o que será discutido mais à frente. Sobre as dificuldades para o estabelecimento do capítulo sobre a comunicação na Constituição de 1988, Lima (2011, p.1)³³, resume:

As normas e princípios que estão na CF88 foram resultado de um difícil embate entre os interesses em avançar na democratização do setor e aqueles que, àquela época e ainda hoje, defendem o status quo legal. Tanto isso é verdade que, na Constituinte, a Comissão onde estava o tema da comunicação foi a única que não chegou a ter um relatório final. Os acertos para a redação do capítulo V (do Título VIII) – Da Comunicação Social – foram feitos já no âmbito da comissão de sistematização. Além disso, o que finalmente se conseguiu inscrever na CF88 em termos de avanço para a área, resultou de anos de articulação da sociedade civil em torno de bandeiras concretizadas através de Emendas Populares e pressão diuturna durante todo o processo constituinte.

Se por um lado havia a expectativa da regulamentação de diversos artigos da Constituição para que estes fossem consolidados, principalmente na área da comunicação, por outro, algumas medidas que se sucederam nos governos posteriores contribuíram para dificultar o processo em curso do avanço na democratização das comunicações que então poderia ter sido impulsionado a partir das previsões do texto constitucional. Em 1990, o presidente Collor de Mello extinguiu o MiniCom, incorporando-o ao Ministério da Infraestrutura que, em 1991, fora transformado em Ministério dos Transportes e

³³ LIMA, Venício. *Regulação da mídia: de volta ao passado*. Portal Carta Maior, 28/11/2011. Disponível em: www.cartamaior.com.br/templates/colunamostrar.cfm?colunai_d=5328.

Comunicações. Entre as medidas tomadas em seu governo esteve o decreto 177/91 que regulamentou o sistema de televisão a cabo e a lei 8.389/91 que trouxe regulamentações do Conselho de Comunicação Social (CCS).

Embora o CCS³⁴ tivesse sido criado para ser um órgão auxiliador do Congresso na fiscalização das empresas de radiodifusão, sobretudo no que se referia às garantias de informação diversificada e outras medidas previstas na legislação, a atuação dos seus membros, nomeados pelos senadores, foi alvo de críticas. Em artigo publicado em periódico científico, Brittos, Nazário e Simões (2006, p.8)³⁵ denunciavam que as indicações tinham sido definidas por acordos entre entidades políticas e instituições econômicas da área de comunicações. Os autores avaliaram que o CCS ficou, em grande medida, mapeado por uma visão de mercado, devido ao fato de que a maioria da representação de seus integrantes foi ocupada por empresários do setor. Ademais, os autores pontuaram que a representação da sociedade civil era praticamente inexistente na primeira gestão daquele órgão consultivo. Mesmo com a sua criação em 1991, com previsão de nomeação dos seus membros até 1992, as indicações dos nomes para comporem o CCS foram efetuadas somente em 2002, decorrentes de pressão da Fenaj, Fórum Nacional de Democratização das Comunicações (FNDC) e movimentos sociais. Como principal empecilho à atuação inicial do CCS, Rebouças (2003) destaca:

Um dos principais fatores que fez com que o CCS demorasse tanto tempo para entrar em funcionamento foi o fato de que, na época de sua instalação, no início de 1992, 109 deputados e senadores (21% do Congresso Nacional), cinco governadores de estados, o ex-presidente da República, José Sarney, e o atual Fernando Collor de Mello, serem proprietários ou terem algum interesse pessoal em empresas de comunicações (REBOUÇAS, 2003, p. 73).

A instalação do CCS foi realizada após um acordo com os líderes de diversos partidos. A votação do segundo turno da PEC 5/2002, que abria espaço ao capital estrangeiro nas empresas de mídia, foi condicionada à definição de composição do Conselho. Os nomes propostos para as vagas destinadas aos setores empresariais e profissionais não sofreram nenhuma oposição do Congresso, o que não ocorreu com a lista dos cinco membros que

³⁴ De acordo com o regimento da lei que criou o CCS, os seus membros deveriam ser escolhidos em comum acordo entre o Congresso Nacional, entidades representativas das empresas de radiodifusão e de membros da sociedade civil, que poderiam indicar à mesa da instituição, sugestões de nomes que integrariam a sua representação, com a palavra final ficando a cargo do Senado. Foi previsto ainda que o presidente e vice-presidente do conselho deveriam ser definidos entre os cinco membros da sociedade civil (BRITTOS, NAZÁRIO e SIMÕES, 2006, p.3).

³⁵ BRITTOS, Valério Cruz; NAZÁRIO, Paola Madeira; SIMÕES, Denis Gerson. *Conselho de Comunicação social: possibilidades e limites*. UNirevista, vol.1, nº3, julho de 2006, p.8. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Brittos.PDF. Acesso realizado em 10 julho de 2011.

representariam a sociedade civil. Entre as entidades representadas nestas vagas estariam a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), a Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi), o Conselho Brasileiro de Cinema, o Conselho Federal de Psicologia e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos). A resistência dos parlamentares estaria ligada à inclusão de um integrante da Abraço, segmento da radiodifusão comunitária, setor que ainda não possuía legislação específica. A entidade acabaria sendo excluída do quadro de entidades representativas da sociedade civil que comporiam o CCS, o que gerou críticas por parte das entidades organizadas.

Entre 1995 e 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) fez alterações no sistema brasileiro de comunicação, voltadas, principalmente, à área de telefonia. As mudanças foram realizadas no momento em que os empresários estrangeiros do setor das comunicações, atraídos pela política neoliberalista intensificada naquele período, exigiam garantias para os seus investimentos. Com isso, as medidas adotadas não seriam propriamente resultantes de um projeto nacional para a comunicação do país, mas sim de uma adequação necessária para o novo perfil do setor.

Foi nesse cenário da política brasileira que, em 06 de janeiro de 1995, FHC sancionou a Lei do Cabo (nº 8.977)³⁶. Para os agentes envolvidos com os movimentos sociais, a aprovação da lei representaria uma vitória e poderia abrir caminhos para “transformações estruturais no sistema de comunicação do Brasil” (SOUZA, 1996, p.47- 48). Como uma nova tecnologia a ser implantada, o sistema da cabodifusão era visto como uma forma de ampliação de acesso à comunicação por parte de diferentes agentes sociais, podendo ser, inclusive, uma maneira de televisão interativa, tendo em vista as suas potencialidades. Tema incluso há anos na pauta de discussões entre agentes e frentes atuantes pela democratização da comunicação, tendo o Fórum Nacional de Democratização das Comunicações (FNDC) como um de seus expoentes.

Entretanto, ainda que tivesse havido alguns avanços com a conquista de espaços públicos para a atuação de entidades, com “canais básicos de utilização gratuita”, incluindo “um canal comunitário aberto para a utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos”³⁷, a cabodifusão acabou sendo um espaço de utilização das grandes redes. A legislação implantada permitia a atuação de empresas estrangeiras no mercado das telecomunicações a cabo em até 49%.

³⁶BRASIL. Lei nº 8.977. *Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo*. Brasília, 6 de janeiro 1995.

³⁷BRASIL. Op.cit., art. 23, I, g.

Já em 1996, em meio às mudanças na legislação do país, os membros dos movimentos de “rádios livres” intensificaram sua articulação e a reunião realizada com o ministro das Comunicações, citada na abertura deste tópico, despontava como uma possibilidade de avanço no que se refere à inclusão da comunicação comunitária em meio às leis que regiam a radiodifusão brasileira. Naquele período, o ministro Sergio Motta anunciava publicamente a sua intenção de “mudar” o cenário das rádios comunitárias, com promessas de regularização desse setor. Tais posicionamentos vinham acompanhados de rumores de sua candidatura para a disputa do cargo de prefeito de São Paulo, embora Motta negasse essa intenção.

No mesmo ano, FHC definiu regras mais rigorosas para as outorgas de rádio de maneira geral, por meio do decreto 2.018/96³⁸, publicado na última semana de dezembro. Entre os critérios apontados no documento presidencial estava a reafirmação da necessidade de licitação para as concessões; o impedimento da participação de políticos em exercício na direção das concessionárias e a determinação de que uma mesma empresa ou membros acionários deste grupo não poderiam receber mais de uma outorga para o mesmo tipo de veículo em uma mesma localidade.

Ainda no contexto das mudanças legislativas no sistema da radiodifusão realizadas pelo governo FHC para a implantação de políticas liberais no país, se encontrava a criação da Lei Geral das Telecomunicações (LGT), de 1997, que teria a função de modernizar a legislação em vigor no país, as quais estavam definidas por meio do CBT, de 1962, que por sua vez continuaria a vigorar para o rádio. Tal processo foi caracterizado por Lopes (2005) da seguinte forma:

Havia um interesse hegemônico de privatizar o sistema Telebrás e de reformular a legislação de telecomunicações, porém o mesmo não se podia falar em relação à radiodifusão. A atuação dos lobbys de radiodifusores, bem como a resistência de membros do governo e, principalmente, do Parlamento, terminou por sepultar qualquer tentativa de reforma na radiodifusão. Resultado: separação das telecomunicações da radiodifusão e a edição de uma Lei Geral de Telecomunicações que manteve praticamente intactos os preceitos do Código Brasileiro de Telecomunicações referentes ao rádio e à televisão (LOPES, 2005, p. 4).

Além disso, nesse mesmo ano fora criada a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por intermédio da Lei nº 9.472/97³⁹, sendo a sua constituição mais uma das imposições do capital estrangeiro que vinha se instalando no mercado nacional e buscava melhores condições de competição no setor. A criação da Anatel era motivada principalmente

³⁸ BRASIL. Decreto nº 2.108 . *Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão*. Brasília, DF, 24 de dezembro de 1996.

³⁹ BRASIL. *Lei Geral de Telecomunicações* (nº 9.472). República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1997.

pelo objetivo de privatização do sistema Telebrás (REBOUÇAS e MARTINS, 2007, p.8). Entretanto, a Agência teria um caráter fiscalizador, atuando como um regulador do Estado nesta área, mas com certa autonomia em relação ao governo.

Entre outras atribuições, a lei que criou a Agência previa-lhe a função de “realizar busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência” (artigo 19, inciso VX)⁴⁰. Para as lideranças políticas envolvidas com a busca pela democratização das comunicações, tal dispositivo poderia criar brechas para ações que poderiam prejudicar as rádios comunitárias. Sendo assim, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.668 (Adin)⁴¹ foi movida no Congresso Nacional envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em busca da garantia de que as buscas de apreensão de bens só fossem realizadas mediante mandado judicial.

No dia 09 de outubro de 1997, o Supremo Tribunal Federal (STF) acatou o pedido dos partidos, passando assim a ser obrigatório o documento judicial para as ações de apreensões ou laque que seriam realizadas pela Anatel. Contudo, as críticas de entidades e associações que lideravam emissoras de caráter comunitário davam conta de que as diligências da Anatel, na maioria das vezes, ocorriam sem mandados judiciais, em desacordo com o determinado pelo STF. Tal situação foi alterada em 2004, durante o governo Lula, quando o projeto de Lei nº 10.871/04⁴², do Poder Executivo, conferiu aos agentes da Anatel o poder de polícia, o que lhes permitiu agir sem a necessidade de aval judicial.

Paralelamente às demais discussões parlamentares sobre as telecomunicações durante o primeiro governo FHC, seguiram-se debates sobre a criação de uma lei para as rádios comunitárias. Além das entidades como a Abraço e o FNDC, que apoiavam uma legislação que facilitasse a atuação de emissoras comunitárias no espectro eletromagnético, também participou ativamente nestas discussões a Abert, a qual teve grande influência nos desdobramentos dessa legislação devido à abertura proporcionada pelo governo para a formatação da lei de acordo com o interesse da representação dos empresários do setor de rádio e televisão. Finalmente, em 28 de janeiro de 1998, o Senado Federal aprovou o projeto

⁴⁰ BRASIL, op. cit.

⁴¹ BRASIL. *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.668*. Partido dos Trabalhadores. Brasília, DF, Senado, 1997.

⁴² BRASIL. Lei nº 10.871. *Criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras*. Senado. Brasília, DF, 2004

que deu origem à lei nº 9.612⁴³ da Radiodifusão Comunitária, que foi sancionada em 19 de fevereiro de 1998.

Em entrevista a documentário, Brant (2008, audiovisual), presidente do Coletivo Intervezes, avalia que o ministro Sérgio Motta implantou a legislação para as rádios comunitárias durante o governo FHC, em decorrência de pressões internacionais que vinha sofrendo. Ele enfatiza que já não era possível não haver uma legislação específica sobre o tema e, diante de tal situação, a saída encontrada pelo ministro teria sido buscar as condições básicas para a criação da lei junto à Abert. Entre as regras listadas pela Associação se encontrava a limitação de apenas um canal para cada localidade, a restrição de abrangência do sinal em apenas um quilômetro e a proibição da publicidade comercial para as emissoras que fossem legalizadas a partir da lei, então em fase de elaboração⁴⁴.

No mesmo documentário, Gomes (2008, audiovisual), representante da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc), denuncia que 70% dos deputados que compunham a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação (CCTC), responsável pela aprovação dos projetos destinados à legislação para a radiodifusão comunitária, eram concessionários ou representantes de emissoras comerciais⁴⁵. E ainda no mesmo audiovisual, o integrante da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, Oliveira (2008, audiovisual), afirma que a lei se configurou como um entrave para o setor, já que, se antes se fechavam emissoras que estariam ilegais por não haver uma legislação que normatizasse o setor, após a lei nº 9.612 passou a se lacrar as rádios comunitárias por força da lei. Segundo ele, tal legislação foi criada para restringir e não dar impulsão às ações favoráveis à comunicação comunitária⁴⁶.

Em artigo, Luz⁴⁷ (2008, p.4) afirma que a intenção do governo era que “a lei fosse a pior possível”. Ele critica que, curiosamente, após uma reunião realizada no dia 20 de março de 2006, entre um grupo de parlamentares e Joaquim Mendonça, presidente da Abert à época, a

⁴³ As legislações que estão ligadas às rádios comunitárias são: Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998; Lei nº 9.472, de 16 de Julho de 1997; Anexo à Resolução nº 67, de 12 de novembro de 1998; Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998; Norma nº 2/98; Norma complementar do serviço de radiodifusão comunitária Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; Portaria nº 17, de 31 de janeiro de 1983; Portaria nº 83, de 19 de julho de 1999.

⁴⁴ DEMOCRATIZAÇÃO FM. Duração de 1h12. Direção, roteiro, montagem e produção: Lucas Krauss. Edição e finalização: Luiz Castiglioni. Tratamento de áudio: Sammy Farah. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2008.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ LUZ, Dioclécio. *Os 10 anos de uma lei troncha*. Observatório da Imprensa. 26 de fevereiro de 2008, edição 474. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os-10-anos-de-uma-lei-troncha>. Acesso em janeiro de 2011.

lei foi aprovada exatamente como havia sido proposta pela associação representante do empresariado da comunicação.

A lei nº 9.612/98 e sua regulamentação definiram a atuação das rádios de baixa potência (comunitárias) com “cobertura restrita”, instaladas em “localidades de pequeno porte”. Em sua primeira discussão, os deputados descartaram a emenda que propunha limitar o alcance do sinal das emissoras em um quilômetro, mas a definição acabou imposta posteriormente por meio de decreto presidencial, publicado no mesmo ano. A lei ainda determinou que o sistema somente poderia ser operado por associações ou fundações legalmente regularizadas, sediadas na comunidade há mais de dois anos e que tivessem dirigentes brasileiros. Para as atividades das rádios comunitárias, a lei previu a obrigatoriedade da existência de um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades locais existentes na região de instalação da emissora, tendo a função de acompanhar a programação em atenção à necessidade de atender o interesse da comunidade.

A lei normatizou também as documentações exigidas pelo MiniCom para a abertura do processo de regularização das emissoras comunitárias. Entre os documentos exigidos para a comprovação da situação jurídica da associação ou fundação que pleiteasse o direito de executar o serviço e dos membros de sua liderança foram previstos o estatuto da entidade, devidamente registrado; a ata da constituição da associação ou fundação, bem como da eleição dos seus dirigentes, também registrada em cartório; e um ofício atestando a naturalidade dos diretores, os quais deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Para pleitear a regularização ainda seria necessário apresentar a comprovação de maioria dos diretores; a manifestação em apoio à iniciativa, formulada por um abaixo-assinado composto por membros de entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tivessem residência, domicílio ou sede na área, e ainda a declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço, além dos ofícios e projetos técnicos que comprovam a viabilidade da emissora.

Após a sanção da lei 9.612, em fevereiro de 1998, o governo publicou em julho, cinco meses depois, o decreto nº 2.615⁴⁸ para a sua regulamentação. Entre as definições da normatização da lei estava a destinação de apenas um canal para rádios comunitárias por município; a proibição de publicidade; a exigência de que a diretoria da rádio fosse residente na comunidade, delimitada em um quilômetro de raio; a determinação de que se a rádio

⁴⁸ BRASIL. Decreto nº 2.615. *Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária*. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Presidência da República, 1.998.

comunitária interferisse em alguma emissora comercial, o Estado deveria punir a primeira, em benefício da segunda, sem tratamento semelhante em situação inversa; a proibição de atuação em cadeia entre as emissoras comunitárias; e a limitação da potência de 25 watts para o seu funcionamento.

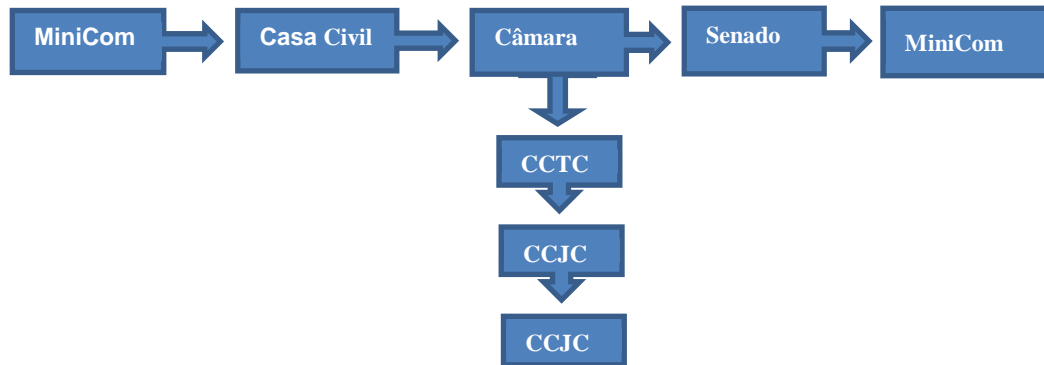
Duas alterações foram realizadas na lei nos anos que se seguiram, sendo a primeira em 2001. Na Medida Provisória nº 2.143-33/01⁴⁹, o governo estipulou o prazo de 90 dias para a conclusão das análises dos pedidos de regularização encaminhados ao Congresso. Caso esse tempo não fosse respeitado, as emissoras teriam direito à autorização provisória de funcionamento. Esta cláusula foi muito utilizada posteriormente pelas entidades que esperavam há anos por deliberação de suas demandas, sendo a principal argumentação de diversas ações públicas ajuizadas contra o governo, discussão que será retomada mais adiante. A segunda alteração da lei ocorreu em 2002, ampliando o tempo da autorização de funcionamento de três para 10 anos.

Nos moldes da legislação em vigor, uma autorização só é deliberada após a conclusão de vários procedimentos, sendo o primeiro deles a “demonstração de interesse” da entidade pela sua regularização mediante ofício encaminhado ao MiniCom, o qual deve também ser submetido à Anatel. Posteriormente, a critério do MiniCom, é publicado o “aviso de habilitação” em forma de edital que dá início ao prazo para que as entidades interessadas na regularização preparem os documentos que precisam ser apresentados para análise até a data determinada. Diante dos documentos apresentados, o Ministério faz uma consulta técnica e jurídica sobre a documentação e, se for o caso, solicita que as pendências sejam solucionadas pelas entidades. Em seguida deve-se apresentar o projeto técnico da emissora a ser instalada, tendo informações sobre longitude e latitude da antena, abrangência do sinal, entre outros.

Concluída esta fase, o MiniCom encaminha o parecer ao Palácio do Planalto e os processos de radiodifusão comunitária são enviados ao Congresso Nacional pela Presidência da República, por meio de uma mensagem presidencial. Na Câmara, os pedidos ainda são discutidos na Comissão de Ciências, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), depois pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), onde há duas votações, para então serem encaminhados à plenária de votação e seguir para votação no Senado.

⁴⁹ BRASIL. *Medida Provisória* Nº 2.143-33. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Presidência da República, 2001.

Figura 1 - Fluxo de tramitação dos processos de radiodifusão



Conforme a legislação, o Congresso Nacional tem 90 dias para analisar os documentos e se pronunciar sobre a autorização da rádio em caráter definitivo por meio de um decreto legislativo⁵⁰. Passados os três meses previstos na medida provisória de 2001, as emissoras teriam direito à “Licença Provisória”, que raramente é concedida tendo em vista os inúmeros procedimentos de análises pelos quais passa no Legislativo.

O alcance restrito a um quilômetro, a partir de uma antena irradiante de no máximo 30 metros, é um aspecto da legislação de radiodifusão comunitária bastante criticado pelas entidades representativas do setor. No sistema de frequência modulada, os sinais são emitidos a partir do ponto mais alto da antena transmissora e se estende até o solo em uma curva convexa, sendo captada nesse espaço por antenas receptoras. Em entrevista para documentário já citado, Sérgio Gomes (2008, audiovisual)⁵¹, representante da Amarc, avalia que a limitação de um quilômetro para as rádios comunitárias não leva em consideração os locais com relevo acidentado e as interferências em zonas urbanas de grande concentração predial. Ele acrescenta que os terrenos brasileiros não podem ser comparados a mesas de bilhar, totalmente planas. Sendo assim, a legislação não seria compatível com a realidade física do território do País.

Outro item que gera inúmeras críticas entre os membros do movimento pelas rádios comunitárias é a proibição do uso de propagandas como forma de sustentação das emissoras.

⁵⁰ Existem três tipos de outorgas. São denominadas de concessões as outorgas dirigidas às emissoras de TV e rádio com funcionamento a partir de ondas médias e de alta potência, com caráter comercial, sendo uma prerrogativa da Presidência da República expedida por meio de decreto; permissões são destinadas às emissoras FM de caráter local de baixa potência, concedidas pelo MiniCom por meio de portaria; e autorizações são destinadas à regularização de rádios comunitárias, repetidoras e retransmissoras de televisão. (INTERVOZES, 2007, p. 11).

⁵¹ DEMOCRATIZAÇÃO FM. Duração de 1h12. Direção, roteiro, montagem e produção: Lucas Krauss. Edição e finalização: Luiz Castiglioni. Tratamento de áudio: Sammy Farah. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2008.

Conforme a legislação vigente, as rádios comunitárias só podem veicular apoios culturais, caracterizados pela menção do nome do estabelecimento que apoie alguma iniciativa da rádio, não podendo, portanto, ter caráter de anúncio. Além disso, os estabelecimentos que contribuem com o apoio devem estar situados na área de abrangência da rádio, ou seja, em um raio de um quilômetro. Diante de todas as exigências da legislação, Castro (*apud*, MOURÃO BAHIA, 2008, p.130) pondera que a lei nº 9.612 destoa da vida real, já que prevê a atuação de um voluntarismo nas comunidades muito difícil de ser alcançado.

Pouco tempo depois da criação da lei 9.612/98, o governo FHC fechou, em 2002, os escritórios das Delegacias Regionais do MiniCom, os quais seriam responsáveis pelo recebimento dos ofícios de “demonstração de interesse” e as primeiras análises a respeito da documentação das entidades que pleiteavam a autorização. Nesse sistema, os processos encaminhados para o Ministério já estavam em fase de finalização. Com o fechamento dos escritórios, cerca de 40 mil processos foram transferidos para um único local de análise, em Brasília. Somente em 2010 as delegacias regionais foram reabertas.

No primeiro governo Lula, embora houvesse a expectativa dos movimentos diante de seu histórico de atuação no sindicalismo e atenção ao popular, não foram alcançados avanços nesse setor. As indicações para a coordenação do MiniCom de Miro Teixeira (então membro do PDT/RJ), Eunício de Oliveira (PMDB/CE) e Hélio Costa (PMDB/MG), todos deputados federais quando da nomeação, foram avaliadas negativamente por aqueles que defendiam mudanças no cenário da radiodifusão comunitária. Sobremaneira em relação ao último nome, dada preocupação do movimento das rádios comunitárias devido à sua ligação com grupos empresariais da mídia (MOURÃO BAHIA, 2008, p.121).

Em artigo da Revista Sete Pontos, Cabral (2005, p.1)⁵² afirma que os três ministros que ocuparam o cargo possuíam históricos de atuações políticas distintas. Enquanto Teixeira se apresentava com caráter mais progressista, se posicionando inclusive a favor de um sistema digital de televisão brasileiro, em detrimento dos modelos americanos, japonês e europeu que estavam em estudo, Oliveira, dono de três emissoras de rádio, com duas no Ceará e uma em Goiás, embora seu nome não constasse no quadro societário, se mostrava mais favorável às negociações com benefícios à grande mídia. Hélio Costa, por sua vez, também dono de emissora em Minas Gerais, responsável pela implantação da Globo Internacional nos EUA, causou desconforto entre os integrantes do movimento desde as suas primeiras manifestações

⁵² CABRAL, Adilson. *Para concretizar a sociedade do conhecimento*. Revista Sete Pontos. Publicação on line de Santa Catarina. Artigo publicado em julho de 2005. Disponível em <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/25/tresministros.htm>. Acesso em 10 de setembro de 2011.

como ministro. Entre outras ações, Costa definiu o modelo japonês para o sistema de televisão digital no país e em outra frente de atuação, interrompeu as discussões que estavam em andamento no Grupo de Trabalho Interministerial de Rádios Comunitárias.

As indicações para o ministério, envolvendo integrantes do quadro político da Câmara dos Deputados, os quais não possuíam necessariamente perfis técnicos especializados no setor, sinalizava que tal iniciativa estava mais voltada à ampliação da base aliada do governo do que para a intenção de realmente apresentar soluções às questões da comunicação.

Contudo, o fechamento das delegacias estaduais do MiniCom, realizado por FHC, pouco antes de passar o cargo a Lula, emperrou os trabalhos no Ministério. Até maio de 2003, por exemplo, nenhuma autorização fora concedida pelo governo, o que causou descontentamento aos agentes defensores da democratização da comunicação e aumentou a pressão por soluções nesse sistema. Tal fato levou à criação do Grupo Interministerial implantado em 2003. Nesse mesmo ano era publicado o Decreto n.º 4.901⁵³, com o qual foi instituído o Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD), responsável pela definição da tecnologia a ser empregada no sistema digital da televisão. Logo em seguida, radiodifusores e o governo ampliaram as discussões sobre o sistema a ser adotado para o rádio, o que despertou preocupação em meio ao movimento, já que haveria empecilhos para as rádios comunitárias no sistema norte-americano, então já adotado para a televisão.

Nos anos de 2003 e 2005, portanto durante o governo Lula, dois Grupos Interministeriais (GTI) foram criados para que a situação das rádios comunitárias fosse analisada e o problema da morosidade para a concessão das autorizações de funcionamento por parte do Estado fosse solucionado. A medida seria uma iniciativa estatal que visava sinalizar o interesse do presidente em apoio às rádios comunitárias. A cobrança dos grupos organizados favoráveis às emissoras com caráter comunitário era grande sobre Lula, já que este teria uma história ligada aos movimentos sindicais e, portanto, vinculada às camadas populares e de trabalhadores. Embora as análises ministeriais tivessem trazido subsídios para discussões e argumentações processuais, elas não avançaram em grande medida em seus objetivos iniciais. No primeiro grupo de trabalho interministerial (GTI), que teve atuação entre 02 de abril e 02 de julho de 2003, Miro Teixeira, à frente do MiniCom, propunha rever os procedimentos adotados para as concessões, tendo o auxílio de membros de diferentes ministérios e também de representantes da Abert. O segundo GTI, criado com o objetivo de adequar a legislação às demandas populares, realizou suas discussões a respeito do assunto

⁵³ BRASIL. Decreto n.º 4.901. *Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD*. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2003.

entre fevereiro e agosto de 2005. A incumbência destes membros era a de encontrar caminhos para a disseminação das rádios comunitárias. Desta vez, a iniciativa contou com a participação de representantes do Fórum Nacional de Democratização das Comunicações (FNDC), da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) e também da Abert.

O relatório final fora avaliado positivamente, tanto pelos movimentos envolvidos com a questão das rádios comunitárias, como por pesquisadores da comunicação. Entre as proposições incluídas no documento estavam: a criação de um manual de procedimentos para o auxílio de entidades que pleiteassem a autorização de funcionamento de suas emissoras; a instalação do Conselho de Acompanhamento da Radiodifusão Comunitária; implantação de uma força-tarefa para a análise dos processos parados no Ministério, com previsão de conclusão dos trabalhos em 18 meses; simplificação dos documentos exigidos para a abertura dos processos de autorização; elaboração de uma minuta com mudanças na legislação; instituição de um fundo monetário para o auxílio financeiro às entidades.

Embora as resoluções do grupo de trabalho tivessem agradado os defensores da democratização das comunicações, o ministro Miro Teixeira entendeu que os encaminhamentos não foram satisfatórios e, por omissão ou negligência, optou por não implementar qualquer das propostas apresentadas (FNDC, 2004, p.1). À revelia do MiniCom, o grupo de agentes que atuava em prol das rádios comunitárias, composto por sete entidades⁵⁴, protocolou o relatório final do GTI concluído em 2005, para ser entregue ao presidente Lula, em busca da aplicação das propostas apresentadas.

No entanto, muitos entraves foram interpostos nesse processo de discussão e negociação entre entidades e o governo para mudanças na legislação da radiodifusão comunitária. Houve a elaboração e divulgação de um dossiê intitulado “Querem calar a voz do povo – II”⁵⁵, com denúncias sobre o aumento da repressão às rádios e a violência nas ações da polícia no governo Lula. O documento destacava que essa realidade não convergia com as expectativas e

⁵⁴ A mobilização foi liderada por integrantes do Fórum Nacional de Democratização das Comunicação (FNDC); Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço); Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc), Associação Brasileira dos Canais Comunitários (Abccom); Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro (Farc); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) e Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

⁵⁵ CEFÚRIA. *Querem calar a voz do povo II - A violência contra as rádios comunitárias no Brasil. Dossiê em favor das rádios comunitárias*. Fevereiro de 2005. Acessado em 15 de abril 2011. Disponível em <http://www.cefuria.org.br/doc/dossieradcom.pdf>. O dossiê fora assinado pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço); Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro (Farc); Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária (Conrad); TV Comunitária do DF; Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc); Associação Brasileira dos Canais Comunitários (Abccom); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF); Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (SJPRS); Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura (Indecs); Central de Mídia Independente (CMI/DF); Associação Americana de Juristas; Acesso à Cidadania em Direitos Humanos; Movimento de Ação por uma Taxação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATACC/Porto Alegre).

proposta de um governo que defendia uma gestão voltada aos interesses do povo. Cobrava mudanças na legislação, o fim da repressão e a devolução dos equipamentos apreendidos pela Polícia Federal junto às entidades que mantinham emissoras comunitárias e tinham sido fechadas. Segundo dados do dossiê, o governo do PT teria lacrado mais de 4.000 emissoras em 2004 sob o argumento de serem piratas (CEFÚRIA, 2005, p.12).

Após várias discussões, era criada, em abril de 2006, uma Subcomissão para a Radiodifusão Comunitária, vinculada à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e presidida pela deputada Luiza Erundina (PSB/SP). A Subcomissão tinha a função de analisar mudanças na forma como os processos eram apreciados pelos parlamentares, os quais afirmavam não ter subsídios suficientes para a apreciação no que se referisse às condições jurídicas e de méritos das rádios que pleiteavam a regularização. Contudo, os trabalhos não tiveram andamento, em decorrência do envolvimento dos deputados com as eleições de 2006. A subcomissão voltou a ser instaurada em fevereiro de 2007, sob a mesma presidência e a relatoria de Maria do Carmo Lara (PT/MG).

Seis audiências públicas foram realizadas para a discussão sobre as outorgas de emissoras comerciais, educativas e comunitárias. O grupo de trabalho registrou várias dúvidas jurídicas sobre instruções internas de procedimentos, tanto no Senado quanto na Câmara, que se constituíram em empecilhos para a apreciação final dos processos dentro do prazo determinado pela legislação em vigor.

A Subcomissão realizou pesquisa sobre os processos encaminhados ao Congresso Nacional e verificou que em 2006 um total de 466 documentações foi destinado à análise, entre outorgas e renovações de rádios FM e AM. Deste total, 240, ou 51,5%, eram de pedidos de autorizações para rádios comunitárias. Conforme relatório da Subcomissão, a maior parte dos processos estava em andamento na CCJC, instância em que são necessárias duas votações para o prosseguimento dos trâmites. O documento de análise da subcomissão ainda revelava que mesmo após a indicação da entidade selecionada para prestar o serviço, o Poder Executivo ainda demoraria quase um ano, em média, para que o ato de autorização chegasse à Câmara dos Deputados (CCTCI, 2007, p.44). Além do tempo total que os processos de rádios comunitárias permaneciam com o Poder Executivo, antes de ser encaminhado para votação no Congresso, em média ainda seriam necessários 71 dias na CCTCI, 166 na CCJC e 83 no Senado. A conclusão dos parlamentares da Subcomissão foi de que o tempo gasto para a definição das autorizações estaria muito aquém das determinações legais vigentes no país, o que merecia atenção do governo em busca de uma alteração nessa realidade, com procedimentos mais eficientes.

Entre as propostas de mudanças apresentadas na Subcomissão para a Radiodifusão Comunitária constava a defesa do aumento no número de canais destinados a emissoras com esse caráter no âmbito municipal (atualmente é somente 01) e a ampliação da potência permitida para este serviço, entre outras.

A partir do cruzamento de dados entre os processos autorizados e arquivados, referentes a 2003 e 2004, constantes no “Sistema de Pleitos”, listagem disponibilizada pelo MiniCom, Lima e Lopes (2007, p.28) denunciariam, em documento publicado pelo Projor⁵⁶, o apadrinhamento de políticos para a obtenção das autorizações. Segundo eles, 71% das 503 rádios autorizadas a funcionar haviam tido algum auxílio político para esta conquista, envolvendo parlamentares, integrantes dos poderes executivos estaduais e municipais, além de funcionários do governo federal. Já entre os pedidos arquivados, 72% dos 2.329 processos não tinham vínculo nenhum com políticos. Conforme afirmaram os autores, as chances de aprovação dos processos com apadrinhados políticos eram 4,41 vezes maiores do que daqueles que não dispunham deste vínculo. O “padrinho político” seria então determinante para a aprovação e a velocidade de tramitação dos processos (LIMA; LOPES, 2007, p.49).

Conforme a pesquisa de Lima e Lopes, a qual avaliou as gestões de Pimenta da Veiga, Juarez Quadros, Miro Teixeira e Eunício de Oliveira, quando estes estiveram à frente do MiniCom, período compreendido entre 1999 a 2004, mais de duas mil autorizações foram concedidas, tendo os estados de Minas Gerais e São Paulo como os principais beneficiários. Os autores lembram que coberturas jornalísticas no período da gestão de Miro Teixeira chegaram a utilizar a expressão “Minastério das Comunicações”, referindo-se à prevalência de benefícios ao estado mineiro, fossem em termos de concessões de rádios educativas, fossem de comunitárias. Em contrapartida, outros estados não eram atendidos com a abertura de editais para o encaminhamento de processos destinados à regularização de emissoras em suas regiões, como o Acre, por exemplo. Este obteve apenas três autorizações entre 1999 e 2002, sendo duas delas com vínculo político, e nos dois anos seguintes o saldo foi zero. Como concluíram Lima e Lopes (2007):

A comparação em números relativos entre os períodos de cada ministro é reveladora. É fato que Minas Gerais, estado com maior número de municípios do país, deveria ter também o maior número de outorgas de radiodifusão comunitária. Mas os desequilíbrios encontrados entre os diversos ministros deixam claro que houve preferência para alguns estados, em detrimento de outros (LIMA e LOPES, 2007, p.31).

⁵⁶ O Projor é a denominação do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. A mesma pesquisa foi publicada posteriormente pelo Observatório da Imprensa.

A par dos problemas evidenciados no que se refere às influências políticas ocorridas na Câmara e no Senado, a lei criada para reger tal setor é interpretada de diferentes formas pelos juízes responsáveis por processos movidos contra aqueles que coordenam veículos da radiodifusão comunitária sem a permissão do governo federal, além de ser alvo de críticas quanto à sua aplicação. A lei nº 9.612 criada em fevereiro de 1998, manteve artigos do CBT no que se refere às penalidades aplicadas junto a tais radiodifusores. O Código define tal prática como crime e imputa pena de até dois anos, bem como determina a apreensão dos equipamentos das emissoras não regularizadas. No entanto, se por um lado alguns magistrados da Justiça Federal expediam mandados de apreensão e lacre de equipamentos, seguindo as determinações do CBT, outros juízes se manifestavam contrários a esse entendimento e não reconheciam tal prática como um crime, bem como questionavam a competência do governo federal em atuar em uma jurisdição municipal. Isso porque a baixa potência prevista em lei fazia com que as transmissões de tais emissoras não fossem superior a um quilômetro de distância, resultando em uma abrangência bastante restrita.

Entre os juristas que se destacaram na defesa das rádios comunitárias encontrava-se Paulo Silveira⁵⁷, o qual se utilizou em grande medida da Constituição Federal de 1988 e de pesquisas pessoais sobre o direito norte-americano para compor suas argumentações favoráveis a mudanças na legislação do setor. Segundo Silveira (2008, audivisual)⁵⁸, a liberdade de expressão deveria ser garantida pelo Estado e, dessa forma, quando um instrumento de comunicação não autorizado é denominado como pirata, esse direito estaria sendo subvertido. Silveira entendia que o Estado devia ordenar o espaço eletromagnético somente para garantir que todos pudessem usufruir deste bem, mas ao invés disso, o governo brasileiro teria se tornado “dono” desse espaço e concedido o uso somente para aqueles que o interessasse. Como sintetizou: “esse espectro eletromagnético pertence ao povo e o povo tem direito de usá-lo”.

Em 1999, Silveira já havia concedido mais de 100 habeas corpus com salvo-condutos para integrantes de rádios comunitárias que haviam sido detidos em decorrência das determinações do CBT e a Lei 9.612/98. Desde 1995, o juiz já concedia habeas corpus preventivo para proibir que os presidentes de associações comunitárias fossem presos, bem como para impedir a apreensão de aparelhos e o lacre dessas emissoras. Conforme o seu

⁵⁷ Juiz federal aposentado de Minas Gerais, autor de liminares favoráveis às emissoras comunitárias durante sua atuação em Belo Horizonte. É autor de ações e livros em que destaca a sua posição favorável a mudanças na legislação relacionada à radiodifusão comunitária.

⁵⁸ Entrevista concedida no documentário “*Democratização FM*”, de 2008. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=c5zmYijQMSA>. Acesso em agosto de 2011.

entendimento, uma rádio que estivesse com o processo administrativo de regularização protocolado junto ao MiniCom não poderia ser considerada pirata ou clandestina, tampouco sofrer penalidades por sua prática, já que a conclusão dos procedimentos para a autorização de funcionamento dependia do governo, o qual costumeiramente “engavetava os pedidos ou atendia determinadas associações de acordo com o seu interesse” (SILVEIRA *apud* MARINI, 2007, p.1). Durante reunião na Câmara de Vereadores de São Paulo, em 27 de setembro de 1999, o juiz destacou que o tema reunia controvérsias, mas defendeu que a realidade de repressão às rádios comunitárias fere a Constituição Federal:

A União Federal, usurpando a competência municipal e estadual, se arrogou o direito de regulamentar essa atividade e com isso prejudicou toda a sociedade brasileira e tem mantido o país na escuridão intelectual e política na medida em que não permite a discussão dos problemas próprios de cada comunidade (SILVEIRA, 1999, p.4).

Para o juiz, o governo federal deveria atuar em demandas que reunissem assuntos de interesse genérico ou tivessem abrangência em mais de um estado, mas não poderia ditar regras a um assunto local, como é o caso das rádios comunitárias. Dessa forma, a Lei da Radiodifusão Comunitária, de 1998, seria inconstitucional, já que dizia respeito a um assunto local (SILVEIRA, 1999, p.24).

Outro aspecto da legislação apontada por Silveira para caracterizá-la como inconstitucional seria o fato dela não prever proteção contra eventuais interferências de emissoras comerciais, sob a pena de perda da concessão, em última instância. O jurista enfatizava suas suspeitas sobre a lei, considerando-a “encomendada” (SILVEIRA, 1999, p.28). Como questionamento ao item relacionado às interferências, ele citava o texto da Constituição que assegura a proteção do judiciário contra dano ou ameaça de dano a qualquer indivíduo e não a determinados grupos.

A compreensão sobre a legislação da radiodifusão, portanto, não é unânime entre os juízes federais responsáveis pelo julgamento de ações referentes ao tema. As sentenças diferem na determinação de punir ou absolver os envolvidos com rádios comunitárias. Em 2007, o juiz da Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais do Tribunal Regional Federal da 3ª Região⁵⁹, absolveu os líderes da Rádio Dimensão, Daniel Almeida dos Santos Melo, e da Rádio Comunitária de Heliópolis, João Miranda, sem prever penalidades pela execução do serviço de radiodifusão comunitária sem autorização. A determinação teve como

⁵⁹ MERLI, Daniel. *Justiça Federal considera que operar rádio comunitária não é crime*. Jornal Brasil de Fato. Edição de 13 de julho de 2007. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/632>. Acesso em novembro de 2011.

base o argumento de que a prática não se configurava como um crime, embora pudesse ser considerada como um ilícito administrativo.

Os juízes responsáveis por essa decisão consideraram que a acusação do Ministério Público Federal, de que ambos deveriam ser criminalizados conforme o CBT, não deveria ser considerada, já que na Emenda Constitucional nº 08, de 1995, separava o serviço de radiodifusão sonora da telefonia. Dessa forma, as rádios não se enquadravam nas determinações dessa legislação, que fora criada com os veículos de rádio e televisão em um mesmo escopo jurídico.

Já em 2008, o juiz da 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu sentença punitiva à presidência da Associação Rádio Comunitária Liberdade, da cidade de Mimoso, Espírito Santo, com dois anos de prestação de serviços à comunidade por manter rádio comunitária em funcionamento, considerando o ato como um crime⁶⁰.

Com base nos dados dos estudos governamentais, em que a morosidade no sistema de outorgas foi reconhecida pelo governo, uma Ação Civil Pública foi movida em maio de 2007, contra a União e a Anatel com críticas à morosidade das análises dos processos. O objetivo era que fosse concedida a liberação provisória de funcionamento, sem que houvesse sanções durante fiscalizações, às emissoras que estivessem com a documentação em fase de análise por mais de um ano e meio⁶¹. A medida teria validade até a conclusão das análises por parte do governo.

No território paulista, 145 municípios não haviam recebido o Aviso de Habilitação até a data da ação, em 2007. Para justificar a iniciativa jurídica, os autores se basearam em decisões favoráveis do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao funcionamento provisório de diversas rádios em diferentes cidades. Tal postura do tribunal demonstrava que ele reconhecia a excessiva demora na análise dos processos. A ação pedia que a permissão provisória fosse estendida às rádios de todo o país, com determinação de multa diária de pelo menos 50 mil reais a ser aplicada pessoalmente aos dirigentes dos órgãos competentes para a outorga que não concluíssem os procedimentos previstos no período de 60 dias.

⁶⁰ REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. *Manter rádio comunitária clandestina é crime*. Edição de 24 de fevereiro de 2006. Disponível no site http://www.conjur.com.br/2006fev24/manter_radio_comunitaria_clandestina_crime. Acesso em 23 de julho de 2011.

⁶¹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela*. São Paulo, 24 de maio de 2007a, p.54. - Ação civil pública ajuizada pelos procuradores da República, Sergio Gardenghi Suiama e Fernando de Almeida Martins, em parceria com os advogados Eduardo Altomare Arienti, professor de Deontologia e Legislação do Jornalismo na ECA-USP, e Anna Cláudia Pardini Vazzoler, membro do Escritório Modelo Evaristo Arns, da PUC/SP. A ação contou com o aval do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervezes), o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), o Sindicato das Entidades Mantenedoras do Sistema de Radiodifusão Comunitária do Estado de São Paulo (Sinerc), a Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias (Ancarc) e o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo.

Em dezembro de 2008, Paulo de Tarso Braz Lucas (2008, p. 58)⁶², relator do Ministério Público Federal, determinou o arquivamento da ação, sob o argumento de que a redução da exigência nas fiscalizações, em que seria necessário apenas apresentar o documento onde constasse a demonstração de interesse da entidade pela regularização, poderia favorecer a proliferação de emissoras de rádio. Sentenciou ainda que caberia a cada vara determinar o seu parecer sobre a matéria, não entendendo ser procedente, portanto, uma decisão favorável às rádios comunitárias com abrangência em todo o território nacional.

Alguns casos como o de São Paulo suscitam ainda mais críticas aos moldes da lei em vigência quanto à sua aplicabilidade. A Lei da Radiodifusão Comunitária nº 9.612 prevê, entre outras medidas, a destinação de um único canal comunitário para cada cidade entre as emissoras instaladas no *dial*. Para isso, um edital de “Aviso de Habilitação” deveria ser lançado pelo MiniCom no Diário Oficial da União com o objetivo de normatizar a concorrência entre as emissoras interessadas em sua regularização, com prazos e especificidades delimitados. Porém, na cidade de São Paulo, entre 1998 e 2006 nenhum edital havia sido publicado. O canal 200, destinado para as comunitárias em outras localidades, já estava ocupado em São Paulo. Diante disso, nesse período não existia nenhuma emissora comunitária regularizada, estando todas oficialmente ilegais, segundo entendimento da Abert e do próprio Ministério.

Conforme dados da Anatel⁶³, o *dial* de São Paulo estaria ocupado por 39 rádios comerciais ou educativas em operação até 2007. Contudo, a própria Anatel reconheceu posteriormente que muitas rádios que possuíam licença para o funcionamento em cidades vizinhas, instalavam antenas na capital para obter melhor cobertura do sinal que transmitiam, utilizando-se de brechas na lei. Várias entidades, associações e representantes de rádios comunitárias, inclusive de Heliópolis, que integravam o movimento em favor das rádios comunitárias em São Paulo, denunciavam, no entanto, que, das 39 rádios comerciais que transmitiam e ocupavam o *dial* da capital, 22 eram de emissoras de outros municípios e apenas três delas estariam com suas outorgas em situação regular, dentro do prazo de concessão⁶⁴.

⁶² MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ata da 8ª Sessão Ordinária da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão Consumidor e Ordem Econômica*. São Paulo, 2008, p.58.

⁶³ AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. *Consulta Pública n.º 475: Proposta de revisão do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada para ampliação da faixa de radiodifusão sonora de 87,8 a 108 MHz, para 87,4 a 108 MHz*. Brasília, 09 de Outubro de 2003.

⁶⁴ Oboré é uma empresa de São Paulo, prestadora de serviços voltados à comunicação popular desde 1978. Em 1993, passou a desenvolver projetos de comunicação com trabalhadores rurais e a atuar com o rádio; em 1994, já atuava também na área da formação para estudantes de jornalismo e comunicadores populares. Seu acervo está incorporado ao Centro de Documentação e Memória da Unesp. “A Oboré é uma empresa de comunicação a

A legislação vigente, portanto, era considerada inaplicável na capital paulista, dado o congestionamento de emissoras no espectro eletromagnético. Segundo avaliação de Gomes (2007):

A legislação em vigor é incapaz de viabilizar a existência de rádios comunitárias em São Paulo. O parecer técnico exarado pela Anatel e pelo CPqD reforça a necessidade de um planejamento, de âmbito regional, para evitar a concentração de antenas transmissoras e a redução do contorno de serviço causado pela interferência combinada das estações, conforme demonstra o estudo referendado pelo Ministério das Comunicações. Reforça também a tese de que é preciso uma solução local para desatar tecnicamente este nó, uma vez que a distância de seis quilômetros entre as emissoras abre espaço para apenas 37 rádios comunitárias na cidade (GOMES, 2007, p. 42).

Mobilizações passaram a ser realizadas naquela capital, para a busca de alternativas a tal situação, com participação de vereadores, até mesmo de partidos opositores, em 2002. A campanha em favor da liberação de canais para essas emissoras, contava com a participação de entidades ligadas à Universidade de São Paulo, Mackenzie e PUC/SP, membros do sindicato dos jornalistas e das entidades mantenedoras de rádios comunitárias, bem como integrantes da Abraço e da Amarc, além de representantes de rádios comunitárias de São Paulo.

Como desdobramento dessas discussões no legislativo paulistano, em outubro daquele ano, a proposta de municipalizar a concessão das rádios comunitárias, apresentada com embasamento do anteprojeto do juiz federal Paulo Fernando Silveira, o qual defendia que a União não deveria atuar na definição de legislações de interesse local, resultou na criação da lei 14.013/05, sancionada pelo prefeito de São Paulo, José Serra, e publicada em 23 de junho de 2005. Contudo, tal legislação acabou sendo contestada judicialmente pela Abert, a qual obteve parecer favorável da Justiça para suspender sua validade.

Sem mudanças na lei que regulava o setor e diante do impasse ocasionado pela grande quantidade de rádios em atuação no dial paulistano, a Anatel definiu o canal 198 para as rádios comunitárias de São Paulo, diferentemente do que ocorria em outras localidades das proximidades, as quais utilizavam o canal 200 para as comunitárias. Mesmo com essa definição, ainda foram necessários dois anos para a abertura do edital destinado à regularização das comunitárias naquela cidade, o qual fora publicado no final de 2006.

A largada inicial para a concorrência das emissoras resultou em diversas mobilizações, as quais serão abordadas no terceiro capítulo desta dissertação. No entanto, para a compreensão geral do processo de reivindicação por democratização das comunicações, além

serviço da democracia, das políticas públicas, dos movimentos sociais e do movimento sindical dos trabalhadores brasileiros” (OBORÉ, cartilha de divulgação da entidade. 2008).

de discorrer sobre as discussões a respeito dos debates deste setor e o panorama abrangente das legislações, ainda é necessário abordar o histórico das ações desenvolvidas por diferentes agentes que se envolveram na defesa de mudanças na formatação deste cenário brasileiro, o que é tratado no tópico a seguir.

1.3 - Agentes sociais se mobilizam por mudanças no universo da comunicação social

As ações dos movimentos voltados à comunicação, criados ainda na década de 1970, mobilizaram atores contrários ao regime ditatorial e organizaram a população local em busca de espaços culturais e de livre expressão, como ocorrera com o Movimento de Cultura Popular, fundado por estudantes universitários, artistas e intelectuais no Recife, e em outras mobilizações verificadas em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, as primeiras experiências de uso do rádio como um veículo de formação política e organizativa, na América Latina, estiveram ligadas ao movimento sindicalista em defesa dos trabalhadores mineiros.

Entre as primeiras rádios populares que tiveram esse caráter destaca-se A Voz do Mineiro, com curta existência, entre 1947 e 1949, na Bolívia, a qual denunciava os inúmeros incidentes que ocorriam nas minas. O fim das transmissões da rádio, no entanto, fora decretado com um bombardeio às instalações daquela emissora por membros do exército daquele país (COGO, 1998, p.63). Embora essa iniciativa tenha sido interrompida, a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia chegou a comandar e se responsabilizar pela manutenção de 24 emissoras. Outras rádios ligadas aos mineiros também tiveram atuação destacada na Bolívia, como a Rádio Sucre (1947-1952) e a Rádio San José (1957). Com o tempo a linguagem panfletária das emissoras e as repressões sofridas levaram-nas ao declínio. Já na Colômbia, a rádio com maior representatividade era a Sutatenza, mantida pelo padre Joaquim Salcedo, desde 1947, a partir de equipamentos cedidos por radioamadores, com programas dirigidos aos camponeses daquela região. Anos mais tarde, o próprio padre Salcedo contribuiu para a formação das rádios no Brasil.

Ainda no final da década de 1960, o Concílio Vaticano já incentivava as intervenções religiosas que se utilizassem da comunicação nas ações da Igreja. O papa João Paulo II foi o líder católico que mais defendeu o uso dos meios de comunicação para a evangelização dos fieis. Seus discursos e decisões religiosas estavam ligados ao grande desenvolvimento dos veículos de comunicação de massa verificado no período e a influência que este setor tinha sobre a formação de posicionamentos sociais, culturais e políticos da população. Contudo, ainda em 1970, surgira na Espanha um modelo de formação ligado ao movimento religioso do Vaticano, o qual oferecia certificados de estudos aos trabalhadores que participavam de cursos realizados com o intermédio do rádio. A iniciativa se expandira para a Costa Rica, Venezuela, Bolívia e Equador, com grande atuação dos padres jesuítas nessas regiões. No Brasil, em 1963, esse meio de educação religiosa já era bastante utilizado pela Igreja, chegando a um total de 1.410 escolas radiofônicas em atuação na Arquidiocese de Natal. A função prioritária desses veículos, no entanto, era a transmissão da missa e das palavras do bispo (COGO, 1998, p.60).

Como desdobramento das atuações das instituições cristãs que se utilizavam do rádio para a educação surgira na Colômbia, em 1972, a Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (Aler), instituição já existente em Quito, no Equador. A entidade passou a servir outras regiões do continente com vistas à educação e a organização popular pelo meio radiofônico (COGO, 1998, p.66). Entretanto, foi a partir de 1976 que sua atuação começou a ser desenvolvida no Brasil, quando a entidade dera auxílio à organização do seminário latino-americano para os diretores de teleeducação, então em fase de desenvolvimento no país.

Ainda na década de 1970, começaram a serem implantadas no Brasil as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, com atenção especial à comunicação. No entanto, a maior ênfase nas indicações do Vaticano em âmbito mundial para a incorporação da comunicação no dia a dia da evangelização ocorreu a partir de meados da década de 1980, quando mais de 80 mil Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) já estavam instaladas em todo o país (COGO, 1998, p.37). Nesse período, a comunicação já havia sido adotada, não só pela Igreja, mas, também, por movimentos sociais, como meio de expressão para o enfrentamento político frente às necessidades da população e o controle do governo, que iam se reduzindo diante da democratização da política conquistada a partir da chamada Nova República.

Os anos da década de 1980 foram decisivos para a organização dos movimentos sociais brasileiros que atuavam em defesa da democratização das comunicações e a difusão de ideias em torno deste tema. A mobilização social estava principalmente aliada à busca da

consolidação de uma democracia que começava a ser instaurada no país. Em artigo publicado pelo boletim *A Classe Operária*⁶⁵, Rocha (1993, p.7) avaliava:

Democratizar as relações de comunicação no Brasil significa um princípio de desregulamentação porque hoje existe uma comunicação extrema e rigidamente regulada por leis que vêm da ditadura, que não têm interesses no reconhecimento da capacidade de todas as pessoas, de todos os segmentos sociais e da comunidade como um todo, da sociedade ou do país de exercer uma comunicação que seja ao mesmo tempo livre e orientada pelos interesses gerais⁶⁶.

Essa postura de disseminação do uso dos meios de comunicação era também adotada pela Igreja Católica. João Paulo II defendia que os aspectos sociais da comunicação, fé e cultura fossem aliados à vida dos seguidores cristãos. Em 1985, o documento elaborado no Vaticano determinava que os jovens estivessem atentos aos meios de comunicação, já que isso seria crucial para o futuro da Igreja. Para o papa João Paulo II, as inovações tecnológicas como o rádio e a televisão teriam o poder de fazer uma “revolução” na forma de evangelizar, cabendo aos jovens identificar o que poderia ser indesejável aos propósitos cristãos e tomar posse da produção comunicativa. Segundo ele, os meios não poderiam servir aos interesses daqueles que dominavam o poder político e econômico, mas sim para prestar serviços à expressão da sociedade. Para isso, caberia à família, à escola e à paróquia criar os mecanismos de ação educativa junto aos jovens para instruí-los e ajudá-los nesse discernimento, “iluminados pela fé, sobre as coisas vistas, ouvidas e lidas” (LIMA, 2010, p.30).

Dessa forma, surgira a proposta da Aler de agrupar as coordenações das instâncias de educação religiosa em diferentes partes do continente, sendo instituídas duas equipes de atuação no Brasil, com sedes no Nordeste e no Sudeste do país. As formações regionais da Aler foram constituídas em 1989, em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, com instituições que se encarregavam pela produção de programas radiofônicos ligados a setores da Igreja Católica. Entre elas estiveram o Movimento de Educação de Base (MEB), que sofrera forte influência das teorias de Paulo Freire no Brasil, com a proposta de uma comunicação dialógica e libertadora; a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista (Cemi), o qual tinha entre as suas frentes de atuação, a Educação Popular Rádios do Povo, responsável pela criação da rádio Cantareira, ainda atuante (2011) na capital paulista. Nove emissoras católicas formavam,

⁶⁵ *A Classe Operária* foi um boletim editado pelo Fórum Democracia na Comunicação (FDC), do qual José Carlos Rocha, também professor da ECA/USP, é presidente.

⁶⁶ ROCHA, José Carlos. *Entrevista José Carlos Rocha*. Boletim *A Classe Operária*. Edição de 25 de outubro de 1993, p.7.

então, uma rede cristã de evangelização por meio do rádio em São Paulo, capital (COGO, 1998, p.69-70).

O objetivo da Aler era proporcionar uma transformação na ordem comunicacional para os períodos de 1990 a 1994, seguindo o programa de trabalho implantado em diferentes partes da América Latina e Europa. A Associação dava sustentação à expressão dos setores populares latino-americanos, bem como criava mecanismos para a valorização das culturas locais e a utilização dos sistemas de comunicação por parte da população, que era incentivada a ter uma participação crescente na produção e na gestão desses meios (COGO, 1998, p.68). A Aler foi uma das instituições que, em meados da década de 1990, deu subsídios para a formação da Rádio Comunitária de Heliópolis, desde a sua primeira forma de atuação, objeto de estudo desta dissertação. Tal fato será detalhado no segundo capítulo.

Tais desdobramentos da atuação religiosa em torno da comunicação estiveram envolvidos em debates internos na Igreja Católica, onde diferentes organismos buscavam impor suas concepções sociais por meio de uma luta político/religiosa. A União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), as editoras católicas e intelectuais ligadas às universidades, entre outros, participaram desse processo. Em meio a essa realidade, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) servia como interlocutora entre os fieis e as prescrições da liderança romana (LIMA, 2010, p.31).

Entre as iniciativas de rádios postes, os primeiros registros estiveram situados entre organizações populares que já ocorriam desde a década de 1970 no país. Naquela data fora inaugurada a rádio Cura d'Ars, no bairro Barra do Ceará, em Fortaleza. A emissora, que funcionava no sistema de rádio poste, ou radiadora, como era denominada localmente, se manteve em funcionamento pelo menos até 1998 (COGO, 1998, p.121 e CAVALCANTE, 2006, p.31). O projeto fora criado pela Prefeitura de Fortaleza e se configurou como um estímulo para o surgimento de várias emissoras na capital daquele estado, bem como de instalações de rádios móveis fixadas em carros de som. Ao final da década de 1990, pelo menos 20 emissoras estavam em funcionamento nos bairros da periferia da Fortaleza. As ações em torno dos projetos ligados às rádios comunitárias do governo cearense encontraram subsídios junto ao curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará. Posteriormente, a instituição criaria o Centro de Produção em Comunicação Alternativa (Cepoca), o qual prestava assessoria e cumpria o papel de articulador das emissoras, com o acompanhamento das atividades, capacitações e formações dos seus integrantes (COGO, 1998, p.122).

Já entre as primeiras iniciativas de emissoras de caráter livre registradas no país esteve a Rádio Paranóica FM, instalada em Vitória, no Espírito Santo, em fevereiro de 1971, durante a Presidência de Médici. A rádio não tinha caráter subversivo e se enquadrava na fase ingênua das iniciativas de rádios livres, em que as emissoras eram colocadas no ar sem a intenção de infringir leis ou de veicular questões políticas. Foram apenas seis dias de transmissões, realizadas a partir de um banheiro localizado em um estabelecimento comercial. O autor da iniciativa, Eduardo Luiz Ferreira Silva, de 16 anos, chegou a ser detido pelos integrantes do governo para interrogatório, já que um jornalista o teria denunciado por prática subversiva. Seu irmão, Joaquim Ferreira da Silva, que o auxiliava na empreitada, conseguiu fugir da polícia, mas seu pai, que sequer sabia da estação de rádio, foi preso por três dias, já que era proprietário do estabelecimento de onde eram realizadas as transmissões (MELIANE NUNES, 1995, p.38).

Na mesma década também surgiram algumas experiências de rádios livres em Sorocaba. A primeira experiência foi da Rádio Spectro, levada ao ar em 1976, por iniciativa de um garoto de 14 anos. Desde então, outras emissoras de igual caráter também surgiram naquela cidade e o movimento ganhou força nos anos seguintes. Já em 1982, estudantes universitários instalaram dezenas de rádios livres naquela região, como parte de um movimento libertário que ficou conhecido como o “Verão de 82 da Liverpool Brasileira” (COELHO NETO, 2002, p.52). Algumas das iniciativas se configuravam como uma forma de desobediência civil, outras, por sua vez, não possuíam preocupações políticas, sendo apenas experiências informativas desengajadas. No entanto, todas eram contra o monopólio das comunicações. Foram mais de 100 emissoras que despertaram o debate em torno da livre expressão nos meios de comunicação. Sorocaba reunia condições técnicas para o surgimento de tantas rádios naquele período. Com a industrialização em pleno desenvolvimento, a cidade abrigava centenas de técnicos em eletrônica que contribuíram na construção dos transmissores e na comercialização de peças a preços bastante baixos.

A mobilização relacionada a este tema começava a despontar no Brasil, a partir da organização de congressos estudantis e instalações de rádios livres em diferentes partes do país. Como desdobramentos dessas iniciativas populares surgiram o Movimento Nacional de Rádios Livres e a Associação de Rádios Livres do Estado de São Paulo (Arlesp). Os grupos passaram a se organizar e a difundir a atuação que até então estava desarticulada e sem vínculos entre as diferentes iniciativas.

Um significativo exemplo de atuação das rádios livres foi obtido com a Rádio Xilik, criada em 1985, no campus da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), com sua primeira

transmissão em 20 de julho daquele ano. Diferente das manifestações vividas em Sorocaba, em que a atuação era mais voltada ao hobby de se expressar por meio das rádios livres, essa iniciativa recebia forte influência das rádios da Europa, as quais tinham características de uma atuação mais política, como a Caroline, na Itália. Além das transmissões radiofônicas, os integrantes da Rádio Xilik também utilizavam outros meios para emitir suas posições político-ideológicas, com panfletos e boletins. Na avaliação de Coelho Neto (2002, p.52), essa experiência se caracterizava “mais como um movimento do que radiodifusão, já que o ineditismo e a ousadia das ações repercutiram bastante”. Por se tratar de uma rádio instalada nas dependências de uma universidade católica, a iniciativa contou com o apoio do então cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, um dos principais representantes religiosos defensores do uso da comunicação para a expressão das comunidades. Sendo assim, a rádio conseguiu resistir a duas tentativas de fechamento por parte do Dentel (COELHO NETO, 2002, p.53).

Enquanto surgiam outras rádios na América Latina, como a Rádio Venceremos, de El Salvador, em 1981, ligada ao Exército Revolucionário do Povo, e a Rádio Farabundo Martí, no mesmo país, vinculada às Forças Populares de Libertação, em 1982, no Brasil fora criada, em 1981, a Rádio Favela FM - A voz do morro, de Belo Horizonte (MG). A emissora era gerida por um coletivo independente, em busca de cultura e lazer para os moradores da Vila Nossa Senhora de Fátima, além de trazer críticas às condições sociais da região onde estava instalada (COGO, 1998, p.84). A iniciativa sofreu forte repressão e foi ameaçada de fechamento pela Polícia Federal, sendo auxiliada pela Unesco para a sua regularização como emissora educativa, na década de 1990. A história da rádio inspirou, posteriormente, em 2002, o filme “Uma onda no ar”, de Helvécio Ratton, filme que, embora não obtivesse grande evidência no circuito comercial de cinema e na mídia em geral, se tornaria em um impulsionador de mobilização e formação para lideranças de outras rádios comunitárias. A produção cinematográfica se manteve atrativa para trabalhos voltados à formação e educação popular pelo menos até a década de 2000⁶⁷. A obra foi utilizada, por exemplo, nos cursos de formação da Favela de Heliópolis, em São Paulo, os quais foram desenvolvidos pela Oboré. Tais cursos e processo formativo das lideranças dessa favela paulistana serão abordados no terceiro capítulo desta dissertação.

⁶⁷ SANTOS, Pedro. *Resenha: Uma onda no ar (2002)*. ObjETHOS - Observatório da Ética Jornalística. Publicada em novembro de 2010. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (POSJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina. Acesso em outubro de 2011. Disponível no endereço eletrônico: <http://objethos.wordpress.com/2010/11/10/resenha-uma-onda-no-ar-2002>.

As manifestações populares em torno da comunicação radiofônica na cidade de São Paulo foram iniciadas em 1983, a partir de rádios postes instaladas na Zona Leste. A primeira delas, a Rádio do Povo, foi instalada naquele ano, na favela Nossa Senhora Aparecida, região de São Miguel Paulista, em Ermelino Matarazzo. Os megafones dispostos em diversos pontos serviam como meio de convocação para as atividades organizativas da comunidade. A iniciativa contou com a atuação do padre peruano Bernardo Paquette, que posteriormente sistematizou as transmissões aos sábados, das 9h30 às 11h30, com noticiários, entrevistas e informações variadas. No ano seguinte, em 1984, os equipamentos foram roubados e novamente adquiridos por meio da arrecadação de recursos provenientes da comunidade (COGO, 1998, p.103 e 104). A Rádio do Povo passou a liderar o trabalho de disseminação, educação e formação de novos agentes capacitadores em rádios comunitárias em todo o país com cursos para comunicadores populares, assessorados pela Aler.

Porém, a vasta extensão do território nacional dificultava o intercâmbio entre os grupos e, principalmente, o deslocamento das lideranças para os cursos ministrados pela equipe da Rádio do Povo, de São Paulo. Diante disso, a alternativa encontrada para mudar essa configuração seria a reunião de todos os membros em encontros nacionais. Em fevereiro de 1991, portanto, fora realizado o primeiro encontro de representantes das rádios comunitárias, apoiado pela Aler, tendo a participação do peruano Pedro Sánchez (COGO, 1998, p.119).

A trajetória das rádios da Zona Leste estava diretamente ligada aos movimentos populares e a ação dos agentes da Rádio do Povo era apoiada pela paróquia daquela área. Contudo, por mudanças no cenário interno da igreja, a ajuda deixou de ser oferecida aos seus integrantes. Diante das interferências provocadas a partir das mudanças nos planos de atuação da Igreja Católica, a Rádio do Povo perdeu o apoio e o projeto sofreu entraves, tendo que buscar outra forma de sobrevivência já no final da década de 1980 (COGO, 1998, p.112; 115).

Entre 1985 e 1987, surgiram mais de 40 rádios comunitárias que operavam em forma de rádios postes na Zona Leste de São Paulo, todas instaladas em prédios religiosos católicos. Essas emissoras rudimentares surgiam principalmente nas periferias das grandes cidades do país e em algumas regiões rurais, sendo um meio de promoção de cursos, informações sobre a comunidade e seus membros, além de entretenimento (COGO, 1998, p.81). Em outras regiões do país, o próprio governo estadual passou a adotar esse sistema para ações em comunidades, como ocorreu em Recife, com a Rádio Sabiá, criada em 1984 na Favela Guabiraba, bairro Casa Amarela. A emissora fora montada a partir de convênios com a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Governo do Estado de Pernambuco, ligada à associação de moradores local (COGO, 1998, p.124-125).

Paralelamente ao movimento religioso e popular ligado à educação de base, grupos de universitários, jornalistas e intelectuais se mobilizavam e discutiam os desdobramentos dos meios tecnológicos e suas influências na construção social. Diante dessa realidade, entre os dias 26 e 28 de setembro de 1980, foi realizado em Curitiba o IV Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação (Enecom). Os participantes do evento tinham como proposta a discussão e a elaboração de um manifesto que desse início à “luta pela democratização da comunicação” (SOUZA, 1996, p.29). Seria nessa ocasião redigido o primeiro documento assinado pela Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação (FNLPCD), lançado pelos acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com envolvimento de integrantes da Universidade de Brasília (UNB) e outros agentes sociais. O mesmo documento foi incorporado posteriormente, em 1983, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação (Apebec), durante o VII congresso da entidade, realizado em outubro daquele ano. Também endossaram a iniciativa outras oito entidades, envolvendo a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ), membros da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Federal, integrantes da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom), entre outras.

O interesse do grupo de liderança da “Frente” era incluir o documento em meio às pautas do Congresso Nacional para a criação de legislações que favorecessem a democratização da comunicação. Com o documento pronto, os organizadores se reuniram com congressistas em busca do aval político/parlamentar à iniciativa e, ainda naquele ano, conseguiram a assinatura do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB), que ocupava o cargo de presidente da Comissão de Comunicação da Câmara Federal. Contudo, a proposta não obteve avanços, já que seu representante legislativo a apresentou com argumentos inconvincentes. Formava-se então um lobby político/partidário contra a Frente, liderada por deputados membros do setor empresarial que tinham o objetivo de esvaziar o movimento (PEREIRA, 1987, p.54).

Após as discussões realizadas nos congressos nacionais dos estudantes em favor da criação da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação (FNLPCD), o órgão foi oficialmente instituído em 1984. O documento então elaborado nos congressos do ano anterior fora dirigido aos congressistas. A iniciativa recebeu adesões de parlamentares e entidades civis, contudo, desde o seu início até a sua institucionalização, em Brasília, várias alterações foram adotadas no documento. “Das 16 páginas iniciais, restaram seis” (PEREIRA, 1987, p.54). A Frente chegou a obter a adesão de 45 entidades de 27 parlamentares, mas depois se desarticulou.

A mobilização dos estudantes estava envolvida em um quadro nacional de crise financeira, alto endividamento externo, inflação, desemprego e miséria em evidência. O governo Figueiredo acumulava altos índices de impopularidade com diversas greves sendo realizadas em diferentes setores do país. A década de 1980 fora importante para a reorganização dos movimentos sociais que defendiam a democratização das comunicações. Eles se organizaram a partir das articulações em torno das rádios livres, as quais podem ser divididas em três momentos distintos. O primeiro se caracterizava por iniciativas amadoras e inocentes; já o segundo era composto por amantes do rádio que infringiam a lei como subversão e arte; e o terceiro, estimulado pelas lutas em defesa da democratização da comunicação, tinha atuações políticas já formalizadas (SOUSA, 1997, p.55).

O cenário político, no ano de 1984, estava bastante agitado e os movimentos sociais defendiam o restabelecimento do regime democrático por meio da implantação do voto direto nas eleições presidenciais. Tais mobilizações compunham as ações da campanha que ficou conhecida como “Diretas Já”. Uma multidão saiu às ruas de São Paulo, na região do Anhangabaú, para pedir a aprovação da emenda à Constituição, a qual recebeu o nome de seu autor, Dante de Oliveira. Entretanto, o ato fora anunciado pelos noticiários da TV Globo como uma manifestação pelo aniversário dos 430 anos da capital paulista. A atuação da emissora trouxe ainda mais descontentamento entre os membros do grupo favorável à implantação de políticas públicas para a democratização da comunicação no Brasil, o qual já contava com a adesão de 18 parlamentares e 24 entidades civis organizadas. Contudo, ainda que a campanha para a mudança no sistema de eleição presidencial tenha crescido, com comícios em várias regiões do país, a emenda constitucional não fora aprovada pelo Congresso Nacional. Tancredo Neves acabara sendo eleito presidente da República por indicação do Colégio Eleitoral, em 1985, apoiado pela dissidência do PDS, em detrimento ao candidato oficial, Paulo Maluf.

Os estudantes de comunicação, jornalistas e militantes da comunicação que faziam parte da Frente Nacional voltaram a se unir em 1986 para a elaboração de documentos que seriam base para as discussões da Constituinte. Entre eles estava a “Carta de Brasília”. As organizações populares buscavam alterar o cenário nacional de monopolização e concentração de poder dos meios de comunicação, incentivando uma maior participação da sociedade em iniciativas comunicativas por meio de atuações em rádios comunitárias e conselhos deliberativos, entre outras.

Como contribuição às discussões da Constituinte, os partidos PMDB, PT e PCB elaboraram documentos com algumas referências às reivindicações então citadas, com críticas

à centralização das informações jornalísticas no eixo Rio-São Paulo e à falta de pluralidade de emissoras independentes, entre outras medidas. Porém, tais posicionamentos não se configuravam como uma posição partidária, sendo configuradas como manifestações isoladas, na grande maioria, propostas por profissionais de comunicação que se elegeram e ocupavam as cadeiras do Congresso (PEREIRA, 1987, p.12; 34 e 37).

Sendo assim, as possibilidades de avanços na definição de situações que favorecessem a democratização das comunicações estavam escassas. Desta forma, a Fenaj buscou a rearticulação da Frente Nacional às vésperas da Constituinte, com reuniões em pelo menos 18 estados nos meses seguintes. A entidade entendia que “sem democratizar o rádio e a TV não haveria avanços na democratização da comunicação no país” (SOUZA, 1996, p.93). Articulado com a Fenaj, porém ainda sem ligações com a Frente Nacional, surgia em São Paulo, em 1987, o Movimento Nacional de Democratização da Comunicação (MNDC), com participação dos sindicatos dos jornalistas e dos radialistas, professores da Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP) e membros de rádios livres.

Paralelamente à disputa política nesse campo da democratização das comunicações, as ações populares ligadas à igreja também se ampliavam. O reconhecimento da importância da liberdade de expressão e comunicação, bem como da proibição ao monopólio dos meios, presente no texto constitucional aprovado em 1988, deu força ao movimento das rádios livres e populares, que até então se posicionava de forma discreta frente à repressão do governo. Já no ano seguinte à aprovação da Constituição, os militantes do movimento por democracia na comunicação realizaram o I Encontro Nacional de Rádios Livres, no auditório da ECA/USP, em 1989, o qual deliberou pela criação do Movimento Nacional de Rádio Livres (Menerrelê), que deu origem ao coletivo estadual daquela articulação popular e acadêmica.

Além disso, comitês regionais foram criados para a sustentação e a articulação das iniciativas de rádios livres existentes em diferentes regiões do país. As lideranças dessas instâncias de organização do Menerrelê buscavam dar ênfase à expressão “rádios livres” em busca de substituição do termo “pirata”, então pejorativo ao movimento e comumente utilizado nas manifestações contrárias à atuação de rádios livres. Outros dois encontros de âmbito nacional foram realizados nos anos seguintes, em Goiás e Rio de Janeiro, bem como reuniões estaduais de organização do movimento (COELHO, 2002, p.54-55).

Na região da Zona Leste de São Paulo, a Rádio do Povo se tornava oficialmente uma entidade sem fins lucrativos e sem ligação com o poder religioso local, já que havia perdido o apoio da região episcopal de São Miguel Paulista, à qual pertencia até então. A rádio passou a ser instrumento de auxílio às entidades ligadas ao trabalho de atendimento às questões sociais

da região e do País. Em 1990, em busca de sua sustentação, a emissora se instalou no mesmo prédio do Serviço de Orientação à Família e passou a ter a parceria do Movimento de Urbanização de Favelas. A Rádio do Povo assumia também a proposta de se tornar um centro de comunicação para subsidiar as emissoras populares (COGO, 1998, p.114-116). Naquele mesmo ano, surgia em Minas Gerais, a Rádio Popular Lagoa, instalada na capital mineira, Belo Horizonte. Assim como a Rádio do Povo, de São Paulo, ela era caracterizada como uma rádio livre.

Em abril de 1992, no Nordeste, os grupos mantenedores de rádios postes passaram a integrar o fórum permanente dos dirigentes que mantinham rádios populares, instalado em Recife, para a articulação das emissoras que se desligavam do apoio do governo (COGO, 1998, p.125). Tal organização fora auxiliada por jornalistas, sindicalistas e integrantes dos Comitês Estaduais pela Democratização da Comunicação, também ligados às rádios livres. Nesse caso, o apoio ficou sob a responsabilidade do comitê de Pernambuco.

Enquanto isso, entre os agentes que atuavam para mudanças no sistema de comunicação, ligados à disputa política, havia uma desarticulação dos integrantes da Frente Nacional de Lutas por Políticas de Democratização da Comunicação (FNLPCD). A mobilização do grupo se desfez após a Constituinte e as derrotas sofridas. Contudo, a partir de 1990, além do Menerrelê e os coletivos estaduais já citados, a organização dos agentes que defendiam a instituição de políticas para a democratização das comunicações começou a se reestabelecer⁶⁸ por meio de comitês regionais, a exemplo do que já ocorria com as rádios livres. A primeira organização ocorreu naquele ano no Rio de Janeiro e, logo em seguida, em São Paulo. No início de novembro, porém, começou a ser realizada uma nova articulação de unificação nacional dos comitês em busca de seu fortalecimento perante as demandas defendidas por seus militantes. A Fenaj entendia que seria necessário haver um movimento “nacional e unificado” para enfrentar as lutas políticas necessárias à aplicação das demandas da militância, tendo em vista que a articulação em núcleos regionais, como vinha sendo realizada, esbarrava em uma série de limites de atuação (SOUZA, 1996, p.37). Para a Fenaj, a organização se fazia necessária, já que em 1993 findava o prazo estipulado para a revisão do texto constitucional e, sem força política para o movimento, não seria possível haver avanços que superassem os entraves registrados em 1988.

⁶⁸ A manifestação e rearticulação do movimento iniciado pela Frente Nacional de Luta por Políticas de Democratização da Comunicação pela Fenaj foram anunciadas durante o XXVI Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado de 31 de outubro a 04 de novembro de 1990, em Florianópolis/SC.

Alguns fatores conjunturais da política nacional influenciavam a intenção de melhor organização do movimento. A Lei da Cabodifusão, a qual era entendida como uma possibilidade de extensão da participação social nas ações comunicativas, então gestada em processo acelerado pelo governo de Fernando Collor, exigia uma atuação mais atenta dos grupos interessados nessa abertura da concentração de poder na comunicação.

Entre os dias 05 e 06 de junho de 1991, representantes dos comitês estaduais de Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal e Mato Grosso se reuniram em Brasília e determinaram a criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). O grupo teria a função de se envolver com as discussões em pauta no cenário nacional, compreendidas pela Lei de Imprensa, o Conselho de Comunicação Social e a Lei da Cabodifusão, reconhecidas como fatores importantes à democratização da comunicação. As discussões foram setorizadas entre os comitês regionais. Coube a São Paulo a condução das discussões sobre a Lei de Imprensa, conduzida pelo professor da ECA/USP, José Carlos Rocha (SOUZA, 1996, p.39).

Um anteprojeto foi elaborado por Rocha, intitulado de Lei da Informação Democrática (LID⁶⁹), com o objetivo de ser uma força contrária aos encaminhamentos que estavam em andamento no Congresso. A iniciativa tinha a proposta de ser a base para a formação de uma lei que permitisse um maior acesso da sociedade aos meios de comunicação⁷⁰. Uma campanha nacional de busca por assinaturas favoráveis ao projeto da LID fora então desencadeada e incorporada por estudantes, entidades e centrais sindicais, bem como a União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) e, principalmente, o Comitê Regional de São Paulo, onde atuava o autor da proposta da Lei da Informação Democrática (SOUZA, 1996, p.170).

O tema “democratização da comunicação” ganhava vigor novamente a partir dessas ações e voltava a ganhar espaço nas plenárias anuais do FNDC. Contudo, o posicionamento de seus integrantes não era coeso e divergências eram registradas nas definições de ações a serem seguidas, como ocorrera nos debates sobre a cabodifusão e a LID. Houve um impasse entre os membros que compunham o FNDC, no que diz respeito às estratégias para a aprovação da LID. Enquanto a Fenaj, cujo representante, Daniel Hertz, ocupava o cargo da presidência FNDC, defendia que seria necessário um recuo para uma reformatação do texto do anteprojeto, tendo em vista que despertava posicionamentos contrários entre os parlamentares, o Comitê de São Paulo, liderado por Rocha, era favorável que o texto deveria

⁶⁹ Em alguns trabalhos a Lei da Informação Democrática é abreviada como LIDE.

⁷⁰ FÓRUM DEMOCRACIA NA COMUNICAÇÃO. *Lei da Informação Democrática*. Cartilha explicativa sobre o projeto enviado para votação no plenário. São Paulo, 1993, p.9-10.

ser defendido integralmente da maneira como fora apresentado. A divergência resultou no rompimento do comitê paulista com o Fórum (SOUZA, 1996, p.171). Posteriormente, Rocha criou, em São Paulo, o Fórum Democracia na Comunicação (FDC), com atuação até os dias atuais, presente inclusive nas negociações de regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, como será visto no terceiro capítulo desta dissertação.

O projeto fora apresentado à Frente Parlamentar de Democratização da Comunicação e encaminhado para votação após ser subscrito pelo deputado Zaire Rezende (PMDB/MG). Aquele anteprojeto teria sido apresentado inicialmente para a bancada do PT de Minas Gerais, porém não fora incorporado por aqueles parlamentares. Os autores do anteprojeto alegaram que os deputados petistas consultados não teriam aceitado endossar o texto para ser apresentado para a criação da lei que previa ações democráticas à comunicação, sob o argumento de que seria um projeto muito grande para um único partido encampá-lo, sendo necessária a aglutinação de mais forças⁷¹. O desfecho da tentativa de colocar o projeto para a criação da LID em votação seguiu, portanto, o encaminhamento sugerido pelo FDC, contrariando assim o que defendiam as lideranças do FNDC.

Enquanto ocorriam as discussões sobre a legislação pertinente às demandas de democratização das comunicações, em São Paulo, as lideranças do movimento em defesa das rádios livres comemoravam a decisão do juiz federal Casém Mazloun, da 4ª Vara Federal, o qual absolveu o coordenador da Rádio Reversão, Leo Tomaz Pigatti, em 1994. Ele respondia pelo crime de funcionamento de rádio sem autorização do governo, após o fechamento da emissora pela Polícia Federal, em 1991. O juiz entendia que não seria necessária a prévia autorização do governo para a instalação de emissoras de alcance local, sem fins lucrativos e de natureza cultural e comunitária, como era o caso da Reversão. A avaliação do juiz encorajou os militantes do movimento na busca pela legalização e no enfrentamento às ações de repressão realizadas contra as rádios comunitárias. A Rádio Reversão era uma das principais rádios livres daquele período, ocupando espaço de destaque entre as articulações pela democratização da comunicação que se davam durante a década de 1990, assim como a Rádio Xilik, também paulistana, a Rádio Novos Rumos, do Rio de Janeiro, e a Rádio Paulicéia, de Piracicaba.

No mesmo ano, outra decisão judicial favorável às entidades defensoras da democratização das comunicações deu volume às argumentações da militância. Dessa vez, o juiz João Batista Gonçalves utilizou as determinações do Pacto de São José de Costa Rica

⁷¹ FÓRUM DEMOCRACIA NA COMUNICAÇÃO, op. cit. 1993, p. 10.

para dar embasamento ao seu posicionamento. A legislação em favor dos direitos humanos e a livre expressão, utilizada pelo juiz, entrara em vigor efetivamente no país em 1992, embora a adesão do Brasil à convenção internacional tivesse ocorrido ainda em 1969, ainda durante o governo do general presidente Emílio Garrastazu Médici.

Além disso, os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* publicaram em suas páginas, no dia 06 de abril de 1996, a intenção do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, de legalizar as “rádios piratas”, em declaração proferida por ele ao assumir o cargo. A afirmativa era anunciada em um momento de “explosão” dessas rádios, com uma média de cinco rádios livres instaladas por dia, somente no território paulista. Tal marcha acelerada duraria mais de 10 meses (COELHO NETO, 2002, p.59).

A intensa agitação entre os militantes e integrantes de entidades ligadas à comunicação dera impulso à organização do I Encontro de Rádios Livres e Comunitárias, realizado em junho de 1995. A ação, liderada pelo Fórum Democracia na Comunicação (FDC), entidade que já encabeçava as discussões sobre a LID no Congresso, trouxe ao debate pela primeira vez, a expressão “comunitária” para a denominação do encontro com o objetivo de designar as rádios que se configuravam como veículos de expressão das comunidades e de interesse local, as quais buscavam espaço para a sua atuação. O termo também auxiliava nas negociações com o governo em busca de uma legislação específica para as rádios, agora denominadas de comunitárias. Paralelamente às discussões sobre legalização de atuação dessas emissoras, permaneciam as rádios livres, também atuantes nas articulações em favor da democratização das comunicações, porém sem interesse nessa iniciativa, tendo em vista que entendiam a legislação como algo desnecessário. Defendiam o espectro eletromagnético como algo público e que não precisaria ser regulado pelo Estado.

Como resolução do Encontro de 1995, fora aprovada a I Carta de São Paulo, a qual trazia, entre os seus pontos de interesse, as normatizações para a regularização das rádios comunitárias (SOUZA, 1996, p.111). A legislação começava a surgir como algo possível diante das negociações que já se travavam nos bastidores do legislativo de São Paulo e em Brasília. Posteriormente, um segundo encontro fora realizado no Salão Nobre da Câmara Municipal da capital paulista, para a aprovação do que seria a II Carta de São Paulo, a qual fora elaborada pelo FDC e apresentada para votação durante o evento.

A aprovação daquele documento em assembleia realizada no II Encontro de Rádios Livres e Comunitárias permitia que a iniciativa fosse referendada popularmente e pudesse ser utilizada como base para a Lei da Radiodifusão Comunitária no país (COELHO NETO, 2002, 63). Com isso, Rocha conseguia respaldo para a defesa dos tópicos sugeridos no documento,

o qual seria levado para a disputa política na Câmara e no Senado. O texto previa regulamentações que se estendiam tanto para a rádio quanto para a televisão. Embora o governo houvesse anunciado que definiria a legislação para as rádios comunitárias até fevereiro de 1996, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), apoiado pelo FDC, subscreveu a II Carta de São Paulo, transformando-a no projeto de lei, o qual fora colocado em votação ainda no final de 1995.

As discussões que vinham sendo realizadas previam que a legislação para as rádios comunitárias fosse definida por meio de um decreto, tendo em vista que, assim, poderia haver alterações posteriores sobre aquela iniciativa de maneira menos rigorosa, por não se tratar de uma lei. O objetivo era que se aproveitasse o momento de manifestação do governo em regularizar a situação do setor para a aprovação daquela legislação, mesmo que ela ainda fosse incipiente e, em seguida, houvesse uma mobilização para as adequações necessárias ao atendimento real das demandas daqueles que defendiam as rádios comunitárias.

Da forma como a lei acabou sendo aprovada, as alterações se tornaram mais difíceis e lentas. Coelho Neto (2002) avalia que o apoio do deputado Faria de Sá era bastante inusitado, já que ele não era ligado às forças de esquerda, as quais lideravam as discussões. Segundo ele, o fato causava “não só mal-estar no Poder Executivo, mas acabava elevando a situação ao status de preocupação real” (COELHO NETO, 2002, p.63). A situação anunciava possíveis interesses não revelados sobre o tema por parte de alguns políticos e da própria presidência da República.

Concomitantemente às ações dos apoiadores das rádios comunitárias, em São Paulo, fora realizado o I Seminário Nacional de Rádios Livres e Comunitárias, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília, com a participação de diversos partidos e entidades ligadas à reivindicação pela democratização das comunicações. A realização do seminário seguia a realidade de mobilização das rádios livres e comunitárias e, como resultado do evento, diversas proposituras legislativas, as quais visavam a criação de uma lei para a regularização do setor, começaram a ser apresentadas no Congresso.

Os projetos dos parlamentares eram apensados à proposta inicial, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), elaborada a partir do pré-projeto preparado por entidades de São Paulo, lideradas pelo FDC, o qual havia fidelizado vínculo com aquele deputado para que a proposta fosse colocada em votação. Como a criação da lei não estava atrelada necessariamente à implantação de uma legislação que viabilizasse a existência das rádios comunitárias, algumas das propostas protocoladas possuíam textos ainda mais restritivos em relação ao que fora aprovado em 1998, como o apresentado por FHC, o qual

ocupava o cargo de presidente da República. Entre outras medidas, a sugestão apresentada por ele previa a limitação da abrangência das rádios comunitárias a um raio de 400 metros (COELHO NETO, 2002, p.64).

Mobilizações dos “radioamantes”⁷² ocorreram em diversos momentos em que o projeto estava em discussão, em Brasília ou em São Paulo, para pressionar a aprovação da lei que, embora não representasse exatamente os interesses do movimento, se mostrava como uma forma de reduzir as repressões sofridas pelos integrantes de rádios tidas à época como piratas. O projeto foi aprovado posteriormente, em 1998.

Paralelamente às discussões na Câmara dos Deputados, em 1996, integrantes do movimento articulado com o FNDC fundaram mais um organismo de pressão e articulação das rádios comunitárias: a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço). A entidade fora criada durante congresso realizado em Praia Grande (SP) e passara a ocupar a função de representação dessas emissoras em todo o Brasil, com uma atuação de defesa jurídica e política das lideranças envolvidas com rádios comunitárias. Foi a Abraço que realizou o primeiro contato com a direção da Rádio Comunitária de Heliópolis para o intercâmbio de seus integrantes com as demais iniciativas do setor que existiam no Brasil, como detalhado em capítulo seguinte. Embora tenha papel relevante junto a determinadas rádios comunitárias do país, a Abraço não fora protagonista das ações que se desenvolveram para a regularização da emissora de Heliópolis.

No entanto, tais desdobramentos da ação de militância em favor das rádios comunitárias atraíram também o interesse de pessoas que não estavam ligadas aos propósitos culturais ou de democratização da comunicação. Conforme Meliani Nunes (*apud* SOUZA, 1996, p.110), até a década de 1980, as emissoras livres ou comunitárias estavam envolvidas em um posicionamento que ela chama de heróico, porém, na década seguinte, muitas rádios que começaram a surgir de forma não legalizada, na maioria das vezes, estavam ligadas aos interesses de grupos evangélicos ou de iniciativas de caráter comercial. Ou seja, além das iniciativas dos agentes realmente envolvidos com a questão da democratização da comunicação, os quais tinham as rádios comunitárias como uma das expressões de suas ações, muitas emissoras foram criadas sob a nomenclatura de rádio comunitária, mas não seguiam seus preceitos.

⁷² Expressão utilizada por Coelho Neto (2002, p.63) para se referir aos inúmeros militantes em favor das rádios comunitárias que se dirigiram à Câmara para pressionar a votação do projeto que resultaria na Lei da Radiodifusão Comunitária nº 9.612/98.

No cenário político nacional, começava a ser implantada uma série de regulamentações no setor das comunicações pelo governo FHC. Dessa forma, conforme citado no tópico anterior deste capítulo, em 1995 o governo sancionou algumas das demandas do FNDC, como a Lei da Cabodifusão e o Conselho de Comunicação Social, mas suas aplicações não atingiram o interesse das demandas de seus articuladores.

Compreende-se, portanto, que a atuação das lideranças de Heliópolis para a criação de uma rádio em frequência modulada naquela favela, fora precedida de algumas ações nacionais, experiências e discussões internacionais, referenciadas nesse capítulo tanto no quesito de legislação como de mobilizações populares, as quais davam corpo aos fatos que subsidiaram a regularização da emissora, onze anos após a sua criação, fatos que estão localizado entre 1997 e 2008. A autorização de funcionamento da rádio não estava disassociada de um contexto municipal e ainda nacional sobre os desdobramentos que envolviam a democratização das comunicações e a existência das rádios comunitárias como um instrumento viabilizador dessa iniciativa, o qual envolvia interesses políticos, partidários e, quiçá, pessoais.

É nesse cenário de debates, legislações e ações em busca da democratização das comunicações que se desenvolveu a história da regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, porém não antes de etapas que compreenderam as primeiras iniciativas em torno de sua constituição e desenvolvimento, inclusive atuando como rádio poste. Temas tratados nos capítulos seguintes.

Capítulo 02

Das tensões em terra à disputa do espaço eletromagnético

Capítulo 2 – Das tensões em terra à disputa do espaço eletromagnético

2.1 – A Favela de Heliópolis – formação e luta por direitos

Ao mesmo tempo em que havia ações de diferentes agentes em torno da demanda específica da democratização das comunicações em todo o Brasil, bem como novas formulações na legislação referente a este tema, formava-se a Favela de Heliópolis, em 1971, na região sudeste da capital de São Paulo, na Subprefeitura do Ipiranga. Ela passaria a fazer parte dos diversos segmentos que fariam reivindicações em torno da comunicação a partir de 1997, por meio de sua emissora comunitária, criada depois da experiência que a comunidade teve com o sistema de comunicação por meio de alto-falantes durante cinco anos. O local teve um crescimento acelerado na década de 1980 e se tornou a maior favela de São Paulo em população, chegando a 125 mil habitantes, no começo do século XXI.

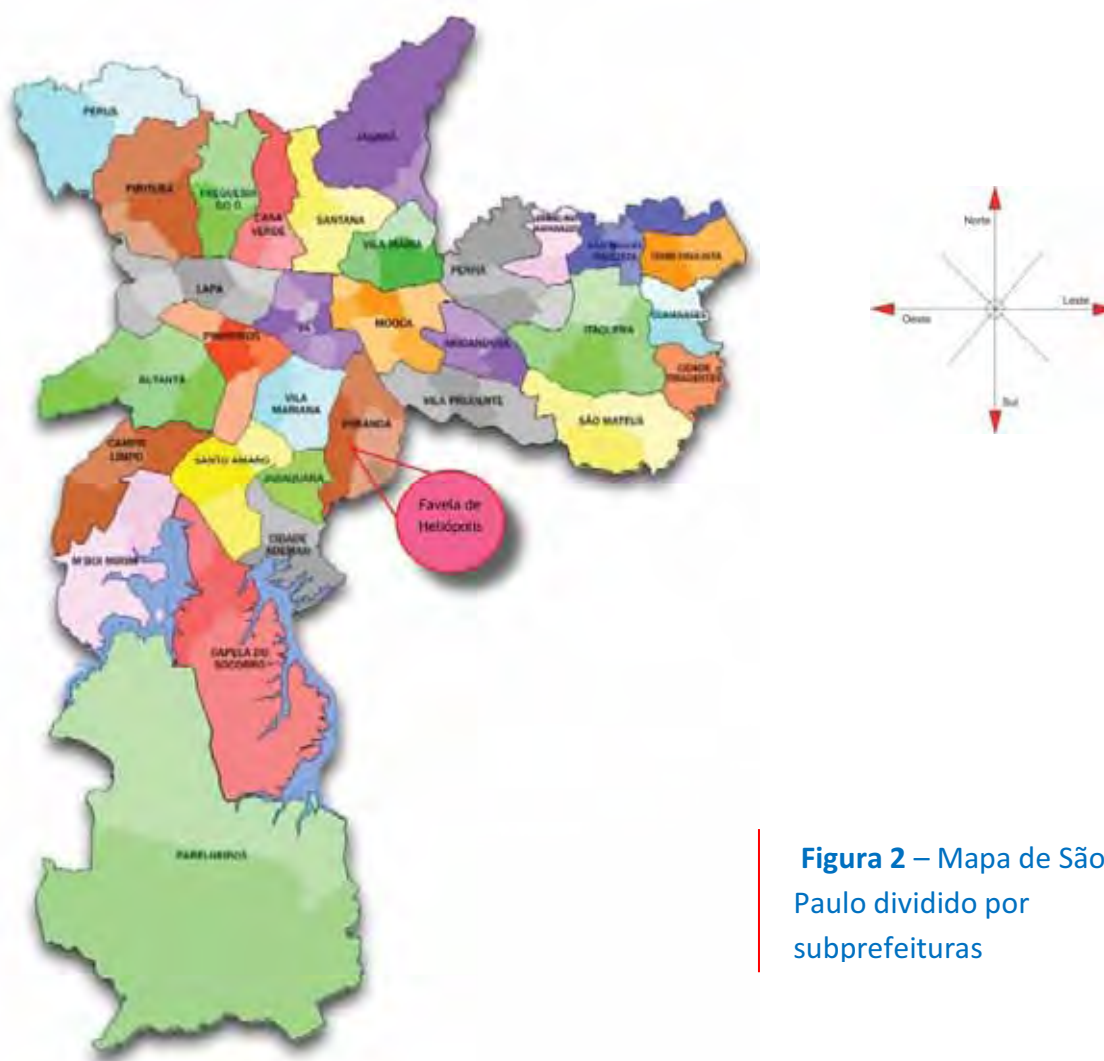


Figura 2 – Mapa de São Paulo dividido por subprefeituras

A trajetória histórica de Heliópolis é composta por tensões e conflitos que remontam desde a instalação dos primeiros alojamentos provisórios no local. Diante disso e, dada a carência de soluções oficiais sistemáticas destinadas a sanar dificuldades ou ainda, a falta de infraestrutura no local, as estratégias de organização da população da Favela de Heliópolis começaram a ser ampliadas ao final da década de 1970. Nesse período, o núcleo de moradores já estava constituído há quase 10 anos. Um levantamento estatístico realizado em 1986 apontou que aquela região já possuía cerca de 4.800 edificações, sendo a grande maioria de uso residencial e apenas 70 delas para fins comerciais ou institucionais, compreendidas por associações, centros comunitários e igrejas. Os dados foram obtidos pela Agora-Arquitetura e Planejamento S/C Ltda, contratada pela Cohab, a qual seria responsável pela inclusão das famílias no Projeto Habitacional, então em andamento na favela (SAMPAIO, 1990, p.98).

Uma das primeiras intervenções da Prefeitura visando a implantação de infraestrutura em Heliópolis se deu na divisão daquele território em 14 glebas, com diferentes características de povoamento, a partir de 1979. O maior adensamento demográfico estava localizado na área A, região mais próxima à atual estação de metrô Sacomã, enquanto que na K¹, local com algumas áreas utilizadas como campos de futebol, a densidade de habitantes era reduzida para menos da metade. Em toda a abrangência da favela, mais de 10 mil pessoas, das 20 mil residentes naquele local ao final da década de 1980, eram moradores de barracos (SAMPAIO, 1990, p. 100).



¹ Foi na Gleba K que a Rádio Comunitária de Heliópolis foi instalada e permanece atualmente.

A formatação inicial da Favela de Heliópolis se modificou rapidamente. Um grande terreno composto por 23 campos de futebol e várias áreas inutilizadas, antes destinadas ao lazer dos moradores das proximidades, começou a abrigar dezenas de moradias irregulares. A formação da favela esteve diretamente ligada às ações do governo municipal, a partir de 1971, que utilizou aquele terreno, antes de propriedade do governo federal, para a transferência de famílias que até então estavam situadas em regiões centrais da cidade. No entanto, esse lote federal ficara distante de intervenções públicas durante muitos anos. Na década de 1930, havia sido uma área privada denominada de Conjunto Residencial Vila Heliópolis, do Conde Silvio Álvares Penteado, empreendedor na área de exportação do café na capital paulista.

Os três milhões de metros quadrados até então pertencentes ao Conde foram transferidos ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriais (Iapi), que comprou a área na década de 1940, pelo valor de 17,5 mil contos de réis. O terreno fora adquirido pelo Instituto para a instalação de moradias destinadas aos trabalhadores associados ligados ao serviço industrial, porém as casas não foram construídas (SAMPAIO, 1990, p.29). Aquele território passou a pertencer, posteriormente, ao Instituto de Administração Financeira de Previdência e Assistência Social (Iapas), quando o governo federal unificou os institutos de previdência do país vinculando-os ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Na década de 1960, a propriedade começou a ser desmembrada e vendida (SAMPAIO, 1990, p.31). Em 1967, a Petrobrás comprou um total de 423,7 mil metros quadrados da região leste do terreno e dois anos depois, em abril de 1969, foi dado início à obra do Hospital Heliópolis, cuja construção se estendera por vários anos, bem como do Posto de Assistência Médica (PAM), atual AME Heliópolis (Atendimento Médico de Emergência). Tais empreendimentos na área da saúde estavam situados na Gleba K, região Oeste da área. (RIBEIRO DA SILVA, 2011, p.51). A grande necessidade de mão de obra das duas construções atraía muitos migrantes da região Nordeste do país.

Em 1976, Raul Diederichsen obteve 960 metros quadrados por meio de uma permuta feita junto ao Iapas e, em 1978, foram desapropriados em torno de 540 mil metros quadrados para a Sabesp, que viria a se instalar no local efetivamente somente 20 anos mais tarde. Dos três milhões de metros quadrados iniciais, restaram, então, aproximadamente um milhão de metros quadrados ao Iapas.

Além dos migrantes que já haviam inchado o setor de habitação de São Paulo nas décadas anteriores, desta vez a disponibilidade de empregos na área metalúrgica e da construção civil atraía outra parcela populacional para a capital paulista. No entanto, na

década de 1970, a política econômica era desfavorável ao trabalhador. O arrocho salarial se estendia desde 1964, o que favorecia o endividamento desta camada da população (SOARES, 2010, p.49). Foi nesse período que cresceu o número de favelas em São Paulo, formadas por aqueles que não tinham acesso à moradia e se instalavam nas periferias da cidade, em cortiços ou em outro tipo de habitação precária, o que contrastava com o desenvolvimento ocasionado pelo processo de industrialização pelo qual passava aquela cidade. As favelas e os cortiços que surgiram em várias partes da capital paulista eram então as formas possíveis de moradia dos trabalhadores menos qualificados, atingindo grande parte dos nordestinos que migraram para São Paulo.

Diante da necessidade de mudar o aspecto urbano para acompanhar o desenvolvimento industrial que se expandia naquele período, o prefeito Paulo Maluf fez, em 1971, último ano de seu mandato, mudanças no cenário da região central da cidade. A Prefeitura transferiu 150 famílias que viviam em uma das primeiras favelas de São Paulo, a da Vila Prudente, para uma região mais afastada do centro, com o intuito da realização de obras públicas nos arredores do bairro Alto do Ipiranga, tendo a previsão de um viaduto sobre o rio Tamanduateí. Os moradores daquela favela foram levados para alojamentos provisórios construídos pelo Poder Público Municipal no terreno do Iapas (OLIVEIRA, 2010, p.62), que até então continuava sem nenhuma utilização. Em 1978, no governo do prefeito Olavo Egydio Setúbal, outras 60 famílias, desta vez da Favela Vergueiro, também foram levadas para os alojamentos provisórios construídos na área do Iapas, denominada de Heliópolis.

Além das duas transferências de famílias das favelas da Vila Prudente e Vergueiro para a região de propriedade do Iapas, muitos trabalhadores da construção do Hospital Heliópolis permaneceram no local desde o início das obras, em 1969, e passaram a fazer parte do contingente de moradores que se instalavam nos arredores das residências construídas pela Prefeitura, ampliando o número de barracos no local. Com o passar do tempo, mais moradias precárias começaram a ser construídas por outras famílias que ocupavam as proximidades, sendo atraídas pela expansão de habitações no terreno e a possibilidade de um local para morar sem a necessidade do pagamento de aluguel. Os alojamentos provisórios então dividiam espaço com dezenas de barracos construídos precariamente, constituindo assim uma realidade díspare entre os moradores do local.

Nos anos de 1978 e 1979, a ocupação de dezenas de barracos começou a se expandir também para a região de São João Clímaco, mais próxima a região de São Caetano do Sul. A grande maioria das ocupações no entorno das moradias provisórias era de nordestinos, que vieram em busca de trabalho na capital paulista.

As condições estruturais daquela favela deram origem a situações de desorganização social e violência acentuada, devido à disputa pela terra daquela região. A realidade de conflitos registrados naquela área se estendera por cerca de uma década. Os enfrentamentos ocorridos no período foram desencadeados pelo aparecimento de muitas pessoas interessadas no aluguel e na compra das habitações, ainda que precárias, impulsionadas pela especulação imobiliária em ascendência por toda a capital. Grileiros² começaram a apresentar-se como proprietários das terras, ainda pertencentes ao governo federal, e a cobrar aluguel daqueles que se instalavam na região. Eles se diziam herdeiros dos terrenos que vinham sendo ocupados de maneira irregular. O local era repleto de mamoneiras e muitos terrenos utilizados como campos de futebol. Além disso, uma vasta área com mato facilitava a ação de embate entre as partes envolvidas, além de servir para os grileiros como uma região a ser comercializada para a instalação de novos barracos (SAMPAIO, 1990, p.32).

A atuação mais intensa dos grileiros em Heliópolis estava na Estrada das Lágrimas, principal via que liga a região do Ipiranga ao município de São Caetano do Sul. Em 1979 já havia registros das primeiras instalações irregulares entre as moradias provisórias. Moradores relatam que quando chegaram para comprar seus terrenos encontraram um homem chamado Mariano, que se dizia dono das terras, cobrando aluguéis dos barracos (SOARES, 2010, p.55). Frente à atuação dos grileiros, alguns moradores começaram a enfrentá-los armados e encapuzados em busca de vingança contra as ameaças às quais estavam expostos, ficando conhecidos como “justiceiros”. O confronto desses grupos se tornava cada vez mais acirrado.

Algum tempo depois houve um maior povoamento do local e começou a se estabelecer uma organização popular contra a realidade de tensão e medo vivida pelos moradores, tendo Genésia Ferreira da Silva Miranda³ e João Miranda⁴ entre seus principais articuladores

² A atuação de grileiros não foi verificada somente na Favela de Heliópolis, mas em diversas regiões da capital paulista, em que grandes áreas de loteamento foram deixadas sem utilização pelo Poder Público ou proprietários privados. Outro exemplo de presença dos grileiros pode ser analisado em Paraisópolis, segunda maior favela de São Paulo. A venda dos lotes de maneira irregular daquela área começou em 1950. O terreno era o local onde estava instalada a Fazenda Morumbi, criada em 1921, e foi parcelado em grandes lotes pela União Mútua Companhia Construtora e Crédito Popular S.A. (PREFEITURA DE SÃO PAULO. Como surgiu Paraisópolis. Portal da Secretaria de Habitação. São Paulo, 2009. Acesso em fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/paraisopolis/historia/index.php?p=4385>).

³ *Genésia Ferreira da Silva Miranda* – paraibana. Veio para São Paulo em 1976 e tornou-se moradora de Heliópolis em 1981. Um de seus primeiros trabalhos na favela foi de ajudante de uma assistente social que atuava na igreja da Vila Arapuá, bairro vizinho, e por intermédio da qual conheceu o Frei Sérgio (SAMPAIO, 1990, p.176-180). Recebeu o título de Cidadã Paulistana, na Câmara Municipal de São Paulo, em dezembro de 2003, devido a sua atuação na mobilização de Heliópolis.

⁴ *João Miranda Neto* – pernambucano. Marido de Genésia. Seu pai morreu quando tinha nove anos, quando se mudou para Recife. Em 1975 veio para São Paulo onde começou a trabalhar como metalúrgico e, em 1979, se instalou em Heliópolis. Foi líder, ao lado da esposa nas mobilizações da favela. Sua atuação esteve voltada primeiro pela reivindicação por água e luz e, posteriormente, por moradia. Foi preso algumas vezes em

(SOARES, 2010, p.55 e 57). O casal chegou ao local no início da ocupação de Heliópolis, quando ainda havia muito mato em diversas partes do terreno. O caminho da Rua da Mina era o principal local de circulação dos moradores, mas poucos trechos dele permitiam a passagem de veículos. Havia energia elétrica somente em uma casa da Estrada das Lágrimas, uma das principais vias da favela, perpendicular à Rua da Mina, e um fio conduzia a ‘luz’ de forma precária para os demais barracos das proximidades (OLIVEIRA, 2010, p.65-70).

Durante essa fase de ocupação da favela, os grileiros que atuavam em Heliópolis, segundo o morador Miguel Borges Leal⁵, seriam o veterinário Otávio Liberato, Flávio Preto, Flávio Branco e Geraldo Mariano⁶, os quais tinham laços familiares entre si. Os campos de futebol e o parquinho eram as áreas incluídas nas vendas dos grileiros, os quais dividiam e vendiam os terrenos conforme seus interesses. Eles também abriam e fechavam ruas das limitações daquela área de acordo com as suas conveniências e condicionavam a permissão de permanência dos moradores no local às suas análises prévias. A punição para aqueles que os contrariavam era a expulsão sumária ou ainda a perda de suas vidas (SAMPAIO, 1990, p. 35 e 165).

Os moradores conviviam com o medo em relação a essas práticas violentas, somado à precariedade e às más condições de moradia dos barracos. Porém, ao mesmo tempo em que se sentiam pressionados com a cobrança de aluguel por parte dos grileiros, não viam maneiras possíveis de união entre eles. A grande maioria não se considerava invasora, tendo em vista que a instalação dos alojamentos onde morava havia sido feita pela própria Prefeitura. Muitos deles ainda acreditavam que o Poder Público daria continuidade às intervenções iniciadas com o desadensamento das favelas às quais haviam pertencido anteriormente. Dessa forma, não aceitavam se unir aos que chamavam de “invasores”, os quais foram atraídos ao local posteriormente e instalaram barracos nos arredores das moradias provisórias. Tal fato gerava embate à organização interna das famílias que queriam a união dos grupos contra seus opressores (OLIVEIRA, 2010, p.33).

decorrência das brigas com grileiros. Atualmente é primeiro vice-presidente da Unas (mandato 2008/2012). (SAMPAIO, 1990, p.177).

⁵ *Miguel Borges Leal* – piauiense. Foi um dos líderes na mobilização pela moradia em Heliópolis e atuou em organizações da favela desde 1977, quando se instalou no local. Possuía envolvimento com as CEBs e a Pastoral da Favela, atividades que iniciou por intermédio do Pe. Gaspar, na região de Casa Verde, onde morou antes de mudar-se para Heliópolis (SAMPAIO, 1990, p.164-170).

⁶ Os homens conhecidos como grileiros que atuavam naquela favela, *Flávio Preto, Flávio Branco e Geraldo Mariano* se afastaram da região de Heliópolis após a organização dos moradores. Apenas o veterinário *Otávio Liberato*, instalou uma clínica na Estrada das Lágrimas, principal via da favela, que liga a vila Arapuá ao Ipiranga (SAMPAIO, 1990, p.165).

Contudo, foram os “invasores” que tomaram a iniciativa de buscar alternativas para a realidade de Heliópolis. Uma das primeiras a agir contra a ação de violência dos grileiros foi Genésia Miranda, membro de uma das famílias que ocuparam a área de maneira irregular. A cobrança de aluguel realizada mediante contrato com os grileiros causou estranheza à moradora. Todos eram obrigados a pagar a taxa para obterem a permissão de moradia em Heliópolis, sendo amedrontados e coibidos de buscarem ajuda. No entanto, Genésia se recusara a aceitar aquela dívida, declarando sua indignação diante das ameaças às quais estava sendo submetida. A atitude repercutiu entre os demais moradores e os incentivou a lutar contra a situação em que se encontravam. Como decorrência disso, Genésia e seu marido João Miranda começaram a ser perseguidos e acabaram sendo açoitados por 10 homens, em certa ocasião, em frente ao barraco onde moravam. Diante das dificuldades, ela se dispôs a buscar a conscientização dos moradores da favela para o enfrentamento daquela situação e para a defesa de seus direitos. A iniciativa exigiu persistência do casal, já que, por vezes, os confrontos chegaram a ter a utilização de armas de fogo (OLIVEIRA, 2010, p. 35).

Os subsídios às ações contra os grileiros que atuavam em Heliópolis foram encontrados junto à Igreja Católica, a qual organizava a atuação das lideranças de comunidades periféricas, não só daquela favela como também de outras regiões de São Paulo. As intervenções sociais eram incentivadas pelo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns e o bispo da região do Ipiranga, Dom Antônio Celso de Queirós⁷, membros da ala progressista da Igreja. Os encaminhamentos dos religiosos eram implantados naquela favela por meio da paróquia Santa Edwiges, que tinha Eurico Dedino⁸ como pároco, também incentivador das ações da Pastoral das Favelas, coordenada, na região do Ipiranga, pelo Frei Sérgio Calixto Valverde⁹.

O Frei cedia salas da igreja para reuniões, além de emprestar mimeógrafos para a produção de boletins e comunicados e ainda se responsabilizar pela impressão de alguns

⁷ D. Paulo Evaristo Arns e D. Celso de Queirós foram adeptos do Teologia da Libertação, reflexão teológica que surgiu na Igreja Católica na década de 1970. Ambos atuaram em suas vidas públicas com posicionamentos críticos à política e às condições de vida das classes subalternas. Os integrantes dessa ala católica tinham aproximações com a metodologia de análise da sociedade apresentada pelo marxismo frente às injustiças sociais. Porém, o movimento progressista acabou sendo combatido na década de 1990.

⁸ Pe. Eurico Dedino – Ordenado em 1982, e imediatamente nomeado pároco de Santa Edwiges, empossado pelo grande amigo da Paróquia Santa Edwiges, Dom Antonio Celso de Queiroz, Bispo Auxiliar de São Paulo para a região do bairro do Ipiranga. Possuía grande prestígio entre as lideranças de Heliópolis (SANTUÁRIO SANTA EDWIGES. História da Paróquia e Santuário - Padre Eurico Dedino. São Paulo, 2005. Acesso em meio de 2012. Disponível em: <http://santuariosantaedwiges.com.br/historia/padre-eurico-dedino>).

⁹ Sérgio Calixto Valverde - frei dominicano, ordenado em 1969. Apoiou a mobilização dos moradores de Heliópolis na defesa do direito à moradia, sendo coordenador da Pastoral das Favelas. Frei Sérgio trabalhava com D. Celso, na região do Ipiranga. Sua atuação progressista o fizera ser tachado de subversivo pela camada conservadora da sociedade e pelo Exército (JORNAL DO COMMERCIO - *Progressistas foram tachados de subversivos*. Recife, 07 de junho de 1998).

materiais gráficos necessários para a organização dos moradores (SAMPAIO, 1990, p.168). A mesma organização religiosa, que contava com a participação popular, também dava apoio àqueles que eram perseguidos pela ditadura nas décadas de 1970 e 1980 na capital paulista. Embora tivessem sido aconselhados a sair daquela área, Genésia e João Miranda preferiram se manter onde estavam e buscar formas de combater a atuação dos grileiros¹⁰.

Contrários à violência praticada pelos falsos proprietários e em defesa do direito à moradia, alguns moradores da favela começaram a se organizar para enfrentar aqueles problemas, buscando sistematicamente a adesão do maior número possível de pessoas que também se sentiam afetadas com aquela situação. A organização dos moradores inicialmente se voltava às questões dos direitos básicos de moradia, como a instalação de água e luz, e, posteriormente, contra a violência e as ameaças que sofriam. O meio de enfrentamento encontrado para isso foi a organização em associações de moradores, as quais se tornaram representativas e ganharam força política na tomada de decisões para ações em Heliópolis, não só em sua fase de formação como também em todo o decorrer da história da favela até os dias atuais.

A mobilização dos moradores de Heliópolis se deu a partir da iniciativa de Genésia, que se dispôs à convocação dos homens e mulheres daquela favela para se unirem e atuarem em coletividade. A partir de um sonho pessoal, o de morar sem pagar aluguel, sua atuação se expandiu para a defesa do direito à moradia de uma forma mais ampla. O destaque para a influência dessa moradora na organização popular durante as primeiras mobilizações de Heliópolis, coaduna-se com as mudanças sociais de participação e engajamento da mulher na sociedade brasileira, que puderam ser observados desde o período do regime ditatorial implantado no país e se estenderam para as décadas seguintes, com manifestações populares que contaram com a participação feminina (BONAN e FERREIRA 2005, p.32). Embora Genésia não tivesse sido remanescente de movimentos formalizados nas décadas anteriores, a atuação dos movimentos feministas em busca de mudanças, não só na realidade privada e doméstica, mas também na vida pública, trouxera influências para a sociedade de uma forma geral, sendo reconhecidas na forma de reivindicação por direitos dessa moradora, no início da década de 1980.

Na Favela de Heliópolis, as mulheres iniciaram a articulação da comunidade por meio do Clube das Mães, incentivado pela Igreja Católica, com atividades assistencialistas, reforma

¹⁰ MEMÓRIAS DE HELIÓPOLIS. *Depoimento de Genésia Ferreira da Silva Miranda*. Parceria Unas - Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis - Prefeitura. Entrevista em vídeo realizada em 17 de agosto de 2012. Duração: 12 min. São Paulo, 2012.

de roupas, bazares e outras atividades. O Clube também se configurava como um ponto de encontro onde as mulheres “dividiam o medo que tinham dos grileiros que torturavam seus maridos” (RIBEIRO DA SILVA, 2011, p.55). A organização das mães começou quando Frei Sérgio adquiriu dois barracos para organizar as reuniões dos moradores. Os “imóveis” eram de duas famílias que haviam retornado para o Nordeste, com a ajuda do Frei, como forma de fugir dos problemas vividos no local. Em um desses barracos fora fundado o primeiro Clube das Mães.

Já entre os homens, as primeiras mobilizações eram destinadas à limpeza do terreno com o corte das dezenas de mamoneiras existentes, já que esse era um dos meios facilitadores para as ações violentas na favela. Essa organização, por sua vez, contou com a liderança de João Miranda, incentivado pelas ações de sua esposa, Genésia (OLIVEIRA, 2010, p.76). Ele também atuava na Pastoral da Favela, com orientações aos moradores sobre a organização em favor de estruturas básicas de moradia e outras reivindicações (SAMPAIO, 1990, p.25). No final da década de 1980, participou da formação da Unas.

Com a expansão das ações irregulares na venda de lotes na área de propriedade do Iapas, a administração daquele órgão começou a requerer a reintegração de posse dos terrenos que haviam sido vendidos pelos grileiros. As primeiras ações foram determinadas judicialmente em 1978 e resultaram em embates entre o Poder Público e os moradores (SAMPAIO, 1990, p.32). Eles reclamavam da atuação da polícia nessas ações, alegando que ela agia no sentido de coibir as ocupações da área e dificultar a organização popular, já que sempre aparecia quando as famílias se reuniam para se articularem em torno de algum tema (OLIVEIRA, 2010, p. 37 e 38).

O trabalho da Pastoral da Favela também se estendia à mediação entre os moradores e diferentes profissionais para a solução de assuntos pontuais de enfrentamento. Frei Sérgio fora responsável pela aproximação do grupo de Heliópolis com assistentes sociais da administração regional do Ipiranga para a discussão sobre as condições de moradia da favela e ainda mediara o contato com o advogado José Mentor, o qual os auxiliaria na elaboração de possíveis ações em relação aos loteamentos clandestinos, tema com o qual já estava envolvido em outras regiões¹¹. Mentor esteve bastante presente nas articulações dos moradores daquela favela por vários anos e trouxe contribuições à formação da União do Núcleo de Associações e Sociedades de Heliópolis e São João Clímaco (Unas), cuja atuação será detalhada mais adiante.

¹¹ Posteriormente, José Mentor foi líder do governo na Câmara Municipal durante a administração pública de Marta Suplicy (PT), que assumiu a prefeitura em 2000, após seu antecessor Celso Pita (FERREIRA, 2002, p.81).

Algumas das principais lideranças que atuaram na mobilização popular de Heliópolis tiveram participação ativa nas CEBs de outros bairros da capital paulista, localizados nas proximidades daquela comunidade que começava a se formar, trazendo a experiência que possuíam para ser aplicada na favela. Entre os seus articuladores esteve Miguel Borges Leal, o qual auxiliou na realização de reuniões de articulação na casa de Geraldo de Paula Pinto¹² e de outros moradores, sob a orientação do padre Dedino. Leal integrou a Comissão de Moradores de São João Clímaco e foi o primeiro presidente da Unas, após a junção com a Comissão de Moradores de Heliópolis. A mobilização na favela também contou com a liderança de João Isaías¹³, o qual chegara em Heliópolis no ano de 1978 e fizera parte do grupo que se mobilizara por melhorias durante a constituição de favela, estando também envolvido com as comissões de moradores que precederam a Unas (SAMPAIO, 1990, p.169).

Além da articulação junto aos moradores, a Igreja também intervinha na prisões promovidas pela Polícia Militar. As lideranças eram constantemente presas nas ações de reintegração de posse. Eram os religiosos que intermediavam a soltura daqueles integrantes de Heliópolis, convocando advogados e membros do movimento ligados à defesa dos Direitos Humanos, os quais atuavam em negociações com as autoridades policiais (RIBEIRO DA SILVA, 2011, p.58).

Com as constantes atuações dos membros da favela por melhores condições de moradia, auxiliados pela Igreja, o governo municipal entendeu ser conveniente realizar intervenções naquela área. A partir de 1979, o prefeito Reynaldo de Barros, começou a implantar as primeiras ações do Poder Público em Heliópolis. Contudo, o terreno ainda pertencia ao governo federal, por meio do espólio do Iapas, se configurando como um local de ocupação ilegal, composto por habitações irregulares (SAMPAIO, 1990, p.5).

A partir da década de 1980, obras públicas foram implantadas na favela. Em 1982 foram iniciadas as instalações das redes de água e luz e, em seguida, construídas guias e sarjetas em algumas partes das 14 áreas de desenvolvimento que foram organizadas pela Prefeitura. A Rua da Mina e a Paraíba, da “Gleba K”, locais em que a rádio comunitária viria a ser instalada

¹² *José Geraldo de Paula Pinto* – paulistano. Participava da CEBs na igreja do Pe.Cosme, na região da Água Funda. Foi para Heliópolis em 1982. Ajudava Miguel Borges Leal na confecção de boletins e atas das reuniões que faziam. Trocou o trabalho como bancário para atuar ativamente na igreja de Santa Edwiges, com Pe. Dedino e se dedicar integralmente à organização dos moradores. Tinha afinidades com o Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente é tesoureiro geral da Unas (mandato 2008/2012).

¹³ *João Isaías* – paraibano. Ao chegar em São Paulo, em 1973, trabalhou em metalúrgica, com residência em São Caetano e posteriormente na Favela do Livieiro. Tornou-se morador de Heliópolis em 1978, atuando desde o início na organização das famílias para a implantação de água e luz no local. Foi o primeiro presidente da Sociedade Amigos e Moradores da Favela de Heliópolis, antes da junção com a associação de São João Clímaco. Trabalhou na candidatura de Fernando Henrique Cardoso para prefeito de São Paulo, quando este perdera para Jânio Quadros.

posteriormente, estiveram entre as primeiras a receber melhorias estruturais. Diante das mudanças realizadas, em 1986 houve uma explosão de especulação imobiliária em Heliópolis, já que o local era de fácil acesso a vários pontos da cidade e vinha recebendo melhorias estruturais.

As ações dos governos municipais que se seguiram, na grande maioria, foram acompanhadas de resistência dos moradores às mudanças propostas, caso essas não atendessem às reivindicações da população. Miranda recorda que, em 1986, entre as medidas propostas pelo prefeito Jânio Quadros, que assumira o cargo naquele ano, estaria o projeto de desfavelamento da região, propondo transferir os moradores para habitações que seriam construídas em outro local. A valorização da área e o surgimento de possíveis investidores comerciais teriam impulsionado a ação. Para Miranda, essa iniciativa era considerada como um descaso devido ao histórico daquela população e o envolvimento pessoal das famílias com aquele local em relação às conquistas que já tinham obtido mediante a organização popular na favela. O projeto não foi levado adiante¹⁴.

Anos mais tarde, a Prefeitura construíra moradias chamadas “embriões”¹⁵ em uma das partes menos densas em termos de moradores da favela. A propriedade do terreno, que até 1984 era do Iapas, fora transferida para a Cohab, a qual era responsável pela construção das casas destinadas à população com menor poder aquisitivo de São Paulo. A implantação dos “embriões” resultou na primeira alteração na formatação populacional daquela região (SAMPAIO, 1990, p.142). Entre os moradores que adquiriam essas residências, a maioria era do Nordeste, assim como as primeiras famílias que se instalaram na favela, porém, estes novos proprietários já estavam instalados e empregados em São Paulo há algum tempo e, por isso, tinham renda familiar maior do que os antigos proprietários, o que lhes possibilitava realizar alterações nas construções entregues pela Cohab. Um levantamento estatístico daquela Companhia, realizado em 1988, revelava que as casas passaram a ter muros e pelo menos mais um cômodo, em relação à constituição das casas em sua formatação inicial (SAMPAIO, 1990, p.146). Com isso, a Gleba K se constituiu como um dos pontos da favela com melhor desenvolvimento em relação às demais partes.

Entre os investimentos dos novos moradores de Heliópolis estava a adaptação de suas residências para o comércio informal de vendas e serviços, compreendidos por mecânicas,

¹⁴ MEMÓRIAS DE HELIÓPOLIS. *Depoimento de João Miranda Neto*. Parceria Unas - Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis - Prefeitura. Entrevista em vídeo realizada em 17 de agosto de 2012. Duração: 11:01 min. São Paulo, 2012.

¹⁵ Termo adotado pelo governo municipal para as moradias que seriam construídas em localizações isoladas no terreno de Heliópolis, com previsão de 726 unidades iniciais e construção efetiva de 318. As primeiras moradias foram construídas nas glebas K em um clima bastante atribulado (SAMPAIO, 1990, p.141).

funilarias e pinturas automotivas, lanchonetes, mercearias e bares em geral. No total, foram registrados 90 empreendimentos. Os bares eram o principal local de diversão, sobretudo para os homens, e representavam mais de 55% do comércio informal da favela. Entre eles existiam aqueles melhor equipados, com balcões e mesas de sinuca, tendo inclusive alguns com a disponibilidade de produtos alimentícios de primeira necessidade, e os “puxadinhos”, mais rudimentares, caracterizados por uma janela de casa por onde era realizada a comercialização, sobremaneira de bebidas (SAMPAIO, 1990, p.160).

Durante as negociações do governo municipal com os moradores, formaram-se comissões para as discussões por meio de assembleias e a organização para a construção das moradias em mutirões. Havia várias comissões, fato que, para o governo, tornava difícil a negociação. Dessa forma, em 1984, o governo municipal criou uma Comissão Central dividida em 10 núcleos que abrangiam toda a extensão da favela, envolvendo mais de 100 pessoas. Era essa a organização popular reconhecida como oficial pelo prefeito e para a qual se dirigia nas articulações com a população. O órgão central possuía pelo menos um representante de cada associação de moradores existente, compreendidas pelas comissões das regiões Mina, Flamengo, Lagoa, Viracopos, São Francisco, Portuguesa, Imperador, Heliópolis, Sacomã e PAM. Cada núcleo possuía um representante na Comissão Central de Moradores (SAMPAIO, 1990, p. 5). Contudo, a formação desse grande grupo não era bem vista pela população, que avaliava a iniciativa como uma organização que não defendia os seus reais interesses. Sendo assim, outras comissões foram mantidas pelos moradores como representativas na negociação com a Prefeitura de maneira independente, sob a alegação de divergência com a Comissão Central.

A organização da Favela Heliópolis possuía então duas principais forças de organização, sendo elas a Comissão de Moradores de São João Clímaco e a do Grupo PAM (Comissão Central). A Comissão de Heliópolis tinha atuação em parceria com a Comissão de São João Clímaco em várias atividades na favela. Contudo, as diretrizes de atuação das duas associações se diferenciavam no sentido de que a comissão de Heliópolis, liderada por João Isaiás, o João Prefeito, possuía vínculos com o Poder Público e políticos propriamente ditos, enquanto que o núcleo de São João Clímaco tinha uma ligação mais forte com a Igreja Católica e o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) (OLIVEIRA, 2010, p.156).

Paralelamente às negociações realizadas junto ao Poder Público, as Comissões de Heliópolis e São João Clímaco estabeleciam situações de disputa para estabelecer qual das duas entidades representava verdadeiramente a comunidade. Parte das lideranças da favela avaliava que a Comissão de Heliópolis era utilizada por João Prefeito “pra servir de palco

para os demagogos da política” (SAMPAIO, 1990, p.75). Esse mesmo grupo criticava o atrelamento e a submissão da Comissão dirigida por João Prefeito ao governo municipal, alegando não haver uma linha de luta nas atuações realizadas. Os benefícios que teria conquistado para os moradores seriam pontuais, caracterizados como favores individuais concedidos por determinados políticos (OLIVEIRA, 2010, p.157).

Com o passar dos anos, a Comissão de Heliópolis se destacou nas negociações junto à Prefeitura e a Cohab. As duas instituições públicas então sugeriram a unificação das comissões para “uniformizar a divulgação das decisões tomadas nas reuniões”, o que deu origem à União dos Núcleos, Associações e Sociedades das Favelas de Heliópolis e São João Clímaco (Unas) (SAMPAIO, 1990, p. 84). Em 1987, as lideranças daquela comunidade constituíram a união dos núcleos, mas o seu registro foi efetuado juridicamente somente três anos mais tarde, na gestão de Luiza Erundina, para a formalização de convênios com o seu governo (OLIVEIRA, 2010, p.287). A Unas se consolidou como o principal órgão de articulação da favela, atuando por meio de projetos financiados por ONGs, ou convênios junto às diferentes instâncias governamentais. Desenvolve, desde então, ações nas áreas de educação, assistência social, cultura, cidadania e comunicação.

As atividades das lideranças de Heliópolis tiveram apoio constante de integrantes do PT, um dos principais partidos incentivadores das ações sociais da Igreja que eram realizadas naquela comunidade. Vários partidos também se vinculavam às demandas da favela em diferentes momentos de mobilização popular e participavam ativamente das manifestações públicas que realizavam, tendo em vista que a favela era bastante grande e as reivindicações atraíam centenas de moradores daquela área. Tal aglomeração era motivo de interesse daqueles que se candidatavam para cargos políticos em São Paulo. Essa ligação partidária voltou a ter papel de destaque durante a formação da Unas, a partir da atuação do petista José Mentor, advogado que ocupava o cargo de deputado estadual naquele momento. Ele participou diretamente da formação dessa entidade e posteriormente se posicionou favorável a Heliópolis nas disputas pela representação da Unas. No entanto, algumas das lideranças o acusaram de ter participado da organização de moradores somente para angariar votos (FANTON, 2010, p.64).

Depois de 20 anos do início da formação da favela, a qual reuniu experiências de organização popular em torno do enfrentamento à violência e ainda sofreu influências políticas e disputas internas em relação à condução das ações que se realizavam no local, a instalação de uma rádio poste em Heliópolis, em 1992, se caracterizou como uma segunda fase das ações mobilizadoras em prol de melhorias naquela área. A iniciativa, apoiada e

incentivada pela Pastoral das Favelas, precedeu a implantação da rádio em frequência modulada, o que viria a ocorrer cinco anos mais tarde, em 1997.

2.2. - Frequências e ruídos – uma rádio para Heliópolis

O constante clima de tensão e disputa existente em Heliópolis, desde a sua formação, era tema recorrente das reuniões que ocorriam entre as lideranças daquela comunidade e demais moradores que se dispunham a buscar alternativas para aquela situação. Os encontros eram realizados com certa regularidade, em um barracão de madeira, situado em região central da favela, abordando temas relacionados à organização popular, atos de violência e à busca de melhorias de infraestrutura do local, entre outros. A insegurança existente naquela área era derivada da atuação dos grileiros e justiceiros, além de ações do tráfico de drogas, intensificado sobremaneira a partir da década de 1990. As atividades das lideranças da Unas eram articuladas de maneira a evitar o enfrentamento junto aos grupos envolvidos com o tráfico. Tal situação permaneceu viva na lembrança de alguns de seus membros, como pode ser observado na fala de Delmiro Farias¹⁶, também conhecido como Maranhão. Ele recorda que foi um dos pioneiros em Heliópolis e várias vezes fora ameaçado com arma de fogo, quando atuava ao lado de outras lideranças como Genésia Ferreira e João Miranda. No entanto, diz com orgulho que, mesmo diante dessas dificuldades, não fracassara na sua disposição em organizar aqueles moradores em prol de melhorias de suas condições de vida.

A dificuldade de convocação dos moradores para as reuniões, feita por meio da distribuição de boletins e panfletos nos cerca de um milhão de metros quadrados da favela, e o

¹⁶ *Delmiro Farias* – maranhense. Trabalhava com a pesca no Maranhão e estudou apenas por cerca de três meses. Na praia, onde morava, se comunicava com a população por meio de alto-falantes. Veio para o Sul do país em 1969, onde ficou por pouco tempo, e em seguida mudou-se para São Paulo. Trabalhou como pedreiro, no bairro Sacomã, e em outras ocupações (OLIVEIRA, 2010, p.88). É morador de Heliópolis desde 1982, quando passou a fazer parte do movimento por moradia e se tornou um dos três coordenadores da rádio poste, 10 anos após se instalar na favela. Delmiro Farias permaneceu na liderança da emissora até ela se transformar em FM, em 1997, e acabou se distanciando das atividades de comunicação da Unas por não concordar com ações da coordenação que assumira o projeto pouco tempo depois dele. FARIAS, Delmiro. Entrevista concedida para esta dissertação. São Paulo - Heliópolis, 26 de junho de 2012, p.191.

enfrentamento às ações violentas registradas naquela região levaram à implantação de um sistema de comunicação realizado por meio de alto-falantes, chamado de rádio poste, ou, nesse caso específico, de Rádio Popular de Heliópolis.

Para impulsionar essa iniciativa, fora importante a contribuição de duas lideranças da Unas que já conheciam esta forma de comunicação. João Miranda havia presenciado experiências de rádio poste em Pernambuco, estado onde morou antes de vir para São Paulo. Sua memória havia retido a utilização de serviços de alto-falantes, então comumente instalados em feiras populares na cidade do Cabo de Santo Agostinho (PE)¹⁷. Maranhão, por sua vez, já havia atuado em um sistema de comunicação semelhante na praia de uma cidadezinha do interior maranhense, chamada Raposa, situada no município de Cacarape (MA). Ele considerava muito interessante o serviço de comunicação ao qual havia tido acesso, viabilizado a partir de um poste de longa extensão e três grandes alto-falantes¹⁸.

A nova forma de comunicação instalada em Heliópolis ocorrera em uma fase de grande atuação das CEBs em São Paulo e em outras regiões do país, assessorados pela Aler, como visto no primeiro capítulo desta dissertação, os quais utilizavam os alto-falantes para dar voz às comunidades periféricas. A Pastoral das Favelas viabilizara a compra dos equipamentos para a rádio poste em Heliópolis, com o apoio de D. Paulo Evaristo Arns.

A partir de 1989, começaram a ser realizadas as primeiras discussões sobre o serviço de alto-falante, o qual seria implantado na favela em 1992. Em um documento arquivado pela Rádio Comunitária de Heliópolis, com data de elaboração imprecisa, possivelmente em 1990 ou 1991¹⁹, as lideranças da comunidade já demonstravam a intenção de profissionalizar a operação da futura emissora. Nessa iniciativa, os assessores da Secretaria de Bem Estar Social (Sebes) da Prefeitura paulistana se responsabilizariam por um trabalho de pesquisa, propaganda e publicidade, bem como de assessoria administrativa, propostas previstas para o desenvolvimento daquela que seria denominada como Rádio Popular de Heliópolis. Já as locuções, operação de áudio e sonoplastia receberiam orientações do Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista (Cemi), entidade que esteve diretamente ligada às ações de rádios postes, como citado no primeiro capítulo.

¹⁷ PROJETO CALA BOCA JÁ MORREU. *Entrevista com João Miranda Neto*. Duração 9:45. Realização Projeto Cala Boca Já Morreu em parceria com Gens – Serviços Educacionais e Reflex de Teto. Acesso em novembro de 2010. Disponível no Youtube, endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=niKvfzyQCwU>.

¹⁸ FARIAS, Delmiro. Entrevista concedida para esta dissertação. São Paulo - Heliópolis, 26 de junho de 2012, p.190.

¹⁹ RÁDIO POPULAR DE HELIÓPOLIS. *Projeto para profissionalização da Rádio Popular*. São Paulo, 1990/1991, p.8.

O projeto de aperfeiçoamento da Rádio Popular de Heliópolis fora elaborado para a formalização de um convênio com a Superintendência Regional de Serviço Social da Prefeitura (Surbes), ao qual estava vinculada a Sebes. O custo total do investimento fora orçado em torno de CR\$ 233.000,00 os quais seriam provenientes da Prefeitura e uma contrapartida de CR\$ 20.000,00 da Unas. Não há comprovação de que essas iniciativas tenham sido efetivadas, contudo a proposta demonstra o interesse do poder municipal em relação ao funcionamento daquela emissora. O convênio estabelecido entre a representação pública do município e os líderes da favela visava “capacitar os agentes diretamente envolvidos na Rádio Popular, para garantir o aspecto profissional, como perspectiva da autogestão”²⁰.

Além de realizar obras de infraestrutura nas periferias, o governo de Luiza Erundina (à época PT/SP), prefeita entre os anos de 1989 a 1992, também apoiava iniciativas de comunicação alternativa nessas comunidades como forma de descentralizar a produção informativa, visando o enfrentamento às pressões que sofria, principalmente da grande imprensa diária paulistana. As discussões em torno de um possível convênio para o subsídio de parte do investimento necessário para a manutenção e aperfeiçoamento da Rádio Popular de Heliópolis estiveram, provavelmente, incluídas nessa vertente de atuação do governo municipal em defesa da democratização das comunicações. O governo Erundina priorizou o atendimento às necessidades das regiões periféricas de São Paulo e incentivou o controle social em sua administração (PATARRA, 1996, p.30).

Alguns fatores contribuíram para a implantação de dezenas de projetos e programas do governo municipal em Heliópolis. Isso porque com as diversas ações que a Unas já havia realizado em busca de negociações com o Poder Público, a sua representatividade era reconhecida oficialmente pela prefeita e, além disso, havia a proposta da gestão do governo petista de incentivo e apoio à participação popular. O aumento de projetos realizados na favela também fora viabilizado pelo fato de que as lideranças da Unas possuíam vínculos diretos junto a vários membros do PT. Por outro lado, parcerias com parlamentares, em geral petistas, auxiliavam a Unas nas articulações que se voltavam à formalização de convênios e outras formas de recursos para a favela (SILVA, 2010, p.86).

Dessa forma, em 1992, a Rádio Popular de Heliópolis fora colocada efetivamente em operação pela Unas. A coordenação da emissora ficou sob a responsabilidade de Maranhão, auxiliado por Marcos²¹, técnico em eletrônica, além de Mário Sérgio Santos de Oliveira, que

²⁰ RÁDIO POPULAR DE HELIÓPOLIS. Op. cit. p.8.

²¹ As referências a Marcos não trazem seu sobrenome.

dividia as locuções com o coordenador. Além deles, alguns voluntários foram se envolvendo posteriormente com o projeto.

A estrutura da rádio foi sendo adequada aos poucos conforme as necessidades que surgiam. A aquisição de telefones no Brasil ainda era cara e morosa. Dessa forma, a Unas possuía apenas um aparelho em sua sede, situada em frente à residência onde funcionava a emissora. Esse mesmo equipamento era utilizado para o contato com os ouvintes. Se houvesse algum recado obtido por telefone, um voluntário da emissora tinha que se deslocar até a Unas para buscar os dados que seriam transmitidos ao locutor da rádio, o que ocorria com frequência²².

A Rádio Popular de Heliópolis era constituída por uma cabine, instalada no segundo andar do sobrado onde morava Genésia, e dispunha de um aparelho de som no sistema *tape deck*²³, uma mesinha, um microfone e LPs. Muitos dos discos utilizados pertenciam aos próprios locutores e eram trazidos a cada transmissão. O alto-falante central era fixado em um poste de madeira localizado ao lado da janela do sobrado, ao qual estavam ligadas as demais fiações para o restante da favela, espalhadas em direção transversal. Aquela emissora de Heliópolis chegara a ter 13 cornetas²⁴ distribuídas em seu território, principalmente nas regiões mais próximas ao equipamento central. Contudo, o som emitido pelos alto-falantes não alcançava toda a favela, podendo ser ouvido por cerca de 25% do total de moradores da área, os quais, no início da década de 1990, eram avaliados em um total de 50 mil²⁵.

Parte dos moradores da favela aceitava muito bem a rádio, principalmente no começo da iniciativa. Eles chegavam a fazer filas em frente ao sobrado onde funcionava a emissora para que tivessem seus pedidos de música executados nos alto-falantes. Danilo Barreto de Oliveira²⁶, conhecido como Mano Zóio²⁷, lembra quando passava em frente ao estúdio da rádio, por volta de seus 10 anos de idade, e tinha a curiosidade de conhecer o funcionamento daquela iniciativa de comunicação. No entanto, exitava em subir as escadas de madeira devido ao seu medo de altura, o que foi resolvido a partir da ajuda do locutor Sabino Soares²⁸.

²² GONÇALVES, Reginaldo. Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012, p.229.

²³ Equipamento comum na década de 1980, composto por um compartimento para a transmissão de som com fita cassete.

²⁴ Nome também utilizado para fazer referência aos alto-falantes utilizados pela rádio poste.

²⁵ RÁDIO POPULAR DE HELIÓPOLIS. *Projeto para profissionalização da Rádio Popular*. São Paulo, 1990/1991, p.1 e 3.

²⁶ OLIVEIRA, Danilo Barreto de. Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012.

²⁷ Danilo Barreto de Oliveira – morador de Heliópolis. Começou na rádio auxiliando o locutor do programa de rap e, em 2008, assumiu a locução do “Revolução Rap”.

²⁸ Sabino Soares – paraibano. Trabalhou por seis anos em rádio comercial de Cajazeiras (PB), antes de deixar o emprego e vir para São Paulo, em 1976. Na favela, esteve ligado ao Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova) e foi responsável por diversos programas na rádio, desde o seu início, com músicas românticas e

Daquele dia em diante, ele passara a frequentar o estúdio todos os dias, envolvendo-se com diferentes atividades da rádio poste. Atualmente, Mano Zóio é responsável pelo programa “*Revolução Rap*”. A forma como se deu o envolvimento de Danilo com a emissora pode ser entendida como a efetiva inclusão de novos atores sociais no processo de produção simbólica a partir do momento em que os torna emissores e participantes do processo de construção social, tal como defende Oliveira (2000, p. 9) em termos de envolvimento da comunidade com veículos comunitários.

Desde o seu início, a Rádio Popular de Heliópolis colocava no ar uma programação que mesclava o teor informativo com entretenimento. O início da organização da comunidade por meio das informações transmitidas pelo sistema de alto-falantes tinha o objetivo de estabelecer um contato mais próximo com os grupos que estavam distantes da direção da Unas e com a comunidade de uma forma geral. Na década de 1990, além dos problemas que estavam relacionados às ações de grileiros e justiceiros, alguns atos de vandalismo ocorriam em Heliópolis, supostamente realizados pelos grupos organizados em torno do tráfico, em represália à atuação das lideranças de moradores. Era comum o despejo de lixo em locais não apropriados ou nos quintais dos desafetos desses membros. Maranhão²⁹ lembra que o confronto direto com aqueles que causavam esses problemas era avaliado, por ele e pelos demais membros da Unas, como uma atitude perigosa. O enfrentamento ao que ele chamava de “grupo de pilantras” era motivo de medo para grande parte das pessoas da favela. Nesse caso, os microfones da Rádio Popular de Heliópolis foram adotados por aquelas lideranças como um meio para se aproximarem daqueles que poderiam ser os autores das desavenças ocorridas e viabilizar a organização dos moradores.

O uso dos alto-falantes também trouxe contribuições para a implantação do recolhimento de lixo na favela. A existência de vielas e becos impedia o acesso de caminhões em grande parte de Heliópolis, o que exigia a organização dos moradores e a preparação de alguns locais para que os resíduos fossem mantidos até o seu recolhimento. A sensibilização e o convencimento dos potenciais usuários do sistema de coleta de resíduos ocorreram por meio da programação da Rádio Popular de Heliópolis, superando o impasse que havia sido diagnosticado no diálogo individual junto àqueles cidadãos para aquela iniciativa³⁰. O mesmo ocorrera com o projeto Urbanacon, caracterizado pela implantação de infraestrutura de guias e

sertanejas. Entre eles estiveram “Matando a Saudade”; Mistura de Ritmos”; “Frequência de Sucesso”, com o qual realizou diversas ações sociais na favela; e “No luar do sertão” (OSMAR, Fábio; CRISTINA, Joice. Rádio Comunitária Heliópolis: além do alcance das antenas. 2ª versão. São Paulo: F&J editoras, 2004).

²⁹ FARIAS, Delmiro. Entrevista concedida para esta dissertação. São Paulo - Heliópolis, 26 de junho de 2012, p.191.

³⁰ Ibid. p, 191.

sarjetas, bem como o asfaltamento de algumas ruas. As cornetas foram o meio utilizado para a convocação dos moradores que atuavam nas obras. Os objetivos e a forma de participação de cada voluntário eram explicados pelos alto-falantes espalhados ao longo da favela³¹.

A transmissão dos comunicados pelas cornetas, os quais auxiliavam no enfrentamento aos problemas que envolviam a criminalidade em Heliópolis, é apontada por Maranhão como a principal função da rádio. Porém, outra parte dos idealizadores da emissora toma o serviço de comunicação como um meio de mobilização, mas também de difusão cultural para os moradores, cuja maioria era composta de migrantes nordestinos. Dessa forma, ainda que a criação da emissora tivesse sido motivada pela dificuldade que havia na transmissão de informações dentro da favela, aquele instrumento comunicativo também se configurava, pelo menos para aqueles que a apoiavam, como um meio de entretenimento dos ouvintes. Em alguns horários e dias específicos eram veiculadas músicas, solicitadas previamente ou definidas conforme a preferência daquele que cuidava da programação.

Entre as expressões musicais com espaço prioritário na programação transmitida pelas cornetas esteve o forró, estilo musical comum no Nordeste e trazido à rádio com o objetivo de despertar a empatia dos ouvintes migrantes daquela região do país. Da mesma forma, aquele sistema de comunicação também atraiu militantes do rap, os quais buscavam as cornetas para divulgar seus trabalhos. Aquele estilo musical começava a ter evidência em São Paulo a partir do final da década de 1980 e ganhava a adesão de jovens das favelas. O rapper Rappin Hood³² usava as experiências de rádios postes das periferias da capital paulista para divulgar a sua música e esteve várias vezes na Rádio Popular de Heliópolis.

Essa disseminação do rap impulsionou Luciano Nunes da Silva, o DJ Sapão³³, a criar um programa naquela rádio, intitulado *Revolução Rap*, o qual fora mantido na programação até os dias atuais, com diferentes locutores. Nessa iniciativa, trazia o rap que começava a ter nomes de expressão nacional, como os Racionais MC's e Mano Brown, além de divulgar seu

³¹ Ibid. p, 192.

³² *Rappin Hood* – rapper paulistano que foi criado no bairro de São João Clímaco, vizinho da Favela de Heliópolis. Na década de 1980, cantava no metrô São Bento, ponto de encontro dos *rappers* e em rádios postes de São Paulo. Em 1996 ganhou o prêmio de Revelação do selo RapSoulFunk e já vendia mais de 10 mil discos. Quando a rádio passou a transmitir em FM foi responsável pelo programa “*A voz do rap*”, a exemplo do “*Revolução Rap*”, que também era mantido na emissora. O programa de Rappin Hood fez parte da programação da Rádio Comunitária de Heliópolis por dois anos (Site oficial – Trama. Acesso em setembro de 2012. Disponível em: <http://trama.uol.com.br/rappinhood/promocao/index.html>).

³³ *Dj Sapão* – rapper paulistano, morador de Heliópolis. Começou com o programa de rap na rádio poste, intitulado *Revolução Rap*. Tocava músicas a pedido de ouvintes e divulgava as festas e eventos que organizava. Permaneceu no ar quando a rádio passou para FM, obtendo uma das maiores repercussões entre os moradores. Dizia utilizar o rap para educar, conscientizar e afastar os jovens do crime (OSMAR e CRISTINA, 2004, p.8).

próprio trabalho na organização de eventos de rap em Heliópolis (OSMAR e CRISTINA, 2004, p.57).

Contudo, embora os alto-falantes fossem vistos por parte dos moradores como forma de expressão da comunidade e entretenimento, a iniciativa enfrentou vários empecilhos. Além da dificuldade em cobrir toda a extensão geográfica da favela com a transmissão da rádio, dada a necessidade de longos cabos para a instalação dos alto-falantes, havia ainda problemas com a comunidade em relação à manutenção dos equipamentos e ao acolhimento da iniciativa. Se, de um lado, parte dos moradores convivia bem com aquela emissora, de outro, havia aqueles que reclamavam quanto ao volume do som emitido. Alguns deles avaliavam que o barulho era ensurdecedor, principalmente para aqueles que tinham suas residências situadas próximas aos alto-falantes (CRISTINA e OSMAR, 2004, p.20).

Alguns residentes da favela ainda faziam críticas quanto à imposição daquele sistema de comunicação. As bocas de alto-falantes espandiam o som para todo o entorno abrangido pela rádio e não havia a possibilidade de escolha dos ouvintes em relação à recepção da programação transmitida, fossem em horários fixos, fossem em esporádicos. Para a direção da Unas, no entanto, a falta de opção dos moradores em poder escolher ouvir ou não as transmissões se caracterizava como um fator positivo para a organização daqueles cidadãos em relação aos temas de suas reivindicações junto ao Poder Público. Ao comparar o sistema de transmissão em frequência modulada com as cornetas, o diretor executivo da Unas, Nazareno Antônio da Silva³⁴, conhecido como Buiú, acredita haver maior eficácia da comunicação com a Rádio Popular de Heliópolis, já que com a FM é preciso cativar o ouvinte para que ele ouça as informações. No entanto, ele próprio destaca o desconforto causado pela imposição da irradiação indistinta da programação, cujo conteúdo, para alguns, acabava sendo somente um ruído.

Dessa forma, aqueles que não se envolviam com as questões definidas pela direção da Unas como importantes à mobilização dos moradores ficavam descontentes com o barulho das cornetas. Reginaldo Gonçalves³⁵ lembra que, em sua infância, não gostava da Rádio Popular de Heliópolis. Ele se sentia incomodado com a emissão dos comunicados ou das

³⁴ SILVA, Nazareno Antônio da, (Buiú). Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012, p.170.

³⁵ *Reginaldo Gonçalves* – paulistano. Chegou na favela em 1982, com cinco anos, levado pelos pais, que eram pernambucanos. Começou a se envolver com as questões políticas de Heliópolis quando entrou na rádio, em 1999. Sua participação na programação da emissora foi influenciada pela atuação dos voluntários Rappin Hood e o amigo Dj Sapão, militantes do rap. Antes da regularização da rádio era locutor do programa *Revolução Rap* e dava palestras em congressos e oficinas levando o nome de Heliópolis para diversas partes do país. Em 2008, quando a rádio foi regularizada, se tornou coordenador. GONÇALVES, Reginaldo. Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, julho de 2012, p. 203.

músicas por meio do alto-falante instalado próximo ao campinho onde jogava futebol com os amigos. Os equipamentos dispostos ao longo da favela lhe chamavam a atenção devido ao barulho que emitiam, porém aquilo não lhe despertava um interesse politizado, de forma a entender a razão do uso daquele sistema de comunicação. Atualmente, Reginaldo é coordenador da rádio.

Havia ainda os que furtavam os fios das instalações ou as próprias cornetas. Os materiais eram utilizados no comércio ilegal da favela ou em ferro-velhos. Em alguns casos, as cornetas arrancadas dos postes eram usadas em carros de som para efeito de propaganda ambulante ou simplesmente eram amassadas, como forma de protesto contra a emissora. Atos que, como avaliado por Maranhão³⁶, expressavam o desrespeito com o “próprio direito à comunicação”³⁷ que possuíam. Tais ações acabaram por levar à diminuição do número de cornetas em uso após os primeiros anos de atividade da Rádio Popular de Heliópolis.

A emissora fora mantida em operação por pelo menos três anos e trouxe experiências comunicativas para as lideranças da favela. Nesse período, conseguiu se estabilizar minimamente e servir de fonte de organização dos moradores, assim como também de entretenimento. Porém, o apoio reduzido da comunidade e até mesmo das lideranças da Unas fizeram com que os alto-falantes deixassem de ser utilizados com tanta intensidade, em relação aos seus primeiros anos.

A partir de 1995, aproximadamente, a rádio passou a ser usada somente em raras ocasiões. Sua utilização estava condicionada à necessidade de transmitir algum recado. Maranhão³⁸ recorda que nos comunicados que fazia à comunidade, as transmissões dos alto-falantes eram realizadas com bastante cautela, dada as dificuldades de aceitação que já vinham sendo registradas. No entanto, a localização de parentes, moradores em Heliópolis, por parte de migrantes que chegavam à favela sem nenhuma referência de seus familiares, ainda ocorria de forma exitosa. Ele lembra que a interferência das cornetas para encontrar aqueles que estavam desaparecidos também ocorria em casos de sumiços de pessoas, ocasionados pelo envolvimento com o crime. Embora fosse uma medida arriscada, Maranhão

³⁶ FARIAS, Delmiro. Entrevista concedida para esta dissertação. São Paulo - Heliópolis, 26 de junho de 2012, p.198.

³⁷ A expressão “próprio direito à comunicação” utilizada por Maranhão em suas memórias está vinculada ao fato de que a instalação da Rádio Popular de Heliópolis seria um avanço para a comunidade no que se referia ao ato de comunicar-se, dada disponibilidade daquele equipamento. No entanto, sugere-se que o caráter político dessa expressão, sendo considerada como um direito universal, tenha sido apreendido por Maranhão, assim como provavelmente por outros líderes da favela, a partir do envolvimento posterior que tiveram com a luta pela manutenção e avanço da rádio em contato mais sistemático com agentes sociais e políticos que colaboraram com a causa da democratização da comunicação social.

³⁸ FARIAS, Delmiro. Entrevista concedida para esta dissertação. São Paulo - Heliópolis, 26 de junho de 2012, p.200.

afirma que se dispunha a auxiliar aqueles que o procuravam a qualquer hora do dia para aquele fim.

Até mesmo a polícia teria tentado identificar pontos de vendas de drogas e pessoas envolvidas com o tráfico em Heliópolis, fazendo questionamentos aos integrantes da rádio. Teoricamente, as lideranças da Unas teriam um contato mais aproximado com os moradores, o que lhes facilitaria a identificação dos infratores. Porém, a ação militar foi frustrada, já que os líderes se recusaram a fazer qualquer delação. Conforme lembra Maranhão³⁹, a divulgação desse fato na favela despertou medo entre os membros da Unas, os quais se afastaram daquela iniciativa de comunicação. Com o passar dos anos e as dificuldades encontradas para a manutenção das cornetas o projeto foi abandonado. As lideranças avaliaram que havia muitas reclamações e o sistema de comunicação já estava sendo utilizado para fins políticos, o que não agradava pelo menos parte daquela organização popular.

Diante dos relatos de uso da Rádio Popular de Heliópolis para buscar soluções aos problemas ocasionados pela criminalidade existente na favela e as dezenas de problemas que surgiram no decorrer dessa atividade, avalia-se que a organização popular por meio do sistema de comunicação das cornetas não se restringia à função de entretenimento ou de transmissão de comunicados e agendamentos de reuniões, mas também se estendia à ocupação de um espaço e à demarcação de um território político para subsidiar os embates internos e externos de Heliópolis.

A trajetória da rádio começaria a mudar a partir de 1995, momento em que a emissora passava por grandes dificuldades. Uma visita de integrantes do Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha, acompanhados de um representante brasileiro, traria novos ânimos aos idealizadores da iniciativa. Isso porque os alemães se mostraram interessados no projeto de comunicação existente naquela favela. Maranhão⁴⁰, então responsável pela rádio e um dos últimos a manter o projeto em atividade, foi quem os recebeu. Eles lhe faziam questionamentos sobre o funcionamento da Rádio Popular de Heliópolis e buscavam dados sobre o investimento necessário para que as condições daquele projeto fossem melhoradas, com o objetivo de transformar os alto-falantes em um sistema de frequência modulada.

Os demais integrantes da Unas que davam suporte à iniciativa da rádio não estavam na favela naquela ocasião, já que viajavam em férias. Coube a Maranhão fazer o levantamento dos equipamentos necessários para as mudanças sugeridas pelos alemães. Entre os materiais

³⁹ Ibid. p, 203.

⁴⁰ Op. cit. p, 194.

que teriam sido solicitados por ele estavam um computador, duas mesas de som, dois microfones, dois gravadores e um tape deck.

Depois daquela visita não houve mais nenhum contato deles com a direção da Unas, o que ocorreria somente dois anos mais tarde, em 1997, quando os integrantes daquela entidade receberam o valor referente aos investimentos para a montagem de uma rádio em frequência modulada. Os recursos foram enviados em dólares, equivalentes a cinco mil reais. O principal gasto seria destinado à compra do transmissor.

Entre a visita dos alemães e o envio da verba a rádio ficou fechada. Os equipamentos já haviam sido transferidos para um galpão da sede da Unas. Entretanto, com a ajuda financeira em mãos, feito comemorado pela Unas, os líderes da associação se viram obrigados a encontrar formas técnicas para viabilizar a instalação da emissora em FM. A rádio fora montada e passou por um período de testes técnicos por cerca de um mês, o que ocorria com a execução de músicas variadas, porém sem programação. A inauguração ocorreu oficialmente em 27 de agosto de 1997, na frequência 102,3 MHz, sob a coordenação de Telma Maciel⁴¹ e Mário Sérgio Santos de Oliveira⁴², já que Maranhão não poderia assumir o encargo por questões de convalescência.

As transmissões da Rádio Heliópolis FM, ainda não chamada de comunitária, foram iniciadas naquele ano e interrompidas somente em 2006. Os sinais foram retomados em 2007 e a regularização alcançada em 2008. Os desdobramentos históricos da emissora nesse percurso entre o início das emissões de seus sinais em frequência modulada até a obtenção da autorização de funcionamento junto ao governo federal podem ser divididos em duas fases. O primeiro momento é compreendido entre 1997 e 2000, sob a coordenação de Telma Maciel e seu auxiliar Mário Sérgio, e o segundo entre 2000 e 2008, quando a rádio era coordenada por Geronino Barbosa, conhecido como Gerô⁴³.

⁴¹ *Telma Maciel* – Moradora da favela, assumiu a direção da Rádio Heliópolis FM 102,3MHz, com 22 anos, em parceria com Mário Sérgio. Estava desempregada quando assumiu o cargo.

⁴² *Mário Sérgio Santos de Oliveira* – sempre morou em Heliópolis e é sobrevivente de uma tentativa de assassinato, ocorrida quando tinha 20 anos. Traficantes teriam confundido Mário Sérgio e seus familiares com rivais da favela. O pai e o irmão morreram. Depois de se mudar para o interior, regressou a Heliópolis. Com quase 30 anos, atuava como Dj e conciliava a vida noturna com o trabalho na rádio. Assumiu a coordenação da emissora em 1997, tendo Telma Maciel com parceira. Ele já havia atuado na rádio em sua fase de corneta.

⁴³ *Geronino Barbosa (Gerô)* – mineiro. Natural de Mato Verde (MG), onde estudou apenas dois anos, em horários alternados ao trabalho que tinha na roça, onde ajudava o pai. Veio pra São Paulo em 1986 para morar com a tia. Fugiu da cidadezinha mineira, escondido no banheiro do ônibus e em 1991 mudou-se para Heliópolis, onde passou a sofrer ameaças dos grileiros por ser homossexual. Iniciou suas ações de liderança na favela a partir da representatividade em defesa dos homossexuais, o que fazia paralelamente às atividades que desempenhava em uma escola no contra-turno das aulas, com campeonatos e outros eventos. Em 1998, aproximadamente, integrou a equipe da Rádio Heliópolis com o programa *Tardes do Babado* e em 2000 assumiu a coordenação da emissora até 2008. Fontes: GERONINO, 2012, p. 206 a 208, entrevista para esta dissertação; OSMAR e CRISTINA, 2004, p.38 e 40.

Na primeira fase de atuação da emissora com transmissão em FM, ainda não havia a vinculação de sua equipe e nem de moradores de Heliópolis com nenhuma iniciativa ou articulação com agentes, individuais ou coletivos, que atuavam em favor da democratização da comunicação social. Com o auxílio da Abraço⁴⁴, os representantes da rádio começaram a ser inseridos em eventos de abrangência nacional, nos quais havia a discussão sobre a atuação dessas emissoras, porém as lideranças da favela ainda não assumiam uma postura engajada de representatividade entre aqueles que defendiam um maior acesso da população à produção informativa. Dessa forma, tinham uma atuação mais voltada à realidade de Heliópolis e suas próprias reivindicações, das quais participavam com o uso da rádio.

No entanto, nesse mesmo tempo, diversas entidades e associações se mobilizavam naquele no município de São Paulo e em diversas outras regiões para negociarem com o governo FHC medidas que impulsionassem a democratização da comunicação. Tais ações resultaram na criação da legislação específica para o setor da radiodifusão comunitária, em 1998, tal como já mencionado no capítulo inicial desta dissertação.

A mudança de postura das lideranças da rádio pôde ser verificada na segunda fase de seu percurso em direção à regularização da emissora. Elas passaram a defender formalmente que houvesse alterações no sistema de comunicação social brasileiro, o que faziam em todos os eventos e mobilizações dos quais participavam. O posicionamento fora influenciado por novos parceiros, que em seus discursos traziam a bandeira da democratização da comunicação social, parcerias que se consubstanciam sobretudo a partir de 2000⁴⁵. Na primeira fase da Rádio Heliópolis FM havia oito voluntários que atuavam em parceria com Telma Maciel e Mário Sérgio, coordenadores contratados pela Unas depois de cinco meses de funcionamento da emissora. Mário Sérgio assumia a responsabilidade por resolver questões do dia a dia, como o pagamento de contas e a solução de problemas burocráticos. Nessa função, recebia o apoio de Orlando Jerônimo da Silva⁴⁶ e Alexandro Naiman⁴⁷, os quais não eram moradores de

⁴⁴ Entidade representativa das rádios comunitárias criada em 1996, citada no primeiro capítulo desta dissertação.

⁴⁵ FARIAS, Delmiro. Entrevista concedida para esta dissertação. São Paulo - Heliópolis, 26 de junho de 2012, p.190.

⁴⁶ *Orlando Jerônimo da Silva* - paulistano. Assumiu a locução do programa “A Hora da Escola”, na Rádio Heliópolis, com 39 anos. Filho de alagoanos, atuou como professor em várias regiões periféricas de São Paulo, tendo sido graduado pela USP. Paralelamente ao voluntariado que fazia na rádio, era professor de Português em uma escola da comunidade. Fez parte da primeira fase da emissora com o discurso de utilizar aquele instrumento comunicativo como um meio de promoção da cidadania. Seu programa ia ao ar às quartas-feiras, das 12h às 13h. Foi um dos idealizadores do movimento apoiado pela Unas e a rádio, realizado anualmente em Heliópolis, chamado de “Caminhada pela paz”. A iniciativa de organizar esse movimento foi originada a partir da morte de uma aluna sua, de 15 anos. Ela fora assassinada com cinco tiros, próximo à escola, quando acabara de sair da aula (REVISTA CARTA CAPITAL. *Sem paredes, sem medo*. Edição de 29 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=842333>).

Heliópolis, porém estavam diretamente ligados às ações da favela. Mesmo sendo voluntários, eles também se envolviam em atividades administrativas da emissora, de maneira esporádica, já que eram os únicos que possuíam carros entre os membros da equipe.

O sistema de comunicação utilizado na Favela de Heliópolis mudara a partir de então, mas os problemas continuaram. O local onde estava instalado o estúdio era pequeno e desconfortável. Além disso, o número reduzido de pessoas que atuavam na manutenção e programação da rádio dificultava a aplicação das propostas idealizadas. Sem haver remuneração, era difícil reunir um considerável número de pessoas em torno daquele projeto. Ademais, não há dados sobre tentativas da direção da emissora em atrair novos locutores e ampliar o envolvimento em torno de ações comunitárias por meio da rádio.

As condições precárias também eram verificadas ao analisar a estrutura física disponível. Havia deficiência de sinal, já que a má localização da antena, a qual não fora instalada no ponto mais alto do entorno, fazia com que a potência de 25 watts não fosse suficiente para alcançar toda a favela. Os integrantes da direção da rádio voltariam a ter problemas com os sinais emitidos em 1999. Por interferência em outras emissoras, a Anatel determinou a mudança de localização de Heliópolis no *dial* paulistano. Uma denúncia teria motivado a alteração na frequência, a qual passaria para 98,3MHz. A mudança no *dial* da eletrosfera paulistana ocorreu devido ao fato de que, conforme legislação apontada no primeiro capítulo, os veículos comerciais possuem a emissão de seus sinais protegidos em detrimento da transmissão das rádios comunitárias.

Além disso, o repertório era restrito. O alto custo dos CDs, a serem utilizados na programação, impossibilitava a organização de um acervo. Tal como ocorria no período da Rádio Popular de Heliópolis, eram os próprios locutores que levavam os discos e CDs com as músicas que seriam executadas, havendo poucos exemplares de propriedade da rádio. Uma campanha chegou a ser realizada junto à comunidade em busca de doações, mas a maior

⁴⁷ *Alexandro Naiman* - mineiro. Nasceu no morro do Bonfim, em São João Del Rei (MG) e, em São Paulo, se tornou capacitador de rádios comunitárias e educativas pelo Instituto Paulo Freire, na década de 2000. Era também reconhecido naquela capital como compositor, músico, poeta e produtor cultural. Foi um dos fundadores da Rádio de Heliópolis FM, onde atuava como agitador cultural e locutor do programa Nanico, em 1997. Participou da criação de rádios educativas e comunitárias do município de Itabuna, na Bahia, e Iguape, em São Paulo. Fonte: TRAMA COMUNICAÇÃO, *Universidade Ibirapuera prepara calendário especial para receber alunos na volta às aulas*. São Paulo, agosto de 2007. Disponível em: <http://www.tramaweb.com.br/press-release/4363/universidade-ibirapuera-prepara-calendario-especial-receber-alunos-na-volta-aulas.aspx>.

quantidade de doações era de LPs, mesmo assim a maioria deles sem condições de uso. Sem o acervo apropriado, os pedidos dos ouvintes muitas vezes não eram atendidos⁴⁸.

A coordenadora Telma Maciel relatara, em entrevista para estudantes de Comunicação⁴⁹, a grande dificuldade da rádio em manter vínculo com os pequenos comerciantes da região, potenciais anunciadores, ou apoiadores culturais da programação da emissora. A restrição no alcance dos sinais, bem como a demora na solução dos problemas com cabos, torre e frequência influenciariam negativamente na busca de investidores. Os apoios culturais⁵⁰, em geral, variavam entre R\$ 40,00 e R\$ 50,00 devido ao baixo poder aquisitivo dos comerciantes.

A rádio teria perdido o contato com parte daquela população ao ser transformada em transmissão por frequência modulada. Mesmo depois de um ano em atividade, muitos moradores da favela ainda não sabiam de sua existência. Embora fosse algo impositivo, de certa forma a Rádio Popular de Heliópolis envolvia a comunidade, pelo menos aquela situada nas proximidades dos alto-falantes. Todavia, mesmo com as suas deficiências, a atuação da Rádio Heliópolis FM incomodava alguns opositores anônimos. Após dois meses do início da veiculação dos programas, a rádio já recebia ligações com ameaças de fechamento, o que fora ignorado pela direção da emissora⁵¹.

A programação continuou sendo executada sem interrupção. Porém, diferente do padrão de funcionamento da Rádio Favela, de Belo Horizonte, a qual já era bastante conhecida no período, os microfones da emissora de Heliópolis não estavam abertos para a participação dos moradores sem uma prévia organização. Era necessária a apresentação de um projeto da proposta que seria desenvolvida, com metas e objetivos, os quais seriam avaliados pela coordenação, para ser colocado em prática⁵². A orientação era para que os programas não imitassem as rádios comerciais.

Convivendo com as dificuldades e ações, por vezes, deficitárias, os coordenadores e voluntários perserveravam no objetivo, defendido por seus integrantes e pela Unas, de que a

⁴⁸ UNESCO/UMESP. - *Visita a Heliópolis* - Rádio Cidade do Sol - 102,3 FM. IV Curso Internacional para o Desenvolvimento Regional: REGIOCOM/99. "Rádio, Cidadania e Serviço Público". Cátedra UNESCO/UMESP. São Bernardo, 1999, p.5. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/regiocom99/visitas1.htm>.

⁴⁹ Ibid, p.9.

⁵⁰ O termo "apoios culturais" se deve ao fato de que a legislação não permite a veiculação de anúncios comerciais nas rádios comunitárias, podendo haver somente "apoios culturais", nos quais não podem ser mencionados preços de produtos nem o endereço dos estabelecimentos anunciantes. Estes, obrigatoriamente, devem estar situados no raio de 1km de distância da rádio. Tal determinação é um dos principais questionamentos daqueles que defendem as rádios comunitárias, já que sem anúncios não podem obter recursos financeiros para se manterem.

⁵¹ Op. cit, p. 3 e 10.

⁵² Op. cit, p.5.

Rádio Heliópolis FM deveria se configurar como um instrumento de entretenimento e educação. Spots⁵³, vinhetas e esquetes⁵⁴ eram os recursos adotados pela rádio para a inserção de temas culturais e educativos, envolvendo a prestação de serviços e campanhas sobre temas específicos de saúde e cidadania. Uma parceria com a ECA-USP viabilizava essa iniciativa, por meio da criação dos materiais radiofônicos, os quais contavam com a participação dos alunos daquela universidade. Também havia vínculos com outras instituições que lhes auxiliavam na programação da rádio, compreendidas pelo Tribunal de Justiça, por meio do projeto Justiça Itinerante, o qual trazia explicações sobre temas de legislação, e também a Associação Comunitária de Itaquera, a qual oferecia capacitação sobre a linguagem radiofônica aos jovens de Heliópolis. Nesse caso, o intercâmbio era feito com a Itaquera AM⁵⁵.

A programação era mantida durante 17 horas diárias, começando às 7h e se estendendo até a meia-noite, mesclando música e conteúdos informativos, os quais eram veiculados aleatoriamente, conforme o interesse do locutor. Entre os estilos musiciais estavam forró, MPB, sertanejos e samba.

Rádio Heliópolis 102,3MHz							
Grade de Programação - 1997							
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
7h30- 8h	Sertanejo	Sertanejo	Sertanejo	Sertanejo	Sertanejo		
8h-8h30							
8h30-9h	Explosão do Forró	Explosão do Forró	Explosão do Forró	Explosão do Forró	Explosão do Forró	Programa Misto	Arquivo do povão Rogério Dantas
9h-10h							
10-12h	Seleção Nacional	Seleção Nacional	Seleção Nacional	Seleção Nacional	Seleção Nacional		
12h-13h			A hora da escola				Motando Saudade
12h-16h	Som dos Blacks	Som dos Blacks	Som dos Blacks	Som dos Blacks	Som dos Blacks		
16h-18h							Rock Patrulha
19h-19h30		Nanico					
19h30-20h		Naimã					

Figura 4 –
Quadro da 1ª
grade de
programação
da rádio em
1997

Não havia, no entanto, espaço para produções informativas que se voltassem aos fatos ocorridos na própria favela. A valorização de ações locais e de atividades pertinentes ao cotidiano desses moradores, abordagem que é prevista entre os conceitos do que seria uma comunicação comunitária, não estava sistematizada e organizada de forma clara pela

⁵³ Gravações com perfil educativo ou comercial, no qual são utilizados recursos radiofônicos como voz, música e efeitos sonoros. Bastante comum na publicidade.

⁵⁴ Esquete é um recurso do teatro, cinema, televisão e também do rádio, no qual são contadas histórias de curta duração, inferior a 10 minutos, com temas variados.

⁵⁵ Op. cit. p.3

emissora. Estaria inserida na grade de programação de forma implícita, já que os integrantes da rádio defendiam haver essa preocupação nos programas veiculados. Conforme alegava Telma Maciel⁵⁶, as notícias eram abordadas de forma crítica e questionadora. No entanto, seu relato revela que a fonte dessas informações eram os grandes jornais diários paulistanos, como a *Folha de S. Paulo*, bem como as produções nacionais da televisão comercial. O enfoque das discussões, portanto, não estava baseado em fontes da favela.

Mesmo com ressalvas no que se referia às aplicações de várias situações da emissora, minimamente havia uma resposta positiva de parte dos moradores em relação aos direcionamentos da programação oferecida. Essa avaliação era defendida pela direção da rádio a partir dos telefonemas e das visitas que recebiam.

Com o passar do tempo, a programação foi sendo alterada com a participação de novos integrantes da favela. Toda a programação estava, segundo seus líderes, voltada a buscar a conscientização da comunidade para que se envolvessem nos movimentos sociais e nas ações que realizavam. Como pôde ser notado, a atuação política da rádio, sobretudo ocupadas com reivindicações da favela, ocorreu desde os primeiros anos de sua atividade, se estendendo também para mobilizações externas à emissora, as quais estavam diretamente ligadas à Unas. A “Passeata da Paz”, por exemplo, organizada pelas escolas e a Unas, reuniu seis mil pessoas em favor de maior segurança na favela e teve a participação direta da rádio em sua divulgação e incentivo⁵⁷. Entre as iniciativas apoiadas pela emissora se encontravam ações de prevenção à saúde, nas áreas de DST/AIDS, dengue e outras, as mobilizações de organização em prol de condições de habitação e de segurança social, etc.

Em 1999, a Rádio Heliópolis FM contaria com a inusitada participação do cantor Lobão em um dos seus programas, fato que ganharia repercussão nacional. Fruto das atividades do roqueiro para lançamento na favela de seu CD intitulado “A vida é doce”, em franco protesto à atuação das gravadoras e da indústria fonográfica. Diante das ações consideradas positivas pela direção da rádio, um ano após a implantação da Lei da Radiodifusão Comunitária nº 9.612/98, suas lideranças encaminharam o primeiro pedido⁵⁸ de regularização da rádio para o MiniCom, por meio da direção da Unas, conforme previa a lei. No entanto, em apenas dois

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ UNESCO/UMESP. - Visita a Heliópolis - Rádio Cidade do Sol - 102,3 FM. IV Curso Internacional para o Desenvolvimento Regional: REGIOM/99. "Rádio, Cidadania e Serviço Público". Cátedra UNESCO/UMESP. São Bernardo, 1999, p.13. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/regiocom99/visitas1.htm>.

⁵⁸ UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES DE HELIÓPOLIS E SÃO JOÃO CLÍMACO. *Solicitação de demonstração de interesse para o serviço de radiodifusão comunitária*. São Paulo, 10 de junho de 1999.

meses, o próprio Ministério enviou notificação⁵⁹, na qual afirmava que a entidade deveria aguardar a publicação de edital de habilitação para a cidade de São Paulo. Somente a partir dessa medida seria iniciada a concorrência para uso do espectro entre os veículos comunitários daquela localidade. O documento trazia ainda o alerta de que antes desse processo, que deveria ser determinado pelo Ministério, nenhuma entidade poderia utilizar as frequências do dial paulistano, ainda que em caráter experimental, temporário ou provisório, sob a pena de detenção de um a dois anos, caso trouxesse danos a terceiros, conforme legislação de 1962.

Figura 5 -
Reprodução do
documento
encaminhado
pela direção da
Unas ao
MiniCom

UNAS-UNIÃO DE NÚCLEOS ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES DE HELIÓPOLIS E SÃO JOÃO CLÍMACO.
CGC : 38.883.732/0001-40
R: DA MINA, 38 HELIÓPOLIS CEP:04235-310 SÃO PAULO-SP

SOLICITAÇÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

A Unas - União de núcleos associações e sociedades de Heliópolis e São João Clímaco, inscrita no CGC/MF sob o nº 38883732/0001.40, no estado de São Paulo, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada, vem, mui respeitosamente, à digna presença de vossa Excelência demonstrar seu interesse em executar o serviço de Radiodifusão Comunitária na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na R. da Mina, 38 - Heliópolis - São Paulo - SP - CEP 04235-310, de coordenadas geográficas (-23) (01) (88) (38)S de latitude e (-46) (-49) (-16) (-47) W de longitude onde pretende instalar o sistema irradiante de sua estação (torre e antena).

Solicita, também, a designação de canal para a prestação de serviço nos termos do artigo 12 do regulamento do serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998

Nestes Termos,
Pede deferimento.

São Paulo, 10 de junho de 1999

João Miranda Neto
João Miranda Neto
Presidente

⁵⁹ MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Ofício nº 1475/99-DMC/SP. Resposta ao processo nº 53830.001236/99. São Paulo, 23 de agosto de 1999.

Figura 6 -
Reprodução do
documento
encaminhado
pelo MiniCom
à direção da
Unas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA EXECUTIVA
DELEGACIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Of. nº **1475** /99 - DMC/SP

São Paulo, 23 de agosto de 1999.


Ref.: Processo nº 53830.001236/99

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção a demonstração de interesse pelo Serviço de Radiodifusão Comunitária através do processo em referência, essa Entidade deverá aguardar publicação no Diário Oficial da União do **comunicado de inscrição para habilitação** das entidades interessadas em prestar o referido Serviço na área solicitada ou em área com o centro deslocado de até 500 (quinhentos) metros.

Até a conclusão do processo **nenhuma entidade tem o direito e não deve se instalar**, quer em caráter experimental, temporário ou provisório.

Atenciosamente,


EVERALDO GOMES FERREIRA
Delegado

Ilmo(a). Sr(a).
JOÃO MIRANDA NETO
UNAS - União de Núcleos Associações e Sociedade de Heliópolis e São João Climaco
Rua Mina, nº 36 - Heliópolis
São Paulo/SP
CEP.: 04235-310

LEGISLAÇÃO:
Lei nº 4.317 de 27.08.62, com suas alterações dadas pela Lei nº 234 de 01.03.67
Lei nº 4.741 de 13.09.65, com suas alterações dadas pela Lei nº 234 de 01.03.67
Lei nº 4.741 de 13.09.65, com suas alterações dadas pela Lei nº 234 de 01.03.67
Lei nº 4.741 de 13.09.65, com suas alterações dadas pela Lei nº 234 de 01.03.67

UNAS/COM
Rua Mina, nº 36
Heliópolis - SP
04235-310

Pau Brasil, 95 - Itaquape - São Paulo, SP - CEP.: 01094-010 - Fone: (011) 5061-1400 e 5144 - FAX: (011) 5140-1070 - Site: www.unas.gov.br

A partir de 2000, a rádio iniciaria uma segunda fase no percurso de sua trajetória em direção à regularização da emissora junto ao governo federal. Após concluir o curso de Pedagogia, Telma Maciel se mudaria da favela e deixaria o cargo de coordenadora da rádio, o qual ocupara por quatro anos. Da mesma forma, Mário Sérgio se afastaria da coordenação, a qual dividia com Telma, posto ele se recusar a permanecer no cargo após a saída dela. Sendo assim, um novo líder deveria se tornar responsável pela Rádio Heliópolis FM. A direção da Unas convidou Gerô para assumir o cargo, avaliando como positiva a boa repercussão do

programa “*Tardes do Babado*”, bem como o papel de liderança que ele desempenhava em relação àqueles com quem atuava. Embora tivesse resistido inicialmente, Gerô passou a coordenar a rádio e determinar mudanças não só na grade de programação como também na forma de atuação dos voluntários. Sem acesso à internet, já que essa tecnologia não estava presente no cotidiano de toda população, dado o seu alto custo, o novo coordenador passou a fazer pesquisas em bibliotecas da região e buscar informações sobre o funcionamento de uma rádio comunitária⁶⁰.

Pouco tempo depois de assumir a coordenação, Gerô obteve a permissão da diretoria da Unas para “povoar” a rádio. A proposta visava promover uma maior participação dos moradores da Favela de Heliópolis na programação da emissora. No momento em que sugeriu aquela mudança na rádio, a maior parte da programação veiculada era composta por listas de músicas, executadas por meio de MDs⁶¹.

Novos programas foram então implantados, incorporando grupos musicais já existentes na favela, bem como ouvintes com declarada paixão por determinados artistas. Entre eles esteve uma equipe de dança de Axé e também Libera⁶², um funileiro que possuía um grande acervo com músicas de Roberto Carlos. A programação se estendia de domingo a domingo, das 6h às 24h⁶³.

Em 2002, Aparecida Oliveira⁶⁴ fora convidada por Gerô a comandar o programa “*Mistura de Ritmo*”, composto basicamente por músicas de forró. Foi nesse período que ganhou o apelido de Doidinha do Rádio, devido à forma como conduzia a sua locução. Em seguida, deixou a coordenação desse programa para J. Maria e assumiu por dois anos o “*Cartaz Social*”, um horário religioso da grade de programação da rádio, o qual era voltado à evangelização dos moradores da favela, aliando ações de assistência social. Já em 2004, comandava o “*Acordando a Comunidade*”, programa dominical baseado em notícias e músicas românticas sertanejas.

⁶⁰ BARBOSA, Geronino. Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 27 de junho de 2012, p.207.

⁶¹ Mini-disc: mídia removível usada na década de 1990 para armazenar uma maior quantidade de arquivos.

⁶² *Liberalino Santos* – sergipano. Chegou em São Paulo com 15 anos, quando começou a estudar. Trabalhou inicialmente como açougueiro e se tornou morador de Heliópolis quando já era adulto, no período de formação da favela. Começou a atuar como funileiro na favela e posteriormente integrou a equipe da rádio. (MEMÓRIAS DE HELIÓPOLIS. Depoimento de Liberalino Santos. Parceria Unas - Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis - Prefeitura. Entrevista em vídeo realizada em 09 de maio de 2012. Duração: 6:27min. São Paulo, 2012).

⁶³ BARBOSA, 2012. Op. cit. p, 208.

⁶⁴ *Aparecida Oliveira* – cearense. Com oito anos, começara a trabalhar com rádio, em Quixeramobim (CE), onde morava, ao lado da prima de 18 anos. Viera para São Paulo em 1979, acompanhando o primo que fazia viagens semestrais para a capital paulista. Em Heliópolis, local para onde se mudou quando casou, atuou nas pastorais da Igreja Católica e integrou a equipe da rádio a convite de Gerô. Começou com um programa de forró, depois comandou uma programação católica e encerrou suas atividades na rádio em um horário de música sertaneja e notícias (OSMAR e CRISTINA, 2004, p.25-28).

Além de Cida, seu filho Fábio Oliveira⁶⁵ também fazia parte da equipe de voluntários da rádio naquele período. Nasceu com complicações de saúde, as quais lhe deixaram com problemas na audição. Contudo, a partir do contato casual que teve com a rádio, passou a criar vínculos com os voluntários do local e a fazer parte daquele grupo. O jovem ajudava os locutores nos bastidores de vários programas, ação que desenvolvera suas habilidades pessoais. Depois que começou a auxiliar na rádio desenvolveu a fala e passou a arrumar os aparelhos eletrônicos dos pais.

Foi a partir desse período que a Rádio Heliópolis FM se filiou à Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) e passou a utilizar a nomenclatura de comunitária. O vínculo foi instituído por Ricardo Campolim, o qual ocupava o cargo de presidente nacional da entidade. Quando assumiu a coordenação da rádio, Gerô fora instruído pelo presidente da Unas, João Miranda, no sentido de que Heliópolis não deveria ter uma rádio semelhante às comerciais, mas sim desenvolver trabalhos que se voltassem para a ação comunitária. Embora ambos tivessem uma postura de apoio a um maior envolvimento dos moradores, eles não possuíam nenhum conhecimento específico sobre o conceito da radiodifusão comunitária.

A Abraço já conhecia a experiência daquela rádio durante a coordenação de Telma e Mário Sérgio. Por intermédio de Campolim, os dois coordenadores à época, participaram de eventos organizados pela associação, com a primeira viagem realizada, em 1998, para Porto Alegre, no ano de criação da Lei da Radiodifusão Comunitária nº 9.612.

Pouco tempo depois de estar filiada à Abraço, a Rádio Comunitária de Heliópolis registrou uma nova interferência nas transmissões de rádios comerciais das adjacências da favela. A proximidade com os sinais da Rádio Metropolitana a obrigava a uma segunda mudança na sua frequência. Depois de operar em 102,3MHz e 98,3MHz, desta vez migrava para o 97,9MHz. A emissora de Heliópolis permaneceu nessa frequência até 2006, quando então fora fechada por autoridades e sofrera uma nova alteração de sintonia no *dial*, como será visto no tópico seguinte deste capítulo. Tais modificações eram julgadas pela sua equipe como um empecilho para manter a fidelidade de seus ouvintes.

Todavia, a aproximação da Rádio Comunitária de Heliópolis com a Oboré⁶⁶ fora analisada pela coordenação da rádio como um fator determinante para a mudança de postura

⁶⁵ *Fábio Oliveira* – paulistano. Filho de Aparecida de Oliveira, nasceu em São Paulo em 1982 e tinha dificuldades para ouvir e falar. Atuou como voluntário em vários programas e recuperou parte de suas habilidades por meio da ação que desenvolvia na emissora. Fato considerado pela mãe como um “milagre” promovido pela rádio. Em 2004, já almejava ter um programa só seu (OSMAR e CRISTINA, 2004, p.29-32).

⁶⁶ Oboré - Empresa paulistana prestadora de serviços à iniciativas em comunicação popular. Sua atuação está dividida em núcleos de atividades de rádio, formação aos radiocomunicadores e pesquisa/análise de projetos comunicacionais e outros. Sérgio Gomes é o seu diretor, o qual defende a missão de “criar, organizar e

dos integrantes da favela em relação à comunicação comunitária e à emissora. O contato entre Gerô e Sérgio Gomes⁶⁷, diretor da Oboré, fora viabilizado por meio do “Curso de Informação sobre Saúde Pública para Radiocomunicadores”, realizado na Faculdade de Saúde Pública/USP, em 2001. Naiman e Adriel Almeida Ferreira⁶⁸, membros da equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis, participaram do evento em busca de formação e foram os intermediadores do diálogo entre os dois. A partir das articulações que se deram com esse vínculo entre Heliópolis e Oboré, Sérgio se dispôs a auxiliar a direção da rádio na formação de seus integrantes. A parceria com aquela instituição seria expressiva ao ponto de Gerô trazer em suas memórias a análise de que Sérgio os “tirou da escuridão e os apresentou à luz”⁶⁹. Com isso, os integrantes da emissora ampliaram as suas atuações, dando atenção também para as circunstâncias que envolviam todo o município de São Paulo, as quais influenciaram politicamente na história da rádio e contribuíram para a sua regularização. Tais fatos serão analisados de forma mais detalhada no tópico seguinte.

Naquele mesmo ano, as lideranças da Rádio Comunitária de Heliópolis procuraram a Oboré para apresentar uma série de problemas e reivindicações, os quais abrangiam a necessidade da aquisição de equipamentos, de ações para a organização da equipe, entre outros. Ao invés de conceder doações materiais ou financeiras, Sérgio Gomes teria proposto ajudá-los no que estivesse ao seu alcance, buscando parceiros e formando redes de colaboração para aquela iniciativa, fossem elas direcionadas às áreas técnicas, fossem jurídicas ou políticas. O objetivo defendido por ele é que houvesse um esforço intensivo de ajuda a Heliópolis de forma que ela servisse como um modelo para as demais emissoras que também se interessassem em buscar apoio semelhante. Justificava essa opção com o argumento de que a Oboré não teria condições de dar apoio a todas as rádios. Diante disso, os integrantes da Rádio Comunitária de Heliópolis fizeram o levantamento de tudo o que

disseminar conteúdos comunicacionais, culturais e educativos demandados das pautas das políticas públicas, agregando valores éticos e democráticos em prol da transformação social” (OBORÉ. Portal oficial. São Paulo. Disponível em: <http://www.obore.com.br>).

⁶⁷ *Sérgio Gomes* – paulistano. Militante do período da ditadura brasileira, possui influência em diversas instâncias políticas e em entidades civis organizadas, tendo sido um dos mediadores do processo de regularização de Heliópolis. Define desempenhar uma atuação que se distancia das práticas acadêmicas ou político-partidárias (GOMES, Sérgio. Entrevista para esta dissertação. Vila Buarque/São Paulo, 28 de junho de 2012, p.237).

⁶⁸ *Adriel Almeida Ferreira*. Trabalhou por dois anos em rádio de baixa potência na cidade de São Paulo antes de ingressar na equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis. Auxiliava Gerô nas atividades de coordenação da emissora, assumindo papel de representação da favela em diversos eventos. Trabalhou em mais duas rádios paulistanas após deixar a Heliópolis (RÁDIO TRAPIÁ AM. Dados da equipe 1510 – *Adriel Ferreira*. Ceará, 2003. Disponível em: <http://www.amtrapia1510.com.br/equipe.php>).

⁶⁹ BARBOSA, 2012. Op, cit. p, 209.

necessitavam para compor a “plataforma de ações” sugerida por Gomes, o qual se dispunha a buscar soluções na medida em que as demandas surgissem⁷⁰.

Naquele momento, não havia perspectiva de regularização da rádio e tampouco articulações específicas das lideranças de Heliópolis em relação à documentação para essa finalidade, tendo em vista que a Anatel não previa a publicação do edital de concorrência para rádios comunitárias em São Paulo. Conforme já analisado no primeiro capítulo desta dissertação, a capital paulista possuía empecilhos para a destinação de canais às rádios comunitárias.

A principal preocupação da direção da Rádio Comunitária de Heliópolis se voltava às dificuldades na gestão da emissora, relacionadas principalmente à falta de recursos para a manutenção deste veículo de comunicação. Em um projeto⁷¹ que seria destinado à busca de financiamento para a emissora, era sugerida a coleta de patrocínios e a venda de comerciais, bem como a implantação de uma rede de apoiadores da emissora, denominada de “Família de Amigos da Rádio Heliópolis”. O grupo seria responsável por parte da manutenção daquele veículo comunicativo a partir do pagamento de mensalidades, ao qual seria “especialmente dedicadas” missas e orações pela ação desenvolvida⁷². Tal iniciativa demonstrara um posicionamento utópico do responsável por tal proposta, tendo em vista a dificuldade de obter a adesão de qualquer morador à rede de colaboração, considerando que a maioria das pessoas daquele local possui dificuldades para a própria subsistência. A autossustentação ou manutenção por meio de mensalidades e doações, no entanto, está prevista na legislação em vigor.

O projeto ainda previa um total de 23 programas, veiculados de domingo a domingo, sendo 13 deles com caráter musical, quatro de notícias, dois educativos, dois de entretenimento, um esportivo e um religioso. Havia ainda a sugestão de um curioso programa, o qual seria voltado ao ensino de etiqueta para os moradores da favela, versando sobre maneiras de como se apresentar a um desconhecido, dicas para realização de convites, além de informações sobre casamentos, gafes, deveres do marido e da esposa, entre outros assuntos. Situações que muitas vezes não condiziam com a maior parte da realidade vivida

⁷⁰ GOMES, Sérgio. Entrevista para esta dissertação. Vila Buarque/São Paulo, 28 de junho de 2012, p.228.

⁷¹ O projeto consta nos arquivos da direção da Rádio Comunitária de Heliópolis, porém não há dados se fora implantado. Não foi registrada a autoria do documento. Não fora datado, no entanto, sugere ter sido elaborado após 2002, devido à frequência 97,9 MHz, à qual se refere.

⁷² RÁDIO HELIÓPOLIS. *Um projeto de vida, paz e amor para as futuras gerações*. Projeto elaborado pela direção da rádio para ser utilizado na arrecadação de recursos à emissora. São Paulo, s/d., p.14.

naquela região. Tais propostas não foram efetivadas em sua integralidade, mas alguns dos programas sugeridos fizeram parte da programação da rádio nos anos seguintes⁷³.

Embora o repertório não fosse muito diferente em relação às rádios comerciais, a presença de grupos musicais da favela, os quais divulgavam suas produções, era um dos diferenciais daquela rádio comunitária. A Rádio Comunitária de Heliópolis, em consonância com a lei, proibia músicas com apologia ao crime, sexo, ou drogas. A prestação de serviço e as entrevistas durante a programação eram tidas como principal meio de envolvimento dos moradores e de informação da comunidade. Programetes viabilizados por parcerias com universidades e entidades não governamentais foram mantidos desde o início das transmissões em FM. Em um desses casos, médicos do posto de saúde da região participavam com orientações à população e tiravam dúvidas dos ouvintes.

Em 2003, a Rádio Comunitária de Heliópolis recebeu o prêmio “Ação Social pela Promoção da Cidadania”, em reconhecimento ao trabalho realizado, o que dera ânimo à sua liderança e projeção à emissora. O reconhecimento foi oficializado pela Associação Paulista dos Críticos de Arte de São Paulo (APCA), notória pela premiação de artistas das artes visuais, cinema, teatro, teatro infantil, dança, literatura, música popular, rádio e televisão.

A cerimônia, realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, repercutiu em jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, além de outras publicações. O evento que reuniu representantes de diversos setores incluiu, pela primeira vez entre seus premiados, uma experiência na área da produção comunitária. A ocasião foi comemorada por Gerô, aproveitando o espaço de seu discurso na cerimônia de premiação para falar sobre a importância das rádios comunitárias na representação de sua comunidade (VAZ FILHO, *apud* PINHEIRO DA SILVA, 2010, p.179).

Na avaliação de um dos jurados do evento, Pedro Serico Vaz Filho, professor da Casper Líbero, a inclusão de um veículo comunitário entre os diferentes setores premiados favoreceu a inserção das rádios comunitárias na pauta de discussão de intelectuais da capital paulista, dando maior visibilidade à Rádio Comunitária de Heliópolis. Com isso, Gerô ampliou a sua participação em eventos, ministrando palestras e oferecendo oficinas de rádio em diversas ocasiões (VAZ FILHO, *apud* PINHEIRO DA SILVA, 2010, p. 180).

Naquele mesmo ano, a ActionAid viabilizou a reforma da emissora. Heliópolis já mantinha parceria com essa empresa, a qual atuava em comunidades por meio do apadrinhamento de crianças e o financiamento de projetos. A rádio seria transferida para o

⁷³ Ibid, p.6.

mesmo prédio da Unas, na Rua da Mina, 38. A parceria formalizada com aquela organização humanitária internacional possibilitou também o pagamento de uma ajuda de custo a Gerô, por remuneração ao cargo de coordenador, no valor de R\$ 600,00. Nessa função, ele se responsabilizava ainda por outros projetos de comunicação da Unas, como a produção de jornal mensal e comunicados internos, tendo em vista que dava início ao seu curso de Jornalismo na Faculdade de São Marcos. As aulas eram custeadas com bolsa oferecida pela instituição onde estudava (AFONSO, 2007, p.80).

Gerô lembrou que a atuação em diversas funções começou a lhe trazer mais dificuldades. Além disso, a liderança que exercia já apresentava deficiências. Em meio a um clima de instabilidade no relacionamento interno da emissora, alguns voluntários estariam cometendo ações de indisciplina e quebrando equipamentos. Ele afirmou que, em algumas circunstâncias, as condições em que os locutores encontravam o estúdio da rádio inviabilizavam a veiculação do programa previsto para aquele horário. Diante desses empecilhos Gerô avaliava que não suportaria seguir na coordenação por muito tempo⁷⁴, porém ainda não tomaria nenhuma atitude.

No início de 2004, Gerô viajou em férias para Salvador, deixando Adriel responsável pela coordenação da rádio. Com a ausência do coordenador, alguns locutores teriam aproveitado para tecer críticas à sua forma de condução da emissora, as quais foram gravadas por Adriel durante uma reunião. Descontente com os direcionamentos que a rádio tomava, Gerô determinou regras e metas a serem cumpridas, as quais seriam a base para o Regimento Interno da Rádio Comunitária de Heliópolis, elaborado e aprovado na sequência. A medida foi definida durante uma de suas viagens e apresentada aos voluntários assim que retornara para a favela. Em reunião com a equipe, Gerô comunicou as mudanças que seriam adotadas, sem permitir a interferência de nenhum dos participantes da emissora. Ao final da exposição das normas aos voluntários locutores, Gerô dizia: “Quem concordar concordou. Quem não concordar, a porta da rua é a serventia da casa”⁷⁵. As determinações causaram o descontentamento de alguns dos membros mais antigos da rádio, que deixaram de fazer parte daquela equipe. Nessa fase de mudança da emissora, saíram cinco pessoas.

Entre as determinações estava a obrigação de cada locutor se apresentar com 10 minutos de antecedência ao início do programa que seria veiculado e se ausentar da emissora faltando 10 minutos para o fim da sua programação. Determinava ainda a obrigatoriedade da elaboração de um relatório com as condições físicas da rádio, tanto no momento em que o

⁷⁴ BARBOSA, 2012. Op. cit. p, 209.

⁷⁵ Ibid., p.210.

locutor começasse a transmitir o seu programa, como quando deixasse a rádio. Estabelecia também que houvesse a veiculação de apoios culturais ou utilidades públicas no intervalo de cada música.

Além das regras de conduta para os locutores da rádio, Gerô determinou a junção de programas que possuíam características semelhantes, já que havia três programas de samba veiculados em dias diferentes, bem como sete horários destinados ao rap e dois programas com músicas de Roberto Carlos. Decidiu que os locutores deveriam se unir e compor equipes para a produção de apenas um programa com determinada característica, seja esta voltada para o rap, forró ou de cantores específicos.

As alterações impostas pelo coordenador também previam mudanças na postura dos locutores⁷⁶. Reginaldo Gonçalves, responsável pelo “Revolução Rap”, foi repreendido sob a alegação de que a forma como conduzia o seu programa não o configurava como uma iniciativa de uma rádio comunitária. Para a coordenação da rádio, Reginaldo deveria diferenciar a sua atuação de DJ, profissão que exercia nas baladas da favela, das ações como locutor da rádio, onde deveria agir como um comunicador social. O formato do programa teria que ser revisto já que era necessário passar informações para a comunidade.

Somente quando passou a integrar os projetos da Unas, o locutor mudou a sua forma de pensar sobre aquela repreensão, a qual, à época, avaliou negativamente. Reginaldo lembra que não se preocupava com a função social daquela rádio comunitária. Entre veicular uma prestação de serviço e alguma informação educativa à favela ou uma execução musical, ele sempre preferia a música.

Para a gestão da Rádio Comunitária de Heliópolis, Gerô propôs às lideranças da Unas que fosse definida uma equipe, a qual o auxiliaria na condução da emissora. A sugestão foi acatada pela Unas e alguns voluntários, que já atuavam na rádio há algum tempo, foram convocados para compor aquele grupo. Sob a indicação de Gerô, o qual disse preferir pessoas com mais tempo de atuação, a coordenação da rádio passou a ser auxiliada por Adriel, Libera e J. Maria.

Problemas de organização interna à parte, as lideranças e a equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis perceberiam a necessidade premente de aliarem mais intensamente suas atividades às ações políticas voltadas à luta pela democratização da comunicação social, dinâmica que se desenvolveria com base na firme e fértil parceria deles com a Oboré, a qual já vinha ocorrendo, ainda que de forma muito menos intensa, desde 2001. Contudo, tal

⁷⁶ Ibid. p.,218.

parceria e ações dela derivadas não seriam, num primeiro momento, suficientes para evitar o fechamento provisório da rádio da “Cidade do Sol”⁷⁷.

2.3 – Ações em prol das rádios comunitárias e fechamento da emissora

O curso realizado em 2001, na Faculdade de Saúde Pública da USP, havia sido dirigido para radiocomunicadores populares e estudantes de Comunicação Social, com o objetivo de buscar o auxílio desses grupos na implantação de um projeto idealizado pela Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, destinado às regiões com maior índice de problemas relacionados à tuberculose. A organização do evento foi realizada pela Oboré, a qual, desde 1994, atuava na formação de comunicadores populares e na complementação universitária de estudantes de jornalismo, utilizando-se do rádio e de mídias alternativas. A iniciativa possibilitara que Sérgio Gomes estabelecesse um vínculo com diversas associações de moradores de São Paulo, incluindo as lideranças de Heliópolis. Todos os grupos participantes do curso estavam envolvidos com rádios de baixa potência de uma forma geral. Tal aproximação teria intensificado a atuação da Oboré em defesa da democracia na comunicação por meio das rádios comunitárias da capital paulista, o que se estenderia por quase 10 anos. Nesse período, a Oboré fez articulações com organizações civis e políticas.

Em 1999, dois anos antes do evento que teria resultado no contato com Heliópolis, a Oboré já havia organizado o workshop “Direito Constitucional e Radiodifusão Comunitária”, em parceria com a ECA/USP. Esse teria sido o primeiro evento que questionou a competência do governo federal para a distribuição de autorizações de funcionamento para rádios comunitárias. O juiz aposentado, Paulo Fernando Silveira⁷⁸, defendia que, como se tratava de

⁷⁷ A palavra “Heliópolis” tem origem na língua grega, a qual significa “Cidade do Sol” devido a junção das palavras Hélio, a qual significa Sol, e Pólis, representação ortográfica de Cidade.

⁷⁸ *Paulo Fernando Silveira* – mineiro. Jurista com reconhecido trabalho em favor das rádios comunitárias. Havia concedido mais de 100 liminares para o funcionamento dessas rádios na região de Uberaba, onde atuava. Foi atuante nas articulações políticas e de organizações civis de São Paulo para a aprovação da lei número 14.013, da qual foi autor do ante-projeto. A legislação dava competência ao município de conceder autorizações de funcionamento às rádios comunitárias. A lei foi sancionada, mas teve a sua validade suspensa por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Abert logo após a sua publicação. É membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro-ALTM e é autor do livro “Rádios Comunitárias”, publicado em 2001.

algo com interferência restrita, a decisão de distribuição dos canais comunitários caberia ao município.

Uma série de cursos, palestras, oficinas e seminários foram organizados por Gomes, com o apoio da Rádio Comunitária de Heliópolis, a qual compunha a maioria das equipes de organização desses eventos⁷⁹. Essas iniciativas visavam, ao mesmo tempo, a formação da equipe da rádio e o envolvimento dela no debate e nas discussões acerca de reivindicações por democratização da comunicação.



Figura 7 –
Eventos em que Heliópolis participou como organizadora ou ouvinte entre 2001 e 2007

O próprio “Curso de Informação sobre Saúde Pública para Radiocomunicadores” auxiliou no engajamento político dos membros da Rádio Heliópolis. A partir da mediação de Gomes, a equipe daquela rádio teve contato com alguns vereadores que estavam diretamente envolvidos com discussões a respeito da comunicação na cidade de São Paulo. Entre os vereadores estavam Ricardo Montoro (PSDB) e Carlos Néder (PT). Naquele encontro foi

⁷⁹ Todos os eventos em que a Rádio Comunitária de Heliópolis esteve envolvida podem ser consultados no site da Oboré, link Núcleo de cursos/Formação, no endereço eletrônico: www.obore.com.br.

abordada, entre outros temas, a aprovação em plenário do projeto de lei estabelecendo a transferência de competência da regulamentação das rádios comunitárias da esfera federal para a municipal. Projeto que então já havia sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de São Paulo.

Além de resultar no engajamento político da equipe da Rádio Heliópolis, o curso para os radiocomunicadores populares proporcionou a aproximação dos integrantes da rádio paulistana com os de outras emissoras de igual natureza, também envolvidas com o tema da democratização das comunicações, como a Rádio Favela, atuante em Belo Horizonte e regularizada como um veículo de radiodifusão educativa em 2000. Após o evento, o representante da rádio mineira esteve em Heliópolis para estreitar os laços com a equipe da emissora paulistana, a qual ia ganhando notoriedade no que se referia à mobilização de sua comunidade⁸⁰.

A discussão a respeito da lei municipal ganharia volume nos meses seguintes à realização do curso, se estendendo também para entidades de classe como a dos jornalistas, dos radialistas, das mantenedoras do sistema de radiodifusão comunitária e outros, além de professores da USP, representantes da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, etc. Além do teor direcionado à competência de regulamentação, o projeto de lei estabelecia normas quanto à questão do financiamento das emissoras comunitárias⁸¹.

As mudanças na legislação de São Paulo eram defendidas pela Oboré, Intervezes, Amarc e demais entidades, prevendo a permissão de publicidade na programação dos veículos de radiodifusão comunitária, com o objetivo de fomentar a manutenção deles, entre outros assuntos. Gomes justificava as propostas de alterações na lei a partir da avaliação de que, sem os recursos provenientes dos meios publicitários, as associações e lideranças das rádios comunitárias, em geral situadas nas periferias das cidades, não possuíam condições de manter iniciativas como essas. Considerava que, com o cumprimento das normas previstas na Lei da Radiodifusão Comunitária em vigor, somente os políticos ricos, as igrejas neopentecostais e o narcotráfico teriam recursos financeiros para conduzir o funcionamento de veículos de comunicação tão-apesar denominados de comunitários. Em todos os casos citados, os mantenedores das rádios comunitárias teriam uma postura de defesa de interesses particulares em detrimento à coletividade. Gomes defendia que para que as rádios fossem comunitárias e

⁸⁰ OBORÉ. *Políticos marcam presença no Curso sobre Saúde Pública*, na FSP/USP. Núcleo de Cursos/Formação/Curso de Informação sobre saúde pública para Radiocomunicadores. São Paulo, 2001. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: http://www.obore.com.br/cms-conteudo/83_apresentacao.asp.

⁸¹ GOMES, Sérgio. Entrevista para esta dissertação. Vila Buarque/São Paulo, 28 de junho de 2012, p.230.

mantidas pela comunidade, seria preciso haver a publicidade, de forma que elas fossem vistas como uma mercadoria não só com valor de uso, mas também, com valor de troca⁸².

Tal como nas demais emissoras comunitárias, o cumprimento da regra de proibição aos anúncios publicitários na programação era motivo de preocupação em Heliópolis. Se por um lado as lideranças da rádio obtinham reconhecimento do trabalho comunitário que faziam entre entidades civis organizadas em torno da democratização das comunicações, por outro, continuavam recebendo críticas quanto ao seu funcionamento por parte de emissoras comerciais, representantes da Abert, entre outros. Dessa forma, mesmo não estando regularizada lhe era imposto o cumprimento de determinações da Lei, fossem com referência à utilização da potência permitida ou à venda de comerciais publicitários, etc. A autossustentação da emissora, portanto, era tida como um dos problemas enfrentados pelas lideranças de Heliópolis desde sua primeira fase em FM. A Unas sempre foi a principal mantenedora da rádio, por meio da aprovação de projetos de financiamento junto a órgãos públicos e privados, no entanto, a sua gestão também era viabilizada por meio dos apoios culturais pagos pelos comerciantes da favela.

Para as entidades que defendiam a aprovação do projeto de lei municipal das rádios comunitárias, tendo a equipe de Heliópolis e a Oboré como firmes apoiadoras, a legalização e a solução da manutenção financeira das emissoras comunitárias paulistanas estavam prestes a se concretizar com a aprovação daquela lei. No clima de mobilização em torno da aprovação da lei, mais de 150 pessoas, com 38 integrantes de emissoras comunitárias, se reuniram no “Encontro Sobre as Rádios Comunitárias da Capital de São Paulo em Defesa da Democracia na Comunicação e Poder Local Comunitário”, realizado em outubro de 2002.

No evento, duas forças políticas opositoras, PSDB e PT, trabalhavam conjuntamente, sendo o primeiro partido representado por Ricardo Montoro, vereador que havia sido o segundo mais votado da sua legenda nas eleições daquela gestão, e o segundo tendo como representante Carlos Neder, líder da banca petista na Câmara Municipal na gestão anterior⁸³, partido que tinha a maior representação naquela legislatura. A ligação das duas siglas partidárias havia sido mediada anos antes por Sérgio Gomes, o qual teria oferecido o tema da “democratização das comunicações” como lema comum aos dois vereadores ainda durante o período da campanha eleitoral de ambos.

⁸² Ibid., p, 230.

⁸³ Carlos Neder foi eleito vereador em 1996 e 2000 e se elegeu como 2º suplente na eleição de 2004. Tomou posse no cargo de deputado estadual do PT em 2005, do qual era suplente desde 2002 e assumiu a Câmara Municipal novamente em 2007, após saída de Carlos Giannazi, eleito deputado estadual.



Figura 8 – Encontro com os vereadores Ricardo Montoro (PSDB) e Carlos Néder (PT), em defesa da comunicação e poder local

As mobilizações de dezenas de radiocomunicadores populares de São Paulo e a repercussão social do tema da democratização das comunicações despertavam o interesse de diferentes partidos durante os preparativos para as eleições municipais de 2004. Muitos dos participantes daqueles eventos e manifestações, iniciados ainda em 1999, começaram a ser procurados para saírem como candidatos devido ao trabalho que vinham desenvolvendo com as rádios comunitárias.

Percebendo a possível divisão partidária entre os agentes e grupos ocupados com aquele tema e vislumbrando a consequente desmobilização deles em razão de disputas político-eleitorais, Sérgio Gomes propôs solicitar aos candidatos de vários partidos que se comprometessem em colaborar com a aprovação do projeto de lei que estava em discussão, mediante a assinatura de uma carta de compromisso com a causa. O documento seria divulgado em eventos e mobilizações organizadas com participação dos radiocomunicadores. A carta-compromisso foi proposta a todos os candidatos que procuravam por aquele grupo. O objetivo era comprometer os candidatos para cobrá-los caso fossem eleitos posteriormente e, em troca, lhes era oferecido um tema a ser explorado nas suas campanhas eleitorais⁸⁴. Com tal expediente, Gomes passou a ter como aliados os vereadores eleitos Ricardo Montoro (PSDB), o qual teria assinado a carta-compromisso, e Carlos Néder (PT) que, além de assinar o documento, já era atuante em prol da Favela de Heliópolis.

Outros dois significativos eventos foram realizados em 2003, organizados pelo grupo de entidades que se manifestava favorável às rádios comunitárias, ocorrendo um ano antes das eleições municipais. Tanto o “Seminário Onda Cidadã: Radiodifusão, Cultura e Educação”,

⁸⁴ Op.cit.p, 230.

realizado em setembro, no Itaú Cultural¹, como o “Cadê Canal pra Capital”, em novembro, na Câmara Municipal, contaram com a participação dos vereadores⁸⁵ e de representantes de Heliópolis, sendo que ambas iniciativas foram permeadas por discussões sobre o direito à comunicação. O primeiro seminário contou, inclusive, com a participação de representantes do MiniCom e da Radiobrás, os quais alegavam, como justificativa à permanência das dificuldades na solução dos problemas legais das rádios comunitárias, a condição precária do MiniCom, encontrada pelo presidente Lula ao assumir a Presidência da República⁸⁶. Especificamente no encontro “Cadê Canal pra Capital”, a Anatel e o Ministério eram questionados sobre a ausência da liberação de um canal em São Paulo destinado para as rádios comunitárias.

Em ambos os eventos, a experiência da Rádio Favela, de Belo Horizonte, era tomada como um exemplo de mobilização em torno da sua regularização e reconhecimento governamental, por meio da concessão obtida como rádio educativa, bem como a Rádio Heliópolis era tida como referência na luta para os mesmos propósitos. O Seminário “Onda Cidadã” atraiu cerca de 300 participantes, dos quais vinte estiveram na Favela de Heliópolis para conhecer pessoalmente a realidade do local e sua rádio.

Naquele momento, a causa da democratização da comunicação já ganhara a adesão da equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis. Entretanto, a equipe se via ainda com dificuldades para transformar a rádio num veículo de conscientização da comunidade, a qual teria considerada importância na melhoria das condições da favela. Dentro desse quadro, a parceria da equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis com a Oboré resultaria na realização do “Fórum de Planejamento e Avaliação de Heliópolis”, cujas reuniões, realizadas na favela e também na sede da Oboré, ocorreram entre julho de 2004 e fevereiro de 2005. Os encontros de capacitação que seriam realizados naquele período tinham o objetivo de fazer com que a rádio incorporasse novas formas de atuação, de modo que atraísse mais ouvintes e, da mesma forma, alcançasse o respeito daqueles que pudessem ser seus “opressores”. Gomes lembra⁸⁷ que houve um trabalho intenso dele e de sua equipe para organizar os seminários e os grupos de trabalho que foram criados naquela ocasião.

⁸⁵ Esta discussão sobre a legislação municipal em São Paulo, bem como das mudanças na estrutura do MiniCom durante o governo FHC já foi citada no primeiro capítulo dessa dissertação.

⁸⁶ OBORÉ. *Onda Cidadã - São Paulo - I Edição*. Núcleo de Cursos/Formação/Onda Cidadã. São Paulo, 2003, p.1. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: http://www.obore.com.br/cms-conteudo/121_saopaulo_i_edicao_apresentacao.asp.

⁸⁷ GOMES, Sérgio. Entrevista para esta dissertação. Vila Buarque/São Paulo, 28 de junho de 2012, p.224.

Além da Oboré, a iniciativa recebeu apoio e contou com a participação de integrantes de uma ampla⁸⁸ e variada gama de grupos e associações, compreendidos por representantes de classe, de universidades de Comunicação, de lideranças populares e até de órgãos públicos. Além dos objetivos internos de capacitação da equipe da rádio, o amplo apoio recebido para a realização dos Fóruns também serviu para mostrar tanto a possíveis opositores, detratores das iniciativas em prol das rádios comunitárias, quanto a autoridades que a equipe e lideranças da Rádio Comunitária de Heliópolis não estavam isoladas, como destacou Gomes⁸⁹.

Contudo, o objetivo principal das atividades do “Fórum de Avaliação e Planejamento de Heliópolis” era dinamizar a emissora, tanto no que se relacionasse à questão técnica e de sustentabilidade quanto em termos de conteúdo da programação. Para tanto, foram criados cinco grupos de trabalhos temáticos permanentes, aos quais estavam destinada a responsabilidade de equacionar estratégias e soluções a problemas específicos. Os assuntos eram analisados e seus resultados apresentados nas plenárias mensais do Fórum. Cada equipe se responsabilizaria pelo estudo de um determinado tema, como da ordem técnica, jurídica, gestão interna, de conteúdos e ou da política de relacionamento da rádio⁹⁰.

Mudanças na grade de programação da Rádio Comunitária de Heliópolis e a criação de parcerias com gravadoras independentes foram umas das propostas apresentadas nos Fóruns. O objetivo era melhorar o acervo discográfico da emissora. Também ganhou ênfase o reconhecimento de que era necessária a ampliação do envolvimento da comunidade com a emissora, sobretudo na participação daquela quanto ao fornecimento de informações sobre a favela, as quais se transformassem em material jornalístico, ações que não eram usuais até então.

⁸⁸ Faculdade de Direito da PUC-SP, Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA/USP, Associação Brasileira da Música Independente (Abmi), Centro de Elaboração de Projetos de Engenharia para Radiodifusão (CeperRadcom), Quimera Filmes - de Helvécio Rattón, diretor do filme “Uma Onda no Ar”, Intervozes, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Fórum Coral Mundial, Comunidade Coral Luther King, Instituto Itaú Cultural, Rádio Antares do Piauí, Secretaria Estadual da Saúde e Associação Mundial de Rádios Comunitárias e Cidadãs (Amarc-Brasil). (OBORÉ. Fóruns de Avaliação e Planejamento da Rádio Heliópolis. Núcleo de Cursos/Formação/Fóruns de Avaliação de Heliópolis. São Paulo, 2004. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: http://www.obore.com.br/cms-conteudo/122_apresentacao.asp).

⁸⁹ GOMES, 2012. Op. cit, p.225.

⁹⁰ OBORÉ. *1º Fórum de Avaliação e Planejamento da Rádio Heliópolis*. Núcleo de Cursos/Formação/Fóruns de Avaliação de Heliópolis. São Paulo, 2004b, p.1. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: http://www.obore.com.br/cms-conteudo/122_apresentacao.asp.



Figura 9 –
Participantes
do 1º Fórum
de Avaliação e
Planejamento
de Heliópolis,
em frente à
sede da Unas
Fonte: Oboré



Figura 10 –
Sérgio Gomes,
da Oboré, e
membros da
rádio durante
1º Fórum de
Avaliação e
Planejamento
de Heliópolis
Fonte: Oboré

Desde a primeira reunião do Fórum de Avaliação e Planejamento, seus participantes optaram em se filiar à Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), da qual a Oboré era representante em São Paulo. A formalização do vínculo, no entanto, ocorrera no 2º encontro⁹¹, realizado em agosto de 2004, com a mediação de Taís Ladeira, membro da Oboré, à época, presidente da Amarc-Brasil. A atuação mundial da Amarc se pautava pela formação de “redes de solidariedade, de proteção e de ajuda mútua”⁹² entre seus filiados, buscando sustentação e força política em suas ações. Dessa forma, a filiação de Heliópolis a essa associação se constituía como mais um instrumento político favorável àquela emissora, na

⁹¹ OBORÉ. *Veja como foi o segundo Fórum de Heliópolis*. Núcleo de Cursos/Formação/Fóruns de Avaliação de Heliópolis. São Paulo, 2004c. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=518>.

⁹² GOMES, Sérgio. Entrevista para esta dissertação. Vila Buarque/São Paulo, 28 de junho de 2012, p.238.

busca de sua regularização e do fortalecimento da equipe que a liderava. A filiação reforçava a noção de que a “luta” da Rádio Comunitária de Heliópolis deixara de ser isolada. Como caracterizou Sérgio Gomes: “se mexesse com ela [a rádio], estava mexendo com o mundo, que é o princípio da solidariedade da Amarc”⁹³.



Figura 11 –
2º Fórum de
Avaliação e
Planejamento de
Heliópolis - Gerô
recebe de Taís
Ladeira o certificado
de filiação à Amarc
Fonte: Oboré

Além da equipe de Heliópolis e a Oboré, as atividades da segunda edição do Fórum de Avaliação e Planejamento foram acompanhadas pelo vereador Ricardo Montoro (PSDB), por representante do vereador Carlos Neder (PT) e pelo superintendente da Anatel em São Paulo, à época, Everaldo Gomes. Além da filiação à Amarc, outra iniciativa proposta no Fórum, visando o fortalecimento das ações de Heliópolis, foi a adesão da rádio ao programa federal “Cultura Viva”. Para tanto, a rádio deveria se tornar um Ponto de Cultura. A intervenção de apoio à cultura previa a criação de “Pontos Culturais” em diferentes partes do país, a partir do repasse direto de recursos às entidades que desenvolvessem ações culturais, sem haver a necessidade de intermediação dos governos municipais ou estaduais. O lançamento da iniciativa havia sido promovido naquele mesmo mês por Gilberto Gil, então à frente do Ministério da Cultura. A Rádio Comunitária de Heliópolis se propunha aderir ao programa do governo federal com base em atividades desenvolvidas pela emissora, as quais seriam respaldadas pela Unas. O primeiro edital estava previsto para janeiro de 2005⁹⁴.

Do grupo ocupado com questões jurídicas veio a proposta de parceria entre a emissora e o Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, da PUC/São Paulo, com vistas a receber assessoria nas questões diretamente relacionadas ao processo de regularização da rádio. A

⁹³ Ibid. p,239.

⁹⁴ OBOREÉ, 2004c. Op. cit., p.1.

parceria fora iniciada em agosto de 2004, por meio da assinatura entre as partes, do termo de cooperação técnica, intitulado “Em defesa dos Direitos dos Cidadãos”⁹⁵. O objetivo era obter ajuda mútua na “defesa da democracia na comunicação e dos direitos dos povos”. Ao Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns caberia a função de disponibilizar um advogado, representado por Anna Cláudia Vanzzoler, para auxiliar a rádio em situações que envolvessem a discussão sobre direitos de uma forma geral e em diversas circunstâncias. Em troca, a partir do momento em que estivesse regularizada, a rádio veicularia edições semanais de programa “Sobre os direitos dos cidadãos”, o qual seria produzido pelo Escritório.

No que se referia ao interesse de construir uma rede de apoios em torno da Rádio Comunitária de Heliópolis, a qual seria extensiva às demais rádios congêneres de São Paulo, fora elaborado, em agosto de 2004, na segunda edição do Fórum de Planejamento, um documento denominado “Compromisso de Honra”, o qual serviria de base para angariar a adesão de diversas entidades e políticos. Além dos vereadores Carlos Neder (PT) e Ricardo Montoro (PSDB), já integrados àquela ação conjunta, passaram a compor a lista os também vereadores paulistanos Chico Macena e Nabil Bonduki, ambos da bancada petista. As demais edições, que compuseram o total de seis encontros, se pautaram pelo desdobramento e estudo da aplicação das propostas apresentadas nos dois primeiros meses, em julho e agosto de 2004.

Paralelamente à iniciativa de formação das lideranças da favela, os eventos voltados à democratização das comunicações continuaram sendo realizados em São Paulo, tanto pela Oboré como por outros grupos e associações, sempre com a presença de membros da Rádio Comunitária de Heliópolis, ainda que, por vezes, com pelo menos um integrante. Gerô e Adriel foram os principais representantes da emissora nessas ocasiões, além de Sabino e Renato⁹⁶. A atuação em torno da busca de condições para melhorar e promover o avanço da emissora tornava-se intensa por parte de sua equipe, a qual atuava tanto nos Fóruns como em eventos externos à favela.

O envolvimento de representações políticas e de entidades civis em favor das rádios comunitárias de São Paulo já ocorria há cerca de quatro anos. A influência desse grupo nas tomadas de decisões relacionadas ao tema na capital paulista, somada às recentes parcerias da Rádio Comunitária de Heliópolis com a PUC/SP, a Amarc e, possivelmente, com o próprio governo federal, aumentavam as expectativas das lideranças de Heliópolis e seus parceiros

⁹⁵ UNAS/PUC. *Termo de cooperação técnica* “Em defesa dos direitos do cidadão”. Documento de formalização da parceria entre a Unas e a PUC. São Paulo, 07 de agosto de 2004.

⁹⁶ Renato Rodrigues dos Santos – baiano. Veio para Heliópolis no início de formação da favela e participou das mobilizações populares e dos mutirões para o asfaltamento das ruas do local. Integrou a equipe da rádio a convite de Adriel Ferreira. Era locutor do programa com músicas da Jovem Guarda e técnico responsável pelos equipamentos da emissora (OSMAR e CRISTINA, 2004, p.71-74).

quanto à possibilidade da emissora vir a ser regularizada em um curto espaço de tempo. Gomes⁹⁷ avaliava que se houvesse paciência e persistência, a rádio da Favela de Heliópolis poderia ser a primeira legalizada no território paulistano.

No entanto, uma notificação da Anatel⁹⁸, em janeiro de 2005, tornou menos sólidas tais previsões positivas. A Agência determinava a “interrupção imediata” das transmissões da Rádio Comunitária de Heliópolis para a averiguação da denúncia de que os seus sinais estariam provocando interferência nas frequências 97,7MHz e 97,9MHz. A interdição prevista pela Agência era justificada pela reincidência de denúncias em relação à emissora de Heliópolis quanto à infração dos regulamentos da Lei da Radiodifusão Comunitária.

Figura 12 –
Reprodução
do ofício de
notificação da
Anatel à Rádio
Heliópolis



⁹⁷ GOMES, 2012, Op. cit., p.231.

⁹⁸ AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. *Ofício nº 219/2005 – Notificação de denúncia*. São Paulo, 14 de janeiro de 2005.

Aquela notificação oficial teria sido encaminhada à Rádio Comunitária de Heliópolis pouco tempo depois da ocorrência de um telefonema anônimo dirigido à emissora naquele mesmo mês. O autor da ligação dizia ser funcionário da Anatel, o qual afirmava que havia uma mobilização da Agência para fechar aquela rádio. Alertava para que seus líderes ficassem atentos, já que a interrupção de funcionamento de tal emissora seria considerada, pela direção da Anatel, como uma questão de honra⁹⁹.

Ao tomarem ciência da situação, as lideranças e equipe da rádio ficaram apreensivas e deram início a uma mobilização que reuniu toda a equipe da emissora e da Unas, como também alguns moradores da favela, ouvintes da rádio. O objetivo era tentar impedir a iniciativa da Anatel, a qual estaria na iminência de ser colocada em prática. A primeira medida tomada foi o desligamento de todos os equipamentos da rádio, os quais foram mantidos na casa de uma professora que atuava nos projetos da Unas. Além disso, um ato público foi organizado em frente à sede da emissora, com a participação de pelo menos 50 pessoas¹⁰⁰, além de integrantes da imprensa de São Paulo. A manifestação tinha a pretensão de dar visibilidade ao número de apoiadores que a emissora possuía dentro da favela, os quais reconheceriam a importância do funcionamento da rádio.

Paralelamente às mobilizações desencadeadas na favela, algumas medidas políticas também foram tomadas em manifestação contrária à possibilidade de fechamento da Rádio Comunitária de Heliópolis. Em São Paulo, a intermediação em favor da emissora foi realizada por Sérgio Gomes, o qual esteve presente no escritório paulista da Anatel. Embora a rádio não estivesse regularizada, Gomes propunha demonstrar coerência na postura adotada pelos integrantes daquele veículo de comunicação frente ao que previa a legislação do setor, bem como os resultados positivos de suas ações sociais. Para tal, apresentou um relatório das atividades desenvolvidas pelas lideranças daquela emissora, argumentando sobre o papel da rádio comunitária para atrair jovens em torno de um projeto que os distanciasse do narcotráfico. Argumentava que o perfil das pessoas que atuavam em projetos comunitários, as quais teriam desenvoltura e capacidade de organizar-se em torno de um objetivo, seria o mesmo das pessoas aliciadas pelo narcotráfico¹⁰¹. Diante de tais argumentações, pedia que não houvesse a interrupção do funcionamento daquela emissora.

A articulação política em favor daquela rádio também ocorreu em Brasília. O documentário intitulado “Cidade do Sol nas ondas do rádio”, produzido pelo Itaú Cultural em

⁹⁹ BARBOSA, Geronino. Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 27 de junho de 2012, p.210.

¹⁰⁰ GONÇALVES, Reginaldo. Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012, p.221.

¹⁰¹ GOMES, 2012, Op. cit., p.238.

2004, durante os primeiros Fóruns de Avaliação e Planejamento de Heliópolis, foi levado ao Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)¹⁰², instância em que era discutida a situação das rádios comunitárias no País, contando com a participação da Oboré, então convidada para integrar aquela equipe. Os vereadores Chico Macena, Carlos Neder, Soninha Francine e Beto Custódio (PT/SP), além de Ricardo Montoro (PSDB/SP)¹⁰³, se encarregaram de fazer a defesa da rádio, auxiliados pelo material audiovisual que fora exibido durante reunião do GTI, coordenado pelo MiniCom. O documentário trazia dados sobre o impacto da rádio comunitária na Favela de Heliópolis e sua atuação voltada às necessidades de informação e de lazer da comunidade, composto por depoimentos da presidente da Amarc, à época, Taís Ladeira, locutores e técnicos da rádio.

Tais informações teriam sido determinantes para que a Presidência da República, por meio da Casa Civil, ordenasse a suspensão da intervenção da Anatel, a qual previa o fechamento daquela rádio. O governo federal estabeleceu também que nenhuma emissora comunitária fosse fechada até a conclusão das discussões do GTI. A medida foi comemorada pelas entidades parceiras de Heliópolis e as lideranças da rádio.

Além de conseguir a suspensão da notificação da Anatel, a Rádio Comunitária de Heliópolis foi convidada a apresentar novamente a sua documentação ao MiniCom, para que o processo de autorização de funcionamento da emissora fosse agilizado. Os integrantes do GTI, com membros de quatro secretarias diretamente ligadas à Presidência da República e de quatro ministérios, teriam concordado que Heliópolis fosse adotada como uma possível experiência piloto do processo nacional de regulamentação das rádios comunitárias. O sucesso nas ações em Heliópolis poderia servir para demonstrar tanto ao governo, como para a sociedade, que era possível existir rádios regularizadas com perfis realmente comunitários¹⁰⁴.

Com o aceno dos integrantes do GTI para a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, pelo menos três reuniões foram organizadas em São Paulo em solidariedade à rádio, promovidas pela Amarc/Oboré, no mês de fevereiro. Fizeram parte dessa iniciativa os representantes dos vereadores que integravam a rede política em favor da democratização das

¹⁰² O GTI fora instalado no final de 2004, com previsão de conclusão das análises em março de 2005. Era composto por representantes da Casa Civil, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica; Secretaria-Geral da Presidência da República; Assessoria Especial da Presidência da República; Ministério da Justiça; Ministério da Educação; e Ministério da Cultura.

¹⁰³ LOPES, Carolina. *Rádio Heliópolis, a rádio verdadeiramente comunitária*. Coluna Gilberto Dimenstein - Jornalismo Comunitário. Folha de S. Paulo, 18 de maio de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/comunidade/gd150805.htm>. Acesso em agosto de 2011, p.1.

¹⁰⁴ OBORÉ. *Rádio Heliópolis: perto da legalização*. Notícias/Acontece. São Paulo, 2005, p.1. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=646>.

comunicações, constituída desde 2001, além do deputado federal Luiz Eduardo Cardozo, representado por Marcelo Veiga, o Intervozes, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Agência Carta Maior e a Trama - Distribuidora Independente de Música.

A notificação da Anatel fez com que a equipe da rádio atuasse em mais uma frente de mobilização, além dos Fóruns de Avaliação e Planejamento de Heliópolis e as atividades relacionadas à democratização das comunicações, que continuaram em andamento. O ofício da Agência fora encaminhado para as lideranças da emissora em janeiro, pouco antes da realização do último Fórum de Planejamento, realizado no mês seguinte, o qual deu conclusão às atividades de reestruturação da emissora.

A parceria da Rádio Comunitária de Heliópolis com o governo federal, por meio do programa Cultura Viva, tal como havia sido sugerida pelos grupos de trabalho do Fórum de Planejamento, seria concretizada no mês de março, data em que fora aprovado o projeto encaminhado pelas lideranças da rádio ao Ministério da Cultura. A emissora então se tornaria um Ponto de Cultura e receberia investimentos do governo federal, no valor de R\$ 150 mil. Os recursos do Ponto de Cultura foram utilizados para a aquisição de kits multimídias, que auxiliariam a equipe da rádio tanto na gravação quanto na edição dos programas. Entre os equipamentos adquiridos estavam uma câmera de vídeo digital, microfones, amplificadores para gravação e dois computadores.

A implantação do Ponto de Cultura na favela estava vinculada ainda a um programa do Ministério do Trabalho que envolveria 50 jovens em capacitações por meio de cursos voltados ao setor cultural, desenvolvendo habilidades dos alunos em técnicas de grafiteagem, contação de histórias, orientações de leituras, restaurações de brinquedos, entre outros. Para isso, cada jovem receberia uma bolsa no valor de R\$ 150,00 mensais durante seis meses.

Heliópolis seria uma das primeiras a obter os benefícios daquele programa federal de incentivo à cultura. A cerimônia de lançamento da parceria, prevista inicialmente para março, ocorreu em outubro de 2005, com a participação de diversos políticos, bem como do presidente Luís Inácio Lula da Silva e do ministro Gilberto Gil. Naquele momento, o governo federal anunciava a sua disposição em incentivar a existência de rádios comunitárias nos locais onde aquele programa fosse implantado¹⁰⁵. Dessa forma, era previsto o incentivo à regulamentação das rádios comunitárias, fato que suscitava expectativas às lideranças da emissora de Heliópolis.

¹⁰⁵ GLASS, Verena. *PF fecha Rádio Heliópolis em SP*; local é Ponto de Cultura do MinC. Repórter Brasil, 21 de junho de 2006. Acesso em janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=674>.

Aquela seria a primeira vez que um presidente da República estaria na favela. Lula havia passado parte de sua juventude naquelas proximidades, sendo morador da Vila Carioca. Em seu discurso oficial¹⁰⁶, relembrou momentos vividos no local e de fatos da história de Heliópolis, destacando a construção do Hospital Heliópolis, os jogos de futebol aos domingos nos cerca de 40 campinhos existentes e as guerras de mamonas que fazia no território que ainda estava em fase de ocupação. Destacara a alegria em inaugurar tal programa naquela favela e demonstrara o seu interesse pessoal em regularizar a Rádio Comunitária de Heliópolis. O presidente conhecia a emissora pessoalmente, desde sua fase como Rádio Popular de Heliópolis, quando utilizara, em 1994, os microfones daquele veículo comunitário para a sua campanha à Presidência da República. As lideranças da Unas acreditavam que a regularização da rádio estava próxima. Buiú¹⁰⁷ lembra que quando Lula lançou o Ponto de Cultura em Heliópolis, assumira o compromisso de voltar à favela somente com o termo de autorização de funcionamento da emissora concluído.

Quase três meses depois da suspensão da notificação de fechamento da Rádio Comunitária de Heliópolis, em 26 de abril de 2005, a Anatel publicou no Diário Oficial da União, a portaria que estabelecia o uso do canal 198 para as rádios comunitárias de São Paulo. Seria a primeira manifestação da Agência em vista da possibilidade de regular um canal destinado às rádios comunitárias na capital paulista, já que o seu superintendente, à época, Everaldo Gomes, alegara desde o início das negociações, que São Paulo não possuía espaço no *dial* para comportar tais emissoras. O canal 198 era equivalente à frequência 87,4MHz. A medida da Anatel ampliava a quantidade de frequências a serem utilizadas no *dial* paulistano, o qual era iniciado anteriormente em 87,8MHz, no canal 199. As discussões sobre o congestionamento do espectro eletromagnético de São Paulo já se estendiam há três anos, iniciadas no primeiro evento que questionava a Anatel pela falta de disponibilidade de canais às emissoras comunitárias, e somente agora trazia resultados.

Em 2005, a favela passava por algumas remodelações por meio de intervenções coordenadas pelo arquiteto Ruy Ohtake, que diversas vezes realizou projetos naquela região. As fachadas das casas da Rua Paraíba foram pintadas com diferentes cores, já que este era o principal logadouro usado para atividades realizadas por ONGs que atuavam em Heliópolis, a exemplo da Rua da Mina. O novo visual e a concentração de algumas ações naquele endereço

¹⁰⁶ SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Ponto de Cultura da Comunidade de Heliópolis*. São Paulo, 03 de outubro de 2005, p.7.

¹⁰⁷ SILVA, Nazareno Antônio da, (Buiú). Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012, p. 203).

teriam sido os argumentos apresentados para a transferência das instalações da rádio para uma residência daquela rua, mudança que contaria com o auxílio financeiro da ActionAid¹⁰⁸ mediante o investimento de R\$ 30 mil para a compra da casa. Além disso, também haveria os recursos provenientes do Ponto de Cultura.

A mudança de localização da rádio não recebeu o apoio de Sérgio Gomes¹⁰⁹, o qual defendia a permanência da emissora junto à sede da Unas, tanto para a proteção mútua das duas instituições como para a viabilidade de uso da internet por meio do Telecentro, projeto do Governo do Estado de São Paulo que disponibilizava computadores com acesso grátis à internet. Os equipamentos do governo estavam localizados na sala superior do prédio da Unas, enquanto que a rádio ocupava o subsolo daquele local. Ao invés da mudança de endereço, Sérgio Gomes sugeria apenas que os dois projetos ocupassem a mesma sala.



Figura 13 –
Sede da Unas,
onde estavam
situados o
Telecentro e a
Rádio Comunitária
de Heliópolis –
Rua da Mina, 38.

Fonte: Oboré

Quando os recursos foram liberados pela ActionAid, entretanto, a emissora mudou para a Rua Paraíba, 76, conforme a equipe da rádio havia planejado. O próximo passo seria a adaptação da residência para que o local se tornasse um estúdio comunitário, ação que foi defendida por Gomes¹¹⁰, com espaços para estudos ou permanência da comunidade em assembleias ou iniciativas desse porte. Diante da dificuldade de investimentos naquilo que seria o padrão ideal, o prédio foi mantido com as características de uma residência e a rádio ficou dividida em dois estúdios. A locução dos programas ao vivo era realizada no andar superior do sobrado e as gravações de vinhetas e apoios culturais na parte inferior.

¹⁰⁸ BRUNO, Terlânia. *No terraço do Copan, o piquenique da vitória!* Oboré/ Acontece/Notícias. São Paulo, 2005a, p.1. Acesso em janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=744>.

¹⁰⁹ GOMES, 2012, Op. cit., p.235.

¹¹⁰ Ibid, p.225.

Se as articulações políticas em Brasília apresentavam alguns avanços em torno da regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis, em São Paulo os fatos também eram avaliados positivamente. As negociações entre parlamentares paulistanos sobre o projeto de lei elaborado para que o município assumisse a competência da distribuição de autorizações de funcionamento das rádios comunitárias tiveram o seu desfecho no dia 23 de junho de 2005, quando a lei 14.013/2005 foi sancionada¹¹¹. Além de transferir a regulação das autorizações de funcionamento desses veículos de comunicação para o Poder Público Municipal, a legislação que acabara de ser publicada permitiria a inserção de anúncios publicitários na programação das rádios comunitárias. As entidades e lideranças políticas que apoiaram ou atuaram na criação dessa lei estimavam que essa iniciativa permitiria uma redução no tempo de espera das autorizações de funcionamento, dada a diminuição do número de processos a serem examinados, como também estabeleceria uma maior efetividade nas fiscalizações de ações referentes ao tema devido à proximidade com o poder municipal. Além disso, daria melhores condições de manutenção e gestão às emissoras comunitárias por meio dos recursos publicitários que passariam a ser permitidos.

Figura 14 –
Entidades
reunidas no
Edifício
Copan para
comemorar a
aprovação
da lei
Fonte: Oboré



No entanto, não demorou muito para que a lei tivesse a sua validade suspensa judicialmente, mediante intervenção da Abert, a qual moveu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin)¹¹² contra aquela lei. A Adin obteve parecer favorável baseada no princípio de que a lei federal deveria prevalecer sobre a municipal. O cancelamento do efeito

¹¹¹ BRUNO, Terlânia. *No terraço do Copan, o piquenique da vitória!* Oboré. Notícias/Acontece. São Paulo, junho de 2005. Acesso em setembro de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=744>.

¹¹² GOMES, 2012, p.248.

da lei foi tido como mais uma frustração das entidades e parlamentares que atuavam na reivindicação pela democratização da comunicação em São Paulo.

O cancelamento da execução e aplicabilidade daquela lei seria o primeiro revés das expectativas positivas de regulamentação da Rádio Comunitária de Heliópolis. Contudo, a ação que causou maior preocupação às lideranças da favela ocorreu em julho do ano seguinte, em 2006, a qual resultou no fechamento da emissora. Depois de seis meses da mudança de endereço da rádio para a Rua Paraíba, a Polícia Federal e dois fiscais da Anatel determinaram o fechamento daquela emissora. A ação, realizada no dia 20 de julho de 2006, foi respaldada por um mandado de busca e apreensão de equipamentos, assinado em 25 de maio de 2006, pelo juiz Hélio Egidio de Matos Nogueira, da 9ª Vara Criminal Federal de São Paulo. Foram apreendidos todos os equipamentos da rádio. Além disso, o responsável legal pela emissora, João Miranda, à época presidente da Unas, foi detido para prestar esclarecimentos. Ele acabou sendo condenado a pagar cestas básicas como pena por sua prática.

Os policiais federais e os fiscais da Anatel fizeram a abordagem à equipe da rádio durante a transmissão do programa “Frequência de Sucesso”, o qual era apresentado por Cláudia Neves¹¹³. Em um clima bastante tenso, a locutora chegou a se recusar a tirar o programa do ar e dizer que convocaria os ouvintes a se manifestarem contra a medida judicial, porém foi repreendida pelos policiais, os quais a alertaram sobre a possibilidade de haver mortes em um possível enfrentamento. Por fim, Cláudia Neves interrompeu as transmissões da rádio e alegou que “por problemas técnicos a emissora sairia do ar por alguns instantes”.

O fechamento da rádio mobilizou todas as lideranças da Unas. Parte de seus integrantes defendia que era necessário criar resistência à ação dos policiais. Conforme lembra Buiú¹¹⁴, a história de formação da favela era de muito enfrentamento, fosse com policiais, grileiros, ou justiceiros, mas naquele momento ele entendeu que não era prudente seguir a mesma trajetória de “luta”, já que não obteriam bons resultados com essa postura. A opção foi pela “luta” política.

¹¹³ Cláudia Neves – moradora de Santo André. Integrou a equipe da rádio em 2002, quando fazia o curso de jornalismo e desenvolveu trabalhos acadêmicos em Heliópolis. Fora convidada por Gerô a fazer locuções na rádio. Fazia a locução do programa “Frequência de Sucesso” e de 90% dos apoios culturais veiculados na grade de programação daquela emissora. Ao lado de Reginaldo Gonçalves, assumiu a coordenação da rádio em 2008 e representou aquela equipe em diversos eventos realizado em São Paulo e outras partes do país, os quais abordavam questões referentes às rádios comunitárias (OSMAR e CRISTINA, 2004, p.61-65).

NEVES, Cláudia. Rádio Comunitária Heliópolis. São Paulo, 2008. Vídeo Youtube. Acesso em outubro de 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=jNai40undpg&feature=related>.

¹¹⁴ SILVA, Nazareno Antônio da, (Buiú). Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012, p.204.

Entre os equipamentos apreendidos estavam dois microfones, uma CPU, uma mesa de som, um gravador estéreo e um transmissor. Grande parte dos equipamentos levados pela Polícia Federal havia sido comprada com recursos do governo federal, por meio do Ponto de Cultura. A intervenção ao funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis criara um problema político¹¹⁵. A emissora havia conquistado um respaldo para o seu funcionamento quando se tornara um Ponto de Cultura e, por outro lado, era impedida de transmitir seus sinais e considerada ilegal pelo MiniCom. As lideranças da rádio comunitária não entendiam como que órgãos do governo federal (Ministério da Cultura, Anatel e Polícia Federal) poderiam agir de forma tão oposta. Enquanto um havia contribuído para a manutenção da rádio, os outros dois haviam impedido o funcionamento daquele veículo¹¹⁶.

A ação em Heliópolis fez parte da Operação Sintonia, desenvolvida pela Polícia Federal em todo o país, em parceria com a Anatel. Envolveu cerca de 100 policiais e 20 agentes de fiscalização para fechar pelo menos 17 rádios consideradas “piratas” em São Paulo. Para os militantes atuantes nas reivindicações à democratização das comunicações, a iniciativa teve fins eleitorais, já que naquele ano haveria a eleição para a Presidência da República e para os governos estaduais. A medida teria atingido principalmente as rádios com ligação aos partidos de esquerda, que teoricamente apoiariam a possível reeleição de Lula, já que a atuação da Anatel e Polícia Federal não são diretamente subordinadas ao Executivo Federal. Para Joaquim Carvalho¹¹⁷, à época representante da Abraço do Distrito Federal, tais ações estariam vinculadas ao fato de que a maioria dos diretores da Anatel estava vinculada ao PSDB e ao PFL (atual DEM), principalmente nos estados onde a Operação Sintonia foi realizada.

O fechamento causou estranheza entre os integrantes da emissora, os quais não acreditavam que a rádio pudesse ser lacrada devido à mobilização externa com a qual estavam envolvidos. Mesmo com a interrupção de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis, suas lideranças acreditavam que retomariam as transmissões. Conforme lembra João Miranda¹¹⁸, os membros da Unas avaliavam que a articulação entre entidades e políticos que

¹¹⁵ AUGUSTO, Heitor. *Após um ano, Rádio Heliópolis volta ao ar*. Coluna Gilberto Dimenstein-jornalismo comunitário – Folha de S.Paulo. São Paulo, 13 de julho de 2007. Acesso em janeiro de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd130807b.htm>.

¹¹⁶ GONÇALVES, Reginaldo. Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012, p.220.

¹¹⁷ BARBOSA, Bia. *Operação da PF fecha 17 emissoras em São Paulo*. Agência Carta maior/Rádios Comunitárias. Edição de 04 de agosto de 2006. Acesso em fevereiro de 2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=11883

¹¹⁸ MEMÓRIAS DE HELIÓPOLIS. *Depoimento de João Miranda Neto*. Parceria Unas - Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis - Prefeitura. Entrevista em vídeo realizada em 17 de agosto de 2012. Duração: 11:01 min. São Paulo, 2012b.

vinha sendo realizada poderia sensibilizar a Anatel e o MiniCom para que revessem a iniciativa e permitissem as emissões da rádio daquela favela.

Se por um lado havia apoio para a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis declarado em Brasília, por meio do GTI e manifestações do presidente da República, por outro, em São Paulo, algumas iniciativas eram contrárias a atuação daquela rádio e da regularização das demais emissoras de igual caráter da capital paulista. A ação da Polícia Federal e da Anatel, bem como a Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a lei municipal criada em 2005, arrefeciam as expectativas de um resultado positivo para o setor.

Para o retorno de funcionamento da emissora de Heilópolis, a rede de apoio, a qual reunia representantes das áreas políticas e de entidades militantes na causa das rádios comunitárias e da democratização das comunicações, foi imediatamente acionada para a tentativa de reversão do quadro negativo que se apresentava em São Paulo para essas emissoras. Além disso, entidades como a Amarc, Abraço, FNDC e os sindicatos dos Jornalistas Profissionais e das Empresas de Radiodifusão Comunitária, em suas representações de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, faziam forte pressão para que governo Lula se posicionasse favorável às demandas de democratização das comunicações, dada as expectativas que alimentavam devido ao histórico de atuação sindical do Presidente.

Lideranças e equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis, assim como a Oboré, não tinham certeza sobre o destino da emissora. Mas, diferentemente do período de suas primeiras investidas na ocupação do espectro eletromagnético, sabiam que a luta deles para exercer o direito à comunicação não estava isolada. Percebiam que a inserção deles na luta pela democratização da comunicação social potencializava a corrente de apoios que, tal como um dínamo, poderia trazer a emissora de volta ao ar.

Capítulo 03

**De volta ao ar numa corrente de apoios:
o processo de legalização da rádio**

Capítulo 3 – De volta ao ar numa corrente de apoios – o processo de legalização da rádio

3.1 – “Mexeu com uma mexeu com todas”

Durante a ação de agentes da Anatel e Polícia Federal para o fechamento da Rádio Comunitária de Heliópolis, Gerô deu início a uma série de ligações telefônicas destinadas aos parceiros com os quais havia criado a rede de apoio à emissora¹. O primeiro a ser contatado, via telefone, foi Sérgio Gomes, da Oboré. Ele foi surpreendido com a ligação quando se encontrava em meio a um curso que ministrava junto ao grupo Cala Boca Já Morreu, o qual, desde 2004, desenvolve ações sociais em São Paulo buscando criar oportunidades de acesso ao direito à produção de comunicação, principalmente em ambientes comunitários.

O contato inicial de Gerô com Sérgio Gomes gerou uma série de outros telefonemas, realizados tanto pela Oboré como pelo próprio coordenador da Rádio Comunitária de Heliópolis, para diferentes agentes que potencialmente pudessem intervir ou suspender a ação da Anatel contra a emissora. A sede da Oboré se tornou uma espécie de “central telefônica” para onde eram dirigidas as ligações com manifestações de apoio à emissora. Em pouco tempo um grande grupo de pessoas havia se unido para buscar soluções ao problema relatado pelas lideranças de Heliópolis².

Foram contatados os vereadores Chico Macena (PT) e Carlos Neder (PT), os quais desenvolviam, naquele período, atividades ligadas à Unas, bem como o senador Aloísio Mercadante (PT), à época, licenciado do cargo para sua campanha eleitoral ao governo de São Paulo e que teria sido informado sobre a ação contra a Rádio Comunitária de Heliópolis por sua esposa, professora atuante na fFavela. As lideranças de Heliópolis também recorreram ao auxílio do senador Eduardo Suplicy (PT), o qual teria ligado ao então presidente da Anatel, Plínio de Aguiar Junior, para questionar a iniciativa de fechar a rádio. Anos antes, Suplicy havia passado quase uma semana “morando” na favela para buscar subsídios ao livro que escrevia sobre sua principal plataforma de trabalho: o Programa Renda Mínima. Entre os que acorriam para evitar o fechamento da emissora estava também o deputado federal William Woo (PSDB), o que contribuiria para o aspecto apartidário da rede de apoio à rádio.

¹ BARBOSA, Geronino (Gerô). Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 27 de junho de 2012, p.212.

² SOARES, Donizete. *Video-documentário sobre o fechamento de Heliópolis*. Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, novembro de 2006, p.10. Acesso julho de 2010. Disponível em: <http://www.obore.com.br/acontece/Integra.asp?cd=998>.

Somente depois de contatar todos os possíveis parceiros que poderiam auxiliá-los na tentativa de reverter a situação em que se encontravam, Gerô interveio na ação da Anatel e da Polícia Federal junto à emissora. Mediante mandado judicial, João Miranda, então presidente da Unas e responsável pela rádio, foi levado até a delegacia da Lapa para prestar esclarecimentos sobre o “delito” cometido, sendo acompanhado por Gerô. Ainda no percurso até a delegacia, a advogada Anna Cláudia Vazzoler, do Escritório D. Paulo Evaristo Arns, foi informada sobre a detenção do representante da emissora³, a qual prestou assessoria jurídica ao líder da Unas no depoimento à polícia.

Miranda não ficou detido e os dois retornaram à favela assim que o depoimento fora concluído. Além de questionar a operação da Polícia Federal, o Escritório D. Paulo Evaristo Arns entrou com pedido de habeas corpus preventivo para tentar impedir que João Miranda fosse processado, bem como para que a emissora reavesse os equipamentos apreendidos. No entanto, Miranda acabaria sendo condenado posteriormente, tendo como pena o pagamento de cestas básicas, como já citado anteriormente, e os equipamentos da emissora somente foram devolvidos em 2011⁴.

Com a rádio fora do ar, a equipe procurou formas de manter o grupo ainda envolvido com o projeto da emissora. Com vistas a não perderem o contato com a comunidade, foi retomada a veiculação de comunicados e de vinhetas de eventos que aconteceriam na favela por meio do antigo sistema de alto-falantes. Porém, desta vez, o equipamento de som era acoplado numa bicicleta, cedida pelo mestre de capoeira Didi, o qual ficara incumbido de circular com o veículo pelas ruas e vielas quando necessário. Os informes anunciavam as datas dos seminários da Unas, da Balada Black, evento do movimento rap, de cursos e outras atividades. Cláudia Neves considerou que o sistema de alto-falantes era mais econômico em relação à distribuição de panfletos, além de mais eficiente, posto não haver o hábito disseminado da leitura entre a maioria dos moradores da favela. Ademais, retomar aquele sistema era motivo de honra e autoestima para a equipe, pois como enfatizou Cláudia Neves: “pra gente a rádio nunca fechou, ela só estava fora do ar”⁵.

Desde o momento em que a Rádio Comunitária de Heliópolis fora retirada do ar, a articulação de sua corrente de apoios se expandira. Os mais de vinte comunicadores e

³ BARBOSA, 2012, p.212

⁴ PIPINIS, Vanessa; BRUNO, Terlânia. *Polícia Federal e Anatel fecham Rádio Heliópolis*. Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, 20 de julho de 2006, p.1. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=994>.

⁵ OBORÉ. *Compromisso com as rádios comunitárias de São Paulo é uma questão de honra!* Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, abril de 2007, p.3. Acesso em janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1105>.

educadores que participavam do curso ministrado por Sérgio Gomes, quando ele fora contatado por Gerô para informar da ação da Anatel, também se envolveriam com atividades para multiplicar os contatos e parceiros na defesa da causa. Da mesma forma, o grupo Cala Boca Já Morreu se prontificou a atuar na defesa daquela rádio.

Contudo, a iniciativa da Anatel e da Polícia Federal, ambas do escritório de São Paulo, em fechar a emissora já começava a dar sinais de que seria revista por intermédio de representantes do governo federal, em Brasília. A Unas recebeu, no dia seguinte ao fechamento da rádio, a ligação do assessor de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, informando que Yapir Marotta, à época superintendente da Anatel, seria o interlocutor entre a Agência e a associação na solução dos problemas vividos pela emissora. Na ocasião, Marotta comunicava a Gerô que a Rádio Comunitária de Heliópolis poderia ser reaberta, caso ela estivesse vinculada a uma instituição de ensino superior e, assim, atuasse com fins experimentais. Em seguida, por meio de um e-mail, Marotta encaminhava à Unas um modelo de um requerimento com pedido de autorização à Anatel para a experimentação científica do canal 199. O documento deveria ser apresentado à Agência, conforme o seu próprio superintendente havia orientado. A Rádio Comunitária de Heliópolis seria então incumbida pela Anatel de testar os referidos canais para o uso das rádios comunitárias. Seria avaliada a existência de interferência entre as frequências, considerando a exigência de uma distância mínima permitida entre as emissoras nos locais onde há mais do que um veículo comunitário em funcionamento.

A possibilidade de obter a autorização da Anatel para os testes científicos do canal 199 e, portanto, para o retorno de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis, estaria baseada nas determinações dos artigos 160 e 211, da lei nº 9.472/97⁶. Esses dispositivos legais estabeleciam que a Anatel deveria regulamentar a utilização do espectro de forma adequada, liberando ou mesmo restringindo faixas, caso houvesse interesse público. Estabelecia também a elaboração de um Plano de Distribuição de Canais por parte da Agência, que levasse em consideração a evolução tecnológica dos equipamentos e sua aplicação no sistema. Dessa forma, a Agência teria a independência administrativa de possibilitar a retomada de funcionamento da rádio daquela favela.

Com essa autonomia, a Anatel recorrera à Instrução Normativa do Contel (Código Nacional de Telecomunicações), de 1966, a qual previa a existência do serviço especial para fins científicos ou experimentais, a partir da concessão de uso do espectro às universidades,

⁶ BRASIL. *Lei Geral de Telecomunicações nº 9.472*. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1997.

indústrias de telecomunicações ou ainda entidades científicas e experimentais, caso houvesse interesse da Agência. As transmissões da Rádio Comunitária de Heliópolis passariam, portanto, a ter caráter experimental e científico, vinculado a uma universidade.

A solução para a situação da Rádio Comunitária de Heliópolis teria sido uma alternativa política, para um fato social que se mostrava problemático. Gomes avaliava que a vontade política foi determinante para que a brecha na legislação fosse encontrada e permitisse o funcionamento daquela emissora⁷. A partir dos testes que passariam a ser oficialmente realizados, as demais rádios comunitárias de São Paulo também seriam beneficiadas com a definição de um canal para o setor comunitário da radiodifusão.

As lideranças da rádio tiveram o auxílio da Oboré para a definição da universidade que se responsabilizaria pelos testes científicos, com vista a atender as exigências da lei e possibilitar, assim, o retorno do funcionamento da rádio. Em reunião, ocorrida na sede da Oboré, três universidades foram sugeridas por Gerô: a USP, Metodista e São Marcos.

De certa forma, todas possuíam vínculos com a Rádio Comunitária de Heliópolis. No caso da USP, a comunidade contava com o trabalho da professora Maria Ruth Sampaio, que, há muito, desenvolvia estudos relacionados à questão da moradia na favela; já com a Metodista, havia as ações dos projetos desenvolvidos pela professora Margarete Vieira Pedro e os alunos do curso de jornalismo; por fim, com a Faculdade de São Marcos, há menos de um ano daquela data, alguns projetos começavam a ser realizados naquela favela, mas ainda não havia uma parceria formalizada. A definição de qual das três universidades seria a parceira de Heliópolis para a retomada do funcionamento da rádio foi agendada para ser realizada de forma coletiva, na favela, a partir dos nomes previamente sugeridos.

No dia 22 de julho de 2006, dois dias após o fechamento da rádio, foi realizado na quadra da Unas, Rua da Mina, 38, o “Ato em Defesa de Heliópolis e da Democracia na Comunicação”. Centenas de moradores da comunidade que apoiavam a emissora, políticos e entidades parceiras se reuniram naquele sábado para os encaminhamentos ao retorno das transmissões da rádio.

As condições de ação e trabalho de Heliópolis e de seus apoiadores frente aos embates políticos vividos por aquela rádio comunitária foram temas do discurso proferido por Sérgio Gomes durante o Ato. Ele pedia que as pessoas presentes no evento se mobilizassem em diferentes frentes para a retomada de funcionamento da emissora. Enfatizava que a maneira mais eficiente de ação para os grupos populares frente às suas demandas seria baseada na

⁷ GOMES, 2012, Op. cit., p.224.

solidariedade, cooperação e parceria. Essa postura deveria continuar sendo adotada pelas lideranças de Heliópolis, bem como os seus apoiadores, já que aquela mobilização na quadra da Unas já seria resultante das atividades realizadas nos últimos anos.

Em um discurso típico de militância popular, com a votação das ações a serem tomadas em assembleia, Gomes convocou os participantes daquele Ato a atuarem coletivamente para encontrar a melhor forma de retomada do funcionamento da rádio. Suscitou a memória dos participantes sobre algumas iniciativas que contaram com a participação de líderes de Heliópolis e que tiveram resultados positivos para o incentivo à ação popular, como a mobilização para exigir que a Anatel encontrasse um canal para as rádios comunitárias paulistanas, por exemplo. Dizia que, seguindo o encaminhamento de manifestação dos participantes daquele evento, a rádio não seria retomada pela força física e nem seria extinta por conta da apatia de seus membros, mas retornaria ao seu funcionamento normal por meio da articulação política da rede de apoio, da qual a equipe da rádio teria participado nos últimos anos⁸.

Ao final do evento, ficou definido que a Universidade Metodista seria a parceria preferencial, com a qual a Rádio Comunitária de Heliópolis teria vínculo para a retomada de suas atividades com fins experimentais. Caberia à universidade o papel de fazer relatórios trimestrais com dados do acompanhamento das transmissões e as possíveis interferências do canal, bem como da qualidade do sinal e os desdobramentos daquela iniciativa com atenção aos objetivos previstos ao interesse público. O diretor da Faculdade de Multimídia da Metodista, Sebastião Squirra, se prontificou em ajudar naquela iniciativa, ficando responsável pela intermediação junto à reitoria da universidade.

Uma mesa de trabalho entre Anatel, Oboré, Metodista, Unas e Rádio Comunitária de Heliópolis ocorreu no dia 26, na sede da Oboré/Amarc, para mais esclarecimentos sobre a medida e o projeto que deveria ser preparado e encaminhado à Anatel. Sérgio Gomes teria ficado incumbido “de ajudar a juntar as pontas soltas⁹”, conforme aprovado durante o “Ato em Defesa de Heliópolis”. Estiveram presentes os engenheiros Marcondes Buarque e Marcelo Pelegrini; os professores da Universidade Metodista, Sebastião Squirra e João Praça; os integrantes da Unas, João Miranda e Geronino Barbosa; a advogada do Escritório Modelo D. Paulo Evaristo Arns, Anna Cláudia Vazzoler; e Donizete Soares, integrante da ONG Cala a Boca já Morreu, além dos representantes da Oboré.

⁸ CALA BOCA JÁ MORREU. *O fechamento da Rádio Heliópolis*. Vídeo documentário realizado pela GENS/Cala Boca Já Morreu. Duração: 5:28 min. São Paulo, 2006.

⁹ GOMES, Sérgio. *Rádio Heliópolis: resultado da reunião de sábado*. Correspondência eletrônica enviada por Sérgio Gomes a Anatel. São Paulo: 24 de julho de 2006.



Figura 15 -
Reunião de
preparação do
projeto para a
retomada de
funcionamento
da Rádio
Comunitária de
Heliópolis

Foto: Cley
Guimarães/Fonte: Oboré

A principal pauta de discussão da mesa de trabalho era a elaboração do projeto que teria que ser apresentado para a Anatel, o qual viabilizaria a parceria com a Metodista e a, conseqüente, retomada de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis. A autorização teria validade de seis meses, podendo ser prorrogada pelo mesmo período¹⁰. No dia 01 de agosto a equipe da rádio recebera parecer favorável daquela universidade para a formalização da parceria.

Em novembro de 2006, a Anatel oficializou a responsabilidade da Universidade Metodista pelo acompanhamento dos testes sobre o canal 199, por meio de publicação de uma Instrução Normativa¹¹. O documento da Agência autorizava a retomada de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis, a partir daquela data, na frequência 87,7MHz, mediante a apresentação de uma série de documentos, os quais ainda estavam sendo preparados. A elaboração do projeto que seria apresentado à Anatel, no entanto, ainda se estendeu por cerca de dois meses.

Tal mobilização em torno do apoio à regularização daquela emissora despertava o descontentamento de jornais de grande circulação da capital paulista, como *O Estado de S.Paulo* (OESP). No início de agosto, período em que se intensificavam os preparativos da campanha eleitoral de 2006, o diário paulistano publicou editorial, cujo título já marcava o tom de denúncia e o tratamento pejorativo sobre o tema: “Radios Clandestinas”. Em meio a

¹⁰ PIPINIS, Vanessa. *Rádio Heliópolis aguarda solução para voltar ao ar*. Oboré/Notícias/Acontece. Publicado em 27 de julho de 2006. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/acontece/Integra.asp?cd=999>.

¹¹ AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. *Autorização para execução do Serviço Especial para Fins Científicos Experimentais*. Brasília, 06 de novembro de 2006.

menções à Operação Sintonia, realizada pela Polícia Federal e Anatel, a qual havia fechado dezenas de rádios comunitárias em São Paulo, inclusive a de Heliópolis, aquele texto opinativo tecia críticas à “brecha” concedida pela Anatel para o retorno das transmissões em Heliópolis. Acusava os responsáveis por tais veículos de possuírem vínculos com políticos do PT, os quais os utilizariam para propósitos partidários eleitorais. Além disso, fazia referência direta à Rádio Comunitária de Heliópolis, bem como citava a disputa de poder existente entre a Anatel e o governo federal, os quais teriam posicionamentos divergentes frente às rádios comunitárias.

O editorial lembrava ao leitor o episódio, já citado anteriormente, em que os agentes do escritório paulista da Anatel teriam tentado fechar a emissora de Heliópolis, em 2005, mas recuado por “recomendação” da Presidência da República. Considerava “uma iniciativa sem precedentes” a permissão da Agência em manter a rádio em funcionamento a partir de uma “brecha” encontrada na legislação. Enfatizava que considerava ser um “absurdo” o fato de uma agência reguladora descumprir a legislação devido ao fato de ela estar sendo discutida pelo Poder Executivo. Alertava que a atitude de recuar na decisão de fechar a Rádio Comunitária de Heliópolis era grave, posto que a interrupção das transmissões daquela emissora estava amparada em uma decisão da Justiça Federal. Não deixava ainda de preconizar que as rádios comunitárias estabeleceriam uma concorrência “desleal e predadora” em relação às rádios legalizadas. O texto opinativo era concluído com o pedido de que houvesse a interferência do Ministério Público e da Justiça Federal diante do tal fato¹². A postura adotada pelo OESP reproduzia e representava o posicionamento da maioria dos grandes veículos de comunicação frente às rádios comunitárias e, em especial, à de Heliópolis, organizações privadas que se encontravam nas trincheiras da oposição à candidatura de Lula para a reeleição à Presidência.

A publicação ocorrera em um jornal com histórica atuação de identificação com o conservadorismo político e neoliberal, os quais se distanciavam da política do governo Lula. Em virtude desse perfil conservador, o OESP quase sempre esteve vinculado a forças antipopulistas, tendo participado da conspiração para a derrubada do governo João Goulart, em 1964, e apoiado, posteriormente, o Regime Militar (FERREIRA JR, 2002, p.72), embora tenha se afastado deste a partir do governo de Castelo Branco e a decretação do AI-5.

A manifestação registrada naquele editorial sobre as ações do governo federal em relação às emissoras comunitárias e, em especial, à Rádio Comunitária de Heliópolis, ocorria

¹² O ESTADO DE S.PAULO. *Rádios Clandestinas*. Editorial. São Paulo, 07 de agosto de 2006, p.3.

em um período político bastante conturbado, com denúncias de corrupção no governo Lula, CPIs em andamento e a proximidade com as eleições, em outubro de 2006. De 2005 a 2006, o PT havia sido tema de vários noticiários com denúncias de envolvimento de alguns dos principais membros do partido em um esquema de corrupção denominado de Mensalão, operado no Congresso Nacional para a compra de votos de deputados que integrariam a base aliada do governo. As acusações se intensificavam ao passo em que se aproximava o pleito eleitoral que elegeria o novo presidente da República ou determinaria a reeleição de Lula ao cargo (VICENTE, 2006, p.96).

Desde 2005, ao final de seu primeiro mandato, o governo Lula estabelecia uma relação conflituosa com os grandes veículos de comunicação do país. Conforme analisa Rubin e Colling (2006, p.66), a mídia assumia a função de oposição política ao governo que teria “um presidente estranho às elites que sempre dominaram o país”. As acusações de corrupção retratadas em jornais, revistas e na televisão seguiam a linha editorial de crítica ao governo. O desgaste do governo Lula com a imprensa já havia sido intensificado em agosto de 2004, quando o presidente apoiou pessoalmente a criação do Conselho Federal de Jornalismo, o qual havia sido idealizado pela Fenaj. A proposta fora encaminhada ao Congresso para votação e recebera duras críticas de parlamentares com vínculo ao empresariado do setor de comunicação, bem como de órgãos da grande imprensa, sob a acusação de que o projeto se caracterizava como uma forma de viabilizar a censura e a manipulação dos meios de comunicação do país, os quais exerciam pressão política sobre o governo. Além disso, o projeto fora incluído na pauta de votação no Congresso Nacional em um momento de críticas e acusações de autoritarismo do presidente da República, o qual havia suspenso o visto de um jornalista do New York Times¹³, ato tomado pouco tempo depois da publicação de reportagens daquele profissional sobre o suposto consumo excessivo de álcool por parte de Lula.

Diante dos embates que se estendiam há pelo menos três anos, o PT e a cúpula do governo Lula se mostravam críticos ao monopólio das empresas de comunicação e o controle da agenda de informações divulgadas à sociedade por parte desses veículos. A defesa de democratização da comunicação era assunto recorrente entre parte de seus membros, tendo as rádios comunitárias consideradas como um instrumento de viabilidade dessa iniciativa. Diante disso, como pode ser notado no editorial do OESP, o problema que envolvia as rádios comunitárias em São Paulo era jurídico e, principalmente, político, dada a influência dos

¹³ CONSULTOR JURÍDICO. *Governo publica autorização para Larry Rohter ficar no Brasil*. ISSN 1809-2829. São Paulo, 17 de maio de 2004, p.1.

grandes veículos de comunicação, bem como a legislação, que restringia a atuação dessas emissoras.

Ao final do segundo semestre de 2006, o entrave jurídico para a retomada das transmissões da Rádio Comunitária de Heliópolis havia sido superado, a partir da autorização da Anatel para que a emissora funcionasse com fins experimentais. No entanto, embora a equipe da rádio já tivesse autorização para realizar as transmissões, os equipamentos apreendidos durante a Operação Sintonia ainda estavam com a Polícia Federal. Dessa forma, a falta de recursos para reequipar os estúdios de locução ao vivo e de gravação inviabilizava o retorno às atividades da rádio.

A solução para esse problema foi alcançada em maio do ano seguinte, quando Heliópolis foi escolhida para ser um dos locais de realização das tarefas a serem cumpridas pelos competidores do reality show “O Aprendiz 4”¹⁴. Uma das equipes que participavam do programa tinha a missão de criar uma ação social em Heliópolis, a qual se deteve na tentativa de reestabelecer o funcionamento da rádio comunitária daquela favela. Dessa forma, deveria conseguir os equipamentos que viabilizariam tal proposta, entre outras incumbências. Mediante o auxílio de empresários de São Paulo, os quais teriam em troca o benefício de publicidade da empresa durante a exibição do programa na televisão, em uma semana foram instalados todos os aparelhos necessários para a transmissão da emissora. Foram doados para a Rádio Comunitária de Heliópolis um transmissor, uma mesa de som e uma chave híbrida, aparelho que permite a participação do ouvinte por meio do telefone nas transmissões ao vivo, bem como um ano de acesso gratuito à internet¹⁵.

Ainda durante o período em que as transmissões da Rádio Comunitária de Heliópolis estavam suspensas, a Oboré¹⁶ realizou um curso de formação dirigido principalmente às lideranças da emissora e da Unas. A iniciativa tinha o objetivo de aproveitar o tempo livre que o fechamento da rádio proporcionara àqueles que eram os seus locutores e coordenadores, para que estes se qualificassem e fizessem uma rádio melhor, quando ela viesse a reabrir.

O principal tema do curso estava voltado à exposição de dados sobre a participação dos moradores da favela na composição financeira dos recursos que mantinham as universidades públicas do Estado de São Paulo, por meio do pagamento de impostos imbutidos nos produtos

¹⁴ Reality show veiculado na Record, o qual selecionava um sócio para o apresentador do programa, o publicitário Roberto Justus. O programa reunia 16 participantes e a cada semana dois eram eliminados, com base na disputa das tarefas destinadas aos competidores, que se dividiam em duas equipes para executá-las. O programa foi veiculado entre os anos de 2004 e 2007. Em maio de 2007, a tarefa dos grupos foi desenvolvida nas favelas de Heliópolis e Paraisópolis.

¹⁵ GONÇALVES, Reginaldo. Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012, p.223.

¹⁶ GOMES, 2012, Op.cit p.235.

da cesta básica. Buscava mostrar como as ações cotidianas das famílias de Heliópolis estavam ligadas ao funcionamento da “máquina pública”. Também visava despertar o interesse desses moradores pela cobrança junto aos representantes das instituições públicas, como a USP, por exemplo, para que esses realizassem ações de interesse social, dado que parte do valor referente a 1% do total de ICMS arrecadado no estado é repassado àquela universidade. Gomes explicara que o curso tentava auxiliar a organização das lideranças de Heliópolis, já que, segundo ele, as pessoas, de uma forma geral, têm carência de conhecimentos sobre o funcionamento das instituições e das cidades, o que as tornam pessoas despolitizadas¹⁷.

Foram quatro encontros realizados aos sábados, concluídos com uma excursão intitulada “A Cidade do Sol visita a Cidade Universitária. Viemos ver o que é nosso”. Cerca de 50 integrantes da favela participaram da iniciativa.

Figura 16 –
Reprodução do
roteiro
preparado para a
visita à Cidade
Universitária
(USP)

Fonte: Oboré



PROGRAMA DA VISITA

08h00 - Saída da Estrada das Lágrimas
08h45 - Café da manhã preparado com carinho pelo pessoal da Lanchonete da FAU, uma Cooperativa de Funcionários.
 - Visita à FAU (com recepção da Diretoria e professores) até às 11 horas.
11h30 - As crianças e adolescentes visitam o Museu do Instituto Oceanográfico
11h30 - Visita ao Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes
12h30 - Todos na TV USP (Pedro Ortiz faz as honras da casa)
13h30 - Almoço de confraternização no bandeirão do CRUSP
14h30 - Passeio de ônibus pela Cidade Universitária
15h30 - Rumamos todos para o Itaú Cultural na Avenida Paulista
16h00 - Mesa redonda com a professora Maria da Glória Cohn, da USP, e a vereadora Sorinha Francine sobre Educação Não Formal. Joyce Waquil apresentará o trabalho da ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/USP.
18h00 - Embarque ao ponto de origem

Além disso, ao final do primeiro semestre de 2007, a Unas teve seu projeto aprovado no programa VAI (Valorização de Iniciativas Culturais), promovido pela Prefeitura de São Paulo, o qual viabilizou a realização de oficinas de locução, DJ e dança, ministradas aos jovens da favela, na sede da emissora. O dinheiro disponibilizado pela Prefeitura significava a

¹⁷ Ibid. p, 229.

manutenção da mobilização existente entre os membros da rádio. Conforme lembrou Gonçalves¹⁸: “era pouca verba, mas naquela época foi a salvação”.

Paralelamente aos esforços de organização da equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis durante o período em que a emissora esteve fechada, as ações políticas continuavam sendo articuladas para a retomada de suas transmissões em caráter definitivo, o que acabaria estendendo o benefício também às demais emissoras comunitárias de São Paulo.

Ainda em agosto de 2006, um mês depois que Polícia Federal fechara a rádio e fora articulada a retomada experimental do funcionamento daquela emissora junto a Anatel, Sérgio Gomes¹⁹ foi para Brasília participar de um Colóquio do Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), que contou com a participação de pesquisadores de diversas universidades e de Alexandra Luciana Costa, representante do MiniCom. Após as discussões do Colóquio, Costa teria dito aos integrantes da Amarc que o edital de habilitação das rádios comunitárias interessadas em obter autorização de funcionamento em São Paulo já estaria pronto. A liberação do edital seria anunciada oficialmente no Intercom, com o adendo de que ele não teria ocorrido ainda somente por falta de uma assinatura.

Embora a notícia tenha sido comemorada por Taís Ladeira e Sérgio Gomes, ambos solicitaram a Alexandra Costa que a publicação do edital fosse adiada por 10 dias. Justificaram o pedido por conta de que o excesso de rádios em atuação no espectro eletromagnético de São Paulo trazia especificidades e problemas técnicos que exigiam a inclusão de particularidades no edital. Da mesma forma, o adiamento por alguns dias poderia servir para que mais emissoras fossem mobilizadas a participar da concorrência prevista no documento oficial que seria publicado.

Por oito anos, desde a criação da Lei da Radiodifusão Comunitária, em 1998, o MiniCom não havia destinado nenhum edital para a legalização de emissoras comunitárias em São Paulo. A mesma morosidade fora verificada na definição, por parte da Anatel, de um canal para as rádios desse setor, quer fosse por dificuldades técnicas, provocadas pelo congestionamento do espectro eletromagnético, quer por falta de vontade política. O canal paulistano fora liberado em 2005, cujas circunstâncias já foram retratadas no primeiro capítulo desta dissertação.

Sobre o longo tempo sem abertura de editais para São Paulo, Gomes²⁰ argumentaria ainda à representante do MiniCom no Colóquio do Intercom que, sem que houvesse uma

¹⁸ GONÇALVES, 2012. Op. cit., p.221.

¹⁹ GOMES, 2012. Op.cit, p.233.

²⁰ Ibid, p.233.

articulação prévia, o prazo de 45 dias, previsto para que as rádios apresentassem todos os documentos ao Ministério, poderia ser insuficiente para o caso específico da capital paulista. Propusera que o MiniCom participasse de Mesas de Trabalho permanentes, realizadas naquele município, integradas por membros das entidades que militavam na área de comunicação comunitária e representantes da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa de São Paulo, especificamente com aqueles que discutiam a democratização das comunicações e a regularização das rádios comunitárias paulistanas há pelo menos cinco anos.

A proposta foi aceita, de maneira inédita, pelo MiniCom, muito provavelmente como resultado da ação das diferentes frentes em defesa das rádios comunitárias que se articularam em São Paulo, entre 2001 e 2005, e, talvez, pela influência política de seus membros junto ao governo federal à época. As Mesas de Trabalho, prática de ação já adotada pela Amarc junto às rádios comunitárias desde 2004, seriam conduzidas, a partir de novembro, com a participação do Ministério, até a conclusão das análises dos processos, buscando a solução de possíveis impasses que pudessem surgir. Tais eventos teriam ainda a pretensão de auxiliar o Ministério a agir com transparência na condução da verificação dos documentos que seriam encaminhados, sistematizando as informações sobre a localização e a disponibilidade de dados sobre as rádios comunitárias, para que assim o órgão pudesse fazer as análises com mais informações disponíveis.

A principal preocupação das entidades que defendiam a regularização das rádios comunitárias dizia respeito ao número de emissoras que receberiam a autorização do governo federal. A legislação determinava que somente um canal pudesse ser liberado para cada município, sendo o canal 198 previsto para as emissoras comunitárias paulistanas. Da mesma forma, previa que elas estivessem localizadas a uma distância mínima de quatro quilômetros entre si, para evitar a interferência entre seus sinais, tendo em vista que utilizavam a mesma frequência. Tais normas da lei em vigor eram criticadas pelas entidades que atuavam em defesa das rádios comunitárias de São Paulo, as quais salientavam que a existência de barreiras arquitetônicas, compreendidas pelas dezenas de prédios, ou mesmo pelos morros e depressões no relevo, permitiam que a distância entre elas fosse reduzida sem prejuízos em seus sinais, o que ampliaria o número possível de emissoras a serem regularizadas²¹.

Ainda em outubro de 2006, o MiniCom enviou comunicado àquelas associações que já faziam parte do cadastro do governo federal, por terem manifestado interesse na regularização de seus veículos de comunicação desde a criação da Lei da Radiodifusão Comunitária, em

²¹ Ibid.

1998. O objetivo era fazer um levantamento do número de entidades que ainda teriam interesse na autorização de funcionamento das emissoras daquele gênero na capital paulista. Pelo menos 335 manifestações de interesse pela autorização de rádios comunitárias de São Paulo foram contabilizadas junto ao Serviço de Outorga do Ministério das Comunicações até aquela data.

No documento, o secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do MiniCom, Joaílson Ferreira²², solicitava às associações e instituições mantenedoras de rádios comunitárias que reafirmassem o interesse na autorização de seu funcionamento, bem como confirmassem os dados pertinentes às rádios que mantinham para a atualização cadastral do Ministério. Explicava que seriam realizados estudos técnicos com profissionais da cidade para que as particularidades daquele município fossem consideradas “com assertividade” na elaboração do Aviso de Habilitação, que seria realizado por meio de edital, a ser publicado em breve. Uma cartilha e um manual de orientação foram encaminhados em anexo ao comunicado para que as entidades preparassem a documentação que seria requerida para o início do processo de habilitação das emissoras.

Uma série de instituições foi contatada para fazer parte das Mesas de Trabalho sugeridas pela Amarc/Oboré, a serem iniciadas em novembro de 2006. Dentre elas estavam: o Escritório D. Paulo Evaristo Arns, da PUC, e a Defensoria Pública de São Paulo, os quais seriam responsáveis por questões jurídicas que envolviam as rádios, inclusive as de Heliópolis; a Anoreg (Associação Nacional dos Notários e Registradores), representante dos Cartórios, que auxiliaria as emissoras na adequação de seus estatutos, já que o Código Civil havia sido alterado em 2002 e os documentos deveriam seguir as mudanças na lei; a Escola Politécnica da USP, que traria contribuições para a definição das coordenadas geográficas de localização das antenas das rádios; além de representantes do legislativo estadual e federal, entre outros.

Mesmo já autorizada em caráter experimental, a Rádio Comunitária de Heliópolis ainda não havia conseguido voltar ao ar, o que aconteceria somente em 11 de agosto de 2007, quando mais de dez Mesas de Trabalho já tinham sido realizadas.

²² MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Ofício Circular 02/2006. Brasília, 19 de outubro de 2006, p.1.

3.2 – O edital e os apoios externos

No início de novembro de 2006, um mês antes da publicação do edital de Aviso de Habilitação das rádios comunitárias da capital paulista, era realizada a primeira Mesa de Trabalho com a presença do MiniCom. A reunião fora organizada em São Paulo pela Amarc, com a participação de entidades como a Anatel, Itaú Cultural e Escritório D. Paulo Evaristo Arns, além de representantes e membros da Alesp e Câmara Municipal de São Paulo. Estiveram presentes ao evento também os integrantes da Rádio Comunitária de Heliópolis e da Rádio Cantareira.

As Mesas de Trabalho se configuravam como um esforço de convergência política e técnica para um estudo detalhado sobre a situação das emissoras comunitárias de São Paulo e suas possíveis interferências, caso fossem regularizadas, tendo em vista que passariam a ser sintonizadas em uma mesma frequência. Nesse sentido, Alexandra Costa²³, à época coordenadora dos Serviços de Radiodifusão Comunitária do MiniCom, enfatizava o objetivo de buscar um acordo sobre os passos a serem seguidos no processo de habilitação que deveria ser publicado, no máximo, até o final do ano.

Outras três Mesas de Trabalho ocorreram ainda em novembro, na Câmara Municipal, ocupadas com a definição dos critérios que seriam adotados no aviso de habilitação, as quais reuniram ainda mais entidades, representantes políticos e membros de associações comunitárias²⁴. As propostas aprovadas entre os participantes previam que o edital seria elaborado de modo que atendesse o maior número possível de rádios, adotasse uma

²³ PIPINIS, Vanessa. *Cadê Canal para Capital?*. Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, 06 de novembro de 2006b, p.1. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd= 1066>.

²⁴ Estiveram presentes: **ENTIDADES** - Alexandra Luciana Costa (MiniCom); Marcelo Carlos Pelegrini (ANATEL); Sergio Gomes (AMARC - Escritório Paulista); Anna Cláudia Vazzoler e Júlia Giovannetti (Escritório Modelo D. Paulo Evaristo Arns - PUC/SP); Bruno Lupion e Renata Flores Tubyriçá (Defensoria Pública); Alcides Martins Fontes Jr (Universidade Metodista); Fábio Takada (Sec. Mun. de Coordenação das Subprefeituras); Alex Antunes Pereira (Jornalista); Nabil Bonduki (USP / Casa da Cidade); Sílvio Pellacani Jr (ABMI); Fernando Pereto (CEPER/RadCom); Eduardo Saron (Itaú Cultural); Nelson Primi; Terlânia Bruno (Comitê Gestor do Educom.rádio); Cristina Cavalcanti e Vanessa Pipinis (OBORÉ); Antônio Lúcio Rodrigues de Assiz (Curso de Comunicação – UNICID Antônio Biondi (Intervozes); Grácia Lopes Lima (Projeto Cala Boca Já Morreu); Donizete Soares (Gens – Serviços Educacionais); **POLÍTICOS** - Ivan Rabello (Gabinete do Vereador Ricardo Montoro PSDB/SP); Patrícia Simões (Gabinete do Vereador Beto Custódio PT/SP); Luiz Carlos P. Nader (Gabinete da Vereadora Soninha PT/SP); Maurício Dantas (Gabinete do Deputado Estadual Carlos Neder PT/SP); Simão Pedro Chiovetti (Dep. Est. Frente Parlamentar Defesa das Rádios Comunitárias); **RÁDIOS COMUNITÁRIAS** - Odenildo S. (CDME / RC); Carlos Eduardo Ismael e Maria José Amorim (Org dos Moradores de Pirituba); Leidyla S. Nascimento e Célia Marçola (Rádio Voz Ativa); José Carlos Bastos e Geronino Barbosa (Rádio Heliópolis); ; Antônio Vitorino Sousa (Parque Mundo Allem); André Fischer (Assoc. Cultural Mix Brasil); Juçara Terezinha Zottis (Associação Cantareira); Ana Brasil (Assoc. Amigos Molecada); José Luiz Ribeiro (ABECAL); Almir R. (Rádio Vida); William Siniscalchi (API); Maria José Amorim (Rádio Urbanos); Daniel Almeida dos S. Melo; Eduardo Bispo Santiago e José Luiz Ribeiro (Rádio Dimensão); Erica Rodrigues da Silva e Maria de Lourdes Gois dos Santos (Rádio Comunitária Sul FM).

distribuição igualitária em todo o território daquela cidade e contribuisse para um bom funcionamento das emissoras, sem haver interferências entre elas. Além disso, diante das dificuldades em definir a distribuição conforme defendiam as entidades integrantes das Mesas de Trabalho, baseada em um mapa tridimensional do relevo paulistano, foi determinada a adoção da divisão geográfica utilizada pelo Poder Municipal, compreendida pelos limites territoriais das 31 Subprefeituras de São Paulo.

Diante da grande quantidade de rádios que já estavam cadastradas pelo MiniCom, a regularização certamente não atenderia toda a demanda da cidade de São Paulo. Gomes²⁵, porém, convocava o maior número possível de entidades a se mobilizar para que fosse alcançada a autorização de um número superior de emissoras comunitárias em relação ao que fora imaginado inicialmente, sob a alegação de que seria necessário a unidade política nas ações das Mesas de Trabalho.

A publicação do edital fora marcada para o dia 04 de dezembro de 2006²⁶. O Aviso de Habilitação destinado a São Paulo trazia particularidades incluídas a partir das discussões das Mesas de Trabalho, realizadas em novembro. A principal alteração estava baseada na definição de que houvesse pelo menos uma rádio autorizada em cada região das Subprefeituras daquele município. As entidades interessadas na regularização de suas emissoras deveriam encaminhar toda a documentação para o MiniCom no prazo de 45 dias, o qual se esgotaria em 18 de janeiro de 2007.

Atendendo aos critérios de transparência e igualdade de tratamento entre as entidades concorrentes, conforme acordado nas Mesas de Trabalho, a representante do Ministério se comprometera a disponibilizar, na internet, um mapa com a localização de todos os veículos de comunicação comunitária cadastrados durante o período de inscrição. O objetivo era permitir o acompanhamento do processo em andamento. A demonstração gráfica que seria publicada na rede deveria trazer a coordenada geográfica de cada antena irradiante, de forma a haver uma dimensão exata de quais entidades estariam em disputa direta pela autorização do Ministério para a área onde estaria situada.

Conforme a legislação, caso houvesse conflito de interesses na área de abrangência dos sinais de duas emissoras pleiteantes, as partes deveriam entrar em acordo para que apenas uma fosse autorizada. Dessa forma, o mapa teria a função de evidenciar quais as entidades

²⁵ PIPINIS, Vanessa. *Aviso de Habilitação para São Paulo já tem data e critérios definidos*. Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, 14 de novembro de 2006c, p.2. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1073>.

²⁶ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. *Aviso nº 3/2006* – Aviso de Habilitação para inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitárias nas localidades e canais constantes no anexo 1. Nº 234. Seção 3. ISSN 1677-7069. Brasília, quinta-feira, 07 de dezembro de 2006, p 135-136.

que precisariam dialogar entre si ou contar com a intermediação das Mesas de Trabalho para viabilizar aquela autorização.

A própria Rádio Comunitária de Heliópolis, mantida pela Unas, pleiteava a sua regularização em uma região de disputa com outras três emissoras, essas sob a responsabilidade, respectivamente, da Associação e Movimento Comunitário Beneficente Educativa Cultural Saúde, da Associação de Difusão dos Amigos de Vila Alpina e da Associação de Radiodifusão Comunitária Missões e Cidadania em Heliópolis. As duas primeiras estavam localizadas a cerca de cinco quilômetros lineares em relação à Unas e a última a menos de três quilômetros. Nesse caso, o acordo entre as entidades era a solução indicada na legislação para a definição de qual delas receberia a autorização. Contudo, a defesa das entidades que participavam das Mesas de Trabalho é que houvesse uma análise mais detalhada sobre a possível interferência que as rádios podiam causar entre si, já que consideravam que potenciais obstáculos arquitetônicos entre os sinais pudessem permitir que essas três emissoras fossem autorizadas, ou, pelo menos, duas delas.

A disponibilidade de dados, por meio da internet, iria compor os critérios diferenciados incluídos no edital publicado na capital paulista. A previsão de acompanhamento do processo fora considerada pelas entidades que defendiam mudanças para o setor na cidade como uma conquista. Porém, a publicação nunca fora realizada nos moldes requeridos, havendo apenas a listagem das emissoras participantes, o número do processo e a situação das rádios frente às análises em andamento.

No início de dezembro, um mutirão de apoio às rádios comunitárias que pleiteavam a autorização de funcionamento fora organizado durante a Mesa de Trabalho, realizada na Assembleia Legislativa. A complexidade dos documentos, aliada ao pouco conhecimento técnico e jurídico dos responsáveis por aquelas emissoras, impulsionaram a criação do mutirão que tivera a duração de quatro dias intensivos. A atividade fora realizada ainda na primeira quinzena de dezembro, na sede da Defensoria Pública de São Paulo. Profissionais de diferentes áreas se dispuseram a auxiliar as entidades no preenchimento de formulários, declarações e comprovantes que deveriam ser entregues ao MiniCom. O esforço de reunir toda a documentação, contando com o apoio de profissionais de várias áreas, tinha o objetivo de impedir que os processos recebessem pareceres desfavoráveis ao prosseguimento das análises por parte do Ministério²⁷.

²⁷ GOMES, 2012. Op. cit, 234.

Uma das dificuldades encontradas na preparação dos documentos dizia respeito à descrição exata das coordenadas geográficas onde estavam localizadas as antenas das rádios comunitárias. Em 2006, o GPS, aparelho móvel de localização por meio de satélite, o qual seria utilizado para o levantamento desses dados, ainda era um equipamento bastante caro e pouco acessível à população em geral. Até mesmo a Escola Politécnica de Engenharia da USP, a qual era representada nas Mesas de Trabalho, possuía poucas unidades. Apenas quatro aparelhos puderam ser emprestados, sendo um da USP e três da Subprefeitura de São Paulo, da região do Itaim. Estudantes de engenharia foram treinados para fazerem o levantamento dos dados, mediante o auxílio de R\$ 50,00, pago pela Oboré. As medições ocorreram aos sábados e domingos.

Em janeiro de 2007, o Ministério acatou pedido apresentado nas Mesas de Trabalho para que o prazo de entrega dos documentos fosse prorrogado. A justificativa fora a proximidade com o final do ano em que o edital acabara sendo publicado, tendo em vista que teria havido dificuldades de articulação causadas pelo período de férias e o recesso parlamentar. Mais 45 dias foram concedidos para que as associações de moradores encaminhassem os formulários, declarações e demais dados necessários à habilitação no processo de regularização das rádios comunitárias, transferindo para o dia 03 março de 2007 o prazo final para a habilitação das emissoras.

Ao final do período previsto para aquela habilitação, cerca de 330 rádios estavam cadastradas como pleiteadoras da autorização para o seu funcionamento, tendo a Rádio Comunitária de Heliópolis entre elas. Todavia, o número de emissoras habilitadas foi reduzido para menos da metade a partir da primeira avaliação realizada pelo MiniCom. O descredenciamento teria sido causado, principalmente, pela falta de documentos. Em julho de 2007, 117 emissoras continuavam na disputa pela regularização.

Os números revelavam que a quantidade de rádios que poderiam ser autorizadas pelo Ministério seria bastante inferior à demanda registrada, o que causava apreensão de grande parte das comunidades que participavam das negociações. O grande volume de cadastramento não teria sido causado simplesmente pelo fato de haver muitas emissoras comunitárias com trabalho realizado regularmente em São Paulo, mas sim por haver muitas entidades que teriam aproveitado a oportunidade para uma possível regularização de um veículo que ainda não tivera seu funcionamento iniciado.

Havia casos de rádios comerciais de baixa potência, as quais os seus responsáveis denominavam de comunitária, mas que se mantinham a partir da publicidade comercial como qualquer outra emissora da cidade, além de não possuírem nenhum trabalho comunitário. Em

outros casos, havia associações de moradores que possuíam trabalho social relevante, mas não teriam nenhuma proximidade com veículos de comunicação. Entretanto, diante da possibilidade de obter uma emissora regularizada também se candidataram ao pleito. Em muitos desses casos, as associações teriam começado a organizar juridicamente essas rádios somente a partir da publicação do edital. Tais circunstâncias dificultavam a organização da documentação e resultavam na insuficiência de dados junto ao Ministério, ou mesmo em incompatibilidade com o trabalho comunitário²⁸.

Cinco meses após o início das Mesas de Trabalho, nas quais havia a participação de integrantes do MiniCom, começaram a surgir os primeiros indícios de que o respaldo do governo federal para aquela mobilização teria diminuído. Na reunião de abril de 2007, realizada na Câmara Municipal, o Ministério não enviou nenhum representante. Na ocasião, Gomes criticara a falta de comprometimento do governo federal com a causa usando a expressão: "cachorro late, pato voa, ninguém atira. Cada reunião que a gente organiza parece que foi a primeira"²⁹.

Vislumbrando que a mobilização pudesse perder o poder de pressão social e política junto ao governo federal, um documento intitulado “Compromisso de Honra”, que começou a ser elaborado durante o 2º Fórum de Avaliação e Planejamento de Heliópolis, foi lançado oficialmente naquele mês. Seus signatários se comprometiam a contribuir para as atividades que vinham sendo realizadas em São Paulo em favor das rádios comunitárias e a democratização das comunicações. Assinaram o compromisso dois parlamentares da Câmara dos Deputados, 21 deputados da Assembleia Legislativa, 12 vereadores da Câmara Municipal, 39 entidades e outros 46 cidadãos, entre jornalistas, professores universitários, membros de organizações não governamentais e de instituições variadas.



Figura 17 – Vereadores Eliseu e Chico Macena, e Sérgio Gomes (em pé), André Pina (secretaria Planejamento), Roberto Aquino, (gabinete - Simão Pedro) e o representante da vereadora Soninha.

Fonte: Oboré

²⁸ Ibid, p.238.

²⁹ CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. *Rádios Comunitárias - 9ª Mesa de Trabalho com o Ministério das Comunicações*. São Paulo, abril de 2007. Acesso em maio de 2011. Disponível em: <http://www.midia independente.org/pt/blue/2007/04/377982.shtml>.

Havia muitas críticas quanto ao distanciamento mínimo estabelecido na legislação entre as rádios comunitárias. Naquele momento, as Mesas de Trabalho ainda estavam voltadas a estudar formas de viabilizar a redução dessa distância. Essa alteração, no entanto, dependia de uma definição exata de todas as possíveis barreiras arquitetônicas e da configuração do relevo do território paulistano, fatores que poderiam interferir na emissão dos sinais das rádios comunitárias entre uma localidade e outra. Para isso era necessário um embasamento técnico mais consistente, o qual poderia ser viabilizado por meio de um mapa georreferenciado de São Paulo.

Embora a Prefeitura tivesse esse documento, a articulação política para que o gráfico fosse disponibilizado às Mesas de Trabalho não fora bem-sucedida. Nabil Bonduki, ex-vereador que ocupava o cargo de professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, considerava como “estúpida” a definição da distribuição das emissoras a partir de um mapa plano da cidade, critério que estava sendo adotado até aquele momento. Ele afirmava que sem considerar as barreiras que pudessem interferir na transmissão dos sinais, muitas áreas ficariam sem nenhuma rádio em atuação, mesmo com a adoção do critério de considerar os limites das regiões das Subprefeituras, onde haveria pelo menos uma rádio autorizada³⁰.

Diante daquele impasse, o representante do MiniCom anunciou formalmente, durante a Mesa de Trabalho realizada em maio de 2007, que a distribuição das rádios seria mesmo definida com base no mapa geográfico básico da cidade, trazendo descontentamento àqueles que ainda acreditavam na possibilidade de obtenção dos dados georreferenciados de São Paulo.

Devido à espera por aquele documento, os processos estavam parados e, desse modo, a Rádio Comunitária de Heliópolis, ou qualquer outra emissora, não poderia ser regularizada naquele momento. A agilidade de análise da documentação daqueles processos era de interesse do próprio presidente Lula, conforme sugeriu a explicação do representante da Casa Civil, André Barbosa³¹, ao ser questionado quanto à opção do MiniCom em não esperar pelo mapa tridimensional. Embora as entidades participantes das Mesas de Trabalho ainda aguardassem a liberação desse mapa, Barbosa alegara que o governo federal não continuaria nessa frente de negociação, já que a autorização das emissoras comunitárias não poderia ser

³⁰ VENCESLAU, Pedro. *Uma batalha desigual*. Revista Fórum. Ano 05. Setembro, nº 54. p. 26-27. São Paulo: Publisher, 2007, p.3.

³¹ HETTE, Solange; PAOLETTI, Ricardo. *Ministério das Comunicações participa da 10ª Mesa de Trabalho em São Paulo*. Oboré/ Rádios Comunitárias. São Paulo, maio de 2007, p.2. Acesso em abril de 2011. Disponível em: www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1165.

frustrada por questões tecnológicas. Dissera que as dificuldades, portanto, não seriam políticas, já que o lançamento do edital para São Paulo teria sido incentivado por Lula.

As discussões das Mesas de Trabalho estavam dirigidas à busca de regularização do maior número possível de rádios comunitárias no território paulistano, no entanto, Gomes reconheceu que a atenção da Amarc/Oboré estava o tempo todo voltada para Heliópolis³². Desde outubro de 2006, a emissora estava autorizada a retomar as transmissões em caráter experimental, porém o retorno ainda não havia sido concretizado. Dessa forma, as lideranças da favela se articulavam para viabilizar as transmissões por meio da medida encontrada pela Anatel, como também buscavam a autorização definitiva do MiniCom e Congresso Nacional. O retorno será detalhado mais adiante.

Depois de seis meses de discussões, com articulações políticas e estudos técnicos sobre esse tema, em maio de 2007, as Mesas de Trabalho já estavam em sua 10ª edição. A partir dessa data, tais encontros passaram a contar com a representação nominal do Fórum Democracia na Comunicação (FDC)³³. O vínculo do FDC com as negociações em relação à regularização das rádios comunitárias paulistanas vinha sendo realizado por intermédio do deputado estadual Arnaldo Faria de Sá (PTB), com o qual a presidência daquela entidade possuía estreita aproximação. Ainda em abril, o deputado já aderira formalmente ao “Compromisso de Honra”, elaborado nas Mesas de Trabalho, como citado anteriormente. A última participação do MiniCom junto às Mesas de Trabalho ocorrera na sua 11ª edição, em junho daquele ano. Embora tivesse sido agendada mais uma edição das Mesas de Trabalho para o mês seguinte, o Ministério não enviou representante para o evento. Assim, as ações de análise dos documentos das 117 entidades que ainda pleiteavam a regularização de suas rádios passaram por mudanças de procedimento.

A quantidade de rádios que se cadastraram para o pedido de regularização das transmissões em uma mesma área de abrangência tornara bastante complicada a definição das emissoras que teriam a autorização de funcionamento concedida pelo governo federal. O mapa georreferenciado, que poderia contribuir para uma adequação dos distanciamentos entre as emissoras, já havia sido negado, o que causara impasse nas negociações. Restava apenas o diálogo entre as pleiteantes como medida a ser tomada. Nesse caso, seria necessária a junção das emissoras que estivessem disputando a mesma região para a adoção de uma gestão

³² GOMES, 2012, Op. cit., p.239.

³³ OBORÉ. *Mesa de Trabalho reúne 70 pessoas na Câmara Municipal*. Oboré/Notícia/ Acontece. São Paulo, 2007, p.3. Acesso em abril de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1199>.

coletiva entre duas ou mais entidades, as quais não possuíam ações comuns³⁴. Outra opção seria a prevalência de uma sobre as demais, o que seria definido a partir do número de adesões registradas por meio de um abaixo-assinado coletado junto à comunidade, o que, segundo a legislação, demonstraria a representatividade de cada veículo em relação aos ouvintes do seu entorno.

Com isso, os limites geográficos das 31 Subprefeituras, os quais foram incluídos no edital de São Paulo como parâmetro de distribuição das rádios, deixaram de ser considerados pelo governo federal, o qual analisaria o número de assinaturas do abaixo-assinado para determinar a preferência de uma rádio em relação às suas concorrentes. As medidas tomadas como diferenciais para a capital paulista não foram seguidas, prevalecendo os procedimentos comumente adotados nos Avisos de Habilitação publicados pelo MiniCom nas demais regiões do país.

O Ministério teria se aproximado do grupo comandado pelo FDC ao perceber que não conseguiria o apoio das entidades e parlamentares que faziam parte das negociações realizadas junto às Mesas de Trabalho. Para a viabilidade da mudança de procedimento na definição das rádios comunitárias da capital paulista, outro grupo político buscava exercer influência sobre as ações que vinham sendo realizadas³⁵. A maneira encontrada para dar prosseguimento às análises dos documentos de forma mais ágil teria sido sugerida pelo deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB), em parceria com José Carlos Rocha, presidente do FDC³⁶, tendo o aval de Hélio Costa, então ministro das Comunicações. As rádios que disputavam a autorização foram reunidas em 34 grupos, seguindo uma nova divisão do território paulistano, a qual foi apresentada pelo MiniCom aos integrantes da Mesa de Trabalho, ainda que seus membros estivessem alheios aos métodos adotados.

A nova formatação que definiria a localização das rádios trazia grupos bastante distintos, os quais compunham blocos com diferentes quantidades de emissoras. Muitos deles possuíam veículos que não estavam localizados em áreas de proximidade. A autorização seria destinada a uma rádio de cada grupo, contemplando aquela que reunisse o maior número de assinaturas em manifestação de apoio da comunidade onde estava inserida³⁷.

³⁴ GOMES, 2012, Op. cit, 240.

³⁵ Ibid.

³⁶ Os desdobramentos sobre a formação do Fórum Democracia na Comunicação (FDC), que tem como seu representante o professor José Carlos Rocha, já foram detalhados no primeiro capítulo dessa dissertação, sendo este órgão uma dissidência do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), do qual Rocha fez parte até a década de 1990.

³⁷ GOMES, 2012, Op. cit. 240.

A organização dos grupos ficou sob a responsabilidade de José Carlos Rocha, com a inclusão automática das 117 emissoras nos blocos que foram criados. A Rádio Comunitária de Heliópolis fora incluída no grupo XXIII, em disputa com as duas associações que se localizavam a cerca de cinco quilômetros de sua antena: Associação e Movimento Comunitário Beneficente Educativa Cultural Saúde FM e a Associação de Difusão dos Amigos de Vila Alpina. Já a Associação de Radiodifusão Comunitária Missões e Cidadania em Heliópolis, também situada naquela favela, a cerca de três quilômetros da Rua Paraíba, fora incluída no grupo XXI, pleiteando o espaço no espectro eletromagnético em concorrência com emissoras da região da Mooca e Vila Prudente.

A partir da formação dos blocos ficara evidente que algumas entidades não conseguiriam obter a autorização, já que disputavam representatividade com emissoras que possuíam maior envolvimento popular. Algumas entidades chegaram a conseguir mais de 10 mil assinaturas. Mesmo após a coleta das manifestações de apoio das comunidades nos abaixo-assinados, o FDC teria proposto algumas alterações nos dados das entidades, os quais estavam incluídos nas documentações já apresentadas ao MiniCom. Isso porque tal medida fora adotada ao final do período de análise dos processos. As modificações propostas estavam relacionadas às medidas das coordenadas geográficas, as quais definiam a localização de suas antenas³⁸.

Embora a equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis tivesse recebido a proposta de alteração das medidas que indicavam o local onde a emissora estava situada, a sugestão fora recusada. Aceitar tal interferência no processo de análise dos documentos significaria aderir ao grupo liderado pelo FDC que, naquele momento, se opunha às entidades que vinham fazendo as negociações com o MiniCom por meio das Mesas de Trabalho. Quase todas as rádios que fizeram as modificações na localização da antena para impedir interferências nos sinais emitidos e a disputa com determinadas emissoras eram filiadas ao FDC. Esse teria orientado os representantes de suas filiadas para que fossem coletar assinaturas em pontos de grande circulação de pessoas como nos metrô e igrejas. A maioria dessas rádios era vinculada a entidades evangélicas³⁹.

Diante das circunstâncias que se mostravam complicadas, as organizações participantes das Mesas de Trabalho, da qual participava o Ministério, pressionavam o Poder Executivo para informações sobre o andamento dos processos de regularização. Tais entidades buscavam apoio político em diferentes instâncias, obtendo auxílio da deputada Luiza

³⁸ Ibid., p.239.

³⁹ Ibid., p.238.

Erundina⁴⁰ (PSB/SP), a qual encaminhou ofício ao MiniCom com pedido de esclarecimentos sobre os fatos e critérios adotados na distribuição das emissoras. Entre as entidades que faziam parte desta ação de reivindicação por transparência e agilidade nos processos que estavam em andamento em São Paulo se encontravam: o Escritório Modelo D. Paulo Evaristo Arns/PUC-SP; a ABRAÇO-SP; a Associação Cantareira; o Projeto Cala-Boca Já Morreu; o Intervozes; e a Oboré.

Contudo, em fevereiro de 2008, as entidades filiadas ao FDC, ao Movimento de Rádio e Televisão Comunitária (MRTC) e ao Sindicato de Entidades Mantenedoras de Radiodifusão Comunitária (Sinerc), iniciariam a criação do Conselho de Radiodifusão Comunitária de São Paulo, o qual viria a ser regulamentado somente em 2011. A composição de seus membros foi decidida em plenária na Câmara Municipal ainda em dezembro de 2007, período em que o impasse para a definição das rádios se intensificara.

O evento fora acompanhado por cerca de 500 lideranças de associações comunitárias, representante do ministro Hélio Costa e vários políticos. José Carlos Rocha, eleito presidente daquele Conselho, sob a sigla ConRadCom⁴¹, demonstrava estreita aproximação com o ministro das Comunicações, junto ao qual defendia a aprovação de moção de apoio pela iniciativa de publicação do edital para São Paulo.

A criação do Conselho teria a função de dar respaldo à decisão do MiniCom em estabelecer parceria com o FDC, MRTC e Sinerc, ainda que de maneira informal, para a conclusão do processo de autorização das rádios comunitárias paulistanas. Essas três entidades representavam 80% do total das emissoras que ainda estavam incluídas no processo de avaliação do MiniCom⁴².

Paralelamente às ações políticas que ocorriam em atenção às ações do governo federal junto às rádios comunitárias de São Paulo, as lideranças de Heliópolis tentavam viabilizar o retorno das atividades da emissora daquela favela, como já fora dito anteriormente. No dia 11 de agosto de 2007, a Rádio Comunitária de Heliópolis voltara a funcionar em caráter experimental, seguindo as recomendações da Anatel. O retorno do funcionamento ocorrera 13 meses após a Operação Sintonia, a qual interrompera as transmissões da rádio.

⁴⁰ KRAUSS, Lucas; CHARÃO, Cristina. *Entidades pressionam governo a agilizar legalização em SP*. Observatório do Direito a Comunicação. São Paulo, 2008, p.2. Acesso em maio de 2011. Disponível em: http://www.direitoa.comunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2975

⁴¹ PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Lei 202/2011 – *Cria o ConRadCom* - Conselho de Radiodifusão Comunitária de São Paulo. São Paulo, 2011, p.1.

⁴² FERREIRA, Victor. *Eleito o Conselho de Radiodifusão Comunitária de São Paulo*. Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, janeiro de 2008, p.3. Acesso em julho de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/acontece/Integra.asp?cd=1264>.

Um ato comemorativo fora organizado na quadra da Unas, reunindo dezenas de moradores da comunidade, além de representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), membros do Cala Boca Já Morreu, do Escritório D. Paulo Evaristo Arns, da Universidade Metodista e outros. Na ocasião, Gomes dera ênfase aos resultados obtidos por meio da união dos parceiros que atuaram em favor da Rádio Comunitária de Heliópolis, bem como de suas lideranças. O ato tivera caráter de comemoração, mas também de engajamento político e de defesa da democratização das comunicações⁴³.

Durante o período em que a Rádio Comunitária de Heliópolis ficou fechada, a Universidade Metodista, por meio do Núcleo de Comunicação Comunitária e Local (Comuni), em parceria com a Oboré e a Unas, realizou o curso “Correspondentes da Cidadania”, envolvendo 32 jovens de Heliópolis. O objetivo era formar repórteres que atuariam na programação da emissora quando o seu funcionamento fosse retomado. Na ocasião do ato comemorativo de reabertura, foram entregues os certificados de conclusão do curso, o qual havia abordado técnicas de linguagem radiofônica, entrevista, reportagem, locução e outros aspectos.

Uma passeata tomou conta da Rua da Mina e da Rua Paraíba, com a participação dos jovens repórteres e dos apoiadores da rádio, envolvendo cerca de 50 pessoas. Eles carregavam uma faixa, preparada pela Amarc/Oboré, que trazia estampada a seguinte frase: “Mexeu com uma, mexeu com todas”. A manifestação organizada para aquele momento tinha a função de despertar o interesse dos moradores que atuavam na rádio, a adotarem uma postura de engajamento político e enfrentamento das adversidades de maneira combativa, em busca da garantia de seus direitos. Os jovens gritavam palavras de ordem como: “Tentaram nos calar, mas não conseguiram”⁴⁴.

Embora a Rádio Comunitária de Heliópolis tivesse conseguido reabrir em caráter experimental, a autorização tinha validade de apenas seis meses, prorrogáveis pelo mesmo período, com vencimento previsto para outubro de 2008. Dessa forma, as articulações com o MiniCom para a regularização definitiva era mantida.

Mesmo com o impasse instaurado nas Mesas de Trabalho durante as negociações para a regularização das rádios comunitárias de São Paulo, a equipe da emissora de Heliópolis defendia o distanciamento de seus membros em relação ao FDC, o qual conduzia as

⁴³ CALA BOCA JÁ MORREU. *A Reabertura da Rádio Heliópolis*. Vídeo documentário realizado pela GENS/Cala Boca Já Morreu. Duração: 8: 49 min. São Paulo, 2007.

⁴⁴ KWAK, Gabriel; KRAUSS, Lucas. *Rádio Heliópolis, a volta por cima*. Oboré/Notícia/Acontece. São Paulo, agosto de 2007. Acesso em março de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/acotecceIntegra.asp?cd=1211>.

negociações desde maio de 2007. Diante da informação de que o Ministério teria adotado o critério de definição da distribuição das rádios a partir da manifestação de apoio da comunidade por meio de abaixo-assinado, os locutores, coordenadores e apoiadores da rádio saíram às ruas de Heliópolis em busca das assinaturas que pudessem denotar condições para a autorização definitiva, há muito buscada e amplamente batalhada, sempre em parceria com a Oboré e a corrente de apoios gerada por ela.

Aproximadamente 1.500 pessoas assinaram o documento. As outras duas entidades, da Vila Alpina e da Educativa Cultural Saúde, que faziam parte do grupo ao qual a Rádio Comunitária de Heliópolis pertencia e também pleiteavam a atuação na mesma área de interesse, coletaram adesões inferiores⁴⁵. Com a situação desfavorável no critério de manifestações populares de apoio, as duas associações mudaram as coordenadas geográficas de suas antenas para que não ocupassem aquela mesma área de abrangência, o que liberava a regularização da emissora de Heliópolis. Tais associações obtiveram a autorização de suas rádios somente em 2010. Já a terceira associação, a qual também estava localizada em Heliópolis, foi incluída em outro grupo de abrangência, não conseguiu adesão de assinaturas suficiente e tampouco alterou suas coordenadas geográficas. Dessa forma, não obteve autorização.

Sete meses depois de iniciar as transmissões em caráter experimental, no final de abril de 2008, a Unas recebeu telefonema do gabinete da Presidência da República, informando que o presidente Lula estaria em Heliópolis para entregar a autorização definitiva, a qual teria sido concedida de maneira inédita para o território paulistano. Seria o primeiro veículo de comunicação comunitária regularizado naquela capital, o que ocorrera antes da conclusão das negociações para as demais rádios.

No começo da tarde de 20 de maio de 2008, a estreita Rua da Mina, na Favela de Heliópolis, ficou totalmente ocupada por centenas de moradores e lideranças comunitárias. Seria realizada a cerimônia de assinatura do convênio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, a qual seria acompanhada da entrega do documento que autorizava o funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis de maneira definitiva. Mesmo com o sol forte do meio dia e o atraso de quase uma hora, a população permanecera à espera do ato oficial.

⁴⁵ DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. *Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária para UNAS - União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco*. Brasília, março de 2009, p. 6.709-6.716.

Diversos políticos de diferentes partidos participaram do evento, o qual reuniu vereadores e o prefeito de São Paulo, bem como deputados, governador, senadores, ministros e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O lançamento do programa do governo federal e a entrega da autorização da rádio foram realizados dois meses antes do início da campanha eleitoral de 2008, na qual Gilberto Kassab (à época PSDB) e Marta Suplicy (PT) disputariam à Prefeitura de São Paulo. Ambos estiveram no palanque quando do ato de entrega da autorização à Rádio Comunitária de Heliópolis, o que demonstrara a representatividade eleitoral da favela.

Figura 18 – Parte dos políticos participantes do lançamento do PAC e entrega da autorização da rádio: Kassab, Lula, Serra, Dilma e Marta



Em discurso, Lula destacara mais uma vez a sua ligação pessoal com Heliópolis, tendo vivido parte de sua juventude naquela região. Além disso, ao entregar o documento de autorização de funcionamento da rádio, afirmara que cumpria o compromisso que havia assumido com as lideranças e moradores daquela favela ainda em 2005, quando inaugurou o Ponto de Cultura em Heliópolis. Dizia que o processo de análise da documentação havia passado por muitos entraves, o que resultara no atraso daquela entrega, em relação às suas previsões iniciais. O presidente ressaltava as suas expectativas de que a rádio trouxesse mais aprendizado e cultura àquela comunidade. Ao final, pedia que a equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis se esforçasse para fazer uma programação de qualidade, criasse condições de participação da comunidade e mostrasse as coisas boas da favela⁴⁶.

⁴⁶ SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos relativos a obras do PAC da cidade de São Paulo, de contrato para despoluição de manancial de água das represas Billings e Guarapiranga, de contrato da Linha Verde do Metrô e de autorização da Rádio Comunitária de Heliópolis.* São Paulo, 20 de maio de 2008.

A postura do presidente traria demonstrações de seu envolvimento pessoal na liberação daquela autorização que acabara de ser entregue aos integrantes da Rádio Comunitária de Heliópolis. As manifestações de apoio reveladas por Lula, as quais aspiravam por prosperidade à emissora, eram avaliadas pelas lideranças daquela favela como uma “honra”. A partir da assinatura do termo de autorização na cerimônia houve comoção entre aqueles que assistiam ao ato. Gerô⁴⁷ lembrara a data de forma emotiva: “Foi lágrima para todo lado, todo mundo abraçando todo mundo. Coisa mais linda, mais maravilhosa que aconteceu naquele dia”.

No entanto, a assinatura do termo de autorização pelo presidente Lula não concluía o processo de regularização da rádio, a qual teria obtido a licença provisória de funcionamento. Além do termo assinado pela Presidência da República, o documento ainda precisaria ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual, entretanto, publicaria oficialmente o seu posicionamento favorável a Heliópolis em janeiro de 2009. Em julho daquele ano, o Ministério publicou a autorização conclusiva, com validade até junho de 2019. Além da Rádio Comunitária de Heliópolis, outras 19 também estavam com o processo de regularização avançado em maio de 2008, porém ainda não definido.

Embora tivessem obtido a regularização definitiva da rádio, as lideranças e equipe da emissora de Heliópolis tinham se comprometido com a Oboré em continuar fazendo parte da mobilização em torno da democratização da comunicação, assim como em dar apoio às demais rádios comunitárias que pleiteavam a regularização em São Paulo. A equipe da rádio enfatizava que a “luta” da qual fazia parte era coletiva e em defesa de todas as rádios comunitárias. Dessa forma, não seria em razão do processo da emissora que integrava ter saído mais rápido que ela abandonaria as negociações que foram mantidas em favor das demais⁴⁸. No entanto, a mobilização em torno daquele projeto em favor das rádios comunitárias paulistanas ficou enfraquecida ao final do processo de análise dos documentos. Tal situação se agravava com a publicação da autorização de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis.

Ao final de 2010, 34 emissoras da capital paulista estavam regularizadas, com a estimativa de ampliação deste número para aproximadamente 40 rádios. Entre os veículos comunitários que obtiveram a autorização de funcionamento, apenas quatro deles não eram

⁴⁷ GERONINO, 2012. Op. cit., p.214.

⁴⁸ OBORÉ. *Entidades se mobilizam para legalização de rádios comunitárias*. Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, 2008, p.1. Acesso em dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.obore.com.br/acontece/Integra.asp?cd=1285>.

associados ao FDC, compreendidas pelas rádios Cantareira, Cidadã FM, Casa da Cidade e Rádio Comunitária de Heliópolis.

Pelo menos cinco seriam vinculadas a grupos religiosos, católicos ou evangélicos, grupo composto pelas emissoras Ágape FM; Radio AME; Ternura FM; SoulVida FM e Rádio Cantareira FM, a qual, embora fosse ligada à Igreja Católica, teria alcançado o reconhecimento do trabalho que desenvolvia por parte das entidades ligadas às defesas das rádios comunitárias. Outras três teriam ligações com associações de finalidades diversas: a Estúdio 100 FM, mantida por um grupo de jovens; a Rádio StarSul, vinculada a projetos assistenciais; e a Ideia FM, localizada em região privilegiada, abrangendo Brooklim, Moema e Itaim. Entre as regularizadas haveria ainda duas com vínculos particulares ou econômicos como a Rádio Show FM e a Itaquera 87.5 FM, sendo a última de um videomaker; além de Heliópolis, reconhecidamente vinculada a movimentos sociais (VICENTE, 2012, p.6).

MAPA RADCOM - Município de São Paulo SP - Maio 2011



Figura 19 - Mapa com a localização das rádios comunitárias que conseguiram a regularização em São Paulo

Fonte: FDC.

3.3 – Entre os hertz e as ações sociais - a Rádio Comunitária de Heliópolis

legalizada

As músicas com influências nordestinas sempre fizeram parte da programação da Rádio Comunitária de Heliópolis. Desde o início de suas transmissões, esse estilo era dirigido aos cerca de 80% dos moradores que compunham aquela favela na década de 1990, os quais eram migrantes do Nordeste brasileiro. O forró, portanto, era um dos principais estilos musicais que os ouvintes da rádio apreciavam, o qual dividia espaço considerável na grade de programação com o rap. O hip hop ganhava notoriedade entre moradores das favelas paulistas e em algumas partes do centro de São Paulo, no período em que os primeiros programas da rádio foram criados. Os Djs que defendiam a importância desse estilo para a transmissão de mensagens de conscientização, descontração e, ao mesmo tempo, de manifesto, principalmente aos moradores das periferias, continuaram entre os membros da equipe da rádio até os dias atuais.

Embora a organização interna da Rádio Comunitária de Heliópolis tivesse passado por algumas fases distintas, como já citado no segundo capítulo, a sua trajetória histórica foi caracterizada mais por continuidades do que por rupturas, característica mantida mesmo após a sua regularização junto ao governo federal. Algumas ações trouxeram diferentes agentes da própria favela para o envolvimento junto às atividades da emissora, porém ainda prevaleceram algumas deficiências para a efetivação da comunicação comunitária, principalmente no que se refere à gestão coletiva e participativa, preconizada por aqueles que defendem esse tipo de comunicação.

Já a programação, desde sua primeira fase, trouxera algumas experiências que podiam contribuir com o processo formativo de seus ouvintes, contudo, tais situações eram decorrentes de iniciativas de determinados locutores, envolvidos com o tema relacionado à sua programação, e não necessariamente como uma ação resultante de decisões coletivas. Tal fato demonstrara as dificuldades de ação das rádios comunitárias, ainda que estas sejam emissoras com trabalho reconhecido pelas entidades representativas do setor, como era o caso da Rádio Comunitária de Heliópolis. Depois de sua regularização, tal realidade continuara presente junto a essa emissora.

Em 2000, “*Nanico*” era o programa apresentado por Naiman, o qual fora mantido no ar desde o surgimento da rádio em FM até os primeiros anos daquela década. Era veiculado nas

noites de sexta-feira e abordava questões folclóricas do Nordeste, trazendo informações sobre as manifestações de Maracatu, Ciranda, Bumba-Meu-Boi, etc. Naiman afirmava que o objetivo de seu programa era ressaltar as atividades culturais da região de onde viera grande parte dos moradores da favela e inserí-las no contexto de São Paulo. Na mesma linha de valorização da cultura popular do Nordeste era produzido o programa “*Explosão do Forró*”, apresentado por Luiz Rezende e veiculado de segunda a sexta-feira, das 8h às 10h30⁴⁹.

Ainda na primeira grade de programação da rádio, Orlando Jerônimo, professor em uma das escolas da favela, produzia e apresentava uma vez por semana o “*A Hora da Escola*”, das 12h às 13h. O programa contava com a participação de alguns alunos que estavam envolvidos com música e atividades culturais em geral. Além disso, havia informações sobre diferentes culturas musicais do Brasil e de outras partes do mundo, bem como assuntos educativos direcionados à comunidade. As músicas executadas podiam ser de diversas origens, como libanesa, japonesa e outras, partindo do lírico ao pop. O locutor afirmava que essa variedade de sons transmitidos pela rádio favorecia a ampliação do conhecimento musical dos ouvintes, além de suscitar a reflexão de seus interlocutores. Avaliava que era necessário trazer manifestações culturais que demonstrassem a existência de outras formas de viver e agir em relação às experiências acumuladas pelos moradores na favela, reforçando a noção de que eles faziam parte de um mundo globalizado⁵⁰.

Já aos domingos, a partir do meio-dia, Sabino Soares ficava responsável, durante quatro horas, pelo programa “*Matando Saudade*”. Obtinha uma das maiores audiências da rádio e veiculava músicas da Jovem Guarda, já que poucas emissoras daquele período ainda traziam o repertório desse movimento musical brasileiro. Diferente do que ocorrera com alguns membros da rádio, sua adesão à equipe de voluntários se dera por iniciativa própria. Ao “descobrir” que a Rádio Popular de Heliópolis havia se transformado em FM, teria procurado a equipe para apresentar a sua proposta, a qual fora aceita.

Após alguns meses de funcionamento da Rádio Heliópolis FM, ainda em 2000, o programa “*Tardes do Babado*” passou a fazer parte da grade de programação, sendo produzido e apresentado por Gerô e Alexandre Antunes⁵¹. O programa ficou três anos no ar, porém nos primeiros doze meses era semanal e nos dois últimos anos tinha veiculação diária. O programa voltou ao ar esporadicamente em 2002, mas não teve continuidade devido à falta de tempo de seus locutores.

⁴⁹ Ibid.p.4

⁵⁰ Op. Cit. p.6.

⁵¹ Alexandre Antunes – ativista do movimento LGBT, morador de Heliópolis. Um dos idealizadores do Programa “*Tardes do Babado*”.

A dupla interpretava as *drag queens* Nana Brasil e Senhorita Titi, conquistando expressiva audiência na rádio. De forma humorada se referiam às questões de preconceito que envolviam os homossexuais, bem como cativava os demais ouvintes com a locução bastante descontraída que utilizavam⁵². Além das músicas, as *drag queens* agiam de maneira questionadora e cômica pelas ruas da favela, em intervenções gravadas previamente. “*Tardes do Babado*” ganharia reconhecimento municipal em 2002 e seria citado em reportagem da *Folha de S. Paulo*, a qual abordava a atuação de grupos organizados nas periferias contra o preconceito⁵³. A grande aceitação do programa entre os moradores de Heliópolis seguia as discussões que estavam em evidência na década de 1990 sobre a relação entre o homossexualismo e a Aids. A doença continuava presente entre os homossexuais das periferias, enquanto apresentava recuos de contágio de uma forma geral em todo o país.

A aprovação de boa parte dos ouvintes também se voltava ao programa de rap da rádio. O espaço conquistado ainda durante o período dos alto-falantes se manteve em toda a trajetória da emissora de Heliópolis até depois de sua regularização. Por dois anos, Rappin Hood apresentou o programa “*A Voz do Rap*”, veiculado das 6h às 8h, horário em que o rádio tem audiência expressiva. Servia como forma de divulgação desse estilo musical, o qual ganhava evidência no cenário paulistano, bem como se mostrava como uma das primeiras iniciativas da rádio na discussão sobre a defesa da democratização dos meios de comunicação (OSMAR e CRISTINA, 2004, p.55).

Nessa primeira fase de atuação em FM, a Rádio de Heliópolis também veiculava o programa “*A Voz da Comunidade*”, apresentado por Maranhão. Tratava-se de um horário destinado à transmissão de notícias da comunidade com assuntos variados, o qual fora mantido durante toda a fase inicial da rádio, até 2000. Porém, um desentendimento interno com a coordenação que assumira a rádio fez com que ele optasse pelo seu afastamento da emissora.

A configuração populacional da favela sofreu modificações com o passar do tempo, no entanto, em 2008, período em que a rádio obteve a autorização para o seu funcionamento, Heliópolis continuava com um grande percentual de moradores de origem nordestina. Da mesma forma, o rap ainda era representativo do movimento Hip Hop, o qual possuía membros atuantes na favela e na rádio.

⁵² BARBOSA, Geronino. Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 27 de junho de 2012, p.207.

⁵³ LEITE, Fabiane. *Grupos dão visibilidade a gays da periferia*. Cardeno Equilíbrio e Saúde. Edição do dia 02 de junho de 2002. Acesso em março de 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u1206.shtml>.

A grade de programação que estava em vigor quando a rádio foi autorizada era composta por músicas sertanejas e rap, um programa de informes da Unas, além de uma grande quantidade de programas com canções variadas. De segunda a sexta-feira, as transmissões eram iniciadas por volta das 7h, com um programa de músicas sertanejas, seguido do horário destinado aos clássicos da Jovem Guarda, os quais eram baseados no repertório de Roberto Carlos. Havia ainda canções variadas comerciais e a leitura de notícias de jornais, como o *Agora São Paulo*, no programa “*Frequência de Sucesso*”, o qual era veiculado por volta das 10h. As transmissões do período da manhã eram encerradas às 12hs, com “*A Voz da Unas*”, programa composto por notícias da comunidade e da Unas.

À tarde, havia seleções de misturas de ritmos, forró, momentos de oração da Igreja Católica e de canções de rap. Já à noite, as transmissões começavam com um programa de humor, seguido por outro dedicado a canções românticas, sendo encerrada a programação com a transmissão do oficial “*A Voz do Brasil*”, por volta das 24hs. Nos finais de semana a programação religiosa ficava com os evangélicos, seguida de informes da Unas, de programa de notícias variadas e os dedicados ao axé, música black e sons diversos. Durante a semana os programas tinham duração de 1h e nos finais de semana de 2h. Com a regularização da emissora, a veiculação do “*A Voz do Brasil*” passou para novo horário, às 20h. Percebe-se portanto que poucas alterações foram realizadas no restante da grade, sendo ainda predominantes os sons nordestinos, o rap e as músicas comuns aos veículos comerciais (FANTON, 2011, p.91).

Rádio Comunitária de Heliópolis		
Grade básica de programação - 2008		
Seg. a sexta-feira Programas de 1h	Manhã	Sertanejo Jovem Guarda Frequência de sucessos (músicas variadas) A Voz da Unas
	Tarde	Mistura de ritmos Forró Oração Católica Rap
	Noite	Canções românticas A Voz do Brasil
Sábado e Domingo Programas de 2h	Manhã - Noite	Oração Evangélica Informes da Unas Axé Música Black

Figura 20 -
Grade básica de
programação
da rádio
em 2008

O uso de vinhetas educativas e a interferência dos locutores em seus programas com a prestação de serviços, bem como a veiculação de dados de utilidade pública referente às

questões da favela, eram defendidos pela equipe de coordenação como prática obrigatória para definir o caráter comunitário da emissora. A rádio servia como ponto de referência àqueles que perdiam documentos de identificação pessoal e outros. Os objetos encontrados na favela pelos moradores eram levados à emissora e anunciados nos programas da rádio. Em geral, eram devolvidos aos seus portadores. Há ainda caso de criança que fora encontrada perdida na favela e reencontrara os pais depois do fato ter sido veiculado nas ondas da emissora.

Programas temáticos faziam parte da grade de programação da rádio, com transmissões voltadas à conscientização da comunidade, em relação à saúde e à prevenção de doenças em geral, os quais eram viabilizados por meio de parcerias. O Programa de Saúde da Família (PSF), do governo federal, disponibilizava profissionais da saúde para responder a perguntas dos ouvintes, ao vivo, sobre cuidados pessoais. A abordagem a esse tema também contava com a contribuição da Oboré, a qual disponibilizava regularmente à emissora, programetes intitulados “*Plantão Saúde*”. Esse material era distribuído tanto à Rádio Comunitária de Heliópolis quanto a outras emissoras do Brasil.

Todavia, a relação de programas da Rádio Comunitária de Heliópolis sofreria alterações constantes, ocasionadas pelo fato de alguns locutores assumirem novos compromissos, o que impedia a continuidade do trabalho voluntário que realizavam. Da mesma forma, fora frequente a procura de diferentes integrantes da comunidade para atuarem na emissora. Não havia, portanto, horários vagos naquela programação, a qual era totalmente composta por projetos radiofônicos de responsabilidade dos voluntários. A exemplo do que já ocorrera no período inicial da rádio, o interessado em integrar a equipe da emissora deveria apresentar uma proposta, na qual previsse metas e expectativas ao programa pelo qual seria responsável. A iniciativa era então avaliada de acordo com a linha de trabalho da rádio, tendo o programa sugerido a obrigatoriedade de se ocupar com fatos e abordagens pertinentes à realidade de Heliópolis. Como havia mais demanda do que horário disponível, fora criada uma lista de espera para as propostas apresentadas, da qual seria convocado o novo membro para a equipe da rádio, caso houvesse a desistência de algum dos locutores já em atuação. Por ser uma atividade não remunerada, a rotatividade de voluntários era constante, porém alguns programas foram mantidos desde o início das transmissões⁵⁴.

Em geral, a programação da Rádio Comunitária de Heliópolis não possui diferenciações expressivas em relação às emissoras comerciais e ainda acumula algumas críticas quanto à

⁵⁴ GONÇALVES, 2012, Op. cit., p.222.

falta de programas jornalísticos com pautas voltadas à realidade da favela. Contudo, parte de seus ouvintes manifesta a percepção de que o acesso à rádio é facilitado para intervenções da comunidade, ainda que de maneira esporádica. Tais abordagens seriam realizadas por meio de telefonemas e sugestões de entrevistas aos locutores, com os quais teriam proximidade. Essa abertura traria o sentimento de pertencimento desses ouvintes em relação à rádio. Os grupos de diferentes estilos musicais originados na favela, na grande maioria de rap e forró, conseguem ter espaço na programação para expor o trabalho que realizam, sem a necessidade de pagar por isso. Além disso, os programas voltados para um público específico, como “*Roberto Carlos e Convidados*” e o “*Revolução Rap*”, se destacariam como alternativos à grade comercial das emissoras de São Paulo (AFONSO, 2007, p.164).

Depois da obtenção da autorização de funcionamento, a gestão daquele veículo de comunicação e a relação de sua equipe com os apoiadores da emissora tiveram algumas modificações. Gerô já anunciava a sua saída da coordenação há alguns anos, desde 2003, e, assim que a regularização foi efetivada, pediu para deixar o cargo, assumindo outros projetos da Unas. Por votação entre os locutores voluntários, Cláudia Neves e Reginaldo Gonçalves passaram a dividir a responsabilidade de coordenar o projeto radiofônico da Unas. Seria a primeira vez que a rádio teria participação de uma pessoa não moradora de Heliópolis na coordenação. Cláudia Neves atuava na rádio há seis anos, mas morava em Santo André, bairro limítrofe à Favela de Heliópolis.

Cláudia Neves ficara incumbida de cuidar da parte financeira e jornalística da rádio, enquanto que Reginaldo Gonçalves se preocupava com a organização interna da equipe e cuidava da relação com a comunidade e parcerias. Além dos dois membros da coordenação geral, a equipe era formada por Libera, coordenador de programação, Sabino, coordenador de manutenção, e Renato, coordenador técnico. Havia ainda os locutores voluntários, em torno de 35 pessoas⁵⁵.

A situação inédita de duas pessoas no cargo da coordenação geral fora avaliada negativamente por Gerô⁵⁶, o qual defendia que apenas uma pessoa fosse definida para assumir as responsabilidades em relação à emissora, caso houvesse qualquer imprevisto. Entendia que a dupla coordenação poderia não trazer bons resultados, já que poderia acarretar na delegação de responsabilidade entre os indicados para o cargo. Embora não tivesse mais poder de decisão sobre os fatos que diziam respeito àquela função, o seu posicionamento revelava mais uma vez o método centralizador de coordenação que havia desenvolvido até aquele momento.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ BARBOSA, 2012, Op. cit., p.214.

No entanto, a decisão fora tomada por unanimidade entre os membros da emissora e implantada sem impedimentos. Cláudia e Reginaldo alternavam a permanência na rádio entre os períodos da manhã e da tarde, havendo, portanto, sempre um dos dois coordenadores na emissora, como fora orientado por Gerô.

A partir da regularização da rádio, as ações de mobilização que existiam fora de Heliópolis tiveram um enfraquecimento, já que houve a opção por uma atuação mais voltada para as ações realizadas dentro da favela. Da mesma forma, o vínculo até então mantido com a Oboré/Amarc também fora reduzido, já que Gerô era quem estabelecia o contato com Sérgio Gomes. Até aquele momento havia uma abertura irrestrita, por parte da coordenação da rádio e, conseqüentemente, da Unas, para a interferência da Oboré nas ações desenvolvidas pela emissora. No entanto, os depoimentos coletados nas entrevistas para esta dissertação sugerem não haver a mesma disposição daquela entidade quanto ao seu envolvimento com aqueles que passaram a coordenar a emissora de Heliópolis em 2008 e vice-versa. Além disso, a partir de 2001, Gomes havia dado créditos às rádios comunitárias como formadoras de opinião e como potenciais mobilizadoras de ações voltadas à democratização das comunicações e outros temas ligados à cidadania e política. Porém, também havia mudado sua avaliação quanto à eficiência desse veículo de comunicação para tais ações diante da pouca abrangência que acabara tendo no município de São Paulo.

O resultado final do processo de regularização das emissoras congêneres paulistanas, que autorizara o funcionamento de apenas 34 rádios, levava Gomes⁵⁷ à avaliação de que a mobilização de diferentes pessoas em torno de um objetivo comum não se daria por meio desses veículos de comunicação, dada a pequena abrangência que passaram a ter naquela cidade. Os sinais das rádios comunitárias que foram regularizadas alcançavam menos de 3% do território da capital paulista. Tal configuração municipal se traduziria em uma realidade “irracional” para a ação mobilizadora da sociedade por meio dessas emissoras.

O distanciamento em relação à Oboré também teria sofrido influências de um desentendimento ocorrido entre Sérgio Gomes e um membro da equipe da direção da Unas, o qual haveria criticado o seu envolvimento intenso com aquela emissora e levantado a suspeita de que teria interesses pessoais em relação àquele veículo de comunicação de Heliópolis. O vínculo desfeito entre os antigos parceiros era lembrado por Maranhão⁵⁸, o qual revelaria que mesmo após cinco anos daquele desentendimento ainda havia críticas de alguns integrantes da equipe da Unas em relação ao trabalho de Sérgio Gomes. Contudo, ele conclui que a parceria

⁵⁷ GOMES, 2012, Op. cit., p.243.

⁵⁸ FARIAS, 2012. Op.cit, p.197.

da equipe da rádio com a Oboré teria sido muito importante para a regularização da emissora, o que talvez tivesse sido até superior à participação dos políticos naquele processo.

Sem o fomento da Oboré/Amarc para que as demais entidades também se dispusessem a ajudar nas ações daquela rádio, muitos agentes de entidades que haviam sido parceiros também reduziram o contato que possuíam com as lideranças de Heliópolis.

O afastamento entre a emissora e a Oboré fora criticado por Gerô⁵⁹, o qual mesmo afastado da coordenação ainda possuía certa representatividade de liderança em relação à rádio junto aos parceiros que teriam atuado em favor de Heliópolis anos antes. Relembra que tal auxílio teria contribuído, inclusive, para que a Rádio Comunitária de Heliópolis fosse considerada um exemplo para as demais emissoras congêneres de São Paulo e, quiçá, do país, bem como obtivesse o reconhecimento do seu trabalho junto às entidades defensoras das rádios comunitárias.

Ao perceber que os antigos parceiros teriam se distanciado desde quando a nova gestão da rádio fora implantada, ele suscitara à equipe em atuação na emissora para que houvesse a retomada do envolvimento político de seus integrantes. Embora fosse crítico em relação à atuação da nova gestão, Gerô⁶⁰ reconheceu que agiu com “certa truculência” quando, na coordenação da rádio, instituíra mudanças entre os locutores e implantara o Regimento Interno da emissora. Afirmara que não repetiria a mesma conduta adotada naquela ocasião, a qual teria avaliado, posteriormente, não ser recomendada em uma ação coletiva, como era o caso da Rádio Comunitária de Heliópolis. Defendia ainda que a rádio se mantivesse atuante na luta pela democratização da Comunicação Social, lembrando o diálogo que teria tido com o presidente Lula. Este lhe havia dito que as rádios comunitárias deveriam abrir caminhos para a democratização das comunicações e que, portanto, esperava contar com os integrantes da equipe da emissora de Heliópolis para tal causa.

As características de formação da Favela de Heliópolis, baseada em constantes mobilizações de lideranças populares, contribuíram para a criação de vínculos políticos entre os membros da direção de Unas e alguns partidos, principalmente o PT. Além disso, o fechamento da emissora, o qual despertara a mobilização de outras entidades, representou uma ação de forte peso político e também de pressão social, por se tratar de um fato que ocorria na maior favela de São Paulo e envolvia lideranças conhecidas politicamente pelo seu

⁵⁹ BARBOSA, 2012, Op.cit., p.215.

⁶⁰ BARBOSA, 2012. Op. cit, p.215.

histórico de organização popular. Tal apoio fora lembrado por Buiú⁶¹: “Nós ganhamos a guerra com o enfrentamento político, com a defesa política do nosso direito”.

Mesmo antes de obter a autorização de funcionamento da emissora, a equipe da rádio e a da Unas se constituíam como uma representação das rádios comunitárias em São Paulo e em diversas partes do Brasil. Sérgio Gomes⁶² avaliava que a equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis teria mantido a sua atuação, com visibilidade pública, durante todo o período em que esteve irregular perante a lei, afirmando implicitamente que trabalhavam ilegalmente por culpa do governo federal, o qual não tomava providências para dar condições de regularização àquela rádio, tendo em vista que a documentação de manifestação de interesse pela autorização de funcionamento estava no MiniCom desde 1999.

Embora houvesse a valorização da participação de diferentes entidades e políticos na articulação para a regularização da rádio daquela favela, parte da direção da Unas acreditava que a interferência do presidente Lula tivera sido decisiva para a autorização de funcionamento daquela emissora. Buiú avaliava que, infelizmente, alguns processos burocráticos, como fora o caso da emissora de Heliópolis, só teriam desfecho positivo sob a intervenção do próprio presidente da República. Contudo, ressaltava a importância da existência de organizações populares já constituídas para gerir e manter projetos como o que fora regularizado em Heliópolis, caso contrário, não haveria interesse do governo federal em dar agilidade aos processos em andamento, como, no caso específico, de autorização da Rádio Comunitária de Heliópolis⁶³.

O mérito de uma organização popular consistente para a criação e manutenção de uma rádio comunitária também fora destacado por Sérgio Gomes⁶⁴. Para ele, as ações desse grupo não deveriam ser restritas ao trabalho radiofônico, mas sim detidas com ações sociais e formativas junto aos seus ouvintes. Todavia, avaliava que as lideranças populares possuem limitações técnicas e informativas, as quais seriam necessárias para encaminhamento dos procedimentos pertinentes ao processo de autorização de uma rádio comunitária junto ao governo federal. Seria importante haver algum apoio político ou de entidades sociais organizadas para essa iniciativa.

Especificamente sobre a emissora de Heliópolis, a organização popular estaria centralizada na atuação da Unas. A rádio comunitária existente nessa favela dividiria a sua

⁶¹ SILVA, Nazareno Antônio da, (Buiú). Entrevista para esta dissertação. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012, p.205.

⁶² GOMES, 2012, Op. cit., p.240.

⁶³ SILVA, 2012, Op.cit, p.204.

⁶⁴ GOMES, 2012, Op. cit, p. 241 e 242.

influência e potencial de mobilização com os demais projetos dessa entidade, configurando-se como mais um deles. A organização das ações populares da Favela de Heliópolis não seria, portanto, uma atribuição da rádio, mas, sim, da Unas⁶⁵. Tal fato diferenciava a realidade dessa emissora com a da Rádio Favela, de Belo Horizonte, caracterizada como um instrumento de mobilização da população do seu entorno, a qual centralizava suas atividades de reivindicação naquele veículo.

As atividades da Rádio Comunitária de Heliópolis sempre foram orientadas pela direção da Unas e mantidas por um fundo de reserva proveniente de percentuais de financiamentos de outros projetos que estariam sendo desenvolvidos naquela entidade social. Entretanto, nenhuma das empresas parceiras da Unas teria qualquer tipo de ação para o financiamento de programas ou outras atividades diretamente ligadas à emissora. A rádio se manteria, portanto, com os mesmos recursos desde a sua implantação.

Além do dinheiro direcionado à rádio por meio daquele fundo, os locutores ainda poderiam receber, individualmente, 50% do valor referente aos apoios culturais que comercializassem para serem veiculados em seus programas. O restante dos recursos obtidos com os apoios seria revertido para a emissora. Contudo, desde o início das atividades da Rádio Comunitária de Heliópolis, fora o trabalho voluntário que garantiu as ações da rádio. Alguns dos locutores não remunerados teriam criticado a direção da Unas em discursos registrados em produções acadêmicas, alegando que a rádio não receberia a atenção devida, ficando em segundo plano em relação aos demais projetos desenvolvidos em Heliópolis (FANTON, 2011, p.107 e 108).

A principal mudança verificada após a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis diz respeito ao distanciamento de sua equipe em relação à Oboré e demais entidades que foram parceiras na obtenção da autorização para o funcionamento da emissora. Tal fato a distanciaria de projetos que também estariam ligados à democratização da comunicação social. Já a programação continuara com o mesmo perfil dos seus primeiros anos de atividades, aliando ações de prestação de serviços e utilidade pública, com inserções de apoios culturais, programação musical temática e de canções comuns às rádios comerciais. Enfim, o caminho percorrido pela equipe da Rádio Comunitária de Heliópolis nas trilhas da defesa de uma democratização da comunicação social no Brasil se voltara apenas ao âmbito de sua existência e parte de sua prática, ficando longe, portanto, dos anseios e expectativas

⁶⁵ GOMES, Op, cit., p.232.

dos diversos agentes, coletivos ou individuais, que outrora compuseram uma corrente de apoio à causa da emissora da Cidade do Sol.

Considerações finais

4 – Considerações finais

A compreensão histórica sobre a trajetória da Rádio Comunitária de Heliópolis evidencia que esta fora composta por favorecimentos e entraves constantes, bem como revela que a manutenção dos princípios em que se baseia a comunicação comunitária é facilitada a partir da vinculação dos agentes de comunidades que mantêm veículos desse gênero com aqueles que defendem a concreta democratização da comunicação social no quadro político e midiático. Tal vinculação deve seguir em sintonia antes e durante a luta enfrentada pela comunidade em favor da efetivação do direito à comunicação e, não menos importante, após tal conquista, ou seja, nesse caso específico, com a rádio regularizada.

Com base no levantamento dos dados históricos referentes à Rádio Comunitária de Heliópolis, confirma-se a hipótese de que a legislação, bem como a configuração política e midiática do país trazem empecilhos à regularização de rádios comunitárias e, portanto, à democratização das comunicações. No entanto, o esforço coletivo de organização interna das lideranças do veículo comunitário, ainda que em meio a divergências e desentendimentos quanto a caminhos e ritmos a empreender, como foi o caso da Rádio Comunitária de Heliópolis, revelou-se como um fator crucial para a obtenção de vínculos e apoios com grupos envolvidos com a luta pela democratização da comunicação e pelo avanço da comunicação comunitária no Brasil.

A regulamentação de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis fora obtida com o respaldo do aporte político que as lideranças daquela favela já possuíam em seu histórico de atuação. Tal fato teria sido importante para despertar a atenção de grupos organizados dispostos a atuar em seu favor na busca pela regularização da rádio. Além disso, houve a influência de outros dois fatores, transcendentais às ações empreendidas nos limites da favela, para que a Rádio Comunitária de Heliópolis fosse regularizada. O primeiro deles foi o da associação dos integrantes daquela emissora com um grupo já articulado nacionalmente em favor da democratização das comunicações e pela defesa das rádios comunitárias, o qual era liderado pela Amarc/Oboré e envolvia políticos, membros do campo universitário e de entidades sociais variadas. O segundo fator, talvez o mais decisivo, se configuraria no apoio destinado àquela emissora e o interesse pela sua regularização por parte do próprio presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, então movido tanto por seu envolvimento emotivo com aquela localidade, onde passara parte de sua juventude e registrara suas lembranças de início na militância sindical, quanto por motivos políticos circunstanciais, ou seja, o

enfrentamento ao que ele e seus partidários consideravam como vínculo de parte da grande mídia nacional com a oposição político-partidária ao seu governo.

A substancialidade política das lideranças da Favela de Heliópolis se consolidara por meio do histórico de resistência e de mobilização do grupo que, desde o início da formação da favela, liderou as articulações junto ao Poder Público Municipal em reivindicações por melhores condições de moradia. Tal fortalecimento organizativo, posteriormente, fora importante para a criação do sistema de comunicação via rádio-poste, implantado na localidade sob a influência da ação das CEBs. Tais procedimentos se desdobrariam, no final dos anos de 1990, na criação da Rádio Comunitária de Heliópolis. Vínculos com diversas instâncias políticas, religiosas e de militância em defesa da democratização das comunicações favoreceram a configuração da emissora como um instrumento de organização dos moradores da favela, além de ser uma forma de entretenimento e de livre expressão de seus moradores, sendo ainda um espaço político de enfrentamento à violência, comum àquela localidade desde a sua formação.

Contudo, mesmo havendo fatores que favoreceram o andamento do processo que resultou na permissão do governo federal para a atuação da Rádio Comunitária de Heliópolis e demais emissoras em São Paulo, disputas no âmbito da política nacional e paulista emperraram aquelas iniciativas em diferentes momentos. Até mesmo o fechamento da rádio pela Polícia Federal e pela Anatel, em agosto de 2006, fora resultante de fatores relativos à política nacional e paulista, devido à campanha eleitoral para a Presidência da República e governos estaduais que se realizaria naquele ano.

A interrupção de funcionamento da emissora despertara severos questionamentos por parte de seus integrantes e de entidades que defendiam as rádios comunitárias em São Paulo, os quais avaliavam que a iniciativa tinha fundo eleitoral. Porém, ainda que tivesse resultado na apreensão de equipamentos e em penalidades aos seus responsáveis, o fechamento da emissora acabara por ser importante para desencadear uma mobilização mais efetiva das lideranças e equipe da rádio na obtenção da autorização de funcionamento daquele veículo de comunicação. Importância reconhecida por algumas das lideranças e membros da equipe da emissora.

Antes das sanções da Polícia Federal e Anatel, os integrantes da Rádio Comunitária de Heliópolis não acreditavam que poderiam ser impedidos legalmente de continuarem com as transmissões, embora estivessem atuando fora dos padrões da legislação vigente e, portanto, não seguissem integralmente as determinações da Lei da Radiodifusão Comunitária. Assim, os membros da equipe mantinham certa “tranquilidade” na espera pela regularização da rádio.

Desde 1999, quando fora encaminhado o documento em que as lideranças de Heliópolis manifestavam interesse pela regularização daquela emissora, não houvera mais ações concretas específicas na busca por essa medida. Parte dos integrantes da rádio acreditava que aquela simples manifestação de interesse fosse suficiente para que a emissora pudesse ser considerada legal, ainda que passasse por um processo bastante lento, como ocorria. Ademais, como reconhecem algumas das lideranças da rádio, a “tranquilidade” daquela equipe se acentuava na medida em que a emissora contava publicamente com o apoio de diversas entidades de representação, como Amarc, Abraço, Intervozes, entre outras. Ademais, aquela postura era reforçada em decorrência da equipe acreditar que a maneira que empregava para conduzir a emissora estivesse em conformidade com os preceitos da lei específica sobre a radiodifusão comunitária. Percepção que era comprovada para eles com o fato de a rádio ter obtido importante respaldo do governo federal ao receber, via Ministério da Cultura, incentivo financeiro por meio do reconhecimento da rádio como um Ponto de Cultura, em 2005.

A configuração de apoio obtido junto a entidades externas à favela fora formatada a partir da participação dos integrantes da emissora na organização de eventos, os quais discutiam a conjuntura das comunicações e da radiodifusão no Brasil e em São Paulo, bem como analisavam a realidade das emissoras diante da legislação vigente no país. Diversas participações em congressos de entidades de classe e universitários favoreceram a exposição da história da Rádio Comunitária de Heliópolis, a qual viria a ser reconhecida nesses meios como uma referência de militância e organização popular. Essa atuação dava visibilidade e estabelecia vínculos com dezenas de representações populares, as quais, posteriormente, seriam importantes para a obtenção da regularização da rádio.

Os entraves presentes na trajetória de regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis foram causados por questões técnicas e políticas, entretanto, a condução cotidiana do veículo também fora envolta em problemas. Os critérios de funcionamento constantes na legislação levaram os integrantes da rádio a impasses, derivados, principalmente, do custeio da emissora. A forma de voluntariado prevista na lei, a qual restringe a obtenção de patrocínios, é uma realidade difícil de ser alcançada na prática, como revela a trajetória da Rádio Comunitária de Heliópolis, mas que também é comum, até onde se sabe, em suas congêneres. Além disso, os confrontos de ideias pertinentes à ação coletiva, não raras vezes, geram desentendimentos entre os integrantes da rádio. As gestões de foro individual ou desavenças ocorridas entre os participantes da Rádio Comunitária de Heliópolis resultaram no afastamento e na redução momentânea do quadro de voluntários da emissora. Situações de desentendimentos foram verificadas, nesse caso, tanto na maneira como a coordenação era conduzida por Gerô, de

forma autoritária e impositiva, ainda que frutífera do ponto de vista de articulação política, quanto no fato que resultou no estremecimento do vínculo de parte da diretoria da Unas com Sérgio Gomes, entre outros fatores.

Além disso, a trajetória de negociações e articulações que culminaram na regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis também fora composta por impasses ocorridos nos bastidores das organizações governamentais, principalmente entre aquelas coordenadas por representações partidárias opositoras, como o PT e o PSDB, tanto no período de fechamento da emissora quanto durante as negociações para o seu retorno ao ar. Se por um lado havia ações em Brasília que acenavam para um possível avanço nas ações favoráveis à Rádio Comunitária de Heliópolis, de outro, alguns setores vinculados ao governo, em São Paulo, atuavam de maneira contrária.

Se a influência do presidente Lula para a obtenção de autorização de funcionamento da Rádio Comunitária de Heliópolis fora decisiva, no entanto, esta foi gestada e empreendida entre marchas e contramarchas da política do seu governo para o setor da comunicação. Ainda que o tema da democratização das comunicações estivesse presente em alguns dos discursos de Lula, desde o seu primeiro governo, as escolhas dos titulares do MiniCom, o qual seria responsável pela implantação de políticas públicas favoráveis a radiodifusão comunitária, foram decisivas para que os desdobramentos relacionados ao setor não avançassem. Isso porque Lula teria optado por indicar políticos para o cargo de ministro da Comunicação com perfis pouco afeitos aos reais anseios da democratização das comunicações e a radiodifusão comunitária, dada a necessidade de ampliação da base aliada de seu governo para ter apoio nas votações do Congresso. Sem ter à frente da pasta um ministro que tivesse um envolvimento com questões da comunicação comunitária, as ações de implantação de políticas públicas favoráveis ao setor se revelaram bastante restritas.

Dessa forma, é lícito conjecturar que o presidente Lula optara por adotar o incentivo pontual à Rádio Comunitária de Heliópolis, com o seu apoio personalista em favor da regularização daquela emissora, em detrimento à criação de políticas públicas efetivas para o setor, emperradas por pressões políticas e de grandes conglomerados comunicacionais. Ainda que o governo Lula acenasse com o incentivo da criação de pelo menos uma emissora comunitária em todos os Pontos de Cultura implantados no país, tal intenção não ganhou grande proporção, pelo menos naquele momento. Contudo, avisos de habilitações foram publicados nos anos seguintes para municípios que ainda não possuíam nenhuma emissora comunitária.

Sem condições de realizar uma política que alterasse a legislação das rádios comunitárias de uma forma geral e satisfatória às reivindicações pela democratização das comunicações, o presidente Lula intensificou seus esforços para legalizar a Rádio Comunitária de Heliópolis. Obviamente, tratava-se de rádio cuja trajetória para criação e manutenção era conhecida e reconhecida por círculos que lutavam pela democratização da comunicação e o avanço da radiodifusão comunitária. Visibilidade e reconhecimento obtidos pela rádio justamente pela vinculação de suas lideranças e sua equipe com a Oboré/Amarc e políticos envolvidos com essa questão.

O processo de democratização das comunicações ainda é um fato inacabado em nosso país, situação que, para ser alterada, exige ainda muito empenho e empreendimento da sociedade brasileira. Da mesma forma é a trajetória da Rádio Comunitária de Heliópolis, cuja fase inicial fora tratada nesta dissertação, a qual também está inserida em um processo inconcluso, ainda que a emissora siga atualmente envolta por ruídos interpostos a alguns princípios fundamentais da radiodifusão comunitária e sem sintonia no *dial* da luta pela democratização da produção informativa no Brasil.

Fontes

5. Fontes

5.1 – Entrevistas

FARIAS, Delmiro Monteiro de (Maranhão). *Entrevista para esta dissertação*. Heliópolis/São Paulo, 27 de junho de 2012.

GOMES, Sérgio. *Entrevista para esta dissertação*. Vila Buarque/São Paulo, 28 de junho de 2012.

SILVA, Nazareno Antônio da, (Buiú). *Entrevista para esta dissertação*. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012.

GONÇALVES, Reginaldo. *Entrevista para esta dissertação*. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012.

OLIVEIRA, Danilo Barreto de, (Mano Zóio). *Entrevista para esta dissertação*. Heliópolis/São Paulo, 26 de junho de 2012.

BARBOSA, Geronino (Gerô). *Entrevista para esta dissertação*. Heliópolis/São Paulo, 27 de junho de 2012.

5.2 – Trechos de audiovisual

BRANT, João. *Entrevista ao documentário “Democratização FM”, produzido pela faculdade Cásper Líbero, em 2008.*

CALA BOCA JÁ MORREU. *O fechamento da Rádio Heliópolis*. Vídeo documentário realizado pela GENS/Cala Boca Já Morreu. São Paulo, 2006.

CALA BOCA JÁ MORREU. *A Reabertura da Rádio Heliópolis*. Vídeo documentário realizado pela GENS/Cala Boca Já Morreu. Duração: 8: 49 min. São Paulo, 2007.

DEMOCRATIZAÇÃO FM. Documentário com duração de 1h12. Direção, roteiro, montagem e produção: Lucas Krauss. Edição e finalização: Luiz Castiglioni. Tratamento de áudio: Sammy Farah. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2008.

GOMES, Sérgio. *Entrevista ao documentário “Democratização FM”, produzido pela faculdade Cásper Líbero, em 2008.*

MEMÓRIAS DE HELIÓPOLIS. *Depoimento de Genésia Ferreira da Silva Miranda*. Parceria Unas - Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis - Prefeitura. Entrevista em vídeo realizada em 17 de agosto de 2012. Duração: 12 min. São Paulo, 2012.

MEMÓRIAS DE HELIÓPOLIS. *Depoimento de João Miranda Neto*. Parceria Unas - Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis - Prefeitura. Entrevista em vídeo realizada em 17 de agosto de 2012. Duração: 11:01 min. São Paulo, 2012b.

NEVES, Cláudia. *Radio Comunitária Heliópolis*. São Paulo, 2008. Vídeo Youtube. Acesso em outubro de 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=jNai40undpg&feature=related>.

PROJETO “CALA BOCA JÁ MORREU”. *Entrevista com João Miranda Neto*. Duração 9:45. Realização: Projeto “Cala Boca Já Morreu” em parceria com Gens – Serviços Educacionais e Reflex de Teto. Acesso em novembro de 2010. Disponível no Youtube, endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=niKvfzyQCwU>.

SOARES, Donizete. *Video-documentário sobre o fechamento de Heliópolis*. Oboré/Notícias/Acontece. Publicado em 07 de novembro de 2006. Acesso julho de 2010. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=998>.

5.3 - Legislação

BRASIL. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.668. Partido dos Trabalhadores. Brasília, DF, Senado, 1997.

BRASIL. Constituição de 1988. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 2.108 . Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Presidência da República, 1.996.

BRASIL. Decreto nº 2.615. *Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária*. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Presidência da República, 1.998.

BRASIL. Decreto nº 4.901. *Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD*. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2003.

BRASIL. Lei do Cabo nº 8.977. *Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo*. Brasília, DF, Senado, 1995.

BRASIL. *Lei da Radiodifusão Comunitária* nº 9.612. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. *Lei Geral de Telecomunicações* nº 9.472. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1997.

BRASIL. Lei nº 10.871. *Criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras*. Senado. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. *Medida Provisória* Nº 2.143-33. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Presidência da República, 2001.

BRASIL. *Norma Complementar* n.º 1/2004 - Serviço de Radiodifusão Comunitária. Brasília, DF, Presidência da República, 2004.

5.4 – Documentos oficiais

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. *Autorização para execução do Serviço Especial para Fins Científicos Experimentais*. Brasília, 06 de novembro de 2006.

_____. *Consulta Pública* n.º 475: Proposta de revisão do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada para ampliação da faixa de radiodifusão sonora de 87,8 a 108 MHz, para 87,4 a 108 MHz. Brasília, 09 de Outubro de 2003.

_____. *Ofício* nº 219/2005 – Notificação de denúncia. São Paulo, 14 de janeiro de 2005.

CARVALHO, Joaquim. *Audiência Pública* - 15 de março de 2007. In: Relatório preliminar da subcomissão especial destinada a analisar mudanças nas normas de apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Brasília, 2007.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCTCI. *Relatório preliminar da subcomissão especial destinada a analisar mudanças nas normas de apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão ou*

autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Brasília, DF, Câmara dos Deputados, 2007.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Aviso nº 3/2006 – *Aviso de Habilitação para inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nas localidades e canais constantes no anexo 1*. Nº 234. Seção 3. ISSN 1677-7069. Brasília, Quinta-feira, 07 de dezembro de 2006.

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. *Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária para UNAS - União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco*. Brasília, março de 2009, p. 6709-6716.

FÓRUM DEMOCRACIA NA COMUNICAÇÃO. *Lei Da Informação Democrática. Cartilha explicativa sobre o projeto enviado para votação no plenário*. São Paulo, 1993.

LINS, Bernardo. F. E., *Análise comparativa de políticas públicas de comunicação social*. Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *Ofício nº 1475/99-DMC/SP*. Resposta ao processo nº 53830.001236/99. São Paulo, 23 de agosto de 1999

_____. *Ofício Circular 02/2006*. Comunicado de recadastramento. Brasília, 19 de outubro de 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela*. São Paulo, 24 de maio de 2007a.

_____. *Réplica às contestações da ação civil pública com pedido de antecipação de tutela*. São Paulo, 29 de outubro de 2007b.

_____. *Ata da 8ª Sessão Ordinária da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão Consumidor e Ordem Econômica*. São Paulo, 2008.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Lei 202/2011 – *Cria o ConRadCom - Conselho de Radiodifusão Comunitária de São Paulo*. São Paulo, 2011.

SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Ponto de Cultura da Comunidade de Heliópolis*. São Paulo, 03 de outubro de 2005.

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos relativos a obras do PAC da cidade de São Paulo, de contrato para despoluição de manancial de água das represas Billings e Guarapiranga, de contrato da Linha Verde do Metrô e de autorização da Rádio Comunitária de Heliópolis*. São Paulo, 20 de maio de 2008.

SILVEIRA, Paulo Fernando. *Ata da Reunião realizada na Câmara Municipal de São Paulo em 27 de setembro de 1999*. Departamento técnico de taquigrafia DT-10. (Fórum Democracia na Comunicação).

UNESCO. *Um Mundo e Muitas Vozes – comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

5.5 – Artigos em periódicos

BERGER, Christa. *Mais democracia na mídia*. Publicação mensal da Seção Sindical dos Docentes da UFSM/ANDES. Março, 2008, p.10.

CAMPOLIM, Ricardo. Saída pelo judiciário. In: *Piratas, Comunitárias ou o que?* Revista Imprensa número 144, ano XIII, 1999.

CARTA CAPITAL. *Conglomerados: o que é grande pode ficar maior*. Especial Caros Amigos – Mídia, a grande batalha para a democracia. Ano XV, número 52, abril. São Paulo: Casa Amarela, 2011.

CARVALHO, Joaquim. *Repressão e burocracia ameaçam as rádios comunitárias*. Agência Carta Maior, janeiro de 2006.

CEFÚRIA. *Querem calar a voz do povo II - A violência contra as rádios comunitárias no Brasil*. Dossiê em favor das rádios comunitárias. Fevereiro de 2005. Acessado em 15 de abril 2011. Disponível em <http://www.cefuria.org.br/doc/dossieradcom.pdf>.

DANTAS, Marcos. *Mutações na comunicação*. Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 03, número 29, dezembro. São Paulo: Instituto Pólis, 2009, p.30.

IZIDORO, Alencar. *Em Congonhas, temor é com rádios piratas*. Folha de S. Paulo. Cotidiano. 02 de novembro de 2006.

LEAL FILHO, Laurindo. *Uma dívida histórica do Estado com a sociedade*. Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 3, número 29, dezembro, p.32. Instituto Pólis: São Paulo, 2009.

NOGUEIRA, Ricardo. *Afinal, RadCom derruba avião?* Pautas malditas. Revista Imprensa, número 144, ano XIII, 1999.

O ESTADO DE S.PAULO. *Rádios Clandestinas*. Editorial. São Paulo, edição de 07 de agosto de 2006.

REVISTA FÓRUM. *Qual o medo de uma conferência das comunicações?* Ano 05. Setembro, nº 54. p. 26-27. São Paulo: Publisher, 2007.

ROCHA, José Carlos. *Entrevista José Carlos Rocha*. Boletim A Classe Operária. Edição de 25 de outubro de 1993.

VENCESLAU, Pedro. *Uma batalha desigual*. Revista Fórum. Ano 05. Setembro, nº 54. p. 26-27. São Paulo: Publisher, 2007.

5.6 – Documentos da Oboré, Rádio Comunitária de Heliópolis e Unas

OBORÉ. *Em nome da verdade: Rádios comunitárias na cidade de São Paulo: um balanço do processo de legalização*. São Paulo, 8 de setembro de 2008.

RÁDIO POPULAR DE HELIÓPOLIS. *Projeto para profissionalização da Rádio Popular*. São Paulo, 1990/1991.

RÁDIO HELIÓPOLIS. *Um projeto de vida, paz e amor para as futuras gerações. Projeto elaborado pela direção da rádio para ser utilizado na arrecadação de recursos à emissora*. São Paulo, s/d.

UNAS/PUC. *Termo de cooperação técnica “Em defesa dos direitos do cidadão”*. Documento de formalização da parceria entre a Unas e a PUC. São Paulo, 07 de agosto de 2004.

UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES DE HELIÓPOLIS E SÃO JOÃO CLÍMACO. *Solicitação de demonstração de interesse para o serviço de radiodifusão comunitária*. São Paulo, 10 de junho de 1999.

5.7 – Artigos na internet

ANDI. *Mídia e políticas públicas de comunicação*. Brasília: Andi, 2007. Disponível para download em: http://www.andi.org.br/sites/default/files/midia%20e%20ppcom_ppc.pdf.

AUGUSTO, Heitor. *Após um ano, Rádio Heliópolis volta ao ar*. Coluna Gilberto Dimenstein-jornalismo comunitário – Folha de S.Paulo. São Paulo, 13 de julho de 2007. Acesso em janeiro de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd130807b.htm>

BRITTOS, Valério Cruz; NAZARIO, Paola Madeira; SIMÕES, Denis Gerson. *Conselho de Comunicação social: possibilidades e limites*, UNIrevista, vol.1, nº3, julho de 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Brittos.PDF. Acesso realizado em 10 julho de 2011.

BRUNO, Terlânia. *No terraço do Copan, o piquenique da vitória!* Oboré/ Acontece/Notícias. São Paulo, 2005a. Acesso em janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=744>.

CABRAL, Adilson. *Para concretizar a sociedade do conhecimento*. Revista Sete Pontos. Publicação on line de Santa Catarina. Artigo publicado em julho de 2005. Disponível em <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/25/tresministros.htm> . Acesso em 10 de setembro de 2011.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. *Rádios Comunitárias - 9ª Mesa de Trabalho com o Ministério das Comunicações*. São Paulo, abril de 2007. Acesso em maio de 2011. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/04/377982.shtml>.

GLASS, Verena. *PF fecha Rádio Heliópolis em SP; local é Ponto de Cultura do MinC*. Repórter Brasil, 21 de junho de 2006. Acesso em janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=674>.

HETTE, Solange; PAOLETTI, Ricardo. *Ministério das Comunicações participa da 10ª Mesa de Trabalho em São Paulo*. Oboré/ Rádios Comunitárias. São Paulo, maio de 2007. Acesso em abril de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1165>.

KRAUSS, Lucas; CHARÃO, Cristina. *Entidades pressionam governo a agilizar legalização em SP*. Observatório do Direito a Comunicação. São Paulo, 2008. Acesso em maio de 2011. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2975.

KWAK, Gabriel; KRAUSS, Lucas. *Rádio Heliópolis, a volta por cima*. Oboré/Notícia/Acontece. São Paulo, agosto de 2007. Acesso em março de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1211>.

LIMA, Venício A. de,. *Existe concentração na mídia brasileira? Sim*. Observatório da Imprensa. Publicação em 01/07/2003. Acesso em 20 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/plq010720031.htm>.

_____. *Regulação da mídia: de volta ao passado*. Portal Carta Maior, 28/11/2011. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?colunai_d=5328.

LUZ, Dioclécio. *Os 10 anos de uma lei troncha*. Observatório da Imprensa. 26 de fevereiro de 2008, edição 474. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os-10-anos-de-uma-lei-troncha>. Acesso em janeiro de 2011.

MARINI, Ana Rita. *Falta de políticas atravanca o processo*. Observatório da Imprensa. São paulo, 2007, edição 428. Acesso em 13 de outubro de 2011. Disponível: em http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/falta_de_politicas_atravanca_o_processo

MERLI, Daniel. *Justiça Federal considera que operar rádio comunitária não é crime*. Jornal Brasil de Fato. São Paulo, 13 de julho de 2007, p.1. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/632>. Acesso em novembro de 2011.

OBORÉ. *Políticos marcam presença no Curso sobre Saúde Pública, na FSP/USP*. Núcleo de Cursos/Formação/Curso de Informação sobre saúde pública para Radiocomunicadores. São

Paulo, 2001, p.2. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: http://www.obore.com.br/cms-conteudo/83_apresentacao.asp.

_____. *Onda Cidadã* - São Paulo - I Edição. Núcleo de Cursos/Formação/Onda Cidadã. São Paulo, 2003, p.1. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: http://www.obore.com.br/cms-conteudo/121_saopaulo_i_edicao_apresentacao.asp.

_____. *Fóruns de Avaliação e Planejamento da Rádio Heliópolis*. Núcleo de Cursos/Formação/Fóruns de Avaliação de Heliópolis. São Paulo, 2004, p.2. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: http://www.obore.com.br/cms-conteudo/122_apresentacao.asp.

_____. *1º Fórum de Avaliação e Planejamento da Rádio Heliópolis*. Núcleo de Cursos/Formação/Fóruns de Avaliação de Heliópolis. São Paulo, 2004b, p.1. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: http://www.obore.com.br/cms-conteudo/122_apresentacao.asp

_____. *Veja como foi o segundo Fórum de Heliópolis*. Núcleo de Cursos/Formação/Fóruns de Avaliação de Heliópolis. São Paulo, 2004c, p.1. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=518>.

_____. *Rádio Heliópolis: perto da legalização*. Notícias/Acontece. São Paulo, 2005, p.1. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=646>.

_____. *Compromisso com as rádios comunitárias de São Paulo é uma questão de honra!* Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, 2007, p.1. Acesso em janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1105>.

_____. *Rádio Heliópolis volta ao ar!* Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, 2007b, p.3. Acesso em janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1211>.

_____. *Incongruências às claras*. Oboré/Rádios Comunitárias. São Paulo, 2007c, p.2. Acesso em março de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1224>.

_____. *Mesa de Trabalho reúne 70 pessoas na Câmara Municipal*. Oboré/Notícia/Acontece. São Paulo, 2007, p.3. Acesso em abril de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1199>.

_____. *Entidades se mobilizam para legalização de rádios comunitárias*. Oboré/Notícias/Acontece. São Paulo, 2008, p.1. Acesso em dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1285>.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *Rádio comunitária é legal*. Fórum Libertário em Defesa das Rádios e Tvs Comunitárias. Democracia no ar. 12/06/2007, edição 437. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/radio_comunitaria_e_legal. Acesso em 10 de março de 2011.

PIPINIS, Vanessa; BRUNO, Terlânia. *Polícia Federal e Anatel fecham Rádio Heliópolis*. Oboré/Notícias/Acontece. Publicado em 20 de julho de 2006. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=994>.

PIPINIS, Vanessa. *Rádio Heliópolis aguarda solução para voltar ao ar*. Oboré/Notícias/Acontece. Publicado em 27 de julho de 2006. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=999>.

_____. *Cadê Canal para Capital?* Oboré/Notícias/Acontece. Publicado em 06 de novembro de 2006b. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1066>.

_____. *Aviso de Habilitação para São Paulo já tem data e critérios definidos*. Oboré/Notícias/Acontece. Publicado em 14 de novembro de 2006c. Acesso em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1073>.

RAMOS, Murilo; BAYMA, Israel, e LUZ, Dioclécio. *Por Políticas Democráticas de Comunicação*. Observatório do Direito à Comunicação. Observatório do Direito À Comunicação. Documentos. Março de 2001.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. *Manter rádio comunitária clandestina é crime*. Edição de 24 de fevereiro de 2006. Disponível no site http://www.conjur.com.br/2006-fev-24/manter_radio_comunitaria_clandestina_crime. Acesso em 23 de julho de 2011.

SADA, Juliana; DELMANTO, Júlio. *Segundo técnicos, interferência das rádios comerciais é maior*. Observatório do Direito à Comunicação – Aeroportos. 05.06.2007. Disponível em http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=632. Acesso em 20 de novembro de 2011.

SANTOS, José Milton. *A democratização da comunicação nos discursos da sociedade civil brasileira - 1974/1994*. Belo Horizonte - Cobrecom - (Congresso Brasileiro dos Estudantes de Comunicação), 2010. Disponível em: www.enecos.org/cobrecos2001/democratizacao1.doc. Acesso em junho de 2011.

SANTOS, Pedro. *Resenha: Uma onda no ar (2002)*. ObjETHOS - Observatório da Ética Jornalística. Publicada em novembro de 2010. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (POSJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina. Acesso em outubro de 2011. Disponível no endereço eletrônico: <http://objethos.wordpress.com/2010/11/10/resenha-uma-onda-no-ar-2002>

SANTOS, Suzy dos. *Nem só de samba e futebol vivem as tradições históricas brasileiras: O coronelismo eletrônico como herança do coronelismo*. Espanha - 2006. IX Congresso Ibercom. Disponível em: <http://www.hapaxmedia.net/ibercom/pdf/DosSantosSuzy.pdf>. Acesso: 13 de fev. 2008.

SANTUÁRIO SANTA EDWIGES. *História da Paróquia e Santuário* - Padre Eurico Dedino. São Paulo, 2005. Acesso em meio de 2012. Disponível em: <http://santuariosantaedwiges.com.br/historia/padre-eurico-dedino>).

UNESCO/UMESP. - *Visita a Heliópolis* - Rádio Cidade do Sol - 102,3 FM. IV Curso Internacional para o Desenvolvimento Regional: REGIOCOM/99. "Rádio, Cidadania e Serviço Público". Cátedra UNESCO/UMESP. São Bernardo, 1999. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/regiocom99/visitas1.htm>

VIEIRA JR., Vilson. *Oligopólio na comunicação: um Brasil de poucos*. Observatório do Direito à Comunicação, 2007. Acesso - setembro de 2011. Conteúdo disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=342&Itemid=9999999.

Referências bibliográficas

6 - Referências Bibliográficas

- AFONSO, Maria Rita Teixeira. *Mídia e comunidade: estudo sobre produção e recepção da rádio Heliópolis FM*. Dissertação em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo, 2007.
- BOLAÑO, César. *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?* São Paulo: Paulus, 2007.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil*. Revista Análise Social, volume XXIX, (127), (3.º), 711-732. São Paulo, 1994.
- BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi – Associação Vermelho, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANDÃO, M. Fátima; FEIJÓ, Rui Graça. *Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas*. Revista Análise Social, vol. XX (83), 1984-4.º, 489-503. Comunicação apresentada ao Grupo C25 do VIII Congresso Internacional de História Económica, Budapeste. 1982.
- BRECHT, Bertold. *Teorias de la radio (1927-1932)*, EPTIC, v. V, No. 2, p. 6-17, 2003.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUSETTO, Áureo. *A Mídia Brasileira como Objeto da História Política: perspectivas teóricas e fontes*. IN: SEBRIAN, R. N. N. et. al. (org.). *Dimensões da Política na Historiografia*. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- CALDAS, Graça. *O Latifúndio do Ar: Mídia e Poder na Nova República (1985-1989)*. E-book - Cátedra Unesco/Metodista, 2011.
- CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1986.
- CAVALCANTE, Andréa Pinheiro Paiva. *A Escuta Popular da Rádio Comunitária do Edson Queiroz - estudo introdutório sobre a produção do sujeito no espaço da periferia*. Dissertação em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

CHAVEAU, A.; TÉTART, P. Questões para a história do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P.(Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

COELHO NETO, Armando. *Rádio comunitária não é crime – direito de antena: espectro eletromagnético como bem difuso*. São Paulo, Ícone, 2002.

COGO, Denise. *No ar uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.

FANTON, Hugo. *Participação social, saúde e radiocomunicação comunitária: uma discussão sobre limites e possibilidades de ampliação das bases sociais da Reforma Sanitária Brasileira*. Dissertação em Saúde Pública pela USP. São Paulo, 2010.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. *História da comunicação - rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

FERNANDES, Florestan. *A constituição inacabada – vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989, p. 105.

FERREIRA, Cláudia; BONAN, Cláudia. Movimentando-se nos Espaços da Política, da Economia, da Cultura e da Intimidade. In: *Mulheres e Movimentos*. Aeroplano Editora e Consultoria Ltda, Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA, Helder Rogério Sant’Ana. *Classes populares, polícia e punição*. Dissertação de Mestrado em Sociologia pela USP. São Paulo, 2002.

FERREIRA, Marieta. *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

_____, M. M.; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FERREIRA JR., José R. *Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual*. São Paulo: Senac, 2002.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p.9-30.

FIGUEIREDO, F. ; GIGLIO, I. Políticas públicas de comunicação. In: PRAÇA, S e DINIZ, S. (Orgs). *Vinte anos de Constituição*. São Paulo: Paulus, 2008. p.201-226.

FISCHER, Desmond. *O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade*. Trad: Luiz Roberto S. Seabra Malta. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FRANK, Robert. Questões para as Fontes do Presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

GOMES, Ana Luísa Zaniboni. *Na boca do rádio: o radialista e as políticas públicas*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild / Oboré, 2007.189p.

GUSDORF, Georges. Condiciones y límites de la autobiografía. In: *La autobiografía y sus problemas teóricos*. Suplementos Anthropos 29. Madrid, diciembre, 1991.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

INSTITUTO POLIS. *Moradia não é só casa*. Projeto Escola da cidadania. São Paulo, 2003.

INTERVOZES. Informativo. *Concessões de rádios e TV: onde a democracia ainda não chegou*. São Paulo. Novembro, 2007.

_____. *Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso Brasileiro*. Vários autores. São Paulo : Paulus, Intervozes, 2009.

_____. *Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação*. 1ª. ed. São Paulo: Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2010.

JEANNENEY, Jean-Nöel. *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar, 1996.

LIEDTKE, Paulo Fernando. *O movimento pela democratização da comunicação no Brasil: os embates entre o Estado, as empresas de mídia e a sociedade civil*. Anais do II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

LIMA, Eduardo de Campos. *Formação da Rede Vida de Televisão: entre a política brasileira de concessões televisivas e as diretrizes católicas de comunicação social, 1989-1995*.

Dissertação em História defendida pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2010.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar. *Rádios comunitárias - coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como moedas de barganha*. Observatório da imprensa/PROJOR. Rio de Janeiro: junho, 2007.

LIMA, Venício A. de., *As concessões de radiodifusão como moeda de Barganha política*. Revista Adusp. São Paulo, Janeiro de 2008.

LOPES, Cristiano Aguiar. *Políticas públicas de radiodifusão comunitária no Brasil: exclusão como estratégia de contra-reforma*. Dissertação de mestrado em Comunicação. UNB: Brasília, 2005.

LÓPEZ VIGIL, José Ignacio. *Manual urgente para radialistas apaixonados*. São Paulo: Paulinas, 2003.

LUZ, Dioclécio. *Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo*. 2ª ed. Brasília: [s.n.], 2004.

_____. *A arte de pensar e fazer rádios comunitárias*. Brasília: [s.n.], 2008.

_____. *Radiojornalismo nas rádios comunitárias: conceitos e práticas*. Dissertação em Comunicação defendida pela Universidade de Brasília (UNB) em Comunicação Social. 2011.

MACHADO, A.; MAGRI C.; MASAGÃO, M. *Rádios Livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MARINGONI, Gilberto – *Comunicações na América Latina: progresso tecnológico, difusão e concentração de capital (1870-2008)* in: *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil*. Brasília: Ipea, 2010.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *Histórias das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto: 2007.

MEKSENAS, Paulo. *Cidadania, poder e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MELIANE NUNES, Márcia Aparecida. *Rádios Livres: O Outro Lado da Voz do Brasil*. Dissertação em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

MIANI, Rozinaldo Antônio. *Comunicação comunitária: uma alternativa política ao monopólio midiático*. 1º Encontro da Ulepicc-Brasil: Economia política da comunicação – interfaces sociais e acadêmicas do Brasil. 18 a 20 de outubro de 2006. Niterói – IACS-UFF.

_____. *Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático*. E-ISSN 1807-8583. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011.

MOTTER, Paulino (1994). O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. In: *Comunicação & política*; Vol. I, nº. 1, agosto-novembro; p. 89- 115.

MOURÃO BAHIA, Lílian. *Rádios comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública*. Belo Horizonte: Antêntica Editora, 2008.

MUNÔZ, Germán. Formação de comunicadores comunitários: experiências colombianas. In: MELO, José Marques de. (Org.) *Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise*. Campinas: Papirus, 1989.

OLIVEIRA, Marco Davi de. *Fé e transformação social: a influência da religião no movimento de moradia na Favela de Heliópolis —1970-1993*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião pela Faculdade Metodista, São Bernardo do Campo, 2010.

OLIVEIRA, V.C. Comunicação, identidade e mobilização social na Era da Informação. In: *Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão?* PERUZZO, Cícilia M. e BRITTES, Juçara. (Orgs.). São Paulo: Intercom, 2002. p. 57-78 Coleção Intercom de Comunicação, v. 14.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

OSMAR, Fábio; CRISTINA, Joice. *Rádio Comunitária Heliópolis: além do alcance das antenas*. 2ª versão. São Paulo: F&J editoras, 2004.

PATARRA, Ivo. *O governo Luiza Erundina – cronologia de quatro anos de administração do PT na cidade de São Paulo (1989-1992)*. Geração Editorial: São Paulo, 1996.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *O retomo da comunidade: os novos caminhos do social*. (Org.) prefácio Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X. 2007.

PEREIRA, Moacir. *A democratização da comunicação: o direito à informação na Constituinte*. São Paulo: Global, 1987.

PEREIRA, Raimundo R.. *Viva a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa*. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p.53-79.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. *Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil*. Paper apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, set. 1998.

_____. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. Anuário Unesco/Umesp de comunicação regional. São Bernardo do Campo: Umesp, 2003. n.6, p.51-78.

_____. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004. 342 p.

_____. *Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania*. LUMINA - Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF. ISSN 1981-4070. Vol.1 • nº1 • Junho 2007, p.29.

_____. *Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço*. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009

PRAÇA, Sérgio; DINIZ, Simone. (orgs). *Vinte anos de Constituição*. São Paulo: Paulus, 2008.

REBOUÇAS, Edgar; MARTINS, Mariana. *Evolução da regulamentação da mídia eletrônica no Brasil*. INTERCOM. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo. 31 de maio a 02 de junho de 2007.

REBOUÇAS, José Edgard. *Grupos de pressão e de Interesses nas Políticas e Estratégias de Comunicações: um estudo de caso dos atores sociais no Brasil e no Canadá*. Tese em Comunicação. UMESP, São Bernardo do Campo, 2003.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999, p.39-50.

RUBIN, Antônio A. C.; COLLING, Leandro. Política, cultura e a cobertura jornalística das eleições presidenciais de 2006. In: *Mídia e Democracia*. GOULART, Jefferson O. (Org), São Paulo: Annablume, 2006.

SAMPAIO, Maria Ruth de. *Heliópolis: o percurso de uma invasão*. Tese de livre-docente em Arquitetura defendida na Universidade de São Paulo. São Paulo: 1990.

SCHERER-WARREN, Ilsen. Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. In: OLIVEIRA, Francisco et all. *Sociedade Civil: organizações e movimentos*. São Paulo: SEADE, 1994. p.6-14.

SILVA, Sérgio Pinheiro da. *Rádio Comunitária, os desafios do ambiente educativo da Rádio Heliópolis FM*. Dissertação de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2010.

SOARES, Cláudia Cruz. *Heliópolis, práticas educativas na paisagem*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela USP. São Paulo, 2010.

SOUZA, Márcio Vieira de. *As vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil*. Paris: Fondation pour le progrès de l'homme; Florianópolis: Diálogo, 1996.

SOUSA, Sandra Sueli Garcia de. *Rádios ilegais: da legitimidade à democratização das práticas*. Dissertação em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Bernardo do Campo (UMES). São Bernardo do Campo, 1997.

SILVEIRA, Paulo Fernando. *Rádios Comunitárias*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

VICENTE, Eduardo. *O rádio comunitário em São Paulo: Um breve olhar sobre o cenário atual*. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación. Vol. XIV, n. 2, May-Ago. União Latina de Economía Política da Informação, Comunicação e da Cultura. Aracaju, 2012.

VICENTE, Maximiliano Martin. Além da mídia e do marketing político. In: *Mídia e Democracia* (Org) GOULART, Jefferson O. São Paulo: Annablume, 2006.

Anexos

7 – Anexos

7.1 – Entrevistas

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – “JULIO DE MESQUITA FILHO”
 FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS
 DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
 PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO) EM HISTÓRIA E SOCIEDADE

Ficha Técnica
 História Oral Temática
 Tipo de entrevista: semi dirigida
 Responsável pela pesquisa: Vanessa Zandonade
 Local: Heliópolis/São Paulo - SP- Brasil
 Data: 26 de junho de 2012
 Duração: 1h30
 Páginas: 07

DELMIRO MONTEIRO FARIAS
 (entrevista, 2012)

Registro realizado para a pesquisa "Rádio comunitária de Heliópolis: reivindicações e lutas por regularização e atuação oficial". Delmiro Monteiro Farias, membro da diretoria executiva da Unas – um dos fundadores da Rádio Popular (cornetas). A conversa foi gravada em som digital no dia 26 de junho de 2012, na varanda de sua casa.

Temas: Democratização das comunicações; rádio comunitária; outorgas; atuação política; burocracia; memória; envolvimento social.

Eu fui um daqueles que criou a rádio corneta. Inclusive, não gostei desse nome de rádio corneta, porque corneta você pode colocar até no bico do sapato. Ela tinha o ponto fixo dela. Infelizmente colocaram esse nome de rádio corneta, mas na verdade era um serviço de comunicação. Pra mim era um serviço de comunicação porque ela não era só num local. Ela funcionava em três núcleos, Mina, Lagoa e PAM. Me parece que eram 11 bocas de alto-falantes. Era um serviço de comunicação, uma base que a gente montou para nos comunicar com a comunidade.

Quando nós montamos a rádio a gente trabalhava com pouca diretoria e muitos participantes. Pra mim, aquele sistema de comunicação foi mais importante até do que é hoje. Eu acho muito importante o que a Heliópolis é hoje, porque a gente tem muito trabalho, a Unas cresceu e criou muita coisa. A Unas não nos centralizou, mas nos abriu espaço. Ela cedeu um lugar pra que a juventude desenvolvesse alguma coisa e por que não, o nosso povo.

Muitas pessoas de importância nos conhecem. Temos apoio do Ruy Ohtake, do vereador Chico Macena, do Zé Eduardo Cardoso, não sei se é importante eu colocar isso, mas uns políticos também colaboraram muito com a gente desde a época do sistema de alto-falantes.

Lá na minha terra eu já tinha sido operador de um sistema de comunicação. Lá no Maranhão. No interior onde eu morava, numa praia, eu tinha um serviço de comunicação. Eu tocava músicas e animava o povo. Era muito interessante. Tinha um poste muito grande com três bocas de alto-falantes enormes, medindo 40 cm por 40 cm cada um. Era num bairro que hoje já é conhecido como uma pequena cidade, Cacarape. Raposa é a cidadezinha e Cacarape é o município.

Eu me criei na pesca. Fui um dos pioneiros da pescaria lá em Raposa. Eu tinha três currais, dois caíques de pesca, um bocado de homens trabalhando comigo e uma empresa de masuá. A minha esposa era professora. Criei dois enteados e os eduquei. São meus filhos também, mas depois a vida não deu certo com ela. Eu vim pra São Paulo e aqui me casei de novo. Criei mais dois enteados e até já tenho uma netinha, filha de um enteado meu, que eu criei com a minha velhinha. Tem um outro que já tem filho também, que eu criei. Essa é a maratona de luta da minha vida.

É... o seu Delmiro é muito pacato, muito prestativo com todo mundo, tendo seus altos e baixos. Um dia coloquei uma vinheta gravada que tinha uma parte que eles criticaram muito, porque eu era polêmico. Pra mim a palavra polêmica não é um palavrão, mas é uma palavra que faz parte da política. Porque você tem uma opinião e eu tenho outra e no meio dessa opinião nós podemos debater o que é

melhor. Não ser polêmico é não ter respostas, não ter trabalho nenhum. Eu era polêmico, sou polêmico e eu tenho respostas pro povo. Não sou aquele que dá um tiro pra sair pela culatra. Costumo sempre marcar primeiro pra depois fazer.

Quando eu comecei aqui, foi em 1986, eu tinha 48 anos. Nós criamos a rádio porque a nossa comunidade era muito desorganizada e nós tínhamos reuniões três vezes por semana. O pessoal comparecia em peso. Era um barracão de madeira, quando veio o companheiro João Miranda, que até hoje eu não esqueço, e a Genésia. Pra mim eles estarão no meu coração pra vida inteira. Por mais que eles tenham conseguido dinheiro e eu não, a palavra é amizade e respeito. Eu admiro muito o trabalho deles. Eu fui um dos pioneiros junto com eles, sofrendo aí. Muitas vezes fomos ameaçados por bandidos com arma apontada pra gente e nós não fracassamos. Todo momento pra gente era um avanço. Quanto mais tinha pressão, mais a gente dava um passo pra frente. Aí criamos o serviço de alto-falante, que era a Rádio Popular de Heliópolis.

Primeiramente conseguimos a coleta de lixo com o falecido Jânio Quadros. Foi a nossa primeira vitória, ou melhor, a segunda. A primeira foi a estabilidade da gente permanecer na área onde a gente estava. A segunda foi a coleta de lixo, que não existia. Foi eu que consegui a coleta de lixo. Quase fui preso e o Jânio Quadros mandou me chamar lá e eu cobreí dele essa necessidade. Coloquei na imprensa. Eu sempre tive entrosamento com a comunicação, com o jornalismo, com a imprensa. Nesse tempo aqui só tinham barraquinhos. Então, ele me mandou fazer o levantamento da área com o pessoal dele, com a monitora que trabalhava na Subprefeitura, para saber quais as ruas onde era possível entrar uma caçamba pra recolher o lixo. Aí a coleta de lixo foi implantada.

A gente estava tendo muita dificuldade. De boca a boca e fazendo reunião a gente não conseguia nunca chegar naquilo que a gente queria. Não conseguia fazer com que o pessoal se organizasse melhor, que soubessem o dia das reuniões, o dia que passava a coleta de lixo, tá entendendo? Era uma área vulnerável, com pessoas de pouco estudo. Pessoas que vêm do nordeste, criadas no meio daquelas capoeiras, daqueles matos, sobrevivendo da miséria. Então eu fui escolhido como o líder.

Então a gente foi lutando pra que isso tivesse um avanço. Antes de fazer essa rádio era terrível. Eu era carroceiro e então enchiam minha carroça de lixo. Jogavam lixo dentro do quintal dos outros. O cara vinha lá de cima e jogava lixo na porta das casas e a gente não tinha como chegar porque era perigoso tomar uns tiros e ficar subordinado a um grupo de pilantras. A gente não queria isso. A gente queria fazer um trabalho melhor, na base mais educativa. Fazer com que eles se comunicassem com a gente e a gente se comunicasse com eles. Queríamos que eles não sentissem que a gente estava querendo humilhar esse pessoal. Aí criamos a Rádio Popular. Montamos os equipamentos na casa da Genésia. Lá em cima. Ali era onde funcionava a rádio. Fizemos tudo em três dias. Era só um taípe deck, uma mesinha, um microfone e um monte de CD deste tamanho. Eram discos, LPs, fitas K7. Quando a gente ligava aquilo o pessoal gostava muito. As mulheres mandavam bilhetinhos pedindo a música do fulano de tal, outras pediam oração. E eu tinha de tudo.

Nós recebemos os alto-falantes da Igreja Católica, que tinha um trabalho aqui com a gente pela Pastoral da Moradia. Nós tínhamos muito apoio da pastoral. Eles davam madeira, telha, cimento e muita coisa pra gente. Ajudaram bastante a gente.

Aí a gente foi fazendo aquilo ali e nos comunicando com o povo. Eu ligava aquilo e começava a falar. Os outros tinham medo, mas o Delmiro não tinha. O Delmiro subia lá e ligava aquela aparelhagem, pegava o microfone e começava a falar. A gente tocava música e convidava pra reunião. Meu maior objetivo era falar com a dona de casa: “Pra você, jovem, pra você, senhora dona de casa, pra você... Se quiser uma música do seu artista preferido, manda um bilhetinho para gente que a gente toca aqui com muito carinho pra você. E nós pedimos também pra você morador, respeita a casa do vizinho, façamos uma coleta de lixo de primeira. É segunda, quarta e sexta. Coloca o lixo num saquinho, no local certo. Se tem um local que todo mundo coloca ali na boca de uma viela, coloca o teu lixo lá. Se não tem, coloca na frente da tua casa. Não coloca na frente do vizinho. Não coloca dentro do carro do vizinho, não faça isso, por favor. Nós, como liderança, pedimos pra vocês. Nós não queremos agressão com vocês, nós estamos pedindo uma coisa que vem ajudar a todos nós, à sua própria saúde, da tua criança. Isso aí vai afetar a água. Naquele tempo a água era nuns cavaletesinhos assim. tivemos uma briga doida com a Sabesp pra ter água aqui. Aí eu digo, isso afeta até o sistema de saúde. E muito! Então vocês têm que ver isso”. Não tinha guia, não tinha nada. E através disso foi vindo mais o respeito.

Aí foi crescendo. O pessoal participava. A gente fazia quermesse e eu subia lá e avisava das reuniões e era muito importante. Sumia uma criança, um garoto ou uma pessoa chegava do Norte procurando um parente e não sabia onde estava, procurava o seu Delmiro: “o senhor é o homem da Rádio Popular?” Eu dizia: sim. “Eu vim pedir um favor. Eu tenho um parente aqui e não estou encontrando. Eu cheguei do Piauí, ou eu cheguei de Minas, cheguei do Ceará, o nome dele é assim, assim, assim. Eu não sei onde é que ele está morando. Dá pro senhor avisar na rádio de vocês?”. Eu digo: dá. E aí eu ia, pegava a chave da rádio, podia ser a hora que fosse, e subia onde é a porta da Genésia. Era lá em cima, aquela escada. Só que era uma marretona de escada, quebrei até um pé um dia. Aí eu chegava lá, ligava aquilo e já entrava dizendo: “moradores da Heliópolis, não se incomodem com a nossa música, com a nossa comunicação, porque afinal de contas nós temos que ouvir os nossos companheiros, nós temos que ouvir nossos amigos, nós estamos aqui à disposição de vocês. Aquele que se sentir mal venha falar comigo. Nós estamos precisando da ajuda de vocês. Aqui nós temos uma pessoa, e dizia o nome da pessoa, que está à procura de um parente”. Aí eu falava: “É muito bom que você apareça. Não tenha medo. É a Rádio Heliópolis que está falando. É a Rádio Popular”. Não demorava e a pessoa aparecia. Se sumia uma criança aqui, mesmo que fosse duas hora da manhã e a mãe chegava doida, com o pai, pedindo para eu anunciar, eu ajudava. Tem gente que me chamava de louco. Aí o fogo cruzava mesmo.

Tinha também as pessoas que não gostavam, mas em torno de 70% gostavam. O problema era a criminalidade que era muito grande. Andavam muito armado. E a gente foi tratando de controlar. Aí foi indo, foi indo, até que nós estabelizamos o serviço. Ajudamos um monte de gente e começamos a fazer campanha da dengue. Os políticos pediam pra usar as caixa de som e a gente montava na perua. Eu gravava uma fita com eles e fazia a campanha. O Lula veio fazer a propaganda dele aí. A Erundina também. O Lula subiu lá e falou bastante, quando ele era candidato a presidente e não ganhou. E tudo foi crescendo.

Aí depois surgiu o Urbanacom, que era o calçamento de rua. Então através daquela rádio a gente avisou todo mundo que a gente tinha um projeto assim, assim, que era pros moradores trabalharem em mutirão e que a gente queria a colaboração de todo mundo. Era um projeto da prefeitura, da companheira Erundina. Ela tinha sido eleita. Ela ia mandá o material pra gente fazer em mutirão, calçar as ruas que eram só lama. Era lama demais! Sair daqui no dia que chovia, tinha que sair de bota, saía melado até aqui.

A gente fez o Urbanacom, que é o calçamento das ruas, com a ajuda da rádio. Eu tinha um galpão lá na frente da rádio, ali onde fica o atendimento da Unas. Na parte de baixo era um depósito dos materiais de construção do Urbanacom. Tinha martelo, enxada, prego, máscara, bota, capacete, tudo. A gente tinha criado a Unas no período do Urbanacom porque sem a Unas não teria como ter um vínculo com a Prefeitura pra pegar alguma verba. Então nós criamos a Unas, com CNPJ e tudo. Aí o que a gente pedia a gente conseguia. Com o Urbanacom, a favela melhorou em torno de 80%. Vinha todo material para as construções, com cano, fiação, muita coisa. A gente (Unas) dava cimento, areia, pedra, tijolo, tudo que tinha vindo pra fazer o serviço.

Certa vez teve um problema aqui, porque a criminalidade. O delegado era o "Ascul". Ele era daquele negócio que o pessoal chama de polícia comunitária. Eles vieram aí e já tinha um cara que era despeitado comigo por causa da Rádio Popular, por causa da minha comunicação. O cara veio aqui me chamar pra dar uma entrevista lá com as pessoas na rádio. Pra minha surpresa, chegando lá tinham cinco personagens. Tinham uns jornalistas que eu reconheci, mas dois outros que eu não conhecia. Na verdade era um major da polícia e o delegado da 95 (95ª Delegacia de Polícia). Eles queriam fazer um cerco pra desarmar a bandidagem que tinha aí, os caras que tinham “boca”. Eles entraram lá e me pediram pra ligar a aparelhagem. Eu liguei sem saber o que era. Aí eles perguntaram como era que eu fazia o programa e eu comecei a falar um pouco: “Alô pessoal de Heliópolis. Mais uma vez a Rádio Popular está no ar aqui com vocês, sejam bem vindos. Aquele que quiser falar alguma coisa, fazer o pedido de alguma música pode chegar. É muito importante que você venha aqui”. Aí começaram com perguntas e eu percebi que tinha um jornalista me filmando. Achei estranho porque eles não chegavam até mim, eles ficavam à parte. Eu notei que tinha um cara que estava comigo, que usava uma jaqueta que cobria um emblema de policial. Era um major. Eram aquelas estrelas de major. Aí desconfiei que era a polícia. Quando eles começaram a fazer perguntas eu dava negativas em todas as respostas. Queriam saber onde é que eles vendiam drogas, onde é que eles ficavam. Eu dizia: “O que eu sei é que todo mundo utiliza, inclusive na minha terra, quando eu vim de lá do Norte já usavam maconha e não

tem nenhum de lá aqui”. Aí ele disse: “Mas porque vocês não reclamam com eles?” Eu digo: “Porque nós não temos nada a ver com a vida das pessoas. O que nós queremos é a organização desse povo. O problema que existe aí, senhores, é um problema do governo. Se o cara vende uma pedra, se o cara vende um cigarro de maconha, na verdade é porque a sobrevivência dele é aquilo, porque ele não tem emprego, não tem nada. O governo tinha é que abrir frentes de trabalho pra essas pessoas. Outra coisa, isso não faz parte do nosso dia a dia. E nem do meu robby. Eu num gosto de entrar nesse assunto. Se a pessoa não tiver do que sobreviver ele vai ter que partir pra alguma coisa onde ele possa arrumar o pão”. Aí eu quebrei a espinha dele! Enquanto eu arrumava os aparatos lá da rádio eles entraram em um carro e foram embora. Eles queriam me usar, mas não conseguiram.

Isso já era depois de 1990. Foi quando a rádio ainda estava funcionando. Então, aí quando terminou isso aí o pessoal ficou meio acuado, com medo de manter a rádio. Todo mundo saiu. Ficou só eu. Aí eu mantinha só alguma notícia, alguma coisa. O João ficou meio acuado, tomou um susto também. Mas não tinha nada a ver porque eu não abri o jogo. Na verdade a gente sabia de tudo, mas a gente não intrometia nisso.

Aí foi um tempo que viajou todo mundo pro Norte. Isso foi em 92. Quando o pessoal da Unas viajava e ficava só eu aqui. Eu ficava doido com as coisas que tinham pra fazer. Eles tinham ido passear, em férias, final de ano. Todo mundo tinha ido passear e eu não. Eu nunca saí daqui. Sempre os outros passeavam e eu ficava. Aí caía uma casa aí e eu tentava resolver o problema me comunicando com o pessoal através daquele microfone, daquela rádio.

Pra minha surpresa, um dia eu estou na rádio, era umas duas da tarde, tocando umas música que umas vizinha tinham me pedido. Elas moravam ali naquela vielinha e gostavam muito das música do Amado Batista, muuuuito. Aí eu sentei lá e fiquei lendo uma revista e tocando. Quando eu dei fé me chamaram. Eram três alemães, dois homens e uma mulher. Não falavam nada de Português, só a mulher falava a minha língua. Aí ela falou comigo: “Ô, seu Delmiro, essa é a rádio de vocês? Poxa vida, a gente ouviu falar dela. Aqui é uma comunidade muito grande e merece uma coisa bem melhor. Dá pro senhor ligar pra gente vê?” Dá sim. Eu coloquei uma música da Cláudia Barroso. Eles gostaram muito. Eram daqueles discões grandes. Tinham dois gravadores, uma mesa e aquela vitrolona. Ela começou a perguntar sobre mim. Queria saber se eu tinha algum curso, diploma de locução e como tinha aprendido a me comunicar como o povo. Eu contei que eu tinha um serviço de comunicação lá no Maranhão. Eram uns alto-falantes e a gente falava com o povo. Eles eram como aqui, vulneráveis. Um pessoal que vivia da pesca de caranguejo. Eu e um senhor tínhamos um comércio e eu me comunicava com o povo. Aliás, eu fazia trabalhos importantes, principalmente de políticos. Os políticos também me procuravam nas campanhas. A mulher que eu tinha era muito chegada à política. Aí eles começaram a me fazer perguntas sobre o que precisava pra rádio e como é que o povo da favela agia diante da comunicação. Eu comentei que a rádio era quase um boca a boca porque os fios tinham sido cortados. Tinham roubado tudo. Das nove bocas não tinha ficado nenhuma. Cortaram pra vender batatinha, pôr em cima de carro, pra vender peixe, ou ainda, simplesmente por raiva, cortaram, amassaram ou venderam num ferro velho. Só ficou esse aí e eles jogam pedra de noite.

Entre os equipamentos que seriam preciso para que a rádio melhorasse, a mulher sugeriu que a gente providenciasse uma mesa de som, mas achei melhor duas, ficando uma de reserva, caso quebrasse uma delas. Incluímos também cinco microfones, uma tela de computador, dois bancos, um pro locutor e um pro operador de som. Ela anotou tudo o que eu pedi. Pedi tanta coisa que eu nem me lembro mais. Pedi dois gravadores grandes também, e um tape deck, que é aquela mesa que você liga e fica acendendo tudinho assim. Ela fez as contas na calculadora seria preciso de bastante dinheiro, mas que iriam ver o que podiam fazer. Eu não acreditava que vinha esse dinheiro. A mulher disse que ficaria em uns 26 milhões de reais. Naquele tempo era o Cruzado, não era o real ainda. Mas me disse para ficar tranquilo que ia levar o projeto e fazer um estudo sobre o caso.

Quando o João voltou de viagem eu disse a ele que tinha feito o projeto com os alemães. Não sabia se eles estavam de acordo com o que eu tinha feito, mas acreditava que o que viesse pra gente era lucro. A gente não tinha condições de montar uma rádio FM com dinheiro nosso. Ele disse que o que eu fizesse tava feito.

Aí nós ficamos esperando a resposta daquilo. O pessoal duvidava que vinha alguma coisa. Em 1997 eu estava me preparando pra fazer uma cirurgia muito perigosa e eu não estava mais na rádio. O João vinha muito aqui na minha casa. Num dia, eram três horas da tarde, o João Miranda chegou todo

alegre. Eu era o braço direito dele. Ele me abraçou e disse: “Velho, você é de ouro!!” Ele me chamava de Velho. Ele disse: “Velho, o dinheiro veio. Aquele dinheiro da Alemanha veio!”.

Veio tudo em dólar: cinco mil dólares. Eles avaliaram que o valor enviado era maior do que eles tinham falado. Mas não sabiam como nós faríamos pra montar a rádio. De qualquer jeito tínhamos que montar a emissora. João Miranda pediu para que eu me envolvesse com aquilo, já que embora eu não estivesse trabalhando mais na rádio, eu era o criador da Unas, fundador daquilo e tinha que estar com eles. A rádio tinha ficado parada dois anos e a gente aguardando o dinheiro. Quando o dinheiro chegou, aí eu dei o sinal verde pra eles. Disse pro João que eu ia fazer a cirurgia. Que era para eles montar a rádio que eu estava com eles. Avaliava que tudo ia dar certo comigo e quando eu voltasse ia para rádio. Falei para ele falar com rapaz que já tinha trabalhado com a gente. Quando eu chegasse a gente continuava trabalhando. Eles compraram o que deu pra comprar e montaram a rádio.

Depois de um tempo eu saí da rádio, mas agora ela não está legal, não. Eu estava falando com o Sabino nessa semana. Eu entrego leite de manhã e estes dias liguei pra rádio antes de sair e não tinha ninguém. Sete horas e não tinha um cristão pra atender! Rádio estava fechada! Falei pro Sabino, com a licença da palavra, isso é uma merda! Uma rádio que não tem comunicação matutina não é uma rádio. Porque pra mim a rádio tem que ter uma programação matutina, começar às 5h da manhã, falar com a dona de casa, com o chefe de família que está saindo pra ir trabalhar, com a mulher que está fazendo o café, conversando com o marido. A rádio tem que ter isso. Uma rádio sem comunicação, sem um programa matutino, não é uma rádio. Pra mim não é uma rádio. Ele concordou comigo.

Fiz um programa depois que voltei da cirurgia, fiquei um tempo, mas saí. Na verdade eu sou muito radical. Além disso, eu sou polêmico. Eu gosto de levar as coisas a sério, não na brincadeira. E meu programa, quando eu comecei a fazer o programa, mandei colocar um telefone. Foi muito bom. Tinha um rapaz que fazia um programa, lá no Norte ele já tinha o programa dele, que chamava Adriel. Ele era muito bom! Quando mudaram a rádio lá pra baixo (na Rua Paraíba), ele foi tirado. Foi feito um esquema de programa que pra mim não deu certo. A gente tinha uma grade de programação, entrou uns caras bons. Entrou o Toni Vem Vem, que era um cara muito bom, ele fazia um programa numa rádio comercial também. E eu tinha o programa Voz da Comunidade. Eles hoje têm a Voz da Unas, criaram depois.

O meu programa era do meio-dia à uma hora da tarde. Mas eles começaram a me odiar porque o diretor que deu esse nome de rádio corneta, que era o Gerô, homossexual, começou a me parar. Ele queria ser mais do que eu. Ele era diretor, mas eu era o fundador da rádio. Eu tinha uma história. Eu não mandava na rádio, mas mandava no meu programa. Eu falava pra eles que a rádio tinha que ser usada numa coisa que fosse interessante pros locutores, entendeu? Eu era um velho mestre deles, eu falava na rádio e falava pra eles fazer aquilo senão a rádio nunca teria audiência.

Me ligavam de tudo quanto era canto. A primeira coisa que eu fazia quando abria a minha comunicação era colocar uma vinheta: “Boa tarde ouvinte da Rádio Heliópolis, vamos começar o programa Voz da Comunidade com o maranhense Delmiro, o homem do povo, o homem polêmico da história de Heliópolis”. Eu falava assim. “Mas antes do programa, eu vou colocar uma oração do Marcelo Brener, pra todos vocês. Você, senhora dona de casa, você que está aí com seu marido, você que está lá dentro do hospital com seu filho, você que está com seu marido preso, você que está sentindo qualquer situação triste na sua vida, você vai sentir agora que Deus está com você. Deus está do seu lado. Ele não vai lhe desprezar. Você vai ouvir agora essa oração”. Era uma oração muito forte. Aí eu colocava e ficava na escuta. Aquelas mulheres choravam e pediam pra pôr de novo, mas não tinha jeito de voltar a fita, né. Não tinha jeito de fazer de novo. Aí eu colocava música e a música que era comovente, aquela que até eu chorava.

E o Gerô... esse Gerô, criou dor de cabeça pra mim. Inclusive aquele Renato e o Libera, que eu tinha ajudado para que eles fizessem um programa na rádio, eles foram me criticando por causa disso. Eu queria criar um programa evangélico. No meu programa, eu chamava pra fazer entrevista aquelas professoras da Unas, aquelas pessoas do Centro de Juventude, da creche. Abria espaço para elas falarem sobre o trabalho delas, como era o comportamento das crianças. E aí foi crescendo e foi crescendo a audiência. E quando a rádio mudou pra Rua Paraíba morreu. Acabou. Acabou a rádio.

Eu reclamo muito, eu sinto muito isso. A Unas mesmo não me chama pra voltar porque eles sabem como eu sou. Eles sabem que eu não sou um homem com um pé dentro e outro fora. Quando eu saí de lá, eles começaram com esse negócio. Era homossexual, era rap, era um outro troço qualquer.

Qualquer um ia entrando pra fazer locução e aquilo e acabou como uma rádio pirata. Mas hoje ela está legal. Hoje já regularizaram ela.

Eu lembro quando a gente montou. Ela era clandestina, sem regularização mesmo. Os próprios políticos deram o aval, o próprio Lula achou que tinha que montar. Teve lá o Zé Eduardo Cardozo. A gente achou que tinha apoio e que por isso não tinha problema nenhum, mas acontece que a Anatel não aceitou a rádio ilegal por causa das interferências. Ainda hoje acontece desastres de avião porque ela entra na frequência das aeronaves. Entra na frequência de outra rádio regular também. Então, quando demos fé tinham fechado. Quando eu soube já tinham levado tudo, levaram o João também, o João foi preso. Processaram ele. Ele ficou um tempão sem o direito de assinar contratos. O nome dele estava sujo, mas ele tinha o vice dele que assinava. Mas a gente tinha esperança que a rádio ia voltar. A gente tinha esperança porque a gente sempre teve força pra isso. Sempre teve força política e força de comunicação também

Hoje eu vejo a rádio como um fracasso. Eu sou muito sincero. Atravesso essa favela de ponta a ponta e não vejo ninguém sintonizado nessa rádio a não ser os locutores. Eu trabalho com aquele programa Viva Leite e fiz um cartãozinho pra divulgar a rádio. Cada pessoa, cada mãe, tem um cartão. Naquele cartão eu mandei gravar o telefone da rádio Heliópolis pra elas se comunicarem com a rádio. Pra que elas saibam que nós temos um serviço comunitário, entendeu?

Então uma hora dessa, uma hora dessa não porque é só rap, mas quando dá duas horas da tarde, que tem uma comunicaçãozinha melhor, quando está a Cida lá na locução, ou o Sabino, de manhã, eu coloco o telefone e digo para ligarem lá. Você quer saber se tem leite, quais são os dias, qual é o horário e tudo, liga nesse telefone da rádio Heliópolis. Pode perguntar que eles estão todos sabendo. Ninguém liga. Porque não escuta a rádio. Não ouve a rádio.

O cara da Oboré, o Sérgio, ajudou muito a gente na questão da rádio. Eles hoje o condenam. Eu já vi nego falando mal do Sérgio, mas o Sérgio pagou conta minha, conta do telefone que era pra rádio pagar. Tinha dinheiro e eles não pagaram. Eu ia mandar cortar o telefone e o Sérgio pagou toda a conta. O Sérgio da Oboré. Ele é um cara bom, muito bom. Tem conhecimento. Ele tem peso nessa área. Foi um cara que nos ajudou, até quem sabe, mais que os políticos. Ah, se não fosse o Sérgio, da Oboré, e alguns políticos como o Mercadante, o Zé Eduardo Cardozo, a própria Marta Suplicy, ia ser difícil. A ação deles foi uma ducha de água gelada em quem queria fechar a rádio.

Eu penso que, a não ser que apareça alguém mais forte, que não aceite que algumas outras rádios sejam liberadas, é possível conseguir regularização mesmo sem ajuda de ninguém. O Lula fez bastante coisa para as rádios comunitárias. Mas tem algumas coisa que eu não concordo. Eu sou muito radical. O dia que o Lula veio aqui, eu sei que ele é o presidente, ele poderia até me mandar matar, tá entendendo, mas eu não ia me subordinar a ele. Eu conheci o Lula dentro da Ford. Eu trabalhava na Ford e fazia o movimento com o Lula naquelas manifestação. Ele trepado lá com aquela barbona dele e eu no meio daqueles coitados tomando chute, paulada, correndo muitas vezes da polícia e o diabo, e ele...

Na verdade, no dia que ele veio, que ele me pediu o microfone da Rádio Popular pra falar, na hora de subir ele me pediu e na hora de descer ele não me agradeceu. Não disse nem até logo. E dali pra cá eu fiquei sentido com o Lula. Na verdade não tenho o que dizer dele, acho que ele trabalhou muito bem, acho que ele ajudou muito o país, mas no dia que ele veio eu tive muito sentimento, tive muita raiva, eu não gostei.

Cada pessoa da Unas, os 23 componentes, cada um ganhou uma estrela, um broche bordado de ouro, que o Lula trouxe com uma fita pra subir lá no palanque dele. Eu peguei uma, ia subir, como vice-presidente, eu ia lá também. Ia falar com ele, abraçar ele porque ele era companheiro de tantos anos, mas na hora que eu vi a polícia com detector de metal passando nas criança de colo fiquei revoltado. Naquele dia tinha gente demais! E eu tava com aquele broche. Aí ele mandou eu ir pra o lado do sol e vi o policial com o detector naquelas mães com as criancinhas de colo, tadinhas, criancinhas pequenininhas, enrolada no pano, saindo pra ir ao berçário e eles com detectores passando. Aquilo me doeu. Aí eu peguei o broche e joguei em cima da mesa...

Tinha muita polícia! Nossa, nem podia passar. Tava assim de polícia. Eles colocaram aqueles cambão lá pra não passar ninguém, tinha só o corredor do Lula passar. O palanque montado e a polícia de um lado pro outro. Não respeitava idoso. Eu estava lá numa sombra e o cara mandou eu ir pro meio do sol! Eu não gosto de policial. Eu encarei ele e falei: “o senhor tem mais é que me respeitar. Você tem idade de ser meu bisneto. Eu tenho filho na polícia também. Eu tenho um filho policial também”.

O Lula demorou muito tempo pra chegar naquele dia. Aí eu catei aquilo do meu pulso e joguei lá em cima da mesa. Disse que não ia esperar porque ia estragar a vida do Lula. Fui pra um compromisso em São Bernardo. Peguei o carro e fui. Quando eu cheguei ele já tinha ido embora. Duas vez que ele veio aqui.

Eu não fui porque eu, sinceramente, eu já tive problema, nunca fui preso, já tive algum problema com polícia porque eu acho que um policial é um homem igual a mim. Ele tem autoridade dentro do limite. Quer me ver com raiva é um policial descer de dentro do camburão com arma na mão apontando para os outros. Não tem necessidade. Pra mim isso é um absurdo. Nessas horas eu acho ele pior do que um assassino. Um policial descer, que nem nós estamos aqui conversando, o cara parar ali na frente da minha casa, descer e puxar uma arma desse tamanho e ficar aqui na minha porta com a arma na mão!! Eu odeio isso. Eu não gosto disso. Eu digo pro meu filho, nunca venha na minha casa com uma arma na cintura. Quando você vir você deixa o seu coldre lá. Depois ele saiu da polícia, hoje ele trabalha em outra área. Mas eu vou te falar, eu odeio esse tipo de coisa.

Na hora que eu vi eles com aquilo, aquele monte de arma na cintura e aquele detector de metal passando nas criancinhas, aquilo me ferveu o sangue. E eu tive medo de dar até um negócio em mim. Não gosto disso. Uma vez a polícia veio derrubar meu portão aqui. Tive problema com a polícia. Tinha mais de 10 e cinco viaturas paradas em frente minha casa. Eu não aceitei eles. Falei que ligava pro corregedor agora porque não estavam na casa de um trouxa. Aí eles foram embora. Então eu tenho as minhas maneira de tratar as pessoa. Nossa, como eu gosto de conversar, eu perco o tempo da pessoa. Aquilo que eu te falei, você vai perder tempo comigo! Vou te cansar aqui. Eu vou falar tanto e você vai falar, puxa vida, que velho que fala demais!

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – “JULIO DE MESQUITA FILHO”
 FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS
 DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
 PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO) EM HISTÓRIA E SOCIEDADE

Ficha Técnica
 História Oral Temática
 Tipo de entrevista: semi dirigida
 Responsável pela pesquisa: Vanessa Zandonade
 Local: Heliópolis/São Paulo - SP - Brasil
 Data: 26 de junho de 2012
 Duração: 15m
 Páginas: 03

DANILO BARRETO DE OLIVEIRA - (Mano Zóio)
 (entrevista, 2012)

Registro realizado para a pesquisa "Rádio comunitária de Heliópolis: reivindicações e lutas por regularização e atuação oficial". Danilo Barreto de Oliveira - Mano Zóio, locutor do programa Revolução Rap. A conversa foi gravada em áudio digital, no dia 26 de junho, nas escadarias do centro de juventude, localizado em frente à Unas, primeiro prédio da rádio.

Temas: Democratização das comunicações; rádio comunitária; outorgas; atuação política; burocracia; memória; envolvimento social.

Sou locutor do programa Revolução Rap e estou na rádio desde 1999 ou 2000, mais ou menos. Eu moro aqui desde pequeno. Eu tenho 28 anos e há 28 anos eu moro aqui no Heliópolis. Eu me lembro como fosse hoje, em 1992, aproximadamente, eu tinha por volta de 12 anos e passava aqui na rádio que ficava aqui nesse local onde a gente tá agora, mas com escada de madeira. Era alto e eu tinha medo de altura. Eu via aqueles alto-falante e ficava intrigado. Acho que toda pessoa, todo ser humano tem uma coisa dentro do coração, que tem curiosidade das coisas e eu tinha curiosidade de subir aquelas escadas, mas naquela época eu tinha medo de altura. Então, quando você vê algo muito alto, às vezes aquilo te assusta, pelo medo que você tem de altura. Aí direto eu passava, olhava pra cima e ficava pensando: subo ou num subo? Aí teve um dia que um rapaz, o locutor Sabino, que tá desde o começo na rádio, falou: eu vejo você passando aqui direto. Se você quiser vir conhecer a rádio pode subir. Eu te ajudo. Aí eu fui, subi, conheci, fiquei muito curioso e todos os dias que eu vinha na rádio ia nascendo aquele desejo de conhecer, de me aprofundar cada vez mais.

Aí em 1998 teve um programa que se chamava A Voz do Rap, conduzido pelo Rappin Hood. Era um programa de hip hop. Eu comecei a conhecer o rap em meados de 1995, 1996, porque meu irmão escutava alguns vinis, alguns discos. Comecei a conhecer as músicas do Planet Ramp, alguns sons internacionais e, em 98, eu conheci o Rappin Hood. Ele trazia artistas da MTV, vinha um pessoal de fora aí na rádio e eu comecei a pegar amizade com ele. O Mano Brow, do Racionais, na época veio também, em 1999, junto com o KLJ. Aí o Rappin Hood me incentivou a também fazer um programa de rádio. Eu já tinha aquele desejo no meu coração e a curiosidade de saber como era, mas pra mim isso era impossível. Eu achava que por não ter estudo não tinha como eu entrar numa rádio. Se eu não tenho um conhecimento como é que vou passar para os outros? Aí ele disse que eu tinha só que pegar o microfone e falar o que eu sentia.

Certo dia ele teve que deixar o programa. O programa dele era das 6h às 8h. Por volta de 2000 ele saiu e falou que o programa ia ficar na minha mão. Aliás, bem antes, ele já tinha me falado para fazer uma programação das 4h às 6h da manhã. Queria me jogar num horário que dificilmente alguém ouvia, só quem trabalhava à noite, ou estava vindo da balada. Eu disse que era impossível vir num horário desse. Eu também acho que, do jeito que eu era antes, mais moleque e bagunceiro, gostava de zoar, não tinha tanta responsabilidade, entendeu? Então pra mim era algo impossível.

Na época, eu tinha conversado com a direção da rádio dizendo que eles deviam dar um programa pra mim, já que eu estava auxiliando o Rappin há uns quatro meses. Eles perguntaram o que eu queria fazer? Eu não tinha noção de nada, mas fiquei insistindo de que queria um programa. Então, quando o Rappin Hood saiu, o Gerô, coordenador, falou que ia deixar que eu fizesse o programa, mas

que eu tinha que por as músicas para tocar e ao mesmo tempo passar as informações e as utilidades que a comunidade necessitava. São utilidades públicas sobre a questão do lixo, do meio ambiente, da entrega do leite, de algumas coisas que tinham na Unas, alguns projetos. Eu tinha que estar atualizado de todos esses itens pra transmitir à população. Aquilo foi um susto pra mim. Eu não sabia como fazer, mas depois acabei aprendendo. Percebi que não era assim tão impossível. Tocava os CDs, colocava um e outro ali. Às vezes dava uma falha, tocava a música pela metade, pulava um CD, mas isso foi acontecendo e mudando aos poucos.

Em 2007, não me lembro a data certa, a Anatel e a Federal fecharam a rádio e em 2008 eu já tava fazendo o programa Revolução Rap. Já faz cinco ou quatro anos que eu comando o programa Revolução Rap. Tinha um outro rapaz que também apresentava e eu apresentava de sábado e domingo, os Ritmos Blacks, mas o pessoal optou por unir os dois programas em um só. O Ritmos Blacks foi extinto. Eu tinha um programa que era paralelo, que era sábado e domingo, e eles tinham das 6h às 8h, o Revolução Rap. O líder de audiência era o Revolução Rap e o Reginaldo passou o programa Revolução Rap pra mim. Estou com ele até hoje fazendo o programa de hip hop da rádio.

Mas voltando ao fechamento, a rádio funcionava normalmente naquela data. Ela era respeitada como qualquer outra rádio que tinha legalidade. Na minha mentalidade eu achava que era normal ter uma rádio sem autorização. Eu não tinha a noção que eu tenho hoje, esse conhecimento. Antes eu lembrava que Rappin Hood chegava em mim e falava que ele não podia andar muito, que ele tinha que andar escondido, que a rádio era pirata e ele tinha medo que pudesse ser preso pela polícia, achando que ele ia pra alguma ilegalidade quando andava pela favela. Só que com o que a gente fazia na comunidade, a gente ficava tranquilo porque, as autoridades locais, os policiais militares traziam o pessoal pra anunciar na rádio e reconheciam o nosso trabalho. Passava na televisão e tudo. Então eu me sentia seguro quanto a isso porque via que era uma rádio verdadeiramente comunitária. As pessoas reconheciam que era uma rádio comunitária, só que na lei não estava constituído que era uma rádio comunitária. Na legislação, uma rádio que não é legalizada pelo MiniCom passa a ser uma rádio pirata, mesmo se ela faz um trabalho de desenvolvimento integral à comunidade. Eu não tinha medo assim, entendeu? Mas depois que isso aconteceu eu já fiquei meio esperto. Ficou triste.

No período em que rádio estava lacrada, mesmo assim a gente tinha aquele companheirismo e o pessoal estava todo unido. A comunidade continuava participando e vinha com documentos perdidos e até policiais chegaram a trazer essas coisas na rádio. Mesmo com a emissora fechada a gente tinha um puta de um respeito na comunidade. As pessoas gostavam e diziam que queriam correr atrás dos documentos pra tentar legalizar a rádio de novo. Ela não podia fechar porque era da comunidade. Diziam que era a única rádio que escutavam e que nela podiam expressar os seus sentimentos. Um lugar em que tinham liberdade pra chegar e serem bem tratados, tendo sempre os microfones abertos pra aqueles que quisessem falar. A importância era essa.

No fechamento, eu não lembro totalmente como que foi, mas quando eu cheguei tinha todo mundo ido preso. Já tinham levado todos os aparelhos. A Claudinha, naquela época era a diretora, estava chorando e eu não tava entendendo nada. Fui pra rádio e não acreditei naquilo. Eu cheguei antes do meu horário de programação porque tinha marcado uma entrevista nesse dia com um grupo e tive que cancelar. Se eu não me engano eu tive que cancelar a entrevista. Eu fiquei triste porque, quando você faz algo que você gosta e alguém fecha uma porta, ou tem uma dificuldade, você fica triste.

Só que pra a gente foi perseverante porque a gente tinha esperança que a rádio ia abrir. Pela nossa existência, pelo nosso conhecimento, os parceiros que a gente tinha. A gente tinha muitos parceiros. A Oboré é um dos nossos parceiros e foi o primeiro lugar para onde nós ligamos. A Oboré então ligou pro Ministério e chamou todas as rádios para corrermos atrás da papelada juntos. Fizemos abaixo-assinado e muito mais. Eu participei de várias atividades oferecidas pela Oboré, vários cursos, vários workshop. Na maioria das mesas de trabalho realizadas no período de discussão para a regularização eu tava lá com certeza, acompanhando todo esse processo.

Eu acho que a gente ia regularizar a rádio, mesmo sem as parcerias. A gente não ia desistir. É preciso ter parceiros porque ele vai fortalecer cada vez mais a gente, mas se esperarmos só pelos parceiros a gente nunca vai conseguir nada. Muitas e muitas coisa que eu tenho hoje foi eu mesmo correndo atrás, entendeu? Eu acho que a gente ia conseguir, de uma forma ou de outra, porque a gente vê uma força grande na comunidade.

Mas têm algumas pessoas que nos ajudaram como o Chico Macena, que ajudou muito nessa questão; o Mercadante. Tivemos a Metodista, uma faculdade que a gente fez uma parceria e ajudou muito a gente, entre outros.

Essa força da comunidade que eu falo, eu vi quando o Lula chegou aqui e falou que rádio comunitária tinha que ser a voz da comunidade, onde os moradores pudessem expressar, que os trabalhadores pudessem falar dos seus problemas. Falou que a rádio Heliópolis não tinha que fechar, tinha que abrir, assinou embaixo que tinha que legalizar. Acho que foi algo que a gente conquistou. É um sonho que, eu acho que toda rádio comunitária tem.

Esse dia foi um dia especial porque eu nunca imaginei que um presidente ia conhecer uma comunidade, que ia vir em Heliópolis. Ele veio até aqui, saiu lá do Palácio onde ele estava, onde os homens usam ternos, e viu o nosso povo. Hoje eu me orgulho de falar que eu tive um presidente, eu tenho um presidente, que é o Lula. Pra mim ele vai ser o eterno presidente do Brasil, entendeu? O único cara para mim que foi o presidente, porque o resto não fez nada. Foi o único cara que abriu as portas pra todo mundo. Hoje tem gente que mora no Heliópolis que pode ter uma televisão de 2 mil reais, pode ter um carro através do governo dele. Bolsa Família e tudo mais.

Além das parcerias políticas, a gente também tem contatos com outras rádios. A gente tem contato com a comunitária de Paraisópolis, os MCs que cantam rap na Rádio Paraisópolis, com a Fusesp FM, com a Rádio Z. Conheço muita gente por meio do rap e pela rádio. Tem muito MC de outras quebradas que conhece a rádio e a gente acaba se comunicando, acaba se integrando cada vez mais.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO) EM HISTÓRIA E SOCIEDADE

Ficha Técnica
História Oral Temática
Tipo de entrevista: semi dirigida
Responsável pela pesquisa: Vanessa Zandonade
Local: Heliópolis/São Paulo - SP - Brasil
Data: 26 de junho de 2012
Duração: 30m
Páginas: 05

NAZARENO ANTÔNIO DA SILVA - (Buiú)
(entrevista, 2012)

Registro realizado para a pesquisa "Rádio comunitária de Heliópolis: reivindicações e lutas por regularização e atuação oficial". Nazareno Antônio da Silva - Buiú, membro da diretoria executiva da Unas – responsável pelas relações institucionais da entidade – esteve no fechamento da rádio, em 2006. A conversa foi gravada em som digital no dia 26 de junho de 2012, em uma das salas da sede da Unas.

Temas: Democratização das comunicações; rádio comunitária; outorgas; atuação política; burocracia; memória; envolvimento social.

Eu nasci em Pernambuco, mas vim para Heliópolis com dois anos. Ainda era muito menininho quando começou a formação da favela, mas lembro da minha mãe participar com algumas intervenções na luta por água e luz aqui pra gente. Eu nasci lá no Nordeste em 1983 e vim pra cá em 1985.

Minha infância toda foi em Heliópolis e minha ligação com a comunidade é total. A história que tenho com a Unas é muito interessante porque eu estudei aqui no CCA, no primeiro CCA que a instituição teve. Não me lembro direito como o centro era chamado na época porque já foram vários nomes. Começou como OSEN, depois passou para CJ (Centro de Juventude), depois foi CCA (Centro

da Criança e Adolescente) e agora virou CCCA (Centro da Criança e Centro do Adolescente). O objetivo desta instituição é trabalhar não só com a escola, mas trabalhar a formação mesmo, a cidadania, dar oficina, trabalhar um pouco com essa integração entre escola e comunidade. Esse é o objetivo desses nossos espaços. Trabalhar a cidadania, porque a escola perdeu um pouco esse formato de trabalhar o cidadão. A escola trabalha muito a máquina. As universidades também trabalham muito o cidadão para ser uma máquina e a gente entende que precisa trabalhar para formar cidadãos. Essa é a senha de tudo.

Na minha infância, morar aqui era muito bom. Tinha uma mina d'água, então a gente vinha muito pra cá, tinha a Sabesp e a gente tomava banho lá porque não tinha nada que impedisse a criança de entrar. Nossa, aquele tempo era muito bom mesmo... Tinha muito pé de mamona onde a gente brincava. Então Heliópolis era fantástica. Naquele tempo tinha muita oportunidades pra gente. Eu era molecão e não queria saber de muita coisa, era muito divertido e naquele tempo a rádio era só na corneta mesmo, mas comecei a dar atenção à existência da rádio, durante a Copa de 1994, quando eu tinha 11 anos. A rádio já tinha aquele papel de mobilizar através das cornetas para os jogos da Copa.

Eu acho que a rádio tinha um poder de comunicação muito eficaz naquele tempo, através da corneta, porque todo mundo ouvia. Todo mundo era obrigado a ouvir. Hoje a pessoa não é obrigada a ouvir, ela ouve se ela gostar de um programa, se ela tiver o entendimento do benefício que traz uma rádio comunitária do ponto de vista da informação. Ela ouve se souber como é importante ter uma rádio na sua própria comunidade para incentivar a cultura local, mas antigamente você ouvia porque era obrigado, mas eu não acho que atrapalhava, não.

Mesmo já sabendo da existência das cornetas, me envolvi com a rádio só quando eu vim para a instituição, pra Unas, em 1999. Você vê que não faz muito tempo. Assumi a luta em 1999 e já comecei a participar das ações. Passei por diversos projetos aqui e sei que não foi fácil enfrentar tudo o que enfrentamos.

A partir do momento em que entrei na Unas, também já estava ligado à rádio, porque pra nós não tem separação entre as duas coisas. Para nós, estar na Unas é estar em todos os projetos que são desenvolvidos aqui. Temos que prezar e cuidar da estrutura como um todo. Por exemplo, eu sou da executiva da Unas, cuido das articulações externas da organização pra trazer recursos pra cá. Estabeleço contatos com lideranças fora da favela, com deputados, com prefeitos, com senadores, com parceiros, com empresários. Faço as articulações institucionais, então, eu num fico muito por aqui porque tenho o papel de buscar recursos para manter a estrutura da Unas, para ampliar as nossas questões de desenvolvimento institucional, pra Unas crescer cada vez mais, mais forte e com solidez. Ampliar as parcerias é um pouquinho do meu papel.

Minha tarefa não é pequena, mas eu vou dizer para você o seguinte, pra nós não tem divisão se está na rádio ou não. Estamos em todo lugar onde há atuação da Unas. Quando tem problemas na rádio a gente tem que ajudar a solucionar. A grade da programação da rádio a gente quer ajudar a discutir, obviamente que os companheiros têm autonomia, têm responsabilidades com relação a tocar a programação, a manter o local limpo, agradável, mas a gente também ajuda nesse desenvolvimento, na qualidade dos locutores. Pra gente é fundamental que seja um bom trabalho, apesar deles serem todos voluntários porque é uma rádio comunitária e jamais ela será uma rádio comercial. Isso eu posso te afirmar e assegurar sem medo de errar. Ela jamais será uma rádio comercial, não foi pra esse objetivo que ela foi fundada há 20 anos. Ela continuará sendo uma rádio comunitária e é por isso que tem todas as dificuldades. A rádio comunitária tem que estar no sangue pra ela sobreviver e precisa acreditar pra continuar prestando seu serviço à comunidade.

Já fiz programa na rádio. Fui um dos locutores. Fiquei quase dois anos na Rádio Heliópolis. Era um programa sertanejo feito ao vivo. Foram momentos inesquecíveis. Era bacana pra caramba e tinha uma audiência fantástica. Eu tinha muita participação dos ouvintes e tudo mais, com muita notícia. Era bem ouvido, mesmo sendo das 22h à meia noite, porque eu não tinha tempo. Eu ficava o dia inteiro na luta, então tinha que ser das 10h à meia noite, mas chegava em casa arreventado.

Depois desse tempo, com as muitas tarefas que me deram aqui eu não consegui mais acompanhar. Tive a responsabilidade de não ficar faltando direto e passei a bola para outros companheiros.

Quanto à regularização da nossa rádio, desde o primeiro dia que ela nasceu nós pensamos na sua regularização. Na verdade eu não estava aqui ainda, mas eu estou na história e digo que desde o

primeiro dia que nós colocamos as cornetas aqui na nossa comunidade, que nós ligamos todos os amplificadores, tudo bonitinho, que nós colocamos a primeira voz no ar, a gente já pensava em regularizar a nossa rádio. Jamais nós quisemos ser clandestinos, jamais nós quisemos atrapalhar a frequência de qualquer meio de comunicação do país ou atrapalhar a comunicação dos aviões, sermos irresponsáveis, jamais.

Depois que ela se tornou FM nós buscamos, nos dois ou três anos seguintes, a regularização da nossa rádio junto a Brasília. Na década de 90 nós já tínhamos dado entrada em Brasília, no MiniCom para regularizar a rádio. Então foi falta de vontade política, de empenho político por parte do MiniCom, por parte de setores, por parte do Poder Público Federal, que não regularizou a rádio num período de quase 20 anos. A nossa rádio ficou 16 anos irregular para a justiça, mas pra gente ela sempre foi regular. O que nós fizemos foi criar algo que a nossa comunidade precisava e para atender às necessidades que o povo tinha, de informação, de cultura e tudo mais.

Então pra nós, nós nunca fizemos nada irregular e isso nós dissemos pra Polícia Federal quando ela veio aqui com um mandado de prisão. O João ficou muito bravo, queria trazer todo mundo pra cá e eu dizia: “Calma João, calma! Nós temos que manter a calma. Temos que manter a postura porque o enfrentamento nunca é a melhor saída pra as coisas ficarem boas”. E a gente ganhou a guerra sem precisar de guerra. Nós ganhamos a guerra com diálogo. Ganhamos a guerra com o enfrentamento político, com a defesa política do nosso direito.

A rádio era um importante meio de comunicação para essa comunidade e era um instrumento capaz de transformar a comunidade num bairro educador, em transformar a comunidade em um lugar melhor para viver, porque a comunicação é fundamental hoje em dia. Ela é necessária pra combater uma mídia pesada e perversa que existe hoje também, por que não? Porque aqui a gente não deixa passar o que é perverso e trabalhamos essa questão do consumismo que hoje é o grande destruidor de nossas crianças e adolescentes. Pra eles uma roupa de marca é tudo, a “motona” para menina montar na garupa tem que ser conquistada a qualquer preço. Ele tem que ter. Nós não somos contra ele ter, mas ele tem uma escada pra ter tudo isso, não pode ser atropelando um processo. Não é isso. Não é que ele não pode entrar no MC'Donald. Ele pode entrar no MC'Donald, mas ele não pode atropelar os processos da vida.

Então é esse serviço que a nossa rádio tem que prestar aqui e muitos outros, de utilidade pública. Então foi esse convencimento que fez o nosso presidente, um dos melhores que esse país já teve e eu tenho orgulho de dizer isso, o Lula, vir a Heliópolis, subir no palanque junto com o prefeito Kassab e o ex-governador José Serra, para entregar os 176 milhões de reais de recursos do PAC destinados à urbanização da nossa comunidade, e também para assinar, nesse mesmo dia, o termo de regularização e legalização da Rádio Comunitária de Heliópolis, junto com o então Ministro das Comunicações, Hélio Costa, do PMDB. O Lula tinha assumido um compromisso com a gente quando ele veio entregar o Ponto de Cultura, que só voltaria em Heliópolis quando o termo da rádio estivesse pronto e aí ele não veio na visita do Zidane, que ele também viria, mas não veio. Ele desmarcou a vinda dele porque o termo de concessão e regularização da Rádio Heliópolis ainda não estava pronto. E o presidente deixou muito claro na vinda dele aqui. Ele encerrou a fala com isso e eu nunca vou me esquecer: “Falem mal de mim, falem mal do Serra, falem mal do Kassab, mas falem bem de vocês por meio da rádio”. Isso eu nunca vou me esquecer. Não é que nós vamos querer falar mal dos políticos, mas nós vamos ter que falar dos erros cometidos por alguns políticos irresponsáveis que só atrapalham o desenvolvimento do país. Pra isso a nossa rádio tem que servir. Para o povo votar bem, para o povo escolher o seu representante, para o povo não trocar o seu voto por cesta básica, por um saco de cimento, ou tijolo e tudo mais. Então são esses compromissos que essa rádio tem assumido e vai continuar assumindo.

Depois que a papelada foi encaminhada para o MiniCom, ficamos aguardando o edital para o chamamento de abertura de canal para São Paulo. A maior mobilização mesmo que tivemos depois disso foi em 2006. Havia uma interferência grande do presidente Lula e aí partiu da presidência essa iniciativa. Tem alguns atos nesse país que só acontecem quando o presidente intervém, infelizmente. A intenção dele era democratizar cada vez mais a comunicação desse país, que sempre esteve nas mãos de alguns setores. Quando era na ditadura era controlada pelo setor dos coronéis, pelo militarismo, depois foi pelo setor da grande mídia, pela família Marinho, pela família Abravanel... Então o presidente quis dividir um pouquinho essa centralização, mas isso ainda está longe de acontecer. Tem que equilibrar um pouquinho o jogo. Você vê que a Record cresceu um pouquinho

mais no governo do presidente Lula, é evidente que cresceu. Não é só porque os fiéis estão dando mais... Não se pode existir um monopólio no Brasil como há 10 anos, que só uma rede de televisão dominava a mente das pessoas, porque infelizmente o poder de comunicação é feroz, maqueia mesmo. Tem um domínio feroz pra construir algo na cabeça das pessoas. É complicado!

Então as rádios comunitárias tiveram muito avanço nessa gestão do Lula, haja vista as que foram criadas: Heliópolis, Paraisópolis, em Minas teve rádio comunitária, duas ou três, você pode fazer uma pesquisa no Brasil, quantas rádios foram criadas... você não precisa acreditar no que eu estou falando, mas faça uma pesquisa pra você ver como cresceu o número de canais de TV comunitária, que nós estamos lutando pra ter o nosso. Quantos foram criados? Porque isso vai combatendo a grande mídia numa forma muito pequena.

Mas as memórias que tenho quanto ao fechamento da rádio em 2006 são desagradáveis. Eu acho que foi um ato muito triste. A gente estava aqui na Unas e corremos pro estúdio quando ficamos sabendo que os policiais estavam aqui com o ato de intimidação. Eu li o ato. A rádio já era aqui na sede da Unas e desceu todo mundo correndo naquele momento. A ideia inicial era resistir mesmo, porque a gente sempre resistiu à muitas coisas aqui. Nós sempre tínhamos conosco que ninguém ia tomar nada da gente. Tivemos muita ordem de despejo nesse percurso todo. Enfrentamos e vencemos, mesmo apanhando muito. Foram presas várias lideranças e tentaram matar ou sumir com várias pessoas que lutavam por nossos direitos, além de muitas tentativas de suborno aos nossos membros. Essa é a história de Heliópolis.

Então, pra nós aquele era mais um momento de enfrentamento e que podia não ter um bom final. Na minha cabeça era isso, porque os caras da Polícia Federal não brincam. Um deles falou pra nós: “Eu tenho 40 anos de Polícia Federal e já vi enfrentamento como esse não terminar bem”. Se a gente chama o povo eles também têm povo, eles também têm arma, mas nós não temos armas. Nossa arma é o povo. Então naquele momento eu pensei só nisso, que não valia mais a pena a gente ter esse tipo de comportamento. Eu tinha 22 anos e tive essa leitura da situação. Não era o momento de ter mais um confronto. Me lembro daquela ocupação dos Sem-Teto em que só estava eu e o João Miranda. A gente fez um cordão de isolamento e ganhamos a briga. Os caras estavam em 100 guardas metropolitanos, mais uns 50 militares e só eu e o João Miranda da direção da Unas junto de uns 100 Sem-Teto. A gente ia apanhar muito, mas seguramos a bronca e ganhamos a luta.

Então tem momentos que você tem que entender como que se monta o xadrez. Depois a gente articulou com o José Eduardo Cardozo, que era deputado federal e é o Ministro da Justiça hoje; com Chico Macena, que era vereador; com Eduardo Suplicy, que ligou aqui doido; com Aloísio Mercadante, que era senador. A esposa do Mercadante estava aqui no dia.

A gente sempre teve uma história aqui de luta, então tem relações políticas com algumas pessoas. A Regina Barros, esposa do Aloísio, faz um trabalho aqui já há 10 anos, mas ela nem fala que é esposa do Aloísio, ela odeia quando a gente fala. Ela não é política e nem gosta muito disso. Ela é professora e fazia um trabalho no CCA. Então a Regina, ela é uma parceira nossa, mas não usa a sua interferência política. Quer ver ela brava é começar a falar de política. Eu encho o saco dela quando ela vem aqui, falando que embora ela não goste, o seu marido vai ser governador. A Regina é uma figuraça. Aí a Regina ligou para o Aloísio dizendo que tinham prendido o João e que aquilo era um absurdo.

Aí o João foi condenado a pagar cestas básicas. O João ficou bravo lá com o delegado quando determinaram a pena dele. Ele disse que não ia pagar nada porque estava sendo condenado por um negócio que não era justo... Ele voltou no mesmo dia e agora está tudo tranquilo. Eles devolveram os nossos equipamentos há pouco tempo. Foi a primeira vez que a Polícia Federal devolveu algum equipamento de apreensão junto às rádios comunitárias. Geralmente eles mandam incinerar, doam pra outros lugares. Essa atitude foi o reconhecimento de que mexeram no lugar errado.

Acho que o envolvimento com outras pessoas que não eram de Heliópolis foi importante naquele momento e na nossa regularização. Primeiro porque a história de Heliópolis prova isso, segundo por conta da organização que nós temos, e terceiro, porque nós estávamos na legalidade porque já tínhamos apresentado todas as documentações exigidas pelo MiniCom e comunicado a eles que a nossa rádio existia. A gente estava no lugar certo, não nos escondíamos. Rádios clandestinas se escondem de um lugar pra outro. Nós sempre estivemos na mesma sede, há 20 anos, ou melhor, ou há 16, considerando a data do fechamento. Nós nunca mudamos de lugar. Ou seja, porque rádio pirata?

A gente estava no mesmo lugar há 16 anos, não cobrávamos nada das pessoas que queriam ter um programa na rádio, ela era totalmente comunitária. Essas ajudas são necessárias e mais que justas. Quem está na política não faz mais do que a obrigação em ajudar o povo porque é esse povo que também os ajuda a se elegerem. Nós não acreditamos que esse povo faz favor pra ninguém, eles não fazem mais do que a obrigação deles. Heliópolis aprendeu a ser digna e essa organização aprendeu a ter dignidade. Então ninguém vem aqui fazer graça com a gente, a gente aprendeu porque tem autonomia e responsabilidade.

Além disso, a Unas deu suporte para que a gente regularizasse a nossa rádio, porque governo nenhum regulariza nada, não existe equipamento em lugar nenhum, se não tiver uma organização capaz de mantê-la. Eu vou em outras comunidades aí que dá dó. O governo é incompetente? É verdade. Deixa o povo na miséria? Sim. Mas o povo precisa aprender a não ser refém e nem pára-choque de partido, nem de vereador, nem de ninguém. Não pode ser só corrente de transmissão. É isso que eu tenho dito. Não consigo elencar qual foi o parceiro mais importante que tivemos para a regularização da rádio porque foi um conjunto, mas pra mim foi o presidente Lula, que foi quem sancionou a autorização. Foi uma vitória de Heliópolis, uma vitória da Unas, uma vitória da comunidade. É isso, sobretudo isso.

Depois da regularização, nós continuamos com os contatos externos. Nós temos articulações em todos os níveis, não só com gente ligada ao PT, mas com gente de todos os partidos. O Wilian Woo, do PSDB, na época era deputado federal e também nos ajudou. Ele é um amigo nosso, inclusive, um cara que sempre contribuiu aqui. Então a gente tem valorizado muito essas parcerias.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – “JULIO DE MESQUITA FILHO”
 FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS
 DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
 PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO) EM HISTÓRIA E SOCIEDADE

Ficha Técnica
 História Oral Temática
 Tipo de entrevista: semi dirigida
 Responsável pela pesquisa: Vanessa Zandonade
 Local: Heliópolis/São Paulo - SP - Brasil
 Data: 27 de junho de 2012
 Duração: 1h30
 Páginas: 09

GERONINO BARBOSA
 (entrevista, 2012)

Registro realizado para a pesquisa "Rádio comunitária de Heliópolis: reivindicações e lutas por regularização e atuação oficial". Geronino Barbosa - Gerô, membro da diretoria executiva da Unas – ex-coordenador da Rádio Comunitária de Heliópolis (atuou até a regularização). A conversa foi gravada em som digital, no dia 27 de junho de 2012, em uma das salas do CCA (Centro da Criança e Adolescente), onde ele trabalha atualmente.

Temas: Democratização das comunicações; rádio comunitária; outorgas; atuação política; burocracia; memória; envolvimento social.

Nasci em uma cidade no norte de MG, cidadezinha pequena, tinha 20 mil habitantes na época. Hoje a cidade tem 200 mil. Virou outra. Saí de lá em 1986, quando Heliópolis estava em formação ainda. Isso tem 26 anos. Então, há 26 anos, adolescente, eu saí dessa cidade, de Minas Gerais, norte de Minas Gerais, divisa de Minas com Bahia. Cidade pequena que não tinha trabalho, minha família trabalhava na roça e era muito sofrimento. A gente até passava fome. Aí eu vim para esta cidade de São Paulo e encontrei Heliópolis. Não tinham casas, eram uns poucos barracos. Eu me encontrei aqui

e não sai mais. Comecei a estudar em uma escola ainda na adolescência. Em Minas, quando morava na roça, nunca tinha estudado, então quando eu cheguei aqui, eu nunca tinha ido pra escola.

Eu trabalhava com faxina de segunda a domingo. Queria buscar minha família, o que fiz depois de um ano que eu estava aqui. Passou algum tempo e, em 1991, eu comecei a estudar. Na roça, eu tinha estudado, na verdade eu tinha estudado dois anos na primeira série, porque na roça, a professora colocava uns bancos, um mais baixo e um outro mais alto, e fazia a gente estudar. Estudei dois anos assim. Mas tinham os dias certos pra ir a escola. Meu pai falava para gente estudar segunda, quarta e sexta, já que na terça e quinta tínhamos que ir trabalhar na roça. Mas nos dias em que eu ia estudar, também trabalhava na roça. Saía perto do meio dia da roça, tomava banho correndo e ao meio dia tinha que estar na escola. Chegava sempre atrasado. Às quatro voltava a trabalhar. Isso com sete, oito anos de idade. Quando cheguei em São Paulo, não tinha diploma nenhum, então fui pra primeira série, à noite, com 21 anos de idade, em 1991. Mas como me saía bem, fiz um teste e fui pra quinta série.

A escola não era em Heliópolis. Era no entorno do Heliópolis. Aí eu terminei o segundo grau. Quando estava na sexta série, eu conheci uma pessoa da Unas, uma ajudadora, que me convidou para participar da associação. Só que eu não queria. Minha mãe já tinha participado da Unas, no movimento dos Sem Teto. Ela já conhecia a Unas, mas eu não sabia, não queria saber. Fiz um trabalho muito legal na escola, de abrir as portas pra comunidade, fui o primeiro naquela época, 1991, 1992. Aí eu fui abrindo as portas. A rádio estava começando a se montar, porque a rádio começou a funcionar em 1992 e eu fazendo um trabalho paralelo. A rádio lá e eu cá, nem sabia de rádio.

A escola era muito fechada e nós começamos a envolver a comunidade com ela. Comecei a criar um campeonato dentro da escola, grupos de teatro, grupo de estudo... Aí virei uma liderança na escola e aquilo chamou a atenção de pessoas da comunidade. Me convidaram (Unas) para atuar como uma liderança na favela, mas eu disse não. Por imaturidade mesmo. Não era aquilo que eu queria. O que estava fazendo estava bom.

Em 1997, a rádio deixou de ser corneta e passou a transmitir em FM. Nesse mesmo ano eu fui para a rádio. Mudei minha postura diante da rádio pela proposta que me fizeram. O que fez eu vir para rádio foi a proposta. Paralelamente a tudo isso, desse trabalho que eu tinha na escola, eu tinha um trabalho na comunidade com os homossexuais, porque quando eu cheguei aqui tinha uns tal de grileiros que eram pessoas que diziam ser donos da terras e eram eles que mandavam, eles que davam as cartas. Ficava na comunidade quem eles quisessem, faziam aqui o que eles quisessem. Aí eles disseram pra mim: Olha... vou falar no português claro, viado não vai ficar aqui nessa comunidade. Aí tinham os homossexuais que mantinham casamentos heterossexuais para não serem perseguidos na favela. Eu cheguei e disse, “não, essa realidade não é minha”. Vou defender a comunidade e aí comecei a fazer um trabalho. Então eu chamava essas pessoas em casa, fazia um feijão, um caldinho e nos reuníamos. Graças a Deus sempre me dei bem na cozinha.

Isso muito antes da escola ainda. Só que quando eu estava na escola, que a rádio corneta terminou e virou FM, as pessoas me convidaram para apresentar um programa na rádio. Falaram para eu fazer na rádio o que já fazia na favela, com um programa voltado aos homossexuais. Aí eu me interessei. Me interessei pela rádio. Aí eu me uni a um outro rapaz da comunidade e fiz uma dupla: Nana Brasil, que era o outro, e eu, Senhorita Titi, que tinha saído de um filme de drag queen.

O programa tinha temas sérios, como a questão dos homossexuais, por exemplo e também tinha alegria e descontração. A rádio estava começando e a gente estava preocupado porque estávamos falando com uma comunidade composta genuinamente, naquela época, por nordestinos. No Nordeste, naquela época, homem era homem e mulher era mulher. Eis que o programa foi o programa de maior sucesso da rádio em sua abertura.

Esse programa ia ao ar nos finais de semana, sábado e domingo, mas aí a Unas me convidou para fazê-lo todos os dias. Fizemos um teste de um mês. A gente chegava na rádio e falava: “Ô Dona Maria, ô Dona Joaquina, Dona Joana, Seu João, Seu Manoel. É hoje! Eu estou falando com você! Puxe as cadeiras, vamos dançar! Hoje eu quero ver todo mundo dançando!”. Aí colocava aquela música do Rick Martin: Um, dois, três ... porque a gente que é homossexual, a gente conhece quando alguém é homossexual, então a gente já sabia que Rick Martin era homossexual. Mesmo naquela época a gente já sabia, então colocamos, não como tema do programa, mas a gente tocava Rick Martin todo dia: Um, dois, três, baila salsa e merengue... e a gente colocava essa música e chamava o povo pra dançar.

Era à tarde. E aí os bilhетinhos começaram a chegar. Bilhete, bilhete, bilhete. E o telefone da associação, que era o único telefone que nós tínhamos e temos ele até hoje, não parava de tocar. Aí a associação falava: “Vocês não podem dar o telefone da Unas porque o telefone é pra gente trabalhar, mas o telefone não parava”. A gente começou a pedir para não ligar e sim mandar bilhete. Aí chegava bilhete, bilhete, bilhete... Tinham muitos bilhetes e a gente lia. Tinha hora que a gente tinha que sortear para ver que música que ia tocar, porque não dava pra tocar todas. Pedia perdão, pedia desculpas, mas tinha que ser assim. Aí o programa virou um sucesso, de segunda a domingo. O programa era das 3h às 5h da tarde. Eu trabalhava das 6h às 2h da manhã.

Depois de um mês que a gente estava com o programa diário, mas já estávamos seis meses na rádio, o João Miranda, que era presidente na época, me convidou pra ser o padrinho da rádio. Ele disse que tinham discutido entre a diretoria da Unas e eu ia ser o padrinho da rádio. Ele explicou que a coordenadora da rádio tinha se formado em Letras e ia embora, pediu para sair, e o outro que também era coordenador disse que não ia ficar sem ela. Eu ia ficar no lugar deles. Fiquei preocupado porque eu não sabia fazer rádio, mas João Miranda disse que o sucesso do meu programa era a prova de que sabia sim. Foi quando comecei na rádio como coordenador.

Nesse período fui estudando. Não tinha acesso a internet. Nem sei se já tinha internet naquela época, mas aqui a gente não tinha. A gente tinha máquina de escrever. Computador aqui, nem pensar, internet então...! Comecei a pesquisar em uma biblioteca muito grande que já tinha na época. Ia pra biblioteca estudar, pesquisar o que era, como é que era, o que era rádio e o quê não era. Não tinha essa facilidade que a gente tem hoje. Não tinha isso.

Aí eu fui numa reunião de diretoria, pedi um aparte, e fui apresentado como o novo coordenador da rádio. Naquele dia eu falei, olha, só vim aqui pra pedir uma permissão pra vocês diretores da Unas: eu quero povoar essa rádio. Falei: eu quero colocar pessoas da comunidade nessa rádio para fazer programas. Porque até então não tinha. Eram pouquíssimos programas e eu ficava o dia inteiro na rádio fazendo programas.

Na época tinha o meu programa, tinha o desse Mario Sérgio e o da Telma, que era coordenadora. Eram esses três programas e à noite, eu tinha um programa com o Rappin Hood, das 6h às 8h e no final de semana eu tinha dois programas, que era o do Marcelo, que fazia um programa de rock, e o Nainã, que fazia o Nanico, um programa de MPB. Só tinham esses programas. Eram sete programas na rádio. O resto era tudo tocado a partir de um MD. Na semana, eu ficava das 8h da manhã às 6h da tarde. Tocava MPB de manhã, daqui a pouco samba, daqui a pouco forró, daqui a pouco... Sabe? Era assim que eu fazia. E eu fazia sozinho. Eu coordenava e fazia os programas... Fazia o que eu quisesse lá dentro.

Então eu falei: mas não quero isso! Eu quero povoar essa rádio... E aí, eu me lembro como fosse hoje, a fala do João. O João disse, olha Gerô, você está lá por seu mérito. Não foi ninguém que te deu essa oportunidade de graça. Você conquistou, então você faça. A gente está do seu lado. Se você erra, erramos juntos, se você acertar, acertamos juntos. Aí lá vai eu.

O Reginaldo, que hoje é diretor da rádio estava há dois meses me pedindo pra fazer um programa na rádio e eu não deixava. Pensava: Esse é um maloqueiro! Se esse moleque vier pra rádio ele vai arrasar, vai acabar com tudo. Hoje Reginaldo é o coordenador geral da rádio. Ele provou pra gente que podia, foi maravilhoso. Ele veio fazer um programa de rap e o Mano Zóio, o Danilo, sempre me pedia: “Gerô, deixa eu fazer!”. Eu disse, não, porque já tinha um programa de rap e que se ele quisesse, que fosse ajudar o Rappin Hood pra aprender. Não deixei ele fazer um programa sozinho. Tinha medo de dar alguma coisa errada! Me deram uma confiança muito grande eu não podia colocar qualquer pessoa na rádio. Aí o Danilo foi fazer o programa com o Rappin Hood. Hoje o Danilo escreve projetos pra rádio.

Coloquei um grupo de axé. O grupo dançava axé e eu os procurei para que fizessem um programa na rádio. Fui no Libera, que hoje também é um coordenador da rádio. Ele fazia funelaria e gostava muito de Roberto Carlos. Falei pra ele levar os cds que tinha e fazer um programa. Fui chamando a pessoas que eu sabia que podiam ajudar. Logo, a rádio já estava com programas de domingo a domingo, das 6h da manhã à meia noite.

Não tocava mais músicas aleatórias. Depois que trouxemos as pessoas pra rádio, procuramos dar qualidade a estes programas. Então começamos a fazer uma reunião mensal para discutir a qualidade dos programas, mas sem ter pessoas para nos orientar. O João já tinha essa visão de defender que a nossa rádio não fosse igual às outras. Se fosse pra ser igual não precisa ter mais uma

rádio. Ele dizia: a Rádio Heliópolis não tem que ser uma Imprensa FM, não tem que ser uma Gazeta, ela é a Rádio Heliópolis. Na verdade ela vai fazer uma oposição a essas.

Embora eu ainda não soubesse nada sobre a conceituação da rádio comunitária, eu tive essa concepção de trabalhar comunitariamente na primeira vez que estive na rádio, que o pessoal me falou o objetivo da rádio. Nessa hora eu já tive um conceito de comunitário e a diretoria da Unas já queria uma rádio diferente. Mas ninguém sabia de nada. Ninguém tinha ouvido falar de rádio comunitária, o que era e o que que não era. Aí, eis que a gente conheceu a Abraço. O Ricardo Campolim, um amigo meu, que era presidente nacional da Abraço naquela época, me disse que o que a gente estava fazendo era rádio comunitária. Que desde o começo a gente já era uma rádio comunitária. Então sabendo que era daquela forma que atuava uma rádio comunitária tivemos certeza que era aquilo que nós queríamos. Então se rádio comunitária era aquilo, então nós éramos uma rádio comunitária.

Foi o Campolim que procurou a gente. Não me lembro mais como foi, faz muitos anos, mas foi ele que procurou a gente. E aí ele convidou a gente para ir para Porto Alegre, num fórum. A gente vendeu rifa e tudo mais, fomos de ônibus para Porto Alegre. Eu lembro que mandaram até o Mário Sérgio, eu nem fui na época, eu era só um locutor. Foi a Telma e o Mauro Sérgio. Mas a Abraço não dava curso pra gente. A gente começava a aprender e eram os dois que traziam pra cá o que aprendiam. Começamos então a trabalhar este conceito. Eu comecei a expor nas reuniões o que era uma rádio comunitária, o que eu achava o que era uma rádio comunitária: “A rádio tem que ter gente. Uma rádio tem que ter um objetivo. O objetivo é deixar as pessoas informadas da notícia claramente, não sensacionalista”. Mais um pouco à frente a gente conheceu a Oboré. A Oboré tirou a gente da escuridão e nos apresentou a luz. A Oboré começou a dar cursos para gente. O que que era um microfone, qual a importância disso...

A Oboré chegou aqui em 2000. O Adriel Ferreira, que era meus pés e minhas mãos dentro da rádio, vai fuçando e não sei como ele conheceu o Sérgio Gomes, da Oboré, e trouxe ele pra cá. E aí ele começou a trazer coisa pra gente, trazer reuniões, trazer cursos pra mostrar para gente o que era de fato uma rádio comunitária. Dizia para gente o que era um microfone e sua influência na sociedade. A gente fazia os programas, mas a gente não tinha ideia de que um microfone é uma arma, que ela pode ser do bem ou do mal. E aí ele começou a fazer isso e a trazer essas coisas. Nos apresentava à pessoas também e levava nossa experiência para outras comunidades e trazia outras experiências. Por isso, a gente diz que a Oboré veio para tirar a gente da escuridão e apresentar a gente à luz, porque nós fazíamos certo, mas aleatoriamente, sem um caminho, uma direção, sem um planejamento e a Oboré veio para modificar tudo isso. Eu não sei qual é a visão das pessoas que estão na rádio agora, mas pelo menos naquela época era essa visão que a gente tinha.

Em 2003, início de 2004, foi quando eu falei pro João que eu não estava aguentando mais. Nesse período começou um problema de indisciplina, indisciplina mesmo, que quebravam equipamentos, mexiam na mesa de som, mexiam em tudo. Tinha gente que estava cansado de fazer o programa na rádio e tinha bronca de outro. Quando terminava o programa, bagunçavam tudo e iam embora, quando o outro chegava não conseguia fazer o programa. E começaram essas picuinhas. Essas besteiras. E aí eu falei, meu Deus, eu não aguento, eu estou morto!

Me lembro que, no mês de dezembro, ou janeiro, eu saí de férias. Fui para Salvador. Isso foi em janeiro de 2002. Eu fui na casa de um amigo meu. Fiquei um mês e deixei o Adriel pra ser o coordenador nessas minhas férias. Foi a primeira vez que eu deixei de ser coordenador em todos esses anos, de 97 a 2002. Seis anos sem tirar férias, sem me afastar da rádio por nenhum momento, nenhum dia, porque eu ia na rádio todo dia, mesmo nos finais de semana que eu não trabalhava eu não saía da rádio, porque se tinha um problema pra resolver, qualquer coisa, eu estava lá. Aí eu saí de férias. Aí o Adriel começou a trabalhar no meu lugar e as pessoas diziam que ele tinha que ser o coordenador, porque eu não prestava e era isso e aquilo outro. E um dia na reunião da rádio o Adriel gravou tudo. O povo dizia que era meu amigo, dizia que me amava, que eu era o máximo, mas quando me ausentei ...

Mesmo quando eu estava lá em férias, quando chegava em casa começava a pensar na rádio. Sempre andei com um bloquinho, desde quando eu era criança, e tudo que vinha na minha cabeça eu escrevia. Aí criei uma norma pra rádio, que depois virou o regimento interno, com a aprovação de todos. Foi aí então que eu criei o regimento interno da rádio.

Aí liguei para o Adriel e pedi para ele marcar uma reunião da rádio para o dia seguinte ao momento em que eu chegaria de Salvador. Já na reunião eu entrei e sentaram-se todos. Fechei a porta. A reunião era só um comunicado. Falei: “Como eu pedi para o Adriel falar para vocês, a reunião vai

ser só um comunicado. A partir de hoje, todos devem chegar 10 minutos antes de começar a programação; todos devem deixar o programa 10 minutos faltando da programação; todos vão ter que escrever um relatório de como estava a rádio quando entrou e como a está deixando; e todos devem tocar o apoio cultural ou uma utilidade pública no intervalo de cada música. E digo mais. Antes que qualquer um falar algo contra esse comunicado, quem concordar, concordou, quem não concordar, a porta da rua é serventia da casa. Pode sair. Tem mais uma coisa, o Daimon, o Mioge e o Beta, vocês três, agora vão ser uma equipe de programa. Vão apresentar de segunda a domingo, a programação de samba, das 8h às 10h da noite”.

Era muita gente! Não estava mais dando conta. Tinha o Reginaldo, o Marivan, o DJ Cebinho, o Danilo, o Rappin Hood, oito pessoas fazendo rap, cada um em um dia da semana, então tinha sete programas de rap, com oito pessoas, na rádio. Eu falei: “vocês oito vão fazer uma equipe. Vão apresentar um programa de rap de segunda a domingo. O rap é das 6h às 8h não é? Então vocês vão criar”. Libera, Renato e J. Maria também formariam uma equipe. O J. Maria apresentava o programa Roberto Carlos e convidados no final de semana, o Libera e o Renato apresentavam na semana. Então vão ter que ser uma equipe. Um vai ter que falar com o outro e fazer um só programa. “Tudo bem?” A reunião acabou e começaram a reclamar. Eu dizia: “Não quero saber. Tchau! A porta está aberta. Quem quiser embora...”

Aí o vice-presidente, Agnaldo, fundador da Unas, disse que estava indo embora. Falei: olha, só vou falar curto e grosso pro senhor: Como o senhor faz o seu programa? Como é que o senhor fala no seu programa? O Senhor já prestou atenção? O que é que o senhor fala? O senhor é vice-presidente da Unas e fala mal da Unas, abre o microfone da Unas, da rede da Unas, para falar mal da Unas. Falar que na Unas só tem corrupto? Como é que é isso? O senhor já escutou o que o senhor fala? Então se o senhor quer ir embora, a porta da rua é serventia da casa. Vice-presidente da Unas indo embora da rádio. Aí no outro dia eu recebi o apoio de toda a diretoria.

Um outro, o seu Pirassununga, abria o microfone, fazia um programa das 8h às 10h da manhã, programa de sertanejo, muito bom, ele trouxe muita coisa boa pra rádio naquela época. Tinha um trabalho em outra rádio e trazia para Heliópolis, mas não cabia porque ele falava assim no final do programa: olha, o meu programa gente, o único programa bom da rádio acabou, se vocês quiserem mudar de estação agora, pode mudar porque o único programa bom da rádio acabou, que é o meu. Então tchau, pode mudar de rádio. Amanhã você torna a ligar no mesmo horário. Ele falou: eu também vou pra fora. Falei: Tchau seu Pirassununga, por falta de tchau, adeus, pra nunca mais. Seu Pirassununga saiu pra um lado, seu Tomas saiu pro outro e esse Agnaldo também. Da rádio saíram 4 ou 5 pessoas. Daí pra frente começou a mudar. A rádio começou a entrar nos eixos.

Quinze dias depois chamei o João para falar sobre tudo o que estava acontecendo e comentei que eu precisava ter mais fôlego. Ele sugeriu a criação de um grupo de gestão para a rádio. Eu continuaria como coordenador geral, mas teria um grupo que ia me ajudar na coordenação. Me perguntou sobre quem eu achava que poderia e eu disse que preferiria pessoas mais sérias na rádio. Eu queria um pessoal mais velho, que fosse um pouquinho mais conservador. Foi quando a gente chamou o Adriel, que já era meu braço direito, estava na rádio todos os dias, fazia reportagens e fazia as coisas; o Libera e o J. Maria. Então quatro pessoas vieram para somar comigo. Aí a rádio deu um salto e eu continuei coordenando. Naquele período, já em 2003, início de 2004, foi quando a gente teve a ideia, junto com o Sérgio Gomes, de fazer o Fórum de Planejamento da Rádio. Então a gente fez, acho que, durante 20 sábados.

A gente ficava o dia inteiro reunidos no Fórum de Avaliação e Planejamento da Rádio Heliópolis. A rádio foi melhorando cada vez mais. Mas a gente começou na frequência 98,3, ao lado da Metropolitana e ela bateu na gente. Não veio polícia nem nada, mas tivemos que mudar de canal. Fomos pra a 97,9. Aí veio outra rádio que, não sei se era a Nova, que de novo nos “apertou”. Aí o que foi quando nós fomos fechados. Veio a Anatel. Na época, ligaram aqui pra Unas dizendo que era alguém que trabalhava na Anatel, e que lá pra Anatel era questão de honra fechar a Rádio Heliópolis. Por isso era pra gente tomar cuidado! Nós tiramos a rádio do ar, escondemos todas as coisas na casa do marido da Milena, uma professora muito atuante na escola Armando Sales. Guardei os equipamentos lá. Uma semana depois nós fizemos um ato. Pegamos todos os equipamentos de volta e colocamos no ar de novo. Mobilizamos a comunidade. Aí depois de algum tempo, a Rádio Heliópolis fechou realmente. Demorou, acho que dois anos ainda pra fechar. Não sei se aquela ligação era verdade ou se não era. A gente até mobilizou imprensa pra filmar o ato em 2005 e tudo mais. Num

belo dia de 2006, ela foi fechada. Em 2004 tinha aberto outro CCA (Centro da Criança e do Adolescente) e o João me perguntou se eu queria coordenar aquele projeto, já que eu estava cansado da rádio. Ganhava três vezes mais do que eu ganhava. Mas aí eu disse que não ia e sairia da rádio quando conseguisse legalizá-la.

A gente sempre teve a ideia de regularizar a rádio. Porque a gente sempre colocou que ela era legal, já que era uma rádio pública de verdade. Foi criada com esse intuito, com esse objetivo, mas que infelizmente não era legalizada na questão burocrática, na lei, essas coisas. Então a gente sempre teve um sonho de legalizá-la, mesmo sem saber o que a gente tinha que fazer para ter uma rádio comunitária legalizada.

Quando o presidente Lula entregou a outorga, na reunião do dia seguinte falei que queria sair. “Eu quero sair já. Não quero ir embora amanhã”. Foi quando o Reginaldo virou o coordenador. Na época, o Gilberto de Carvalho (assessor da Casa Civil) disse que essa era a primeira rádio comunitária a ter um processo de retorno tão rápido depois de seu fechamento. Entre as rádios que eram fechadas, a maioria não reabria nunca mais. Podia até fazer outra rádio, mas aquela já era.

Então, quando fechou, a Polícia Federal entrou e disse: “Para aí. Para tudo e tira a rádio do ar”. Eles tiraram. Normalmente, quem fecha rádio é a Anatel. Ela vem e lacra a rádio sozinha, com uma fita, e vai embora. Era assim em todas as rádios. Depois voltava e levava as coisas. Na Rádio Heliópolis não, era tão questão de honra que os fiscais chegaram e levaram tudo embora. Tiraram do ar e levaram os microfones, a CPU do computador...

A Rádio Heliópolis tinha uma arma na mão, era a principal do Brasil. Na época, éramos considerados pela Amarc, pela Abraço, pela Ancarc, pela Criar Brasil, como uma referência. Tinha um monte de outras associações que convidavam a gente pra fazer parte das mesas de discussão dos congressos, falar da experiência, da importância do nosso processo de luta. Todas queriam a gente como filiados delas, mas nessa época só éramos filiados a Abraço. E aí, a gente começou a levar essa experiência para outros lugares e ganhou uma força muito grande. Quando a Anatel estava conversando com o João e a Claudinha pra fechar a rádio eu pensei: “Se eu entrar lá, vou ser só mais um. Eu não vou entrar”. Entrei na minha sala e comecei a ligar: “Oboré, a Anatel tá aqui agora fechando. Manda vê, manda bala aí comunicando todo mundo”. Ligamos também pro gabinete do Chico Macena, que é um vereador que a gente apoia aqui na comunidade, que contribui com a gente. Inclusive agora ele passou dois dias aqui, num sábado e domingo. Você imagina um vereador, com tantos afazeres, ficar dois dias com a gente, para gente discutir o regimento interno da Unas das 7h da manhã às 6h da tarde. Liguei no gabinete dele e disse: “manda bala aí, liga para todo mundo, manda telefonema, manda e-mail para todo mundo”.

E continuei ligando. Liguei também pro gabinete do Mercadante, falei pro Fábio ligar pro Suplicy e aí começou a rede. Pra quem eu ligava ia ligando para outro. Aí começaram a mandar as moções de apoio e as outras rádios mandando e-mail pra gente. Eu pedi pra centralizar tudo na Oboré. Eles mandavam para Oboré e a Oboré reenviava pra cá. Reenviava, reenviava. Isso no mesmo dia! Aí eu e o João fomos pra delegacia da Polícia Federal, onde ficavam os equipamentos apreendidos. Era lá na Lapa. No meio do caminho, eu liguei para doutora Anna Cláudia, do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, na PUC...

Particpei da criação do escritório da PUC. Eu participei de quase tudo. A rádio Heliópolis, lá atrás, tinha participado da mobilização “Cadê Canal para Capital?”, porque diziam que não iam legalizar rádio na capital de São Paulo porque não tinha canal. Aí cinco anos depois definiram um canal pra cá. Depois fomos discutir como íamos legalizar as rádios da capital. A gente puxava tudo e o Sérgio Gomes puxava as outras. Podem não gostar da gente, mas não dá pra negar que a Rádio Heliópolis puxou as mesas de trabalho, que era o fórum permanente realizado todo mês para discutir a democratização dos meios de comunicação e discutir a legalização das rádios comunitárias, saber quais os que precisavam para legalizar, quais eram as pessoas que podiam ajudar, etc. Tinha o Fernando Pereto, que é um engenheiro, que podia ajudar na localização das rádios e também tinha a doutora Maria de Fátima, uma engenheira, que podia dizer o tamanho exato da antena. Discutíamos coisas técnicas. E nós começamos a juntar essas pontas. A Rádio Heliópolis e a Oboré. As rádios eram convidadas a participar das reuniões lá na Câmara Municipal. Então, pra você ver, tanta coisa que a Rádio Heliópolis fez... qual a importância da Rádio Heliópolis em todo esse processo.

E hoje eu tenho uma crítica. Eu fico preocupado com esses meninos que estão na rádio hoje porque tem que retomar tudo isso. Tem que retomar. Eu não posso porque eu estou com 3 mil coisas

pra fazer e também não posso caducar lá na rádio. Eu acredito num processo de formar cidadãos para tocar, pra gerir as coisas e você vai embora, vai embora, fazendo outras coisas. É isso.

Neste processo das mesas começamos com a consultoria da doutora Anna Claudia, do Escritório Modelo, pra saber o que podia fazer e o que não podia. Tinha o estatuto das rádios, porque as rádios não tinham estatuto, as rádios estavam começando a se organizar. Heliópolis já tinha o estatuto da Unas que era só colocar as cláusulas da rádio dentro do estatuto. A Ana Claudia que colocou.

Então, no dia da nossa prisão, eu liguei pra Anna Claudia e disse que o João estava preso. Os equipamentos estavam presos. Aí a Ana Claudia foi lá. Ela entrou na sala e começou a dizer o que era a Rádio Heliópolis. Os técnicos diziam que estavam cumprindo ordem. Teve um que chorou. Ele disse que conhecia a Rádio Heliópolis de ouvir falar e a conhecia pela internet, porque a gente já estava na net. Naquela altura do campeonato, se digitasse Rádio Heliópolis no Google já tinha muita coisa. E ele disse que tinha uma filha que defendeu um TCC sobre a rádio e tinha tirado nota 10. Ele conhecia bem a Rádio Heliópolis e já tinha vindo com ela aqui. Eu falei, olha até um técnico da Anatel tinha vindo aqui e nós não sabíamos. Pra você ver como é que a gente é aberto pra todo mundo. A gente não dizia não para ninguém. Enfim, foi isso que aconteceu.

O João não ficou preso, nós viemos embora, mas os equipamentos ficaram lá. Aí a gente voltou pra cá. Tudo isso no dia 20 de julho de 2006. No outro dia, 9h30 da manhã, 24h depois, o telefone tocou. A recepcionista atendeu o telefone e o cara disse que era o Gilberto de Carvalho, assessor do Gabinete do Lula. “Quero falar com o Gerô”. Aí ele me disse: “Olha Gerô, eu estou passando o telefone para você conversar com o doutor Yapir Marotta, ele é superintendente da Anatel e vai dizer o que você precisa fazer para reabrir a rádio, já”. Comecei a tremer. Tava a executiva da Unas do meu lado. Então o Dr. Yapir disse que a gente podia voltar a funcionar imediatamente, desde que a gente elegeisse uma universidade para experimentar o canal que seria destinado pra gente. Eu anotei tudo.

Liguei para o Sérgio, que era a pessoa que estava com a gente e que tinha as ideias. Expliquei tudo pra ele e marcamos uma reunião na Oboré. Tomei o ônibus e fui pra lá porque já tinha conversado com o pessoal aqui. Ele falou: Gerô, quais as universidades que vocês têm mais afinidades? Eu falei: nós temos a USP, que nós temos vínculo com a doutora Maria Ruth na questão da moradia e também com a rádio USP, uma rádio que a gente está sempre junto, somos parceiros; temos a Metodista, que a professora Margarete faz o jornal com os alunos aqui no nosso bairro; e nós temos a São Marcos, que nós estamos num processo... Ele perguntou qual eu achava que seria a melhor pra fazer a parceria. Eu disse que precisava de mais gente para ajudar a decidir isso. Decidimos então fazer um fórum lá em Heliópolis, uma reunião, mobilizando o maior número de pessoas, no sábado, com toda a diretoria da Unas e todas as pessoas que trabalham na Unas. Então mobilizamos todo mundo, enchemos aquela quadra. A maioria votou que teria que ser a Metodista, porque a Metodista já tinha a questão do jornal com a gente muito forte.

Escolhemos a Metodista e depois eles deram um furo com a gente. Pelo amor de Deus, eu não quero nem ver a Metodista na minha frente mais. Se chega um estudante da Metodista, eu atendo como todo mundo, mando abraço para alguns professores como a Cecília, que a gente ama muito, a Margarete, o Borga, que contribuiu muito com a gente. Borga é da CBN e dá aula na Metodista. Tem muita gente boa, mas a universidade em si...

Eu falei uma coisa errada. O doutor Yapir falou que nós íamos colocar a rádio pra funcionar em caráter experimental por um ano, num canal que a gente depois devolvia para o MiniCom. A gente devolvia e ia para outro canal, que era o canal destinado à rádio. Falei, mas porque que a gente não vai pro canal definitivo logo? Disseram que precisam experimentar. Então eles queriam usar a gente. Até pra nós voltarmos a funcionar, eles usaram a gente.

Então nós fomos experimentar o canal 199, a frequência 87,7. Porque nós estamos legalizados na 87 ponto 5 e o 87 ponto 5 é o canal 198 e o 87,7 era o canal 199, nós fomos funcionar no 87,7. Fomos experimentar. O papel da Metodista era fazer o relatório de acompanhamento da gente para ver se funcionava, se não tinha interferência, se estava pegando, se estava alcançando os objetivos, se a gente estava atuando como uma rádio comunitária de verdade. Tinha que fazer relatório de 3 em 3 meses e mandar a Anatel. Mas a universidade nunca veio aqui. Veio no primeiro, quando a gente a escolheu.

Um ano depois de tudo isso, o Lula veio pra comunidade e disse: “Geronino, vocês podem falar mal de mim, mal de todo mundo, mas falem bem de vocês. Porque vocês são autênticos...” Com aquele jeito dele falar não teve uma pessoa ali que não tivesse chorado. Foi lágrima pra todo lado, todo

mundo abraçando todo mundo, todo mundo chorando... Coisa mais linda, mais maravilhosa que aconteceu naquele dia.

Aí no dia seguinte a gente fez uma reunião na rádio, falei com a presidente e disse que a partir daquele momento eu não queria mais ser coordenador da rádio. Eu contribuí nisso... Então o trabalho já estava mais do que realizado, da minha parte. Falei: “nós temos muita gente na rádio, temos cerca de 40 pessoas na rádio e todo mundo está apto para ser coordenador”. Aí nós abrimos um processo de votação. “Quem quer ser coordenador da rádio? Ou se não quer ser, quem vocês acham que pode ser?” Por unanimidade acharam que seria a Claudinha e o Reginaldo. Bom, já que assim vocês acham, então vai ser a Claudinha e Reginaldo. Os dois vão ser os coordenadores da rádio. Falei, olha, eu não sei se dá certo, a gente pode tentar, mas tem que ter um coordenador geral, que é pra gente se responsabilizar. Quem é que nós vamos responsabilizar quando tiver alguma coisa? Cachorro de muitos donos morre de fome. Porque um acha que o outro deu comida e o outro não deu. Então, é assim. Nós vamos combinar: Todo o dia vai ter que ter um na rádio. Um fica até meio dia e o outro, de meia dia pra tarde. Vai ter que ter sempre alguém dentro da rádio. Beleza então, tchau!

Agora eu fico triste porque todo um trabalho de respeito, de entendimento das pessoas está se perdendo... A gente não era um salvador da pátria, mas a gente era uma fortaleza. As pessoas viam a gente como um exemplo a ser seguido. E isso começou a se perder ali. Porque a gente parou de participar das coisas fora de Heliópolis. O Itaú Cultural não dava um passo sem antes ligar pra cá. A Faculdade de Saúde Pública, doutor Paulo Barros, a Oboré, as pessoas sempre nos procuravam. Aí se fechou e se perdeu tudo isso. E a minha pergunta é: “Pessoal, no dia que essa rádio tiver um problema, quem é que vai ser o nosso parceiro? As pessoas que amavam a gente, muitos deles hoje, às vezes até nos odeiam! Porque a gente não está mais junto deles! Nós, que éramos exemplo, que estávamos sempre junto, que as pessoas vinham nos visitar pra conhecer, pra saber como é que fazia, essas pessoas sumiram! E a gente também sumiu delas. E aí? Como é que vai ficar?”

Mas na semana passada eu recebi uma ligação dizendo que vai ter o primeiro fórum da Amarc em São Paulo. O encontro vai ser aqui mas não vai ser de São Paulo, vai ser nacional. E eles ligaram aqui pedindo ajuda na organização. Eu fiquei muito feliz. Já chamei o Reginaldo, chamei o Rogerinho e falei, vamos conversar aqui: “Nós vamos amanhecer dias, perder noites de sono, mas nós vamos organizar isso e nós vamos estar junto, vamos voltar a ser referência. A gente tem, a gente é obrigado a ser referência. Nós temos que ter no mínimo essa dignidade, porque quando nós precisamos todos estavam lá e agora que muitos precisam de nós não estaremos lá? Como é que é isso? Nós temos que estar lá. E eu vou junto. Vou junto, mas mais uma vez, mas vocês é que vão sustentar isso. Eu vou junto pra dar o pontapé inicial somente”.

E aí foi que eu lembrei e falei: Vocês lembram, alguns aqui lembram, quando eu fui pra Salvador e as mudanças que fiz assim que eu cheguei. Eu não vou falar nesse tom, acho que ninguém precisa disso, e nem eu, minha cabeça hoje é outra. Agora eu acho que não é assim que se resolve as coisas. Se fosse pra fazer aquilo eu não faria daquela forma. Faria diferente e é o que eu estou fazendo. Ninguém é obrigado a estar aqui, a fazer parte da Rádio Comunitária de Heliópolis e nem a fazer parte da Unas. A vida como é que é? A vida é um trenzinho! A Rádio Heliópolis também é esse trenzinho em que você vai andando. Quando chega numa estação, muitas pessoas entram, muitas pessoas descem. Se você acha, qualquer um de vocês achar, que é hora de vocês descerem do trenzinho, muito obrigado, pode descer que a gente continua no trenzinho. E as pessoas que quiserem entrar, a porta vai estar aberta pra elas entrarem também. Então nós temos que voltar a ser sujeitos. Sujeitos de uma história. Sujeitos na questão da democratização dos meios de comunicação. Vocês lembram o que é que o Lula falou pra gente”.

Recentemente eu conversei com ele de novo, em 2011. Foram 28 rádios, uma de cada estado e duas de São Paulo a Brasília. Lá, o Lula deixou todo mundo, veio do meu lado e me abraçou. Tem uma foto que colocaram no jornal da Unas em que ele está mexendo no meu broche e o pessoal começou zuar comigo dizendo que o Lula estava pegando no meu peito. Naquele dia, ele perguntou como estava Heliópolis e que viria aqui depois do mandato dele. Ele disse: “Eu vou lá viu!! Eu vou lá pra gente bater um papo. Eu quero ver como é que anda aquilo lá”. E começou a conversar comigo como se nós fôssemos dois amigos. E eu fiz uma pergunta pra ele lá, na questão da democratização dos meios de comunicação. Perguntei se ele achava que esse era o caminho (rádios comunitárias). Ele falou que quem ia abrir o caminho para os veículos de comunicação começar a entender a questão da democratização eram as rádios comunitárias. Disse que contava muito com a gente.

Quer dizer, aí naquela reunião com o Reginaldo e o Rogerinho eu relembrei toda essa história e falei que um país, uma nação contava com a gente e a gente agora não podia nos acovardar. Aí todo mundo aplaudiu. Eu falei: “Não quero aplauso. Eu quero que cada um coloque a cabeça no travesseiro e pense quem fomos, onde começamos, onde chegamos e o que queremos. Pensar se nós queremos ficar nesta mesmice e achando que nós estamos com o rei na barriga. Não é essa rádio que eu ajudei a criar, não. Então agora não vou deixar isso se perder. Estamos juntos pra melhorar tudo isso”.

O caminho é ter apoios. Se alguém manda a papelada pra Brasília e fica esperando as coisas caírem do céu pra fundar a rádio, nunca vai vir nada. Nunca vai sair do papel. O primeiro passo é montar a rádio, no fundo do quintal ou em uma salinha. Montou a rádio? Tá, agora vamos fazer os documentos. O documento está lá tramitando na lei, mas você está funcionando aqui. Tá entendendo? Você não está violando a lei. Aí você precisa conhecer a lei de imprensa, conhecer as leis, pra você ter argumento, tá entendendo? Ter argumento. A gente pode não conhecer, mas a gente tem que conhecer pessoas que conheçam. Eu não sei, mas conheço quem conhece e eu trago do meu lado quem conhece, eu estou calçado aqui em quem conhece! Tá entendendo? É isso. A gente precisa de aprender tudo isso.

E aí, com tudo isso, tem que ter o respaldo da comunidade. O primeiro respaldo é o da comunidade. O segundo, e não menos importante, muito importante também, é o da parceria, de quem conhece, de quem pode abrir caminhos, pode trocar experiência comigo, trocar saberes para eu tocar essa rádio. Como é que nós chegamos aqui? Com essa troca, com essa abertura. A gente leva conhecimento e eles trazem também, então vamos trocando. Então, sozinho a gente não é nada. Às vezes a gente pensa que está lá em cima do pedestal, mas está sozinho, pra alguém puxar o seu tapete, pra você cair é muito fácil. Mas quando você está aqui, mas está com uma parceria forte do seu lado, se alguém tentar puxar o seu tapete é só você dar um gritinho: “gente, me socorre aqui, me ajuda!” Aí todos vêm. E foi o caso de Heliópolis. E foi isso.

Não foi só por isso que ela foi regularizada primeiro, em São Paulo. Teve também todo o trabalho que a gente fez. A gente arregaçava as mangas, a gente pedia. Fazia eventos aos domingos, acordava às 6h da manhã em pleno domingo, quem é que quer isso? Nós fizemos porque a gente acreditava. E aí, nós mostramos a nossa cara. A partir do momento em que você mostra a cara, as pessoas pensam que antes de mexer ali, vão fazer primeiro nos arredores porque ali é difícil. Você não viu ligar uma pessoa e dizer que era questão de honra para a Anatel fechar e demorou dois anos pra fechar? E se fechou devido aquela anterior? Não sei. Mas só sei que, no mínimo, eles protelaram isso por dois anos. E continuaram fechando rádio. Todo dia saía na imprensa que tinha sido fechada uma rádio pirata em tal lugar. E a gente continuou, porquê? Porque a gente mostrava a cara e mostrava "trabalho", trabalho concreto. Crianças desaparecidas, programa com crianças, aula de educação na rádio, programa de saúde que falava do uso de preservativo e vários outros.

A gente sabe que não existe uma rádio totalmente comunitária, não existe, porque a lei faz de tudo pra reprimir, ao invés facilitar, contribuir. Ela diz que não pode ter comercial e então vai sobreviver do quê? Diz que a antena não pode passar de 30 metros, realmente a gente não passa. Diz que não pode passar de 25 watts, realmente a gente não passa, mas com 25 watts ela pega um trecho muito pequeno, a Rádio Heliópolis pega hoje um trecho muito pequeno. São muitas restrições.

Agora, nós podemos infringir essa lei? Claro que não. É a lei que nós temos! Que nós lutamos para ter! Agora nós vamos lutar e trabalhar para que essa lei se abra um pouco mais porque uma lei não é Deus. A lei, ela pode ser emendada. Pode entrar coisas ali que melhorem essa lei. Mas pra isso a gente precisa saber do que a gente está falando. E a gente tem que respeitar aquela lei que existe, mas respeitar a lei não é se fechar no mundinho, não se articular. Eu vou respeitar a lei aqui, mas vou me articular ali, vou me articular acolá. Vou nas igrejas evangélicas, trazer os evangélicos para rádio; vou trazer a igreja católica pra cá; vou trazer todo mundo pra cá; vou trazer o candomblé pra cá; vou trazer as pessoas homossexuais... vou trazer todo mundo pra cá. Aí agora nós vamos pegar tudo isso, fazer a discussão e vamos buscar outras rádios, buscar outras associação, outras pessoas e aí nós vamos fazer um fórum e aí vamos mostrar pra quem criou a lei: olha aqui ó, nós temos um grupo legitimizado e nós queremos isso.

Nós fizemos isso pra criar a lei, pra criar canal para capital, pra criar tudo isso. Nós fizemos isso! Porque que nós não podemos mudar a lei agora? Porque tem muita gente que não quer. Ah, isso dá muito trabalho. Tá, e aí, vocês vão ficar de braços cruzados? E o que é pior: é gente da comunidade. Gente que passou por esse processo, hoje não tem coragem de fazer isso. Parece que falta alguém pra

puxar, sabe? E eu não aguento mais. Não tenho mais tempo pra isso. Agora, chega uma hora que outras pessoas também têm que assumir. Aí as pessoas estão esperando eu chegar na rádio e puxar. Eu não posso puxar. Eu posso puxar, mas tem que ter alguém pra continuar. E tem. Não vejo essa coragem nas pessoas.

Eu disse a eles: “Eu queria que vocês entendessem isso, quando é que vocês vão entender isso? Quando é? Enquanto vocês não entenderem isso, não adianta vocês falarem que nossa rádio é muito boa. Tudo mundo fala isso. Vocês têm que entender”.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – “JULIO DE MESQUITA FILHO”
 FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS
 DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
 PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO) EM HISTÓRIA E SOCIEDADE

Ficha Técnica
 História Oral Temática
 Tipo de entrevista: semi dirigida
 Responsável pela pesquisa: Vanessa Zandonade
 Local: Heliópolis/São Paulo - SP - Brasil
 Data: 27 de junho de 2012
 Duração: 30m
 Páginas: 06

REGINALDO GONÇALVES
 (entrevista, 2012)

Registro realizado para a pesquisa "Rádio comunitária de Heliópolis: reivindicações e lutas por regularização e atuação oficial". Reginaldo Gonçalves, coordenador geral da Rádio Comunitária de Heliópolis. A conversa foi gravada em som digital no dia 27 de junho de 2012, em uma das salas da sede da unas.

Temas: Democratização das comunicações; rádio comunitária; outorgas; atuação política; burocracia; memória; envolvimento social.

Tenho 35 anos, vim pra Heliópolis com 05, anos de idade, em 1982, mais ou menos. Meus pais são pernambucanos e vieram para São Paulo a procura de uma vida melhor. Vieram morar em São Caetano, depois foram pra São João Clímaco, que é aqui do lado, e de São João Clímaco vieram para Heliópolis.

Na época que eu vim pra cá ainda não existia nem rádio corneta, surgiu depois, quando eu já era um pouco maior. Naquele tempo tinha um campo de futebol aqui, a Copa Rio, e a gente ficava jogando bola lá, bolinha de gude, soltando pipa e tinha uma corneta lá, que chamava a nossa atenção. A sede da rádio ficava um pouco distante dali. Mas, na verdade até me incomodava um pouco porque naquela época eu queria só brincar. Aquilo pra mim era só um barulho. Pra falar a verdade, eu comecei a me envolver mais com esta questão de ajudar na melhoria da qualidade de vida na comunidade, em 1999, quando eu vim pra rádio. Antes desse período eu não me preocupava muito.

Tinha programação todo domingo, acho que durante duas horas. E aí nessas duas horas eles passavam informações sobre a comunidade, passavam música, falavam da entrega do leite, na época, e também falavam do dia dos mutirões e reuniões. Pra discutir os problemas da comunidade.

Minha entrada na rádio foi influenciada por um amigo. Eu tinha um vizinho, que era DJ, que é o DJ Sapão, né. Ele começou a me ensinar a manipular a pick-up. Depois de um tempo ele teve a oportunidade de fazer um programa aqui na rádio. Naquele época eu achava a rádio bem interessante porque tinha o programa do Rappin Hood. Era um programa de rap e eu gostava muito. Só que na

minha cabeça eu imaginava que eu nunca ia ter acesso a uma coisa dessa. Estar na rádio era uma coisa muito importante e a pessoa que tinha um programa era um cara conceituado, era uma coisa bem distante de mim.

Nesse período eu trabalhava fazendo bico numa gráfica. No primeiro dia em que o Sapão foi fazer a programação da rádio a gente chamou o pessoal pra ouvir. A gente chegou da gráfica, trabalhávamos das 6h às 2h da tarde, reunimos um pessoal lá em casa e ficamos jogando baralho pra esperar o horário em que o Sapão entraria no ar. Só que naquele dia o Sapão não teve o programa. Houve um problema que eu não sei o que aconteceu, mas ele não foi pro ar. E nós esperando. O pessoal falava que era chaveco do Sapão pra gente ficar escutando a programação da rádio. E a gente ficou naquela expectativa lá em casa. Era o Mário Sérgio que fazia a programação na época também e infelizmente nesse dia ele não conseguiu entrar no ar. Pro pessoal acreditar que tinha mesmo o programa foi preciso esperar pelo dia seguinte, quando o programa começou a tocar.

Aí ele me chamou pra conhecer a rádio e comecei a ajudar o pessoal de lá. Selecionava as músicas e anotava o pedido das pessoas. Naquela época não tinha um telefone na rádio, então a pessoa vinha aqui e pedia música. Pediam para tocar só depois de cinco minutos, ou dependendo do local onde morava, depois de 10, pra dar tempo pra pessoa chegar em casa e escutar o som que havia pedido. Era muito louco. Às vezes eles ligavam no telefone aqui da Unas, que ficava na quadra. Então eu descia, porque a rádio era no sobrado, anotava o pedido e voltava para levar o recado pro Sapão. Quando começou a aumentar a audiência, às vezes eu chegava a descer, pegar o pedido e o bilhete da pessoa e quando chegava lá em cima já tinha outra ligação. Eu tinha que ficar subindo e descendo aquela escada. Mas as ligações estavam atrapalhando até o Fábio, que é um dos diretores da Unas. Ele ficava na sala da recepção. Foi aí que depois a gente conseguiu um telefone pra lá. A gente não tinha verba pra ter um telefone naquela época.

Aí, a primeira vez que eu conheci a rádio já me encantei. Achei muito louco. A pessoa falando no ar e as pessoas ouvindo. As pessoas deixavam a casa delas pra vir aqui pedir uma música e falava o tempo pra gente pôr, era muito louco! Me encantou. Só que eu não tinha coragem de falar no microfone. Eu só selecionava a música ali e trabalhava na sonoplastia de vez em quando também, porque eu ficava com medo de errar. Era uma responsabilidade grande, né. E era só isso que eu fazia, aí aos poucos ele foi falando pra eu anunciar os pedidos e eu falava que o fulano de tal tinha pedido a música tal e oferecido pra não sei quem. Foi assim que comecei.

Um belo dia, trocou o horário de serviço do Sapão e ele não mais tinha como continuar no programa. O problema é que ele não queria perder a programação porque estava já há um tempão com aquele espaço pro rap na rádio. Esse tipo de música era muito discriminado naquela época e a gente sabia que se perdesse essa oportunidade seria difícil ter outra forma de mostrar o rap como a gente acreditava que deveria ser. O rap era muito forte, era uma música de protesto, mas as pessoas viam como coisa de bandido, de marginal. A gente queria quebrar esse preconceito e por isso o Sapão tinha procurado a rádio pra divulgar o trabalho dele como DJ e também pra valorizar o próprio rap.

Aí ele falou que falaria com o pessoal pra eu assumir a programação. “Você assume, só que você tem que falar, passar informações, falar com os ouvintes...” Aí eu falei: ah, não, mano, não tenho coragem não, isso aí é muita responsabilidade. Ele falou sobre o fato da gente perder o programa e eu topei. No primeiro dia eu não falei nada, só toquei música. Aos poucos fui me acostumando. Mesmo depois que eu comecei a falar e a programação começou a bombar, era 2000 ou 2001, o Gerô, que era o coordenador na época, me chamou pra uma reunião. Eu até pensei que ele ia aumentar nosso horário porque estava dando muito audiência, mas ele falou que iria rever a minha programação. Ele disse que se eu não melhorasse a programação ia tirar o programa do ar. Aí eu falei, mas por quê? Minha programação tá dando bastante audiência! Ele falou que o programa era bacana, estava tendo bastante audiência, o que era muito legal, mas eu não estava fazendo um programa comunitário. Que eu estava fazendo um programa comercial, como qualquer outra rádio. E a gente não queria isso aí. Dizia que eu tinha que passar informação pra comunidade, esquecer o meu trabalho de DJ. Ali eu era um comunicador social.

Na hora que ele falou isso aí eu não entendi direito o que ele quis dizer. Fui perceber, quando as pessoas começaram a me parar na rua pra falar de documento perdido, de cachorro ou criança desaparecidos... Então, a gente acabou se tornando uma referência aqui na comunidade através da rádio. Percebi então que o que ele estava falando era real. Eu procurei me informar mais, participar de algumas formações e comecei a me integrar mais com os projetos da Unas. Eu achava que rádio era

uma coisa e Unas era outra. Meu trabalho na rádio era uma coisa e o trabalho social era outra. Era distante pra mim. E aí o Gerô me chamou a atenção e eu percebi isso. Ele queria mostrar que a gente estava com uma ferramenta poderosa na nossa mão e a gente tinha que usar essa ferramenta pra orientar, conscientizar, passar pra comunidade os problemas e as dificuldades e procurar uma solução com os moradores, os nossos ouvintes. Através da Rádio de Heliópolis. Eu comecei a mudar a minha programação e fazer uma programação mais comunitária. Uma programação para envolver a comunidade, passar informação, passar utilidade pública, prestação de serviço. Porque a gente não se preocupava naquela época. Entre uma prestação de serviço e uma música eu preferia tocar uma música. Naquela época eu pensava assim.

Não me envolvia muito com estas questões, mas sabia que logo que saiu a lei da rádio comunitária o pessoal mandou a documentação pra regularizar. Naquela época, a gente achava que pelo fato da rádio estar passando por esse processo de querer buscar a legalização e a rádio já ser uma referência, na minha cabeça eu pensava que se mandasse a documentação já iam assinar e já estava legalizada. Se alguém viesse fechar a rádio a gente ia dizer que os documentos já estavam lá e estava tudo certo. Na minha cabeça passava isso. Mesmo quando fechou a rádio, eu particularmente não achei que ia fechar, por toda a história que a rádio tinha. Por todo esse processo. A gente não tinha o documento, o papel com a outorga, mas todo o trabalho que a gente fazia era um trabalho comunitário. A gente não via essa diferença entre ter o documento ou não. A única diferença era só o papel. Um papel, um documento falando que a gente era comunitário. Mas o trabalho não mudou nada depois da legalização.

A rádio sempre buscou essa integração com a comunidade, buscou valorizar os artistas locais aqui, tanto que todos os artistas da comunidade já passaram pela rádio, não uma nem duas, mas diversas vezes. No rap era assim. Tinha um grupo na Vila Carioca, no Jardim Patente, no Sabé, são regiões aqui próximas de Heliópolis, quando eles faziam um evento antes era só pro pessoal do Jardim Patente ou só pro pessoal do Heliópolis, era muito fechado. Então não tinha essa união entre os grupos. O que aconteceu? Quando eu entrei na rádio, por meio dela a gente conseguiu unificar, fortalecer esse movimento. Você vê a importância da rádio. Então a gente achava que a rádio não seria fechada. A gente sabia que precisava da documentação. Sabia que já tinha mandado os papéis pra Brasília, já tinha uma articulação com o Poder Público pra buscar essa legalização, até mesmo com alguns políticos, e depois com a Oboré.

Depois que a Oboré chegou a gente mudou totalmente o nosso conceito e a nossa maneira de trabalhar. Então a gente já buscava essa legalização, a gente já buscava ser comunitário, mas isso tem que fazer de uma maneira correta. Então, com a formação que a gente teve com a ajuda da Oboré, nas mesas de trabalho, a gente percebeu que tinha que distribuir as tarefas, tinha que melhorar a programação, tinha que valorizar muito mais os artistas locais, mais do que a gente já estava valorizando, e dar voz pra comunidade.

Naquela época tinha um programa de informação que chamava "A voz da Unas", que inclusive até hoje. E era um programa que só falava notícia da comunidade. Na verdade todos os programas trabalhavam um tema específico. Tinha um que trabalhava a questão da saúde, outro a questão da cidadania, outro a questão do meio ambiente, outro voltado pra saúde e aí tinha os médicos que vinham do Posto de Saúde pra passar informação, falar sobre as doenças, sobre DST e tudo mais.

Na verdade, foi o fechamento em 2006 que nos mostrou que a gente precisava mesmo da regularização, não bastava sermos comunitários. Tanto que quando eu cheguei aqui naquele dia, eu não estava na rádio durante o fechamento, cheguei bem depois, que eu vi a rádio parada, já achei estranho. Só que eu achei que tinha queimado o transmissor. A Claudinha Neves estava na rádio. Na época ela era locutora e a gente tinha passado por vários processos de formação juntos e dado palestra sobre a rádio. Quando ela me falou, no começo achei que fosse zueira e comecei a dar risada, não acreditei, mas aí ela disse que estava falando sério. Eu dizia não, cadê, cadê os equipamentos? Queimou? O que aconteceu? E ela, não, eu tô falando sério. Aí depois chegou o Rogerinho, o Zóio e os outros locutores que começaram a falar, aí caiu a ficha pra mim. Aí eu vi que era sério mesmo. Quando eu fiquei sabendo depois que levaram o João Miranda e o Gerô já estava fazendo as articulações eu fiquei preocupado. Na minha cabeça eu pensava que se antes, quando a gente estava com a rádio aberta, fazendo todo o trabalho com os voluntários, a gente não tinha conseguido a legalização, agora com a rádio fechada não conseguiria mesmo. Aí que bateu o desespero.

Mas aí a gente tinha pessoas, tanto de dentro da comunidade como de fora de Heliópolis, que já estavam se mobilizando, já estavam lutando pra que a rádio voltasse ao ar. Entre essas pessoas estavam a Oboré, e parceiros como o Mercadante, o Suplicy, o Chico Macena, o Carlos Neder, entre outros, que já estavam sabendo da notícia e já começavam a criar uma rede pra buscar uma solução pra rádio voltar. Essa operação que fechou a rádio era a Operação Sintonia, que inclusive fechou praticamente todas as rádios de São Paulo. A primeira que eles vieram fechar foi a Rádio Heliópolis, pra mostrar pro pessoal que era pra valer.

Essa operação trouxe uma situação muito louca. Na verdade, a rádio tinha acabado de comprar os equipamentos com recursos do Ponto de Cultura, do projeto do governo federal, e a Polícia Federal veio pra fechar a gente, com a Anatel. Então, estão aí dois órgãos do governo. Um ajudou a gente e o outro veio e fechou. A gente não entendia isso. A gente não entendia, mas eu acho que isso até, de certa forma, foi positivo porque mostrou que a gente tem que ter uma articulação com as outras rádios, a gente tinha que ter uma articulação fora da comunidade e que o papel era importante sim.

Se não tivesse havido esse fechamento talvez essa mobilização tão forte não tivesse acontecido. Eu via o Gerô, que era o coordenador da rádio, fazendo toda a correria com essa questão da documentação, mas pra mim, a rádio já fazia um trabalho comunitário e achava que a Rádio Heliópolis não ia fechar. Podiam fechar outras rádios que desenvolviam o trabalho de rádio pirata mesmo, mas a gente não.

Mesmo com a rádio fechada, não houve uma desarticulação da gente. Então a gente vinha aqui pra rádio, os moradores da comunidade traziam documentos que encontravam na rua, quem perdia documento vinha aqui pra rádio. A gente se organizou na época e eu, o Flavinho e o Rogerinho, junto com o Geraldo, que é o tesoureiro da Unas, a gente escreveu um projeto pro programa VAI e ganhamos esse projeto, o que possibilitou a gente fazer oficinas de rádio, locução, de DJ, de dança... Era um programa da prefeitura de São Paulo, que valorizava iniciativas culturais na cidade. Mesmo fechados, a gente conseguiu ganhar esse projeto e manter a rádio viva porque a gente trazia os jovens pra fazer as oficinas.

Era pouca a verba, mas pra gente dava. Naquela época foi a nossa salvação. A gente não estava pensando no dinheiro, a gente queria manter viva a questão da rádio. Era alguma coisa pra gente fazer porque também não adiantava a gente ficar lá na rádio sem fazer nada e só com a participação nas mesas de trabalho. A gente queria manter a rádio viva, pulsando como sempre foi.

Além disso, todos os locutores da rádio participavam das mesas de trabalho, juntamente com o pessoal da Oboré, com o pessoal da Amarc, que a rádio é associada à Amarc, e com outras rádios de São Paulo, como a Rádio Cantareira e outras que participaram desse processo com a Rádio Heliópolis. A gente não tinha conhecimento técnico e isso complicava bastante pra conseguir essa regularização. Então as mesas ajudaram nisso. Nesse processo, contamos com o Escritório Modelo da PUC, que foi uma articulação muito grande pra gente conseguir um resultado positivo.

Na verdade, essa documentação para regularizar uma rádio comunitária é tão extensa e complexa que mesmo com o conhecimento que adquirimos nas mesas, se fosse pra fazer de novo sozinhos ia ser difícil. Eu acho que ainda é difícil! A gente tem que contar com os parceiros sim. A gente até poderia conseguir, mas a gente ia precisar de ajuda. Ela é muito extensa e também é confusa. A equipe de uma rádio comunitária não tem conhecimento técnico suficiente para isso, precisa de um advogado pra, mas a rádio não tinha nenhum advogado pra ler as leis direitinho, pra saber todo o processo, passo a passo, toda a documentação. Então tinha que ser uma pessoa com um conhecimento técnico específico. A gente não têm esse conhecimento. A gente sabe os caminhos, mas a parte técnica, pra viabilizar a gente não tem.

Então uma rádio que caminhe sozinha não consegue se regularizar. Sinceramente, não consegue. Além da parte técnica que tivemos ajuda, os apoios políticos ficaram mais envolvidos com a questão da lei. O Carlos Neder ajudou a elaborar uma lei para as rádios comunitárias aqui em São Paulo. Eles ajudaram mesmo nesse processo. Foi um processo de parceria e força política mesmo. Temos como exemplo o Suplicy que está do nosso lado, o Mercadante que está aqui com a gente também. Tem também o Wilian Woo, pra mostrar que não é uma coisa partidária, é apartidária, e ia muito mais além disso. Então não é uma questão de partido, somos todos lutando pelo bem comum que é a democratização da comunicação. Então essas pessoas foram fundamentais também.

A Oboré nos ajudou na regularização da rádio com a proposta de que servíssemos de modelo e ajudasse as demais quando fosse necessário. A gente entende que é o contrário. A Oboré, como é o

escritório da Amarc aqui em São Paulo, quem deveria desenvolver esse papel. A gente estaria junto, colaborando nesse processo. Eu acho que a Oboré deveria ser esse ponto aglutinador das rádios e ajudar as rádios nesse processo de legalização. A Oboré tem o conhecimento técnico melhor que o nosso. Eu acho que o escritório da Oboré, que é o escritório da Amarc, aqui em São Paulo, foi criada pra isso, pra organizar também, pra articular, pra ajudar as rádios comunitárias. Na minha cabeça, a Oboré serviria pra isso. Se fez aqui pra gente porque não pode fazer pras outras também? Eu acho que a Rádio Heliópolis pode ser um modelo, um exemplo, então a gente mostra a nossa prática no dia a dia e a Oboré entra com a parte técnica.

Além da Operação Sintonia, tiveram algumas vezes que a gente ficou preocupado com a vinda da Polícia Federal e da Anatel aqui em Heliópolis. Foram umas duas ou três vezes. Teve uma vez que o pessoal até mobilizou o povo aqui e ficou esperando, mas eles não vieram. A gente recebeu um telefonema que a Anatel estava vindo pra cá... Isso foi em 2004. A gente fez toda uma mobilização. Não sei se a ligação foi de alguma rádio comercial, pode ter sido, mas a gente ficou esperando. Isso foi antes da carta da Anatel em 2004. Nessa mobilização tinha umas 50 pessoas, mais ou menos. A rua ficou lotada. A gente ficou esperando, mas como ela não veio, a gente achou que podíamos ficar tranquilos porque o nosso processo de legalização ia acontecer. A gente achou isso. Eu particularmente tava pensando isso mesmo.

Mas depois de conquistada a regularização, o nosso sentimento foi de vitória! Valeu a pena todo sacrifício, todo o esforço de cada um, daquelas pessoas que às vezes deixavam a família em casa, deixavam afazeres pra vir pra rádio, pra fazer a programação, pra ajudar fazendo a limpeza, pra contribuir de alguma forma com o desenvolvimento da rádio. Então eu acho que a rádio não é só um veículo de comunicação da comunidade, eu vejo a rádio como muito mais do que isso. A rádio é um ponto de encontro, um ponto de articulação, um ponto de organização da comunidade. Eu falo que a Unas é um corpo humano e, pra mim, a Rádio Heliópolis é o coração.

Hoje em dia vêm muitas pessoas me procurar para pedir espaço na programação. Hoje mesmo uma menina ligou lá pra isso. Em primeiro lugar, a gente não cobra nada. A gente não cobra o horário para fazer a programação e também não é só chegar, porque hoje não tem horário mais na rádio, tá tudo preenchido. Pra quem nos procura a gente pede pra escrever um projetinho, apresentando qual que é a proposta para a programação da rádio. A gente vê se a proposta é adequada com a linha de trabalho da rádio e a gente pede pra essas pessoas aguardarem. O programa tem que ter utilidade pública, ou prestação de serviços e às vezes trabalhar com um tema específico. Por exemplo, tem um programa lá totalmente voltado à cultura, que é o Catraca Livre. Então ele tem que falar de todas as atividades culturais. Recentemente a gente conseguiu uma parceria, com um advogado. Toda segunda-feira vai vir um advogado pra tirar as dúvidas da questão trabalhista e cível da comunidade. Então é desse jeito que a gente se organiza. A gente se articula e a gente procura criar parcerias, sabendo que todo trabalho é voluntário. Financeiramente ninguém vai ganhar nada. Ganha de outra forma.

Em 2008, tinha o programa de rap, sempre teve, e o rap trabalhava a questão da DST, AIDS e drogas; tinha o programa Frequência de Sucesso, que inclusive tem até hoje. Nesse programa tinham os médicos do Posto de Saúde que vinham pra cá e faziam diversas intervenções relacionadas à saúde, então falavam sobre doenças, diabetes, DSTs etc; tinha o programa Padaqui Padilá, que também tem até hoje. É um programa que usa muito a questão do humor, então envolvia muito a comunidade; o programa Roberto Carlos e Convidados, que também era um dos programas mais antigos da rádio, que inclusive tem muita audiência.

Um dia eu estava num evento de rap no Singapura, que é divisa de Heliópolis com São Caetano, estava lotado. Eu estava apresentando esse evento que era comemorativa ao dia das crianças. Chegaram umas três ou quatro senhoras que estavam me chamando. Eu fui até elas e pensei que estava famoso, já que até o pessoal daquela região estava me escutando na rádio. Aí eu descii do palco e fui lá falar com elas, as cumprimentei e elas perguntaram se eu era o Reginaldo da Rádio Heliópolis. Eu disse que sim e foi então que ela falou que queria que eu mandasse um recado pro Renato e pro Libera, do programa Roberto Carlos e Convidados. “A gente não perde a programação deles, pega uma caneta lá e anota aqui pra gente mandar uma música pra segunda-feira”. Elas falaram que escutavam praticamente toda a programação da rádio, mas a que mais se identificavam era com o do Roberto Carlos e Convidados, que era da época delas.

Naquela época tinha também o Matando Saudades, apresentado pelo Sabino, que era um programa sertanejo; A Voz da Unas, sempre teve; Estilo Musical; e tinha um programa Católico, que

eu não me lembro qual era o nome, e um programa evangélico. Era esses os programas que tinha. Até uma pessoa me questionou e falou assim: Ah, mas a sua rádio é comunitária e você tem programa Católico e tem programa de evangélico? Mas a rádio não pode ter programa religioso! Aí eu falei não, uma rádio comunitária é sobre a comunidade. Você acha que em Heliópolis não tem pessoas que são Católicas? E você acha que não têm evangélicos? Tem! Então é por isso, a nossa rádio atende a comunidade. Se existem pessoas Católicas e pessoas evangélicas então vai ter um programa para eles, assim como também tinha um programa de capoeira na época, que falava da cultura da capoeira e tudo mais.

O programa Católico não tem mais hoje. Não é a gente que tirou. Foram as pessoas que faziam a programação que acabaram saindo por motivo de trabalho, motivo particular e a gente não buscou outras pessoas pra repor. Então a gente vai muito da demanda da comunidade. Por exemplo, já me falaram assim: Ah, lá na rádio não vai ter um programa de música clássica porque as pessoas não gostam de música clássica. E eu falei: eu não sei se as pessoas não gostam. Agora, eu, Reginaldo, não posso chegar para fazer um programa de música clássica porque eu não entendo disso. Mas se você chegar e falar, eu entendo de música clássica e posso fazer um programa, aí sim. Assim que tiver uma oportunidade a gente vai colocar. Porque a gente entende que a rádio tem que ser eclética e o papel do locutor, além de orientar, de passar a utilidade pública, prestação de serviço e tal, também tem essa missão de educar musicalmente e culturalmente a nossa população. Educar musicalmente e culturalmente significa às vezes tocar as coisas que a pessoa não conhece. É às vezes tocar coisas que as pessoas não gostam, entendeu? Você está educando.

A rádio pega praticamente em toda a Heliópolis, só não tem sinal em um pedaço da região do Hospital, devido aos equipamentos, porque é uma baixada e o sinal da rádio não atinge. Eu acho que pega toda a Heliópolis e o entorno em São Caetano, Vila Arapuá, Vila Patente, Vila Carioca, Morro do Piolho, e uma parte ali de Santo André.

A gente não sabe exatamente quantos ouvintes que a gente tem, não há uma pesquisa precisa disso. A gente recentemente ganhou um prêmio, chamado prêmio Asus, que é um prêmio do Ministério da Cultura, do governo federal, e com esse prêmio, a gente reformulou, ou melhor, está reformulando a rádio. Não sei se você chegou a entrar lá embaixo. Você viu que a gente estava lá em cima, né. O estúdio que ficava embaixo foi ali pra cima. O de cima a gente colocou lá pra baixo até pra facilitar o acesso de cadeirantes. Hoje a gente está com equipamento de primeira. A gente falou assim: se a gente está com equipamento de primeira, a rádio tem que ter uma programação de primeira também. A gente sabe que a nossa rádio não está 100%, mas a gente está em busca do 100%.

O equipamento que a gente usa hoje foi doado pela Record, por meio do programa Aprendiz. Tinham dois grupos no programa e uma equipe foi pra Paraisópolis e outra pra Heliópolis. A missão desse grupo era ajudar as comunidades. Naquela época o nosso principal problema era a questão da legalização e a reestruturação da rádio. Então parte da missão eles conseguiram, que foi comprar equipamentos através de doações. Então eles conseguiram comprar um transmissor, uma mesa de som... Mas a outra parte não conseguiram. Eles perderam a competição porque não conseguiram a regulamentação da rádio, que era uma coisa muito difícil. A gente já tinha longos anos de reivindicação e não ia ser em uma semana que iam fazer isso.

Assim que a rádio foi legalizada, o Gerô saiu, porque ele foi assumir outro projeto e aí eu assumi a coordenação com a Claudinha. Ela cuidava da parte financeira e da parte jornalística e eu cuidava da parte de organização da rádio com a comunidade e também das parcerias. Eu cuidava mais dessa parte. Aí tinham os outros coordenadores, que era o Libera, coordenador de programação, o Sabino, de manutenção, e o Renatinho, coordenador técnico.

Naquela época havia cerca de 35 voluntários.

Ficha Técnica
 História Oral Temática
 Tipo de entrevista: semi dirigida
 Responsável pela pesquisa: Vanessa Zandonade
 Local: Vila Buarque/São Paulo - SP - Brasil
 Data: 28 de junho de 2012
 Duração: 3h
 Páginas: 18

SÉRGIO GOMES

(entrevista, 2012)

Registro realizado para a pesquisa "Rádio comunitária de Heliópolis: reivindicações e lutas por regularização e atuação oficial". Sérgio Gomes, diretor da Oboré - atuou diretamente por meio de assessoria jurídica e organizativa para a regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis e contribuiu para as discussões e articulações a respeito da regularização das demais rádios de São Paulo. A conversa foi gravada em som digital no dia 28 de junho de 2012, na sede da Oboré.

Temas: Democratização das comunicações; rádio comunitária; outorgas; atuação política; burocracia; memória; envolvimento social.

Já estou com quase 63 anos e não me lembro de ter inventado nada ao longo desses anos, mas descobri uma ou outra coisa. Algumas coisas eu descobri, mas inventar nunca inventei. E das pessoas que conheço, também não conheço nenhuma que tenha inventado nada. Vi pessoas que descobriram. Que perceberam que uma coisa estava aqui e outra estava lá, relacionaram A + B e deu Y. Uma coisa de reação química.

Então, na sociedade brasileira, que talvez seja historicamente uma das mais injustas, das mais perversas, os processos de transição política sempre foram muito lentos e, portanto, sempre deram condição pra uma transformação conservadora sempre muito profunda. E esse país novo, sendo formado por levas e levas de pessoas novas, por portugueses, espanhóis, italianos, japoneses, etc. Você tem sempre uma quantidade de água fria na água que eventualmente está esquentando e então vai amornando... Temos um país imenso, com 30 mil famílias que eram as donas das terras e não houve Reforma Agrária e tivemos esse êxodo de milhões pros centros urbanos, esse inchaço doentio das grandes cidades, então tudo isso vai diluindo a consciência de classe e tudo isso vai tornando mais complexa a análise de qual é essa sociedade. Você vê milhões que estão resolvendo a sua condição de vida, então portanto, até descobrirem ações coletivas que possam ser transformadoras, em profundidade, isso vai um tempo, às vezes décadas, enfim, o fato é que todas as grandes esperanças de melhoria da sociedade brasileira sempre foram frustradas.

Você tem sempre uma memória dos mais velhos, uma memória infeliz, uma memória de que quase deu certo, mas não deu. Então, teve a abolição da escravatura, em que as pessoas não receberam indenização e nenhum tipo de apoio. Foram abandonadas, substituídas pelos italianos que vieram no lugar, submetidos a condições, muitas vezes, até piores que a dos escravos. Depois veio a República, mas a República foi um golpe, depois, bom aí você tem Jânio, você tem Collor, você tem grandes esperanças que não se realizaram. Então você tem na memória profunda do nosso povo uma espécie de presságio, sempre. Ele não consegue ter uma esperança genuína que estimule a criatividade organizadora. Tem sempre alguma coisa que não vai dar certo, tem sempre uma nuvem, uma sombra. Então os mais velhos, os mais vividos não são propriamente os mais sábios, que ajudam a juventude a arregaçar as mangas e a lutar. Em geral vêm contra. "Ah, não se mete nisso porque em 1952 aconteceu isso... Porque em 60 e pouco aquilo... ". Tem sempre um porque e tal.

Em 1968 eu me dei conta de que a ditadura existia pra proteger os interesses do imperialismo e que o golpe de 1964 teria sido dado por essas forças, então nós estamos falando de 44 anos até hoje. A minha principal atividade ao longo desses 44 anos foi tentar juntar pessoas que estavam dispersas pra formar equipes, pra realizar coisas que pudessem ter sentido de luta contra a ditadura, pela democracia, contra a injustiça, então pela fraternidade, pela liberdade, pela igualdade, essa coisa, portanto, de um ideário, lá no fundo, da Revolução Francesa, basicamente isso. E, portanto, trabalhei sempre pra criar meios, atuar para que exista cabo na faca, pra que as pessoas possam segurar na faca pelo cabo, possam lutar sem cortar a mão e fazer o contrário do que ingenuamente a maioria faz,

porque se segurar pela lâmina e ficar cutucando a barriga do adversário vai cortar a mão. Então, fundar jornais, fundar instituições, escolas de samba, clube de choro, publicações, partidos políticos, sindicatos, editoras, etc, basicamente isso. Criar instituições que só poderiam existir se existissem algumas pessoas, uma equipe, um coletivo, etc, de tal maneira que a própria prática de sobrevivência dessas instituições engendraria uma consciência mais alargada sobre a complexidade e sobre o que é possível fazer, etc. Portanto, o tempo que foi dado e o tipo de prática que eu pude desenvolver durante esses anos não tem muito a ver com a prática acadêmica, não tem muito a ver com a prática político-partidária, de defesa intransigente de um certo ponto de vista filosófico e ideológico. Isso não me anima.

O que me dá satisfação é a unidade na luta para haver vitórias, ainda que pequenas, parciais, que sejam capazes de dar novo ânimo aos indivíduos e aos grupos, para acreditar que é possível lutar mais por coisas maiores e de tal maneira que não se implante no meio dessas pessoas a tal da consciência infeliz, que o cara sabe das coisas mas não se sente capaz de realizar nada e quanto mais ele sabe, mais ele se sente incapaz, impotente, incompetente. Quem trabalha bem esse conceito é a Hannah Arendt, com a chamada consciência infeliz. A questão da colisão entre o novo e o velho e do reconhecer que o velho não é homogêneo. Então você tem também a luta dentro do velho, em geral a consciência infeliz é um trecho do velho, que não é o hegemônico, que tem consciência da opressão do velho majoritário, mas não pode convocar o novo, não pode convocar as forças novas a derrotar o velho porque ele é parte do velho. Então, como o novo também não é homogêneo... Compreender as coisas desse jeito faz com que você trabalhe muito mais aprendendo a transformação química do processo do que em fratura.

Bom, vamos voltar aqui em São Paulo e as rádios comunitárias. O que me interessa isso? Houve um momento em que no trabalho de dar apoio lá pro pessoal de Heliópolis pra encontrar os caminhos, pra ter uma rádio que fosse querida pelos ouvintes e respeitada pelos opressores, que não se metessem lá, houve uma época em que a gente desenvolveu um trabalho bastante intenso e regular que foi quando a gente organizou aqueles seminários de avaliação e planejamento.

Em 2004, mais ou menos, fizemos de tudo. Então esse é um certificado que ao mesmo tempo é um quadro de lembrança, esse foi do 4º Fórum de Avaliação e Planejamento. Então, o que que eu fiz? Bom, uma que você tem aqui a relação de todas as entidades que promoveram o Fórum, que é a ideia de construir uma ampla frente política de apoio efetivo. Então: a promoção foi da Unas, a coordenação da Oboré, teve o apoio do Escritório Dom Paulo Evaristo Arns, da PUC, da Rádio Oficina, Associação Brasileira de Música Independente, Centro de Elaboração de Projetos e Engenharia para a Radiodifusão, Associação das Rádios Comunitárias do Brasil, Intervezes, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Fórum do Coral Mundial, Comunidade do Coral Luther King, Departamento de Jornalismo da ECA/USP, Instituto Itaú Cultural, Rádio Antares do Piauí, Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, da Secretaria Estadual da Saúde, etc. Então, era essa ampla frente pra mostrar que eles não estavam isolados. Assinaram a Oboré, a Rádio Oficina, o Escritório Modelo e a própria Unas. Veja que quem está aqui é o Cazé (Cazé Peçanha - apresentador da MTV) e aqui é o pessoal todo da rádio.

Então numa das nossas reuniões, fizemos uma eleição direta para definir quem eles achavam que era a pessoa que mais entendia de cultura, cultura popular, música. Aí deu Gilberto Gil, Cazé e mais um outro. Convidamos os três e o primeiro que topou foi o Cazé, o qual faria uma fala, uma palestra e em seguida concederia uma entrevista coletiva pros caras, porque estaria todo mundo com seus gravadores e já voltariam com material pra usar rádio. Pomba, evidente que ele disse que sim. A gente faz isso com antecedência e sempre dá certo quando faz com antecedência. O lugar é aqui mesmo porque é impossível você realizar coisas para organizar a cabeça dentro da Favela de Heliópolis, é muito barulho, os lugares são muito apertados, tem sempre um rádio ligado, uma buzina, passa aqueles carros, criança que grita, mulher que chama criança, ou seja, as pessoas não têm uma prática de trabalhar profissionalmente com a cabeça, então todo mundo interrompe todo mundo na metade da fala. Às vezes o cara até agradece que seja interrompido porque ele não teria o que dizer mais à frente, todo mundo só consegue conversar dois ou três minutos sobre cada assunto.

Então nós fizemos esses fóruns lá e eu trabalhei pra ver se a gente encontrava espaço dentro da própria sede da Unas onde isso pudesse acontecer. Eu descobri que havia um espaço na parte de cima, quando a rádio ainda era no próprio prédio onde ficava a Unas. Lá embaixo, num muquifo que não tinha janela, nem ar condicionado, não tinha nada, mas eu descobri que tinha um ambiente num andar

de cima, que ficava exatamente no mesmo nível do Telecentro. Era um ateliê pra fazer negócio de costura, artesanato, etc.. Foi mais ou menos na mesma época que a ActionAid estava chegando querendo bancar a compra de uma casa pra fazer a sede definitiva da rádio, que é onde ela está hoje.

Porque a relação deles com ActionAid sempre foi assim, nunca se reuniram. O pessoal da Unas, assim como o pessoal de Paraisópolis, pessoal de Tiradentes, de favelas, a partir de uma certa altura, ganharam um certo prestígio e essas multinacionais e algumas empresas, sobretudo as que ficaram com as estatais de graça, elas desenvolveram uma política deliberada de inclusão social, de cobrir uma parte do espectro político. Esses 15% da população que vota à esquerda, são eles os financiados pelas empresas privadas que ficaram com as estatais. Eles decidem e eles elegem quem apoiam e quem não apoiam. Então, no caso de Heliópolis existe mais procura do que oferta. Não é o pessoal de Heliópolis que sai atrás, eles são procurados. Então vem um com um projeto, vem outro com outro projeto e eles vão aceitando, é evidente. Pode ser o Poder Público municipal, estadual, federal, não tem problema nenhum. Pode ser a Gessy Lever, a General Motors, a ActionAid, só que cada uma delas vem pra aterrissar nesse território com o seu projeto próprio. Com o projeto do financiador. Então vai, meio que, montando uma árvore que dá de tudo, dá mexerica, maçã, pêra...

Na questão da rádio, nós tínhamos decidido aqui na Oboré, quando a gente conheceu o pessoal de Heliópolis, isso foi em 1999, que alguns deles participaram de um curso que a gente desenvolveu na Faculdade de Saúde Pública/USP, com os comunicadores populares, e apareceu lá um poeta, o Naimã, que tinha um programa lá. Bom, aí houve um dia que veio um grupo, o Geronino mais uns três ou quatro, achando que a Oboré era uma empresa parecida com ActionAid, General Motors, etc., que davam coisas, se nós podíamos dar um computador e mais outras coisas. Então, falei que éramos uma empresa prestadora de serviços e não poderíamos dar nada a eles, mas poderíamos ter ideias. Se a gente não soubesse, sabia quem poderia ajudar. Poderíamos fazer contatos e colocá-los em contato com quem pode ajudar. Marcamos de nos encontrar no sábado, com todos eles e nós da Oboré pra uma reunião de quatro ou cinco horas, ou o que fosse necessário. Eu fazia uma lista de todas as coisas que eles achavam que eram necessárias e a gente ia passando isso a termo. A partir daí essa seria a plataforma aqui da Oboré, de contribuir com eles, sabendo que o que queriam era computador, transmissor, curso de capacitação, uma sede nova... De tal maneira que quando a gente fosse descobrindo quem poderia ajudar, a gente ajudasse.

Mas a minha ligação com o negócio de rádio vem lá atrás. Meu envolvimento com rádio tem a ver com a Rede Católica de Rádio, com a contratação da rede de rádios pra Contag. O primeiro programa de rádio que nós fizemos chamava Linha Direta, que foi pro Sindicato dos Telefônicos, na luta contra a privatização da Telesp. Eu só vou descobrir que existem rádios comunitárias andando pelo Brasil com o negócio dos trabalhadores rurais e sendo contra eles darem prioridade pras rádios comunitárias, abandonando as grandes emissoras onde eles já tinham programas. Um dia a gente vê uma entrevista na Caros Amigos, de um jornalista que tinha sido assessor do Ministério da Agricultura e tinha implantado centenas de rádios comunitárias. Ele defendia que pra a agricultura familiar uma rádio era tão ou mais importante que um trator porque era possível avisar quando era a época que era possível ter o financiamento para comprar a semente, pra plantar, tem prazo, então a maior parte dos agricultores era analfabeto então era por rádio mesmo que deveria ser. Então se você tivesse rádios comunitárias, locais, isso ajudaria os agricultores familiares a desenvolver a sua coisa, fosse pra comer, pra eles mesmo, ou pra produzir algum excedente.

Nós fomos atrás desse jornalista e ele nos contou essa história, mas quando a gente começou a fazer um trabalho pra valer com a Contag, eu e a Ana Luísa andamos durante um ano e meio pelo Brasil inteiro, realizando seminários e a maior parte dos sindicatos tinha conseguido há 5, 10, 15, 20 anos, programas em grandes emissoras da igreja Católica ou outras.

Bom, nisso, a Contag veio procurar a gente para gente fazer mídia training, treinar os dirigentes da Contag pra dar entrevistas pra televisão. A jornalista chamava-se Cintia Peters, que já morreu. A Cintia veio aqui na Oboré convencida de que a grande imprensa, a televisão, não dava atenção aos dirigentes da Contag porque eles não sabiam falar para a televisão e então queria saber se a gente poderia montar um curso para treinar esse pessoal pra poderem dar entrevista para televisão.

Isso foi em 1990, talvez. Eu falei se ela achava mesmo que a televisão não entrevistava os dirigentes sindicais porque eles não sabiam falar pra televisão. Na verdade, eles não entrevistavam porque não tinha interesse! Agora, se ela quisesse mesmo fazer mídia training, que procurasse o pessoal da Globotec, que era quem sabia fazer isso bem, não seríamos nós. O fato é que nessa ocasião,

a Cíntia Peters veio participar de uns encontros de imprensa sindical que a gente fez, apresentou essa proposta e eu aproveitei para lhe perguntar sobre as rádios da Contag e ela disse que a confederação tinha vários programas de rádio. Foi então que eu propus da gente fazer programas para serem veiculados nessas rádios. Aí nasceu essa experiência que é A Voz da Contag. À medida que fomos expandindo nossos contatos, chegamos a 554 rádios que retransmitiam esse programa. Fui descobrir que também existiam emissoras, muitas delas Católicas, de grande potência, que o governo tinha cedido concessão. Elas tinham conseguido na época da campanha de alfabetização, pela chamada rádio escola, quando o governo atribuiu à Igreja Católica a função de fazer esse trabalho de alfabetização. Bom, então aí aparece a rádio comunitária. Mas o problema disso estava na potência delas. A Contag estava trocando um programa que tinha há 10, 15 anos, com audiência já consolidada numa grande emissora, que alcançava toda a região, por uma “radinha” que só pegaria em um pequeno lugarejo. Eu dizia: Faz uma coisa e outra, não troca uma pela outra. A primeira vez que ouvi falar de rádio comunitária foi aí.

Depois, mais tarde, em 1988, talvez, o meu amigo David Capistrano da Costa Filho, que tinha sido secretário da Saúde e prefeito de Santos, tinha voltado a São Paulo pra assumir o cargo dele de médico da Secretaria Estadual da Saúde. O Adib Jatene, que vinha realizando em alguns bairros da Zona Leste um projeto chamado Qualis, Qualidade Integral da Saúde, diretamente com o Ministério da Saúde. Nós tivemos aqui a desgraça de ter o Maluf na administração de São Paulo e durante os 10 primeiros anos do Sistema Único de Saúde ele não deixou implantar o Sistema Único de Saúde. Ele tinha uma outra proposta, o chamado PAS, que a gente chamava de Programa Anti-SUS, que era de privatização. Uma coisa parecida com o que o PSDB faz hoje. O Jatene chamou o David pra assumir a coordenação disso através da Fundação Zerbini. O David começou a trabalhar e um dia ele me contou que eles tinham ido a um espécie de casa de cômodos, que tinham entrado num lugar em que num quarto moravam 16 mulheres, a matriarca, sete filhos e seus netos, não tinha nenhum homem. E todo mundo estava com tuberculose.

O levantamento do Capistrano mostrava que a cidade de São Paulo era a que tinha menos eficácia no enfrentamento da tuberculose. Morria e ainda morrem 600 pessoas por ano aqui em São Paulo de tuberculose. Montei pra ele um seminário de acolhimento e comunicação. Aí eu propus a ele que a gente fizesse um inventário dos meios de comunicação, das entidades que estavam juntas a estes centros de saúde, dos boletins de escola, jornaizinhos de bairro, pra gente saber o que é que existia. Só nessa região de Sapopemba existiam 23 rádios pequenas, rádios comunitárias. Descobri também que várias dessas rádios abriam os microfones pro pessoal da saúde ir lá falar, orientar os ouvintes e tal. E aí nós criamos um programa chamado Plantão Saúde pra dar exatamente essa orientação. Distribuir pra essas emissoras pra que elas falassem a mesma coisa que os agentes de saúde estavam dizendo. Depois conseguimos, logo em seguida, apoio de um laboratório nacional, que depois foi comprado pelos belgas, chamado Sintofarma, e esse laboratório resolveu bancar esse programa e com isso esse programa se transformou num programa nacional, mesmo antes da internet, despachando pelo correio como é até hoje. Está na internet mas também mandamos em CD porque há lugares em que não tem banda larga e não dá pra baixar som, enfim.

Então essa coisa do rádio, ela veio se insinuando desse jeito. Quando foi em 1998, 1999, nós conseguimos fazer estes cursos na Faculdade de Saúde Pública. A instituição até então não funcionava aos sábados. Nós conseguimos alguns recursos do Ministério da Saúde pra dar este curso para comunicadores populares, rádios comunitárias, jornais de bairro, boletins de escola, quem quisesse. E é aí que eu me encontro com Heliópolis e esse pessoal foi se aproximando da gente e começaram a aparecer outras rádios também.

Fiz uma reunião com o pessoal de Heliópolis pra que eles me dissessem tudo que eles queriam e essa seria a nossa plataforma: ir buscando ajuda ou encontrando ajuda na medida que as coisas fossem surgindo. Aí a Ana Luísa e eu acertamos o seguinte: nós não vamos ter condições de oferecer o mesmo nível de atenção que damos a Heliópolis para todas, então nós vamos ajudar a Heliópolis em tudo que tiver ao nosso alcance de tal maneira que quando outras rádios vierem nos procurar, não seremos nós que diremos pra fazerem assim ou assado. A gente não conhece nada da luta real ali daquele território. Quais são as alianças, as contradições, as complexidades, enfim. Então, façam como Heliópolis. E quando Heliópolis aparecer aqui, a gente ajuda, ensina. Isso é possível porque as rádios não competem uma com a outra. Se elas têm área de alcance determinada, então a Rádio Heliópolis

não disputa com a rádio de Paraisópolis, a não ser na internet, agora. Mas pela transmissão tradicional, todo mundo pode ajudar todo mundo.

Então, a gente unilateraliza as relações de apoio à Heliópolis e ao mesmo tempo buscamos aliados de todo tipo para criar as mesas de trabalho. Nessa ação, um dos princípios da Oboré deveria ser respeitado, o de não ter rádio própria. Quando a Oboré se constituiu, há 34 anos atrás, foram definidos quatro princípios, três públicos e um secreto. Primeiro: nós nunca tínhamos um veículo próprio; segundo: nós não seríamos mantidos com dinheiro de fora, nem da igreja, nem da Acia, nem da KGB, nem do governo. Nós seríamos mantidos só com a nossa capacidade de trabalho. Se nós não fôssemos contratados para nada é porque nós não éramos necessários socialmente então a Oboré fecha; terceiro: nós não éramos um grupo homogêneo, nem do ponto de vista político, nem partidário, nem filosófico, nem religioso. Não há a necessidade de unidade ideológica na Oboré, cada um pode ter a religião que quiser. O que há necessidade é de unidade na luta, ajudar a desenvolver a luta pela democracia, contra a ditadura e aquelas coisas. E o quarto princípio, que era secreto, é que no nosso grupo não entraria nenhum ranheta, maledicente, encrenqueiro, zangadinho, negativista, o sujeito que faz a fofoca, que desagrega. Então essas quatro coisas. Faremos alianças, as mais amplas possíveis pra ajudar o pessoal do povo, que não tem contatos. Uma das tragédias do nosso povo é que ele é despolitizado, ele não sabe como a cidade funciona, como as instituições funcionam, confunde as coisas, não possui informação acumulada, não tem contatos, não sabe pra quem ligar, não sabe montar uma reunião, não sabe fazer um ofício, não sabe fazer um manifesto. Faltam esses elementos básicos pra fazer política. Então vamos ajudar. Ora, uma emissora é formada basicamente por três coisas: a parte técnica, a parte jornalística, artística, de programação e a parte administrativa e financeira, para mantê-la. Tem ainda uma quarta parte que é o marketing, mas basicamente é isso. Você tem que ter uma pessoa que cuida se a antena está no lugar, se o som tem qualidade, etc. Que não tem nada que ver com os programas. Quem toca os programas não precisa entender de tecnologia. E uma terceira, que é essa parte da sustentação, da papelada, ou seja, num primeiro estágio essa questão da assessoria jurídica, sabendo que é uma complexidade tremenda.

Então eu propus inicialmente que nós fôssemos buscar as três grandes faculdades de Direito aqui de São Paulo, a USP - São Francisco, a PUC, e o Mackenzie, pra que a gente montasse um sistema chamado SOS Rádios Comunitárias, de tal maneira que quando viesse a Polícia, a Anatel, etc, na hora do sufoco o cara tivesse pra quem ligar. E fazer com o departamento jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto (USP), com o Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, da PUC, e com o correspondente aqui do Mackenzie, deles se porem minimamente a par do que era esse subsistema, quais eram as regras porque ninguém entendia de legislação, telecomunicações, radiodifusão.

O principal problema que a gente enfrentava era de ordem político-jurídica porque São Paulo foi a última cidade a ser habilitada para quem quisesse apresentar suas propostas. Nós viemos a ter o primeiro edital pra quem quisesse ter uma rádio comunitária regularizada só em 2006. Faz oito anos. A lei é de 1998. O Brasil todo já tinha tido habilitação, mas aqui em São Paulo não. Diziam que não podiam chamar o edital porque não tinha canal, então fizemos uma campanha, "Cadê canal pra capital", chamando a Anatel e mostrando que tinha canal. Uma pessoa que nos ajudou nisso e que nunca aparece foi o Suplicy. O senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que quando escreveu o livro sobre o salário mínimo passou uma semana em Heliópolis, conhece todo mundo, foi ele que fez o contato, a nosso pedido, com o fulano da Anatel para que ele encontrasse uma solução legal, que era exatamente a questão do uso de um canal para uso técnico científico. Por experimentação, porque não existia. Mas pra isso tinha que ter uma universidade que topasse ser a gestora.

Então a gente inventou que seria a Metodista, que nunca fez nada. Vão lá pra curso, palestra, mas não era isso. Nós queríamos era saber do ponto de vista técnico científico, a questão do espaço radioelétrico. Nós queríamos ter razão e provar que se você pegasse essas cinco, seis emissoras que estavam ilegalmente na Avenida Paulista, porque elas são de Itanhaém, são de Guarulhos, e devolvesse elas pro lugar em que o próprio Ministério e a Anatel deram a concessão, você já liberava cinco canais e poderia ter ao invés de 20 ou 30, ter 300 disponíveis. Mas esta área técnica é que é difícil.

A gente começava a fazer contato com o Manhães e com o japonês e montamos aqui o Centro de Elaboração de Projetos e Engenharia pra Radiodifusão com Fernando Pereto (engenheiro). Conseguimos um software que permitia fazer as contas levando em consideração o relevo, mas não conseguimos o mapa. A prefeitura (São Paulo) tinha gasto cinco milhões de dólares pra fazer voos

sobre a cidade pra fazer o rastreamento, as medidas em relevo, para implantar as torres de celular. Estas torres funcionam no mesmo esquema de frequência modular das rádios, em que o sinal sai do topo da torre em direção ao solo, fazendo o que chamam de curva assintótica e essas informações seria decisivas para esta implantação. Então pra calcular quantas emissoras caberiam mesmo em São Paulo, era necessário o mapa da cidade digitalizado em relevo e eles tinham isso. Mas, nós nunca conseguimos ter acesso a esse mapa. Houve uma pressão do pessoal da Abert pra que não fosse dada essa informação técnica pra as rádios.

Essa é uma grave denúncia que nunca veio a público. O Manhães e o japonês foram proibidos de passar a informação pra gente. Eles falavam como indivíduos, mas trancaram na gaveta essa informação como profissionais. Era uma informação técnica necessária pra ideia de ter um Plano de Radiodifusão Comunitária em São Paulo, como vínhamos discutindo. Mas isso supunha você ter a cabeça voltada para o poder local, olhar pro território, até porque a frequência modulada depende do território, do relevo. Mas as cabeças, politicamente falando, foram pra Brasília com a vitória do Lula e não houve uma compreensão do que que nós tínhamos proposto.

Antes das eleições, exatamente lá nesse ambiente da Faculdade de Saúde Pública, nesses cursos que reuniam umas 150 pessoas, quando se aproximavam as eleições pra vereador e pra prefeito, começamos a identificar que fulano de tal tinha sido procurado por um partideco inexpressivo pra ser candidato a vereador por conta do trabalho que ele tinha com rádio comunitária e que outro tinha sido convidado a ser candidato a prefeito; o outro, por um outro partido e assim por diante. Então, de repente, eu vi que os partidos que não tinham plantado nada queriam colher e nos dividir por razões político partidárias. Então um ia sair candidato pelo PT, outro pelo PV, outro pelo... Eu propus que ao invés de fazer com que os partidos nos dividissem, socializássemos os partidos. Vamos pegar declarações de compromisso desses caras antes da eleição. Com isso a gente não se divide e quando passar a eleição, nós vamos cobrar a fatura se o cara for eleito. Será um aliado nosso. Vamos fazer uma carta para que cada vez que chegar um candidato ele assine: eu, fulano de tal, candidato a vereador pelo partido tal, me comprometo desde já que, caso seja eleito, tudo farei a favor das rádios comunitárias, pelo poder local comunitário.

Uma das pessoas que foi lá, também por uma coincidência, porque estava trabalhando na assessoria de imprensa dele, um jornalista conhecido meu, chamado Patrício Bentes, assessor de imprensa do Ricardo Montoro. Ele chegou e perguntou o que eu poderia fazer na campanha do Montoro, afinal de contas, na época do pai, Franco Montoro eu tinha ajudado. Eu falei que ajudaria com o seguinte: O Ricardo Montoro iria à Faculdade de Saúde Pública naquele fim de semana, não pediria voto e se comprometeria publicamente de que ele, caso fosse eleito vereador, tudo faria pelas rádios comunitárias. Ele avaliou aquilo como uma grande estratégia, já que não era uma publicidade explícita, mas dava visibilidade. O Ricardo Montoro fez então um discurso pra uma plateia de 150 líderes comunitários e assinou em público o documento. Ganhou vários votos exatamente porque disse que não ia buscar voto. Foi eleito pelo PSDB como um dos mais votados. Aí tomou posse e o PT ganhou essas eleições com maioria na Câmara, a maior bancada era do PT. Esperamos que o PT escolhesse o seu líder, que foi Carlos Neder. Quando chegou nesse ponto eu fui conversar com o Carlos Neder e com o Ricardo Montoro: “Um é do PSDB e o outro é do PT, vocês são os dois partidos de oposição, no municipal, estadual ou federal. Mas no caso, na questão da democratização da comunicação vocês estão de acordo”. Então eu propus a um e a outro, ao chefe de gabinete de um e ao chefe de gabinete de outro, que neste caso eles não brigariam e sugeri que encaminhassem um anteprojeto de lei elaborado pelo juiz, Paulo Fernando Silveira, à Câmara Municipal, o qual transferia ao município a competência de regular as rádios comunitárias.

A lei que seria votada no legislativo paulistano tinha sido baseada no fato de que o Brasil é uma República Federativa e, portanto, o ente básico seria o município, a Lei Orgânica dos municípios. Além disso, o grande problema das rádios comunitárias é que depois de legalizada, estaria a questão da sustentação. A maior parte das entidades dessas comunidades que se organizaram para o trabalho de democratização da comunicação e legalização de sua rádios não é apoiada no seu próprio trabalho, por isso busca financiamento em projetos de empresas internacionais. Dessa forma, essa coisa tá de pé porque tá pendurada em alguma coisa frágil e eu trabalho para que ela esteja de pé, de maneira que quando se tirar o anabolizante o sujeito não defínhe. Então esse projeto (na Câmara) foi encaminhado porque uma das preocupações era: a gente planta, a gente cuida, a gente rega, a sementinha germina e cresce. Aí você vai lá cuidar pro matinho, a erva daninha não atrapalhar. Mas no dia que vai dar o

fruto cai no quintal do vizinho. Porque quem tem dinheiro na periferia pra manter uma coisa desse tipo ou é o político rico à procura de voto, em geral conservador, ou são as igrejas neopentecostais, que de espiritualidade não tem nada, são caixas registradoras. Vale lembrar que nessa área do neopentecostalismo, qualquer um pode fundar uma igreja. Você bola um nome qualquer e abre. Você não paga imposto. Então pra você recolher você tem que ter algum meio de comunicação que atraia o público pra tua igreja, então as pequenas igrejas neopentecostais reproduzem o modelo das grandes, do Edir Macedo, da Bispa, do Deus é Amor, etc. Na periferia quem é que tem dinheiro? Ou é o narcotráfico, do crime organizado; ou os neopentecostais; ou o político rico à procura de voto. Portanto, se faz um puta trabalho, mas na hora que a rádio vai existir de fato ela terá que ter uma programação vinculada a quem a mantém. Ou ela vira uma rádio proselitista, religiosa, ou ela vira um alto-falante daquele político. Você pode ainda ficar na mão de criminosos.

Pra que a rádio seja comunitária, mantida pela comunidade, é preciso que ela possa ter publicidade, que ela possa se manter com uma mercadoria que tem valor de uso, mas também valor de troca. Portanto, no caso de São Paulo, da capital de São Paulo, nós estávamos propondo que houvesse um plano racional de radiodifusão e de distribuição de canais, de maneira que houvesse o máximo possível de vozes e também de olhares para a questão da auto-sustentação.

Bom, nós conseguimos aprovar a lei e ela foi sancionada pela Marta e pelo Serra, mas depois deixaram que a Abert entrasse com uma Adin, Ação Direta de Inconstitucionalidade, contra a Prefeitura. Então o Serra armou pra isso, porque o advogado da Abert é filho do ex-ministro da Defesa, o Nelson Jobim, que dividia apartamento funcional com o Serra durante a Constituinte. Então examinar esses nomes e descobrir o compadrio entre eles fica tudo mais fácil.

Mas essas questões de representação das rádios comunitárias foi ficando difícil e enchendo o nosso saco. É uma situação difícil. O pessoal que explica como é uma rádio comunitária não faz rádio comunitária, não tem nenhum programa, não sabe o que é fazer ela funcionar. O pessoal que faz, por outro lado, não consegue acompanhar tudo isso e está lá submetido às circunstâncias, arrumar dinheirinho, etc. É gente muito pobre. Nesses seminários a gente tinha que arrumar comida; arrumar condução. Quando o Intervozes realizou um Ciclo de debates com as rádios comunitárias, eu fui até lá fazer parte de uma mesa redonda. Foi naquela época da oficina do Raton, sobre a Rádio Favela. Então teve uma época que os atores do filme, que também eram todos globais, apareciam como personagem de uma rádio e o pessoal das rádios confundiam ficção e realidade. Tinha um pessoal que achava que eram eles mesmo que faziam a rádio. Acontece que Heliópolis tem uma outra história, ali eram os campinhos de futebol onde o Lula jogava, quando era metalúrgico. A rádio aparece como uma atividade a mais da associação de moradores, da Unas. Não é a rádio que organiza a comunidade. Não tem nada que ver com a história da Rádio Favela lá de Belo Horizonte, que era uma rádio que articulava.

Então estava claro que se a gente tivesse ciência, paciência e persistência, a Rádio Heliópolis seria legalizada. Seria talvez a primeira a ser legalizada e foi. Então eu combinei com o Gerô que quando isso acontecesse, a gente fizesse a festa da vitória, abrindo um guarda-chuva amplo pra chamar o pessoal que ficou na chuva. Então nós não falamos assim: “Nós é bom o resto e bosta! Não é nada disso. Essa rádio é uma bosta, tá certo, vocês imitam a programação dos outros, não é verdade que tem audiência, não existe nenhuma propaganda aqui pra dizer como sintoniza, não há nenhum cartaz em nenhum boteco ou padaria, farmácia dizendo como é que chega na rádio, então vocês pensam que é no automático? Vocês entram no estúdio e falam pra vocês mesmos”. A prova disso foi no dia do jogo do Corinthians. Visitei a rádio nesse dia e estava o Mano Zóio, com o Revolução Rap no ar. Eu perguntei do jogo pra ele e ele nem sabia de jogo. Eu falei: “vem cá, mas nessa época em que todo mundo tem um celular vocês não têm nenhum esquema pra botar uma pessoa lá no Morumbi e de vez em quando entrar no ar falando sobre esse jogo que interessa um montão de gente!” Hoje não precisa mais de unidade móvel com gerador via satélite, isso é coisa de antigamente, agora com o desenvolvimento da tecnologia facilitou. Eu dizia: Inventem! Que rádio é essa que não está ligada nos seus ouvintes? Quer que os ouvintes liguem nela, mas ela não tá ligada nos ouvintes?”

Então a gente foi atuando dessa forma, primeiro com a lei, depois com o edital de habilitação por meio das mesas de trabalho, mas aí aconteceu o que eu previa. Aguamos a semente que cresceu e a manga caiu no quintal do vizinho. Foi o seguinte: Houve um Intercom, em Brasília, na UNB. Nesse Intercom tinha uma mesa sobre rádios comunitárias que foi coordenada por uma moça que estava estudando uma rádio comunitária em uma daquelas cidades satélites lá de Brasília, acho que Ceilândia,

num estudo comparado com uma rádio comunitária no sul da França. Havia uma professora e pesquisadora do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio, um representante da Abraço, que era o Soter, se não me engano, uma representante do MiniCom, Alexandra Costa, e quem estaria na mesa a convite dessa moça era a Taís Ladeira, pela Amarc, mas a Taís Ladeira estava grávida do primeiro filho e como o convite era pra Amarc, ela me convidou pra substituí-la nessa mesa.

Então eu estou lá na Intercom e quando terminou a mesa redonda, a Alexandra Costa foi até a Taís, que estava assistindo a palestra e disse assim: “Olha, está sobre a minha mesa o edital de chamada pra legalização das rádios comunitárias em São Paulo. Por uma questão técnica, porque faltou uma assinatura, eu não estou anunciando isto aqui, agora, porque politicamente nós tínhamos decidido que anunciaríamos aqui na Intercom”. Então eu falei: “Olha, eu sei que quando se publica o edital, todos os interessados têm 45 dias corridos pra juntar a papelada. Eu não conheço exatamente, mas já vi que a papelada ninguém consegue dar conta disso tudo em 45 dias. As entidades mandaram os papéis pra cá há anos e houve a mudança da delegacia aqui do Ministério lá pra Brasília e os caixotes se perderam, enfim, foi uma confusão. Então, quem esperou 10 anos pode esperar mais 10 dias. Eu queria te propor o seguinte - vá a São Paulo, diga com quem você quer conversar, você vai poder conversar com os vereadores, com os engenheiros, com as rádios, com todo mundo, pra que o Ministério, ao publicar o seu edital, publique o edital com conhecimento de causa sobre o que é São Paulo, que é um caso atípico. Realmente o espaço radioelétrico está congestionado. Aqui realmente uma coisa interfere na outra, as histórias são compridas, isso tudo começou numa época que eu nem tava metido nisso, tem gente que busca isso há 20 anos, que já foi presa, condenada e já não é mais primário, sujeito tem que pagar cesta básica, tem muita história”.

Eu propus então que ela viesse a São Paulo e nós montamos na Oboré uma mesa de trabalho para que o Ministério se informasse pra que, quando publicasse o seu edital, tivesse conhecimento de causa. Ao mesmo tempo, isso nos daria tempo pra gente ir buscar assessoria jurídica. Recorremos então ao Escritório Modelo D.Paulo, conseguimos também a Defensoria Pública e em seguida a Anoreg, Associação Nacional dos Notários e Registradores, que significa associação dos cartórios pra ajudar esse pessoal. Lembra que houve uma mudança no Código Civil, então, não era só pegar a papelada e reapresentar, o estatuto da radiodifusão comunitária teria que estar de acordo com as novas normas do Código Civil. Quem faria essa mudança? Na periferia você tem alguém que faz isso? Teria que ter ajuda. Aí a Cristina (membro da Oboré) fez contato com o cara da Anoreg, conseguimos trazer o cara da Anoreg pra que todos os cartórios de São Paulo tivessem gente habilitada pra facilitar a vida das rádios comunitárias que fossem fazer o registro.

Depois fomos descobrir que havia a exigência das coordenadas, latitude e longitude, com precisão de segundos, usando um aparelho que tinha sido autorizado pela ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas, o GPS. Nem a Escola Politécnica (USP) tinha esse aparelho. Fomos até o médico Diógenes Martins Sandim, meu amigo há muitos anos, que era subprefeito de Itaim, onde tinha rádios. Entrei em contato com o Diógenes que botou um japonês, um engenheiro pra trazer os aparelhos, porque ele tinham os GPS. Começou a aparecer alguns engenheiros que alugariam o equipamento e fariam esse serviço, mas cobrariam 3 mil reais, o que seria inviável. Em seguida, fizemos um chamamento a estudantes universitários, arrumamos 14. Ficaram nessa Sala de Situação treinando como preenchia o documento, como mexia com o GPS. Estávamos numa época que GPS não tinha nem em táxis, era novidade. Seu Zé Maria, meu pai, me emprestou três mil reais. Nós demos 100 reais a cada um desses jovens pra eles poderem se deslocar de táxi e terem lanche, indo nos bairros aos sábados e domingos, porque era o dia que as pessoas das comunidades estariam disponíveis pra tirar as coordenadas. Alguns fizeram durante a semana. A Soninha Francine disponibilizou o carro dela pra ajudar também. Isso tudo pra que não tivessem nenhuma possibilidade de, na hora que a papelada chegasse em Brasília, dissessem que estava errado, que faltava não sei o quê jurídico, etc.

Aí no Dia da Justiça, na Assembleia Legislativa, chamamos a Alexandra Costa, fizemos uma grande reunião e levantamos quantos deputados estavam à frente dessa discussão. Houve o mesmo procedimento junto à Câmara. Na Assembleia tinha o Simão Pedro, principalmente, e na Câmara dos Deputados só dois, a Erundina e o Faria, aquele cara dos aposentados, que no final foi o cara do professor Rocha. Aí conseguimos também que o Ministério, o que era permitido por lei, prorrogasse por mais 45 dias o prazo para as documentações. Então foram 45 mais 45 dias, porque o edital foi publicado em dezembro. Com Natal, Ano Novo, Carnaval, Assembleia fechada e ainda por cima,

férias escolares, estava tudo desmobilizado. Aí o Ministério, através da Alexandra Costa, prorrogou por mais 45 dias.

Mas nada disso caiu do céu. Isso não foi inventado pela Abraço, nem pelo professor Rocha, isso fomos nós aqui, ouvindo as pessoas e indo atrás pra encontrar a solução aos problemas que iam aparecendo. Nós queríamos que também esse bairro aqui tivesse uma rádio, mas quando a gente percebeu que essa rádio só sairia se nós da Oboré a encabeçassemos, desistimos. Ora, isso colidia com um dos princípios originais da Oboré: jamais teríamos um veículo próprio. Nesse esforço todo, é evidente que nossa atenção era o tempo todo com Heliópolis, mas aí Heliópolis foi ficando bombada. Vai lá ministro, vai lá presidente da República, Rui Ohtake, etc, ficou chic.

O Milton Santos já dizia que nós não devemos confundir as formas de organização da classe trabalhadora na fábrica, no local de trabalho, com o que é organizado nos seus locais de moradia. São duas lógicas diferentes. No local de moradia, seja em uma associação de bairro, seja numa escola de samba, seja um centro de umbanda, essas relações, de pegar as pessoas lá do fundão e elas irem pra uma condição melhor é uma relação não republicana, é uma relação monárquica. Então você tem um rei que coordena as ações e uma corte. Essa corte é a que participa das reuniões e que tem o lanche. Se tiver viagem pra Brasília vai pra Brasília, se tiver entre ônibus e avião são eles que vão de avião, essa gente que é a corte. Mas nessa corte, o sujeito que veio pra cá não chama mais um da sua turma. No que ele saiu da situação de marginalizado, de excluído, e agora ele está incluído, faz parte ali daquela coisa, ele percebe que não tem pra todo mundo, que se todo mundo vier, aquele pouco de mordomia que ele tem não dá pra todo mundo, então ele fica na dele. Ele presta vassalagem a quem é o comando político, sobretudo a quem tem grana, que distribui os dinheiros, as bolsas Prouni, Faculdade São Marcos.

Então, no caso da Rádio Heliópolis eu falei o seguinte, é proibido fazer anúncio, mas não é proibido dar apoio cultural a um programete sobre economia doméstica, a um programete sobre cuidados com a saúde, ou a um programete "como planejar o seu tempo", ou um programete de como economizar água. Nós podemos ter uma programação com uma série de programas que sejam de serviços públicos úteis com o apoio dessas empresas que já são apoiadoras de projetos dentro da Unas. A Gessy Lever não tem lá o apoio da Lavanderia Coletiva? Portanto a Gessy Lever que já apoia a Unas, apoia também a rádio num programa sobre economia doméstica. Coisa óbvia, mas não dava certo. Além disso, quando chegava na hora de fazer os banners com as empresas apoiadoras, parceiras da rádio, nunca aparecia o Escritório Modelo Dom Paulo, nunca aparecia a Oboré, nunca apareceu. Nós não existimos. Falei, Gerô, tá errado. Vocês só consideram como parceiros o cara que entra com grana.

E o que são os editais que financiam esses projetos? É assim: eu te dou dinheiro, 10 mil dólares ao longo de um ano, significam 20 mil reais, ou um mil e quinhentos por mês. O que você faz com mil e quinhentos? É menos que três salários mínimos. É dinheirinho, tá certo? Desde que você custe pela "mufa", movimento o seu capital de relações, vá atrás e elabore o projeto que seja para dar conta de equidade de gênero, ou auto-sustentação, ou recolhimento de latinha de alumínio em nome do meio ambiente, etc, qualquer que seja o tema pré-determinado pela empresa. Aparentemente você está bolando o seu projeto, mas é a empresa que decide até onde você chegará. Então, são as multinacionais, as ONGs a serviço das multinacionais, as ONGs internacionais a serviço do Norte sobre o Sul, que querem passar a ideia de que sem esses recursos nós não somos capaz de fazer nada. Que é o tal do anabolizante.

Então, paralelamente a isso, durante o fechamento da rádio, que foi um ano e tanto, eu propus que a gente aproveitasse o tempo do fechamento pra gente estudar, de tal maneira que quando a rádio viesse a reabrir, porque ela reabriria um dia, a gente estivesse mais qualificado pra fazer uma rádio melhor, que ganhasse os ouvintes, etc. Uma das coisas que nós fizemos, durante quatro sábados, foram discussões sobre o que movimentava a sociedade financeiramente, os impostos, etc. As pessoas traziam de casa, sabonete, arroz, feijão, roupa, etc, pra descobrir quanto de ICMS tinha dentro de cada coisa, até descobrir que esse ICMS é que pagava a USP, que pagava a Unesp, que pagava a Unicamp. Que pra cada 10 reais de ICMS, R\$1,00 ia pras universidades públicas. Queríamos mostrar a participação da comunidade de Heliópolis nisso. Na época, pelas contas que a gente fazia, a gente considerava uma média de 30 mil famílias, que representavam 125 mil pessoas, com renda familiar de três salários mínimos. Aí tem uma coisa que mostra que uma família que ganha até três salários mínimos, na média, ela tem um padrão de gasto em que o grosso é com comida, transporte, etc, que é

um padrão de consumo diferente de quem ganha 10 salários mínimos, claro. Quando você for examinar um por um desses produtos e descobrir qual é o ICMS, sendo 25%, se for luz e telefone, 32% se for cerveja, 8% se for não sei o quê, 12% se for lata de óleo, isso vem na embalagem, percebe que o grosso da grana que faz funcionar o estado de São Paulo é de um imposto que está embutido nas coisas da cesta básica, principalmente. É uma cobrança que não é explícita, e portanto, a população não sabe o que está pagando de imposto, quanto e nem pra onde vai. A população não sabe e então ela não tem consciência política, ela é enganada. Ela é ignorante. Então ela não sabe que é ele que mantém a USP, e portanto, não cobra nem da Unicamp, nem da USP, nem da Unesp e nem de nada.

Quando a gente fez esse exercício aqui, mostramos que Heliópolis botava no caixa da USP anualmente, um milhão de dólares. Agora é mais porque houve recuperação do poder de compra em relação ao salário mínimo. Um milhão de dólares é quanto custa o curso de jornalismo da ECA. Pagando todos os professores, funcionários, etc, ele custa um milhão de dólares por ano, então quem paga, quem mantém o curso de jornalismo é Heliópolis. Você podia fazer essa conta também com Tiradentes, Paraisópolis, etc.

Depois que a gente fez isso, a gente montou uma excursão chamada a "Cidade do Sol visita a Cidade Universitária, viemos ver o que é nosso". Foram 53 nessa excursão pra USP. Visitamos a Física, a FAU, a ECA, a TV USP, a Rádio USP, o Centro Esportivo, o Crusp. Passamos um dia lá. Aí eu fiz um folheto, tiramos mil cópias, e distribuimos pra todo lado. Quando a gente fez essa visita à USP, nós fomos até a Rádio USP que estava temporariamente abrigada na Engenharia Hidráulica, lá no porão, porque os estúdios estavam passando por reforma, e nós entregamos pra cada um, um CD com uns spots da campanha chamada "Imagina". Uma série que tinha o objetivo de revelar que é o imposto que está no tijolo que financia os programas de habitação popular; que é no imposto do esparadrapo que vem o dinheiro da saúde; que quando você compra uma chuteira que vem o dinheiro pro metrô; que do imposto do saquinho de feijão que vem o dinheiro para manter a Luiz de Queiroz, pra formar agrônomos, etc, pra mostrar exatamente isso. Desvendar isso. Depois que o cara descobre isso ele não é mais o mesmo. Quem fez o texto foi o Lourenço Ciaferri.

Durante a visita, fomos muito bem recebidos na FAU. A maior parte dos participantes nunca tinha visto tanta árvore, não é que nunca tinha ido à USP, mas ele imaginava que a USP era como se fosse a UNIP, era um prédio, ou a Uninove, não sabia que a USP era um campus. As crianças nunca tinham visto tanta árvore, não sabia que tinha tanta árvore em São Paulo.

Aí nós fomos à FAU, onde foi passado um filme mostrando o que é a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Falou a diretora e a professora que coordena os trabalhos de pesquisa chamada Ruth. Ao se encontrar com essa professora, Dona Cida, uma das pessoas da excursão falou que morava em uma rua de Heliópolis que tinha o nome dela. Ruth não sabia, mas explicou que, quando houve a primeira invasão naquele um milhão de metros quadrados, os professores e alunos da FAU foram ajudar a desenhar minimamente aquela ocupação para que não fosse algo selvagem, como acabou sendo. Buscavam deixar espaços pra praças, lugares pra os Centros de Saúde, escolas, etc, mas cada um chegou lá, pegou o seu terreninho e pronto. Cada um só pensou da soleira da porta da sua casa pra dentro. Disse que a FAU continuava com projetos de construção, de material bom e barato, junto à Heliópolis. "A gente sabe dos problemas que vocês têm, sabemos de todos os problemas das vias aéreas, problemas de respiração com criança, que não têm como pegar vitamina E, não tem como correr. As casas são daquelas lajes que faz com que sejam muito quente durante o dia e muito fria à noite, então, esse ambiente é excelente pra ácaros, fungos etc. Então, eles botam um vitrosinho de qualquer jeito, em vez de botar na parte mais alta pra deixar escapar o ar quente. Nada é feito com lógica, então não tem jeito. Não existe médico, nem remédio capaz de resolver o problema de saúde dessas crianças. Teria que haver uma intervenção urbana mesmo, pra corrigir as casas e os arquitetos sabem disso. Estamos à disposição, a universidade além de formar arquitetos, jornalistas, economistas, ela também faz pesquisa e tem uma outra função que é de prestar serviços de extensão à comunidade, então, estamos aqui".

Bom, três meses depois o Kassab resolveu que ia derrubar algumas construções pra fazer lá uma reurbanização. Muita gente pensa que Heliópolis fica na periferia de São Paulo, mas não fica. Ela fica encravada entre Ipiranga e São Caetano. São Caetano tem o IDH número 01 no Brasil. Ipiranga é um dos bairros mais valorizados. É onde foi decretada a independência, lá está o Sesc, o metrô, é um lugar valorizado, tá perto do Terminal. Então o Kassab foi lá e queria fazer umas obras, mas a Unas não estava de acordo com isso. Com esse embate o Gerô me procurou dizendo que pedia ajuda. Ele queria

uma ONG que pudesse elaborar um projeto alternativo pra que a Unas pudesse ir na prefeitura tendo uma outra ideia diante da proposta que ela tinha apresentado. Foi quando o lembrei da conversa com a professora da FAU. Eles tinham estado na USP há menos três meses, descoberto que o dinheiro do imposto deles mantinha aquela faculdade, mas não tinham assimilado nada. Bastava um telefonema e a FAU ajudaria. Com o peso da USP seria mais fácil. Foi então que procuraram os professores da faculdade e ganharam a parada contra a Prefeitura. Mas é tudo assim, as informações se perdem rapidamente. Nada fica por escrito. Aquela barulheira, a poluição visual, a poluição sonora, a indisciplina intelectual, a incapacidade de elaborar um plano e persistir nele. É tudo provisório. Então você vai olhar pras rádios comunitárias e elas refletem exatamente isso. É tudo amarrado com arame.

Quando a ActionAid comprou aquela casa por 30 mil e disse que a rádio ia pra lá, a minha proposta era outra. Entendia ser melhor que a rádio ficasse na sede da Unas, até mesmo pra ficar claro que a rádio era da Unas, não era uma coisa separada. Seria uma segurança mútua. Eu tinha descoberto um ateliê, que é esse negócio de costura, que era no mesmo andar do Telecentro. Eu falei: vocês estão na rádio que não tem conexão com a internet, mas no entanto, no andar de cima tem uma sala com conexão e tudo. Tem uma redação. Então a gente faz a redação e o Telecentro no mesmo andar e a parte de estúdio fica aqui mesmo. Mas veio a grana da ActionAid e eles compraram a casinha que queriam.

Diante disso, sugeri que o prédio da rádio fosse feito nos moldes de uma rádio comunitária, com um estúdio, uma mesa onde a comunidade pudesse dar entrevistas. Tinha que ter um espaço pra também formação das pessoas da comunidade também, então tem que ter uma parte que é escola pra dar os cursos. Seria algo pra não ser só a FM reproduzindo a FM vitrolão. Tentamos com o Ruy Ohtake várias vezes, mas ele não tinha tempo pra tirar medidas. Aí falei pro pessoal que tinha construído a sua própria casa, que teoricamente teriam algum conhecimento nisso, pra eles tirarem as medidas que seriam entregues pro Ruy Ohtake desenhar o projeto. Se ele desenhasse ficava mais fácil de arrumar apoios pra cimento, areia, etc. Aí tiraram as medidas, mas mandaram medidas que não permitiam fazer a planta do local. Não foram capazes de desenhar minimamente a planta.

Diante disso, pedimos que o pessoal do escritório Piratininga, que tinha feito a quadra da Unas, fizesse o projeto. Na construção da quadra coberta, uma das voluntárias, a mulher do Mercadante, foi responsável pelos contatos com a Companhia Siderúrgica Nacional para que ela financiasse a obra. Mas aí o projeto com o Piratininga pro prédio da rádio foi pró bonus, sem grana. Na última hora a mulher me apresentou um negócio feito no autocad, tudo nas coxas. Inventaram um predinho que teria uma escola de não sei o quê e um paralelepípedo de vidro, padrão BM, mais ar-condicionado. Então pôs um vidro pra esquentar bem e depois colocou um ar-condicionado pro pessoal aguentar ficar lá.

Mas ponderei que aquele projeto jogava o pessoal nas mãos do narcotráfico. A manutenção daquele casa, com ar-condicionado sem parar ia gastar muita energia. Além disso o custo dessa obra era muito alto. Sairia por uns 50 mil dólares. Não haveria grana pra manter aquilo e a saída seria cair nas mãos do narcotráfico, que está lá. Essa mulher ficou brava e me lembrou que estava fazendo o projeto e questionou a minha posição pra dar opiniões sobre a obra. Disse que eu era da Oboré e prestava assessoria do mesmo jeito que eles. Mas aquele era um problema central, nós não podíamos fazer coisas caras em que, não tendo grana, aquele pessoal se entregasse pros gringos, pro narcotráfico, pro evangélico, ou ainda ficarem pendurados na mão dos políticos. Não se consegue manter uma coisa desse valor apoiada só no povo.

No final mantiveram a casa como comprara. Mas falei pro Gerô que enquanto não tiver uma mesa pro povo sentar em volta eu não considerava que a Heliópolis tinha uma rádio comunitária. “Pode falar o que você quiser. O problema não são as palavras é a prática. O que vocês têm aqui são locutores. Um que faz um programa disso, etc. Não tem pesquisa sobre audiência. Eu digo isso porque eu sou da casa e me sinto a vontade pra dizer: vocês têm que melhorar. Vocês não podem ficar confortáveis com vocês mesmos. Toda vez que sujeito achar que já chegou é porque morreu. No dia que vocês receberam a autorização pela mão do Lula, vocês esqueceram os outros. Não fizeram a festa que a gente tinha combinado, que era a festa da vitória e da resistência e vocês como parte da Amarc, se comprometera a se articular com os outros pra que todos fossem juntos. Vocês deixaram todo mundo na mão, esses que acabaram ganhando as concessões porque tiveram abaixo-assinados com maior número de assinaturas”. O professor Rocha deixou que a gente fizesse todo o trabalho complicado e quando já estava na reta final, ele orientou as “radinhas” dele com o seguinte: “Vocês vão pra porta do metrô e todo mundo pede pra assinarem o documento com RG; vocês vão pegar na

paróquia da igreja de vocês. Todo mundo assina. Quando chegar a hora, quem tiver mais assinatura ganha”. E foi isso que aconteceu.

Isso foi no final de tudo. Mas quando a gente fez as duas mesas de trabalho antes do edital ser lançado, percebemos que foram incluídas algumas novas situações por conta das discussões que tínhamos feito. Teve modificação sim, ele não foi igual aos outros. A diferença dizia respeito principalmente à questão de como delimitar as áreas porque na distância mínima de quatro quilômetros entre uma e outra. A gente tinha sugerido que essa divisão seguisse a divisão das Subprefeituras. São Paulo não podia ser tratada igual às outras cidades. Essa era uma das nossas dificuldades, mas o que aconteceu é que do meio pra frente, o Ministério percebeu que tinha aí esse imbróglio, essa coisa difícil de se resolver e aí queria que a gente voltasse atrás, que desconsiderássemos a construção que fizemos em conjunto quanto ao aviso da habilitação e passássemos a definir as rádios mediante as assinaturas, como em todos os outros editais. Então eles acabaram formando blocos. Havia bloco em que as rádios nem tinham nada a ver entre si porque estavam a trezentos quilômetros de distância entre uma e outra. Eles agruparam em trinta e poucos grupos, se não me engano, 33 grupos, eu não tenho certeza. A partir daí pegaram quem tinha mais manifestação de apoio, mais assinaturas, e começaram a definir as autorizadas. Foi aí que a gente não teve mais condições de conversar com o Ministério.

Nesse momento já não estavam mais seguindo o edital. Aí foi outra questão. Completamente diferente. A Alexandra Costa e o ministro Hélio Costa definiram da seguinte forma: o professor Rocha, que sempre se seveu as rádios evangélicas, tinha como seu deputado fiel, o Arnaldo Faria. Então, o Rocha, o Arnaldo Faria e o Hélio Costa se uniram. Quando a gente percebeu, já tinham passado por cima de tudo que a gente tinha feito. Quando o edital foi publicado, nós começamos a marcar os locais onde estavam localizadas as rádios requerentes para poder ter uma ideia de como é que estava a situação, os confrontos, como estavam distribuídas, qual era o local de maior concentração.

Após o edital surgiram muitas emissoras. O que aconteceu é que muita gente, a partir do momento que o aviso de habilitação foi lançado, resolveu correr atrás da documentação, mesmo se ainda não estivesse em atuação. Havia rádio funcionando sem estar vinculada a nenhum tipo de associação, como ainda existe. Elas até são chamadas de comunitárias mas na verdade são rádios de baixa potência, o que é diferente de rádio comunitária. Atuam como se fosse um comércinho local e vivem daquilo. Quando surgiu a oportunidade de se regularizar, então estas rádios também resolveram se candidatar e aí tiveram que fazer tudo desde o começo, partindo da necessidade de montar associação, fazer estatuto, até apontar as coordenadas de onde estavam. Em outros casos, as associações já existiam e vendo a possibilidade de ter um veículo de comunicação com a comunidade, atualizaram a sua papelada, porque tem que ter o estatuto que preveja a criação da rádio e tudo. Então esse pessoal atualizou a papelada e também correu pra acertar a sua situação; outras já tinham tudo mas estavam com a documentação toda atrasada, enfim, tinham vários casos, de todas as maneiras. A gente começou a fazer esse mapa todo colorido, cheio de bolinhas, já que eram 143 emissoras que deram entrada na papelada, se não me engano. Depois que passou na primeira peneira esse número caiu para 114 e foi diminuindo.

As bolinhas do mapa diziam respeito ao status das rádios, apontando se tinham sido regularizadas ou em que pé que estavam os processos depois que foram passando pelas peneiras do Ministério e, por conta de documentação, principalmente, foram sendo rejeitadas. Daí a importância do mapa em relevo. Por exemplo, entre duas bolinhas do mapa plano, você não sabe se entre elas tem um morro ou outro obstáculo. Portanto, embora elas não estejam em uma distância de quatro quilômetros entre si o sinal delas podem não colidir, dependendo do relevo ou obstáculos como prédios que bloqueiem o sinal de tal maneira que uma funcionará pra um lado do obstáculo e a outra do outro lado. Por isso é que tinha que ter o mapa de situação em relevo. Pra que não viessem lá de Brasília e imaginassem que isso aqui é reto e dissessem que, como as duas bolinhas (rádios) estão próximas e não há dois quilômetros entre uma e outra, seria necessário as duas se unirem. A união de duas rádios significa que uma aceita a outra.

O problema é que se juntar não significa se juntar em igualdade, mas sim uma trabalhar no lugar da outra. São três tipos de acordos que você pode fazer. Um deles é aquele em que cada um mantém a sua associação, mas vai definir um local pra trabalhar em conjunto; o segundo é uma incorporar a outra. Neste caso uma deixa de existir e a outra passa a atuar; tem ainda a terceira forma, mas eu não

vou saber dizer qual é, não lembro. São três maneiras que você tem pra poder resolver essa questão. Foi isso que o Ministério não quis fazer porque pela lei você primeiro tem que fazer com que elas se acertem pra depois abrir a assinatura. O Ministério foi pelo caminho que seria mais fácil.

Nesse período em que se deu o imbróglio, Heliópolis ainda não estava regularizada, mas estavam com a rádio funcionando. O que acontece é que lá tinha outra associação disputando a mesma região e esse unir-se também atingia a eles. Volta e meia ameaçavam fechar Heliópolis, porque eles funcionaram normalmente desde o edital. Tiveram outros que enquanto não estivesse com a papelada toda em ordem, não botavam a rádio no ar porque tinham medo de perder os equipamentos. Vários não quiseram entrar no processo, queriam continuar do jeito que estavam: ilegais, não regularizados. A questão do ilegal é muito relativa. Mas antes disso, ainda em 2005, diziam que iam fechar a Heliópolis. Eu fui lá com o Everaldo, da Anatel, e apresentei o relatório das atividades deles. Disse que o desafiava a dizer que eles estavam fora do esquadrão. Essa rádio oferecia o contraponto ao narcotráfico. A rádio chamava a juventude, o mesmo público-alvo do narcotráfico, que quer o cara esperto, inteligente, capaz de fazer conta, pegar, distribuir... Era esse tipo de gente que estava sendo atraído pra rádio, pra trabalhar na área da educação, da cultura. A rádio lutava contra o narcotráfico. Mas dizia que mesmo diante disso ele quisesse fechar a rádio que fosse, tudo bem. Não fecharam. Isso em 2005. Até que depois foram e fecharam com uma ordem judicial em 2006.

Aí o Ministério, vendo que não tinha o nosso apoio, só tinha apoio do FDC, do Rocha, foi tentar se acertar com ele. Aí o que ele fez? As trinta e poucas associações que estavam com ele, onde ele prestava assessoria, deixaram de lado o processo que estava em andamento e fizeram manobras pra conseguirem a concessão. O Rocha disse pra esse povo pegar as assinaturas que iam ganhar essa disputa e realmente ganharam. Ele se focou na assinatura e também na mudança das coordenadas. Acontece que muitas das associações dele também tinham interesse por áreas que se chocavam nas coordenadas. O que ele fez? Começou a mudar, no processo, o dado de onde seria fixada a antena. Primeiro a Alexandra Costa o deixou participar das reuniões, então cedeu. Foram 12 meses. Fizemos aquela discussão toda em um ano e tanto e aí ele começou a negociar com as associações a alteração da antena, depois de já ter mandado a papelada pro Ministério com uma determinada coordenada geográfica. Ele conseguiu a alteração, o que não podia fazer. Aí ele conseguiu que vários concordassem com a mudança da antena pra uma não colidir com a outra, fez essa sugestão pra Heliópolis inclusive, que não aceitou a proposta. Isso é o que a gente conhece né, mas deve ter sugerido para outras também, pelo menos às que eram mais próximas a ele. Tanto é que ele conseguiu aprovar para a maioria das associações pra quem ele trabalhava. Das que foram aprovadas, a maioria era vinculada ao Rocha. Tinham vínculo total. Você não conseguia telefone de contato deles, absolutamente nada. A gente começou a procurar e conseguiu o contato de várias, mas tem umas ainda que não queriam nem conversa com a gente por causa dessa situação.

Não sei nem se todas as que se regularizaram já estão montadas. A gente começou a receber aqui, ligações. Uma pessoa me ligou dizendo que tinha concordado com a alteração da antena, porém, não sabia como ia fazer porque o terreno original da localização era deles, mas com a mudança teriam que providenciar a instalação na coordenada geográfica enviada na documentação, que é uma coordenada precisa, num lugar que não era deles. Como fariam? A mudança das coordenadas foi feita de qualquer jeito. O novo dado apresentado ao Ministério podia inclusive coincidir de ser dado referente ao local onde estava uma casa, por exemplo.

Diante desses problemas resolvemos fazer o documento chamado "Em Nome da Verdade", sobre essas mudanças que ocorreram, já que o Ministério estava dando uma versão que não batia com a realidade. Fizemos ele em várias mãos. Agora, a liberação de Heliópolis antes das demais não está ligada a essa questão do Rocha. Acontece o seguinte: tem a questão política. Heliópolis é a maior favela de São Paulo, sempre tiveram muitos contatos políticos e em nenhum momento eles se acovardaram, eles sempre ficaram expostos. A Regina Casé foi lá fazer um programa, o Justus também... Foi uma rádio que nunca se acovardou, ela sempre ficou exposta. Ela sempre disse, eu estou trabalhando ilegal não é porque eu quero. Eles já tinham dado entrada no processo, se não me engano em 98. Aí você vai vendo, olha o tamanho da encrenca.

Quando a gente percebeu que o avanço das novas tecnologias se deu tão aceleradamente, a gente optou em não mais nos incomodar com as questões das rádios comunitárias. Avaliamos que não seria mais por essas rádios que as coisas estariam acontecendo. Entre vários outros problemas eles não têm ouvintes e as equipes não se qualificam. Vá ver a grade. Fizemos tudo isso e um dia estou aí

ouvindo a rádio com a locução da Celinha, do Sistema Único de Saúde, ela atua no setor de prevenção. Naquele momento ela estava no ar dando a seguinte orientação: Se vocês estiverem com torcicolo, tem uma reza, uma simpatia em que você coloca o pé esquerdo na água quente e com uma agulha você costura uma meia. O torcicolo passa. Quando eu ouvi aquilo, falei puta que pariu! Foram 10 anos pra no final colocar no ar que se cura torcicolo costurando na meia? Você vai ver a programação musical, não há um programa que dê conta do que foi a tal da Orquestra de Heliópolis, lá do Bacarelli. Aí tiraram o Geronino. O Geronino foi transferido pra trabalhar com adolescentes. Falei: esquece. A partir de agora a gente vai ajudando na medida em que aparecerem as demandas.

No dia em que veio a legalização pra Heliópolis, nós fizemos uma bandeira com o lema "Mexeu com uma, mexeu com todas" e demos um cachorrinho, chamado Laerte II, em homenagem ao Laerte. A ideia era que todas as rádios que viessem a se filiar à Amarc, com essa rede de solidariedade, proteção e ajuda mútua, a gente pudesse ostentar na porta dessa rádio, que ela era associada da Amarc. Que se mexesse com ela estava mexendo com o mundo. Alguma coisa parecida com o que as pessoas colocam na porta "cuidado, cão feroz". Se tiver que assaltar, assalta a casa do lado, não essa porque essa aqui se você pular e vem um cachorro que vai morder você. Então se quiser mexer com essa rádio, vai mexer com as outras. Até que isso deu tudo certo, mas lá as coisas não dão certo por muito tempo porque nada fica. É tudo parecido com grafite de parede, arte B. Essa coisa de São Paulo que nada é definitivo, tudo é provisório. São Paulo tem um dinamismo muito grande, as coisas estão acontecendo o tempo todo. Então na vida da população mais pobre, isso é pior ainda. Não pensam no segundo tempo do jogo.

Agora, a partir desta experiência que tive neste setor, vejo que a questão da organização por parte das lideranças comunitárias em busca de regularização e democratização das comunicações sem apoios políticos ou de entidades sociais organizadas externas às comunidades é uma contradição, um paradoxo que me incomoda desde a época da juventude, desde a época que eu comecei a ter uma militância política sistemática na época da universidade. Era chavão e a classe operária se autodefinia como a vanguarda revolucionária, que mudaria a sociedade capitalista e viria o socialismo e depois chegaríamos a uma sociedade em que não existia Estado, e tal, chegaríamos ao comunismo. O reino da liberdade. Aí vinha o pessoal e eu dizia, vem cá, mas na prática não tem sido assim. O próprio Marx diz que essa energia que põe as coisas em movimento é externa. Não é o operário trabalhando todo dia nas mesmas condições de alienação, sendo explorado, tendo a sua mais valia extraída, que vai significar lucro na mão do patrão, que vai fazer a mudança.

Esse cara pode trabalhar durante décadas. Entra todo dia às 8h sai às 18h, produz as peças, mas ele não descobre por essa atividade prática, reiterativa, que ele é explorado. Ele não conhece o mecanismo da circulação das mercadorias. Então, quem é que vai introduzir consciência política a essa consciência de classe? Como é que o operário deixa de ser um operário em si para ser operário para si. Ele tem que despertar para a consciência de que ele é explorado. Então precisa cooperar em construção. Que é quando o cara saca que ele constrói a casa, mas ele não mora nela.

Então quem é a vanguarda? É a classe operária ou é essa intelectualidade que pra desenvolver o conhecimento, saber como as coisas funcionam, precisa de tempo livre pra poder se cultivar. Precisa de tempo livre pra ler e estudar, refletir e pesquisar. Portanto esse cara que vai levar a notícia, a informação de como é que as coisas funcionam e desamarar os nós, do ponto de vista teórico, esse cara não poderá ser da classe operária porque a classe operária terá que trabalhar todo dia para a sua mera reprodução. Então, portanto, quem é vanguarda? Na verdade seria a intelectualidade que viria da classe média. Ou da classe média ou da burguesia, que é quem tem tempo livre para se qualificar e descobrir como é que a sociedade funciona e, portanto, apresentar as diretrizes, as vozes alternativas, a explicação de como é que você supera essa condição do capitalismo explorador para uma etapa intermediária, que seria o socialismo, até chegar lá na sociedade sem classes. Então quem é a vanguarda? É a classe operária ou a intelectualidade que se coloca a serviço da classe operária?

Então é impossível haver um movimento que revoluciona alguma coisa sem conhecimento. A classe operária abandonada a si mesmo, diria o próprio Marx, no máximo que ela chega é ao sindicalismo. Eu quero ganhar mais e trabalhar menos, se possível ganhar sem trabalhar porque o trabalho é chato. No limite, é me aposentar deixando perder quatro dedos. Eu me deixo mutilar pra ficar pendurado na Caixa. Porque é insuportável trabalhar todo dia na mesma coisa, esse trabalho rotineiro, a mesmice. Ora, os que trabalham profissionalmente com a cabeça, os cientistas, os jornalistas, os artistas, não é verdade que sua reivindicação é trabalhar menos e ganhar mais e, se

possível, ganhar sem trabalhar. Em geral você reivindica melhores condições pra trabalhar mais e melhor. E você é movido pela consciência da importância que tem o teu trabalho. Então não é a necessidade que me empurra, é a liberdade que me impulsiona.

O Darcy Ribeiro dizia o seguinte: que as grandes transformações a favor da democracia não viria da luta de classes e sim do desenvolvimento tecnológico. Quem descobriu que é possível que com um aparelhinho você pode falar e ouvir, ver e fotografar, transmitir, etc. Não foi a luta de classe, mas foi o desenvolvimento técnico científico, que vai se desenvolvendo e que essa mercadoria, pra poder ter escala, justificar inclusive as grandes plantas industriais, você terá que trabalhar pra que esse aparelho fique bom e barato, pra que ele possa ser um material de consumo.

Isso só é possível democratizando o acesso a esses meios de comunicação. Então você tem um paradoxo enorme, que é: nunca nós tivemos tantos aparelhos bons e baratos espalhados na sociedade e ao mesmo tempo nunca foi tão centralizado o capital que dá conta das grandes agências, dos grandes fornecedores de informação que faz a cabeça da sociedade. Se você trabalhar com a ideia de que o importante em política, democracia ou ditadura, é o fim, é possível chegarmos numa sociedade radicalmente democrática sem a utilização de meios de comunicação pra dar informação, ajudar na interpretação, influir de alguma maneira sobre a opinião das pessoas? Claro que não. Nos últimos tempos, últimos cinco ou seis anos, se democratizou de maneira impressionante o acesso a computador e a celular. Então, proporcionalmente, essas pequenas emissoras de rádio, que já não tinham audiência, essa emissoras de rádio eram mais um fenômeno gráfico, um fenômeno acadêmico do que um fenômeno radiofônico. O cara fala de rádio comunitária sem nunca ter ouvido uma rádio comunitária.

Se é verdade que a pesquisa do rádio, lá da época do Sérgio Viriato, do Heródoto Barbeiro, tem quase uns 15 anos, que pra cada 10 pessoas que ouviram rádio nas últimas 48 horas, seis ouviram só uma emissora, o cara não zapeia, então significa que você tem o seu ouvinte e um não concorre com o outro. Pra cada 10 ouvintes, seis ficam ligados na sua emissora. Ora, essa emissorazinha que está surgindo no bairro, pra fazer com que as pessoas se liguem nelas, significa que o cara terá de deixar de ouvir outra emissora, se ele ouve rádio. E nós estamos falando de um hábito arraigado porque ser fiel a uma emissora e uma coisa que é cumulativa. Meu pai e minha mãe, sempre, desde que me lembro, eles acordaram e sintonizaram na Bandeirantes. Se identificam com o ademarismo. O negócio deles é Ademar de Barros, Maluf. Então meu pai tinha opinião a favor ou contra a pena de morte porque ouvia "O pulo do gato", do Vicente Leporace, a vanguarda do atraso, o ademarismo. De manhã já estava direto ali. Não adiantava você tentar convencer de nada. Essa era a rádio dele. A Rádio Aparecida do Norte tem um milhão de pessoas que ouvem. Eles têm até como lema "a maior audiência cativa do Brasil".

Então pra que você mude de hábito, qualquer um, é muito difícil. Aí surge uma emissora local, mas ela precisa ter um trabalho que não é radiofônico, porque rádio contra rádio ela perderá sempre, ela terá que estar entrosada com outras atividades que se façam no bairro. Por isso nós propusemos, por exemplo, a aproximação da rádio com as escolas, que é quando nós desenvolvemos os primeiros projetos, do chamado "Correspondentes da Cidadania". Incentivava estudantes do colegial, que sabiam escrever, fossem curiosos e gostassem de trabalhar em equipe, a se aproximarem da rádio do bairro onde moravam pra melhorar o jornalismo delas, porque não se faz jornalismo nessas rádios. Não há repórter na rua.

Eu estou dizendo que a importância da rádio será sempre relativa. Você imagina que agora estamos em plena noite, não tem luminosidade nenhuma. Quantas estrelas eu tô vendo? Um bilhão, muitas. Aí você sabe que várias dessas estrelas que você tá vendo brilhar já não existem mais, já explodiram há um tempão e o que está chegando é a luz. Então, quando eu estou olhando para o presente, eu não estou vendo o presente, eu estou vendo o passado. Nós somos a expressão do passado. É como se fosse uma inércia. Então eu não sei te dizer qual é a realidade presente dessas rádios. Eu sei que a ideia de um plano racional que permitisse a máxima adequação pra dar voz ao maior número de pessoas, ele não aconteceu. Não foi por falta de empenho, empenho persistente da nossa parte, nem de articulação política para que isso acontecesse. Vieram as forças fortes e impuseram uma coisa completamente irracional.

Se você pegar o território da cidade de São Paulo, essa cidade tem cento e não sei quantos quilômetros de diâmetro, e se você analisar as áreas cobertas por rádios comunitárias autorizadas não ultrapassam 3% do território da cidade. 97% do território não têm rádio comunitária, seja ouvida ou não ouvida. Então, do ponto de vista radiofônico, esse fenômeno é pífio. A opinião pública em São

Paulo pra fazer isso ou aquilo, lutar por esse ou aquele candidato a prefeito, lutar por coleta seletiva de lixo ou não, lutar para que haja vagas em escolas públicas de qualidade, saúde, etc, não está sendo feito pelas rádios comunitárias. Não há aporte.

Hoje, se você vai a Heliópolis, você vai verificar que tem umas 40 ou 50 lan house, se é que elas já não entraram em decadência, porque com o negócio do barateamento dos computadores e a facilidade de crédito nas Casas Bahia as pessoas passaram a ter computador em casa. Essa mudança foi muito, muito rápida. Quando nós montamos a primeira turma com as escolas públicas pelo "Correspondente da Cidadania", eram turmas de 30 alunos e 23 tinham telefone fixo ou celular. Então portanto, vi que não teria dificuldades com o telefone. Olhei na lista de presença e vi e-mails. Os 30 tinham e-mail, mas 10 tinham computador em casa. Então 30% do total. Isso foi no comecinho do período de isenção dos impostos que o Lula tirou e o povo começou a comprar esse equipamento no crediário. Então o povo foi aprendendo. O dono da Casas Bahia falou, eu não sou uma loja que vende coisas, eu sou um banco. Eu vendo crédito. E confio no meu povo. Não dá mais que 2% de inadimplência. E é verdade. O pobre paga. Um dia vi isso com Dona Cida que dei uma carona para ela ir pagar a prestação que ela tinha e foi com ela que aprendi isso. A Dona Cida era dona da casa onde ficava a torre da rádio e do José Paraíba, que é mãe do Fabinho. Fabinho era paralítico, não falava e aprendeu a falar e andar indo na rádio. Então, o Fabinho é um caso, um milagre. E aí o Zé Paraíba e a Dona Cida, em retribuição a esse milagre que foi a rádio ter salvado o filho, deixaram instalar a antena, mesmo na época do proibido, no teto da casa dele. Então aí eu fui descobrir nesse dia que a maioria tinha acesso a internet, tinha os e-mails em lan houses. Aí que eu fui descobrir lan house. Agora, as lan house que eu vi, elas foram fechando porque um computador hoje custa 700 reais em prestação.

Tinha um rapaz que estava lá naquele curso que a gente fez na Faculdade de Saúde Pública, um cara muito legal, que foi preso. Passou dois anos preso. O pai morreu, ele e o irmão resolveram que iam ter uma moto. Pra ter dinheiro pra moto se meteram com o narcotráfico, aí um dia tinham que pagar a prestação da moto mas estavam sem grana, então eles assaltaram um táxi, ou um ônibus e aí foram presos e ele pegou cadeia. Aí fui lá conversar com o Gerô pra que enquanto ele estivesse preso a gente fosse visitá-lo, colocasse advogado à disposição, com a ajuda do Escritório Dom Paulo, pra que quando ele saísse da prisão ele viesse pro nosso lado e não pro lado do narcotráfico. Mas ninguém foi visitar nem nada e o advogado dele era do PCC, portanto, quando esse cara saiu, já se sabe qual foi seu caminho!

Então, quando eu percebi ele tinha uma lan house. Ele dizia que tinha o barraco e o sócio arrumava os computadores, que deviam ser ou roubados ou montados em Santa Efigênia. Ele botava os computadores, com Speedy via gato e tocava o negócio. No final do mês o lucro era dividido meio a meio. Metade pra quem deu os equipamentos e metade pra quem tocava o serviço. Só que era tudo clandestino, mas ele queria se legalizar. Mas não se consegue legalizar uma lan house em um terreno invadido, já que nessa situação não se pode ter CNPJ. Eu procurei ajuda de um pessoal que estava ligado com negócio de internet e ver se era possível considerar que o endereço eletrônico fosse o território jurídico para que alguém pudesse se legalizar. Esse cara tinha sido preso, condenado a quatro anos, cumprido dois e estava em liberdade condicional. Mas com liberdade condicional ele não consegue arrumar emprego em lugar nenhum, ninguém dá emprego, então o cara é empurrado de novo a se envolver com o narcotráfico. Meu intento era ver se conseguia arrumar uma atividade que ele pudesse se legalizar. Ele queria e não conseguia.

Então você tem aí uma coisa que teria que ser discutida pra democratizar a sociedade e não deixar tanta gente ir pro crime, teria mesmo que ter uma discussão nas faculdades de direito, pelo menos das principais, da gente discutir como descriminalizar a vida do pessoal mais inteligente. Porque o crime organizado não quer o bobão, não quer o babaca. O babaca é só pra consumir. Ele quer gente inteligente pra agir nos seus negócios. Quer o cara que sabe fazer conta, repartir o que é de cada um e ficar esperto se a polícia vem ou não vem. Então, os caras mais inteligentes, mais criativos dessas comunidades, o narcotráfico puxa. Agora, porque que esse cara vai pra isso? Porque ele quer as mina. No horizonte de um cara de 15, 16, 17 anos, ele quer as mina. Quer namorar com as mina e, portanto, tem que ter grana e tem que passar pras mina que é um cara poderoso, que se ela namorar com ele, estará protegida. Mas o mesmo cara que vai pro narcotráfico, pode ir pra atividade cultural, associativa e também ter as mina. Esse também se destaca e as melhores minas vêm pra ele. Então,

portanto, você tem o que oferecer, inclusive deste ponto de vista, nesta atividade que é de natureza cultural, esportiva, recreativa, política.

Mas veja como ocorreu em Heliópolis. Esse é o termo "Em defesa dos direitos do cidadão". Fizemos o termo de cooperação técnica entre o Núcleo do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, representado por sua advogada Anna Claudia Vanzzoler, e a emissora de Rádio Comunitária Heliópolis, da Unas, isso antes de legalizar. Heliópolis foi representada por Geronino Barbosa, diretor de comunicação e João Miranda, presidente da Unas. O documento tinha o objetivo de estabelecer uma ajuda mútua. Ambos trabalhariam em conjunto na defesa da democracia na comunicação e dos direitos do povo. As obrigações do Escritório seria prestar toda a assessoria jurídica necessária para a continuidade dos trabalhos da emissora e, por outro lado, a emissora veicularia semanalmente um programa de cinco a oito minutos, denominado "Sobre os Direitos do Cidadão", produzido pelos estudantes da PUC. Seria estabelecido pra isso um dia fixo e um horário regular na sua grade de programação. Seria uma permuta. Um daria assessoria jurídica e outro daria mídia para a divulgação de um programa de orientação e viraria um escritório de prática de estágio de estudantes de direito. O termo poderia ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, bastando uma comunicação prévia. Então não tinha multa. A assinatura disso ocorreu em 07 de agosto de 2004. Eu te pergunto: O Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns deu assessoria jurídica para Heliópolis se legalizar? Deu. E Heliópolis abriu espaço na sua grade para orientar os seus ouvintes por meio do programa "Direitos do Cidadão", prestigiando conhecimento dos juristas da PUC? Não.

Fizemos isso tudo, mas essa cooperação não existiu. Nunca existiu, nem foi implementada. Então tá aqui. É isto aqui que eu propus pra que cada uma das emissoras, cada uma de São Paulo. Se quisessem assessoria jurídica pra enfrentar o negócio da legalização, o Ministério, ou quem atrapalhasse, firmaria essa parceria com o Escritório Modelo. Eles dariam assessoria jurídica gratuita, em troca do espaço na grade de programação, seis minutos por dia, pra orientações sobre os direitos que o povo tem. E quem faria esse programa? Os alunos da faculdade de Direito lá da PUC. Que tal? Por que isso não foi implementado? Porque essas entidades de bairros populares estão acostumadas a receber de graça a ajuda das grandes ONGs, das ActionAid, Friedrich Ebert, Fundação Ford, etc. Não precisam fazer nada. À medida que elas aceitam que estas instituições se metam lá, elas já estão pagando porque é um jeito pra estas empresas terem o desengano de consciência. Elas falam: estamos desenvolvendo um trabalho na Favela de Heliópolis junto aos jovens e... Cascata! A Ambev promove a Balada sem Álcool. Eu falo: Se a Ambev faz isso e aquilo, por que ela não bota anúncio na rádio pra que a rádio tenha receita própria, pra mandar consertar o computador, pra, se for um caso, mandar uma pessoa para participar de um curso, um seminário, sabe, ter recursos? Capacitar as pessoas, ter dinheiro para se manter. Então a Ambev faz isso com a Unas e coopta lá alguns caras, mas isso fica sem relação com a rádio!

7.2 – Documentações do Comitê de Ética

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Capítulo IV, itens 1 a 3 da Resolução 196/96 – Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Rádio Comunitária de Heliópolis: Reivindicações e luta por regularização e atuação oficial”, sob a responsabilidade da pesquisadora Vanessa Zandonade, RG nº32 451687-3. Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará em poder do sujeito ou de seu representante legal e a outra via em poder do pesquisador responsável. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderão ser esclarecidas no telefone (18) 3302-5607 ou pelo e-mail cep@assis.unesp.br, ou diretamente com o pesquisador no telefone (18) 33238258 ou e-mail vanessa.zandonade@gmail.com.

I. A pesquisa:

O objetivo desta pesquisa é fazer uma reflexão sobre o fato de que embora as rádios comunitárias sejam consideradas como um meio para que se coloque em prática a democratização da comunicação no país, a legalização de uma rádio passa por entraves, como foi o caso da rádio de Heliópolis, que obteve a autorização para o seu funcionamento com mais eficácia e agilidade quando sua reivindicação foi respaldada por integrantes de organizações com influência social ou política. O atendimento às reivindicações de comunidades que não contam com apoios externos se torna mais lento e sofre entraves. Desse modo, comunicação social continua sendo, em grande parte, gerida e sob o controle daqueles que são favorecidos por possuir contato direto com o poder político ou econômico. O objetivo, portanto, é estudar como se deu a relação entre os próprios membros da comunidade bem como com as entidades que tiveram papel importante na regularização da rádio, além de verificar os desdobramentos das tensões, disputas ou entendimentos ocorridos no período em que a rádio permanecia na ilegalidade.

II. Procedimentos:

Os procedimentos dos quais você participará são os seguintes:

Você será entrevistado em sua própria casa ou local indicado por você, a respeito da rádio comunitária de Heliópolis. Serão feitas algumas perguntas com duração aproximada de 40 minutos, conforme sua disponibilidade. Essa entrevista será gravada em áudio e/ou vídeo.

III. Riscos/Desconfortos e Benefícios

Possíveis riscos ou desconfortos:

Possíveis Riscos ou desconfortos serão evitados, mas caso aconteçam, todos os cuidados serão tomados para adequar o procedimento às suas necessidades, ou, interromper a pesquisa para atendê-lo. Os pesquisadores o ajudarão no que for necessário, sendo responsáveis pelo acompanhamento e assistência. No decorrer da pesquisa, todos os procedimentos serão esclarecidos antes de serem realizados.

Benefícios esperados:

Ter conhecimento, por meio desta entrevista, sobre os fatos que ocorreram junto à rádio de Heliópolis desde sua formação até a sua regularização, buscando com isso, manter viva a memória destes acontecimentos que fizeram parte da sua própria história e também da comunidade.

IV. Liberdades/Garantias

Você possui total liberdade para recusar-se a participar desta pesquisa ou de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem penalização ou prejuízo ao seu cuidado. Você possui total liberdade de não responder às perguntas ou não participar de momentos que possam causar-lhe constrangimento de qualquer natureza.

V. Sigilo/Anonimato

A sua participação tem interesse estritamente acadêmico e não será utilizada para outros fins. Respeitamos a sua privacidade, mantendo em segredo suas informações pessoais no decorrer da pesquisa. Seus dados serão publicados somente com a sua autorização sobre o texto final, que lhe será apresentado para aprovação.

VI. Despesas/indenização

Esta pesquisa não resultará em despesas ou ônus para você. No caso de eventual despesa ou dano, assumiremos a responsabilidade de ressarcimento e/ou indenização.

VII. Publicação

Informamos que o resultado final da pesquisa poderá ser publicado em revistas da área, colaborando, assim, na construção do conhecimento teórico-científico e na melhoria na viabilização de atendimentos/tratamentos/atuação desta natureza. Informamos ainda que os arquivos originais de gravação também poderão ser doados à Rádio Comunitária de Heliópolis, bem como à Biblioteca Comunitária de Heliópolis para contribuir com a documentação histórica da rádio.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar, como sujeito, da pesquisa “Rádio Comunitária de Heliópolis: Reivindicações e luta por regularização e atuação oficial”. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Vanessa Zandonade sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que () concordo / () não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de 2012.

Assinatura

Eu, Vanessa Zandonade, pesquisadora responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido de _____ para a participação na pesquisa.

Assinatura do Pesquisador

Questionário de entrevista semi dirigida:

- 1 – Como você define a sua ligação pessoal com a rádio comunitária de Heliópolis?
- 2 – Você percebia a busca por regularização da emissora quando esteve vinculado à rádio?
- 3 – Quais foram os procedimentos que você presenciou para a regularização da rádio?
- 4 – Como foi o desfecho desse processo?



FACULDADE DE CIÊNCIAS E
LETRAS - UNESP/ CAMPUS DE
ASSIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estudo da regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis

Pesquisador: Vanessa Zandonade

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 02688512.2.0000.5401

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Nova versão TCLE

Detalhe:

Justificativa: Durante o trabalho de campo, o anonimato dos "personagens" abordados foi

Data do Envio: 04/09/2012

Situação da Notificação: Aguardando revisão do parecer do colegiado

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 126.142

Data da Relatoria: 02/10/2012

Apresentação da Notificação:

Segundo a pesquisadora, fez-se necessária uma revisão no item Sigilo/Anônimo do TCLE da pesquisa, tendo em vista que os sujeitos envolvidos desejam que sua participação no processo seja divulgada. Portanto o referido item foi alterado de: "V. Sigilo/Anônimo. A sua participação é sigilosa, ou seja, as informações prestadas são confidenciais e em hipótese alguma serão motivo de divulgação na mídia. Garantimos o sigilo das informações coletadas e o seu anonimato. Respeitamos a sua privacidade, mantendo em segredo as suas informações pessoais no decorrer da pesquisa e após a conclusão desta." para: V. Sigilo/Anônimo. A sua participação tem interesse estritamente acadêmico e não será utilizada para outros fins. Respeitamos a sua privacidade, mantendo em segredo suas informações pessoais no decorrer da pesquisa que irá publicar seus dados somente a sua autorização sobre o texto final, que lhe será apresentado para aprovação.

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100

Bairro: Vila Tênis Clube

CEP: 19.806-900

UF: SP

Município: ASSIS

Telefone: (18)3302-5740

Fax: (18)3302-5804

E-mail: cep@assis.unesp.br



FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - UNESP/ CAMPUS DE ASSIS



Objetivo da Notificação:

O questionamento partiu dos próprios sujeitos durante o processo de abordagem para as entrevistas. De acordo com a pesquisadora, a alteração cumpre os objetivos de registro dos sujeitos históricos daquela comunidade que estiveram diretamente ligados aos fatos em análise e de historicização do processo em estudo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Na pesquisa em questão, por se tratar de um registro histórico, é aceitável que os sujeitos envolvidos manifestem o interesse na divulgação de sua participação no processo em análise. Uma vez que a rádio já está regularizada, acredito que não haja riscos maiores para os sujeitos envolvidos, que só terão seus nomes divulgados após o consentimento a partir da leitura do texto final.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

Considerando a especificidade do projeto, a notificação procede.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A alteração do item do TCLE está devidamente justificada, porém o CEP sugere a alteração da redação de: A sua participação tem interesse estritamente acadêmico e não será utilizada para outros fins. Respeitamos a sua privacidade, mantendo em segredo suas informações pessoais no decorrer da pesquisa que irá publicar seus dados somente a sua autorização sobre o texto final, que lhe será apresentado para aprovação, para: A sua participação tem interesse estritamente acadêmico e não será utilizada para outros fins. Respeitamos a sua privacidade, mantendo em segredo suas informações pessoais no decorrer da pesquisa. Seus dados somente serão publicados com a sua autorização sobre o texto final, que lhe será apresentado para aprovação.

Recomendações:

Alteração da redação do item V do TCLE conforme sugestão acima e apresentação do novo cronograma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Notificação aceita

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Notificação aceita.

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100

Bairro: Vila Tênis Clube

CEP: 19.806-900

UF: SP

Município: ASSIS

Telefone: (18)3302-5740

Fax: (18)3302-5804

E-mail: cep@assis.unesp.br



FACULDADE DE CIÊNCIAS E
LETRAS - UNESP/ CAMPUS DE
ASSIS



ASSIS, 19 de Outubro de 2012

Assinador por:
Miriam Mendonça Morato de Andrade
(Coordenador)

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100

Bairro: Vila Tênis Clube

CEP: 19.806-900

UF: SP

Município: ASSIS

Telefone: (18)3302-5740

Fax: (18)3302-5804

E-mail: cep@assis.unesp.br

PROJETO DE PESQUISA

Título: Estudo da regularização da Rádio Comunitária de Heliópolis

Área Temática:

Pesquisador: Vanessa Zandonade

Versão: 1

Instituição: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/
Campus de Assis

CAAE: 02688512.2.0000.5401

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 46287

Data da Relatoria: 05/06/2012

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto norteado pelo objetivo central de se fazer uma reflexão sobre as ações de reivindicação pela democratização da comunicação no país, a partir da experiência da Rádio Comunitária de Heliópolis, localizada na periferia de São Paulo. As lideranças do bairro, articuladas com a proposta de utilizar o rádio para a comunicação entre os moradores da localidade, buscaram a regularização do veículo por mais 10 anos. A emissora foi instalada em 1997 e recebeu a autorização para o seu funcionamento em 2008, sendo registrada a primeira manifestação de interesse de seus membros pela regulamentação da rádio em 1999, um ano depois da criação da Lei da Radiodifusão Comunitária.

Intervenções da Polícia Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ocorreram durante o período em que a rádio atuou sem autorização do governo. Em 2004 e 2005, a Anatel encaminhou ofício à rádio, em que determinava o fechamento da emissora devido ao fato, já recorrente, de que o sinal emitido causava interferência a outros veículos de radiodifusão comerciais. Contudo, a interrupção de funcionamento da

emissora ocorreu, de fato, em 2006. Uma mobilização política e de entidades defensoras da comunicação comunitária foi então deflagrada em atuação direta com a Anatel para a autorização do retorno de seu funcionamento, o que ocorreu ainda no mesmo ano, a partir de uma brecha na legislação encontrada pela própria agência. A rádio retomou sua atuação em caráter experimental, sendo vinculada a uma universidade, no caso, a Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Nesta pesquisa, busca-se revelar os entraves internos e externos à emissora, que contribuíram para que a rádio permanecesse na ilegalidade por mais de uma década.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisadora coloca como objetivo principal fazer uma reflexão sobre o fato de que embora as rádios comunitárias sejam consideradas como um meio para que se coloque em prática a democratização da comunicação no país, a legalização de uma rádio passa por entraves, como foi o caso da rádio de Heliópolis, que obteve a autorização para o seu funcionamento com mais eficácia e agilidade quando sua reivindicação foi respaldada por integrantes de organizações com influência social ou política.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora, os riscos da pesquisa podem estar presentes na dificuldades pessoais dos entrevistados diante de lembrar fatos que podem ter sido de alguma forma difíceis para eles. Diante disso, o pesquisador se propõe a ajudá-los no que for necessário, dando-lhes o acompanhamento e assistência que precisarem para adequar o procedimento às suas necessidades, ou, bem como aceitar possíveis negativas de abordagem a determinados temas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa de mestrado é relevante no sentido de que usa a metodologia da história oral para registrar posicionamentos individuais e coletivos diante de acontecimentos históricos não registrados pelos órgãos oficiais de pesquisa e comunicação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE está elaborado de forma adequada.

Recomendações:

nada a declarar

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Cronograma da totalidade da pesquisa deve ser revisto, considerando que nenhuma pesquisa com seres humanos pode ser iniciada antes de aprovada pelo CEP.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

RELATÓRIOS: De acordo com o artigo 18, inciso III do Regimento Interno do CEP, cabe ao pesquisador: Elaborar e apresentar relatórios parciais e finais, de acordo com as datas estabelecidas pelo CEP. O não encaminhamento dos relatórios, nos prazos estabelecidos pelo CEP, implicará no impedimento temporário da apresentação de novos protocolos pelo pesquisador Responsável, até que este regularize a situação pendente. O RELATÓRIO FINAL deverá ser apresentado em JUNHO/2013
No Relatório Final deverá ser informado como foi realizada a devolutiva do resultado da pesquisa aos sujeitos.

ATENÇÃO: De acordo com o Artigo 18, inciso VI, cabe ao pesquisador, a qualquer momento da pesquisa: Comunicar e justificar ao CEP todas as alterações realizadas no projeto, bem como sua interrupção, ocorridas após a aprovação do protocolo pelo CEP.

ASSIS, 28 de Junho de 2012

Assinado por:

Regiani Aparecida Santos Zacarias